



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

OS MODOS DE DIZER E DE FAZER (D)A CONVIVÊNCIA: ENUNCIADOS E INVENÇÕES DE SEMIÁRIDO

Almair Moraes de Sá

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História Regional

**JOÃO PESSOA - PB
Março de 2012**

OS MODOS DE DIZER E DE FAZER (D)A CONVIVÊNCIA: ENUNCIADOS E INVENÇÕES DE SEMIÁRIDO

Almair Moraes de Sá

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Tavares da Silva

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB
Março de 2012

S111m Sá, Almir Moraes de.

Os modos de dizer e de fazer (d) a convivência: enunciados e invenções de semiário / Almir Moraes de Sá. -- João Pessoa: [s.n.], 2012.
170f. : il.

Orientador: Gustavo Tavares da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História. 2. Cultura histórica. 3. Convivência-Semiário. 5. Cordel. 6. Música.

UFPB/BC

CDU: 94(043)

OS MODOS DE DIZER E DE FAZER (D)A CONVIVÊNCIA: ENUNCIADOS E INVENÇÕES DE SEMIÁRIDO

Almair Moraes de Sá

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gustavo Tavares da Silva
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Profª Dra. Maria Lucinete Fortunato
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora Externa

Profª Dra. Telma Cristina Delgado Dias Fernandes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Profª Dra. Mariana Moreira Neto
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externo

Profª Dra. Cláudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

*A Francisco e Almarita – meus pais;
Aurita e Aurenita – minhas irmãs;
Luciano e Fábio – meus cunhados;
Natan, Andressa, Mariana e Rafael – meus sobrinhos;
Virgínia e Antônio, Maria e Francisco – meus avós.*

“É incidental questionar se as culturas existem. Elas existem em razão do fato de terem sido inventadas e em razão da efetividade dessa invenção”.

Roy Wagner

AGRADECIMENTOS

Qualidade de quem é grato, reconhecimento, agradecimento: esses são os significados da palavra gratidão que evoco para exprimir o meu sentimento em relação a todos os que contribuíram para a efetivação desta pesquisa. Quero agradecer...

A Deus, doce presença e fonte de sabedoria constantes em minha vida; repouso suave nas horas difíceis, companheiro nos momentos de solidão e de regozijo.

Ao meu orientador Prof. Gustavo Tavares, por todas as nossas conversas, pelas indicações de leitura, pela paciência e serenidade com que sempre me tratou e pela prontidão com que sempre respondeu às minhas solicitações.

Às professoras Maria Lucinete Fortunato e Mariana Moreira que me orientaram quando da minha vinculação ao PIBIC/CNPq/UFCG ao longo de minha graduação; e que também estiveram comigo, orientando-me, no momento de construção do projeto de pesquisa para a seleção do mestrado. O meu objeto de pesquisa foi se fazendo ali: nos nossos encontros, nas nossas discussões, em nossa ousadia de investigar os discursos da convivência com o Semiárido e de nos deixarmos inquietar pelo que eles enunciam. À Lucinete ainda quero agradecer pela presença em minha banca de qualificação e de defesa e consequentemente, pelas correções sensatas e sugestões fecundas que foram apresentadas.

Aos professores que ministraram as disciplinas cursadas por mim no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História / UFPB – Raimundo Barroso, Gustavo Tavares, Cláudia Cury, Ângelo Emílio, Damião de Lima, Paulo Giovani, Regina Behar e Elio Chaves Flores; no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Letras / UFPB – Ivone Tavares; e, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História / UFMG – Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata). As discussões gestadas em cada disciplina cursada possibilitaram-me (re)pensar a minha pesquisa visando o seu desenvolvimento e aprimoramento.

À Prof.^a Regina Behar, pelos comentários e sugestões apresentados no âmbito da disciplina Seminário de Dissertação, a propósito da minha pesquisa.

À Prof.^a Telma Cristina Delgado, pela participação em minha banca de qualificação e de defesa da dissertação. Agradeço pelas correções e sugestões apontadas nesses dois momentos e nos outros momentos em que solicitei a sua ajuda. Obrigado pela solicitude, carinho e sensibilidade com que sempre respondeu às minhas solicitações.

Ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida, especialmente à Valdenora Bernardo e Valber Almeida, por disponibilizar os exemplares de cordéis com os quais trabalhei bem no início desta pesquisa.

À Assessoria de Comunicação da Articulação no Semiárido (ASA), especialmente a Fernanda Cruz que me acolheu e viabilizou a consulta aos arquivos da ASA, quando da minha visita a sede da instituição, em Recife-PE.

À Assessoria de Comunicação do Instituto Nacional do Semiárido, especialmente a Catarina Buriti – historiadora – que gentilmente me recebeu na sede da instituição em Campina Grande-PB, viabilizando o acesso aos documentos e informações de que precisava para desenvolver algumas questões importantes desta pesquisa.

À Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e sua Superintendência de Museus e Artes Visuais, especialmente a Maria Inez Cândido e Kalinka Brant, pela cessão de direito de uso de documentos do Acervo Museu Casa Guimarães Rosa para o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha família (pais, irmãs, avós, cunhados e sobrinhos), a primeira “instituição financiadora” de minha pesquisa. Agradeço não somente pela ajuda financeira durante o primeiro ano do mestrado, quando eu ainda não tinha bolsa, mas também pelo amor com que cuida de mim e se esforça pelo meu sucesso.

A CAPES que financiou o meu estágio sandwich (mestrado), de três meses, junto ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Programa de Cooperação Acadêmica – PROCAD – NF/ PPGH-UFPB/PPGHis-UFMG. Aproveito para agradecer ao Prof. Dr. José Newton Coelho Menezes, do PPGHis-UFMG, por ter me acompanhado, na condição de tutor, ao longo desse estágio.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de produtividade que permitiu a realização deste estudo ao longo dos últimos doze meses do mestrado.

Este trabalho possui páginas escritas em muitos lugares por onde passei ao longo dos dois anos de mestrado: Ramada (Zona Rural do município de São Francisco-PB), João Pessoa - PB, Belo Horizonte - MG, São Bernardo do Campo - SP e Praia Grande - SP. Na passagem por alguns desses lugares pude reencontrar velhos amigos; em outros pude construir algumas novas amizades. A todos os velhos e novos amigos também gostaria de agradecer, mesmo sem citar nomes: pelo carinho, pela solicitude e pela palavras de incentivo.

RESUMO

A atuação de algumas instituições no Semiárido Brasileiro acompanhou a produção, distribuição e venda de materiais diversos que buscam difundir os enunciados, saberes e dizeres da convivência. O objetivo deste trabalho é interrogar e problematizar os discursos da convivência com o Semiárido que vêm sendo veiculados por meio dos cordéis e da música buscando apreender como se imprimem, através dos modos de dizer e de fazer que esses discursos enunciam, imagens e concepções sobre o Semiárido, seu povo e suas práticas culturais; bem como, a que cultura(s) política(s) servem e qual cultura(s) histórica(s) produzem. Estas são as fontes utilizadas para a problematização do objeto: os cordéis produzidos pela ASA (Articulação no Semiárido), os cordéis produzidos pelo INSA (Instituto Nacional do Semiárido) e o CD “Belo Sertão: A convivência com o Semiárido através da música”. Trabalhou-se com a Análise do Discurso de linha francesa, a partir das contribuições de Michel Foucault. A pesquisa mostra que essa produção é instrumento que serve a discursos institucionais específicos assentados sob estratégias de comunicação, embora a elas não se reduza, com vistas à promoção da convivência com o Semiárido e à autopromoção dessas instituições enquanto viabilizadoras dessa convivência; mostra que os discursos da convivência engendram complexas operações de construção/afirmação de uma identidade para o Semiárido que revelam determinados procedimentos de exclusão e que são social, econômica, política e culturalmente úteis – operações que mobilizam passado, presente e futuro para conformar interpretações sobre o Semiárido, seu povo e suas práticas culturais; mostra ainda que os discursos da convivência enunciam saberes e práticas, para serem observados e por meio dos quais os indivíduos devem orientar suas ações e pensamentos - regras que inclusive estabelecem do que o olhar deve se desviar em favor da convivência. Pelas questões que problematiza, determinou-se a vinculação deste estudo à linha de pesquisa História Regional e à área de concentração História e Cultura Histórica.

Palavras-chave: Semiárido, Sertão, Convivência, Cordel, Música, Poder-Saber

ABSTRACT

The performance of some institution in Brazilian Semi-arid followed the production, distribution and sell from several materials which try to propagate the enunciation knowledges and sayings from convenience. The purpose of this work is to questionate the discourse of acquaintance with the Semi-arid which is transmitted by the cordéis and songs aiming to apprehend how they reveal through the ways of saying and doing these discourse enunciate images and conceptions about the Semi-arid, its people and cultural practices as well as which cultural policies it involves and what historical culture its produces. The data used were the following: the cordéis produced by ASA (Articulação no Semiárido), and the ones produced by INSA (Instituto Nacional do Semiárido) as well as the “Belo Sertão” CD: The acquaintance with the Semi-arid by means of songs. In this work the contribution from Michel Foucault is used. The results shows that these productions serves as instruments to institutionals discourses based on communication strategies although they do not limits themselves to promotion of acquaintance in the Semi-arid. The results also demonstrate that these discourses reveal complex procedures of social, economic and political exclusions operation that mobilize past, present and future to show interpretation about the Semi-arid its people and cultural practices. It also reveals that the acquaintances’ discourses enunciate knowledges and practices to be observed. By means of these questions it was determined that the vinvulation of this study is associated with Regional History research and the area of concentration is History and Historical Culture.

Key-words: Semi-Arid, Sertão, Acquaintance, Cordel, Music, Power-Knowledge

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALANE - Academia de Letras e Artes do Nordeste.

ANA - Agência Nacional de Águas

AP1MC - Associação Programa Um Milhão de Cisternas

ASA - Articulação no Semiárido Brasileiro

CETENE - Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COP - Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar

DED - *Deutscher Entwicklungsdienst* - Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENCONASA - Encontro Nacional da Articulação no Semiárido Brasileiro

ESPLAR - Centro de Assessoria e Pesquisa

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos

FNO - Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte

FNE - Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste

FCO - Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

GRH - Gerenciamento de Recursos Hídricos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

INSA - Instituto Nacional do Semiárido

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada

FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MISEREOR – Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPCSA – Programa Permanente de Convivência com o Semiárido

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas

P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas

RedeSAB - Rede para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro

RESAB - Rede de Educação do Semiárido Brasileiro

SAB - Semiárido Brasileiro

SOSE - Sociedade das Obras Educativas da Diocese de Juazeiro-BA

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa que identifica o Bioma Caatinga

Figura 2: Capa do CD Belo Sertão

FIGURA 3: Mapa da “Nova delimitação do Semi-árido” instituída pelo Ministério da Integração Nacional

Figura 4: Capa do cordel “Outra Visão, Outro Sertão”

Figura 5: Capa do cordel “O Paradigma das Oportunidades”

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO - AUGÚRIOS DE UM NOVO TEMPO: SOPRAM OS VENTOS DA CONVIVÊNCIA	14
1.1. Quando os ventos chegam, varrem, e semeiam que “o Nordeste é viável”	18
1.2. De como fazer ver os ventos que sopram: urdindo o olhar para fabricar o diagnóstico	32
2. DE COMO FAZER OS VENTOS DA CONVIVÊNCIA SOPRAREM: OS ARRANJOS E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS.....	47
2.1. Por uma “política adequada” e uma “cultura política participativa” no Semiárido: a estratégia da ASA.....	48
2.2. Quando a semiaridez é vantagem: a estratégia do INSA.....	67
2.3. Como efeito de posições estratégicas: o lugar dos autores na produção dos cordéis e do CD Belo Sertão.....	82
3. QUANDO O PRESENTE NECESSITA DE UM PASSADO E DE UM FUTURO PARA EXISTIR: SEMIÁRIDOS PARA LEMBRAR, SEMIÁRIDOS PARA ESQUECER, SEMIÁRIDOS PARA EXISTIR.....	91
3.1. A ameaça que ronda: no discurso da convivência a invenção do “outro”	92
3.2. Entre o passado recusado e o passado ovacionado: o passado que se conta.....	101
3.3. A inquietude do presente e um Sertão para existir	110
4. O BELO SERTÃO E OS FAZERES DA CONVIVÊNCIA EM CERTEZAS VENTILADAS DE CORES, SOM E POESIA.....	124
4.1. Páginas de uma invenção: o Semiárido e sua gente no discurso da convivência.....	125
4.2. De como fazer a convivência: receitas para um belo Sertão.....	134
4.3. Um Semiárido chamado Sertão.....	151
4.4. Um tanto do Sertão de Guimarães Rosa para entender o Sertão do discurso da convivência.....	155
.	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165

1

INTRODUÇÃO

AUGÚRIOS DE UM NOVO TEMPO: SOPRAM OS VENTOS DA CONVIVÊNCIA

[...] o Semiárido Brasileiro que o discurso da convivência, oficial ou emanado das instituições da sociedade civil, elabora e reelabora, produz e reproduz formas de ver e de dizer no seu incessante movimento de institucionalização e de validação; se desenha pelos traços da oscilação entre uma verdade que começa a ganhar estatuto de única e outros dizeres que, tradicionais ou modernos, insistem em transitar por essas nervuras, por vezes dominando o cenário, por vezes submergindo nos subterrâneos do atrasado e do superado. Nesse movimento, a convivência, a sustentabilidade do desenvolvimento, o planejamento das ações, planos e projetos, a racionalidade e a educação contextualizada são enunciados que, ora se apresentam como verdades irrefutáveis que se impõem como enxurradas volumosas e avassaladoras, ora se esgarçam em quimeras sopradas pelos quentes ventos do sertão e dispersas pelos redemoinhos de suas tardes de verão.

Mariana Moreira

A proposta desta pesquisa resultou das experiências vivenciadas como bolsista do PIBIC/CNPq/UFCG, de agosto de 2007 a julho de 2009, desenvolvendo o projeto “*Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável*”. O referido trabalho se constituiu em atividades de pesquisa que buscaram problematizar as políticas públicas direcionadas à convivência com o Semiárido, envolvendo o desenvolvimento local sustentável, a questão da autonomia e a (in)segurança alimentar e nutricional¹. Essa experiência viabilizou uma apreensão sobre como as instituições governamentais e não-governamentais do Estado da Paraíba, sobretudo do Alto Sertão Paraibano, participam da elaboração, execução e gestão das políticas públicas direcionadas para o Semiárido; e, até que ponto tais políticas contribuem para a consolidação de ações pautadas na ideia da convivência e do desenvolvimento local sustentável e incidem nas condições socioculturais, políticas e econômicas do Alto Sertão Paraibano.

A pesquisa mostrou, entre outras constatações, a complexidade que marca a elaboração, a execução e a gestão das políticas públicas mapeadas², tendo em vista a desproporcionalidade entre o território, a sua repercussão e abrangência e a fragilidade política da sociedade civil em vivenciar as relações de gestão das mesmas. Muitas das políticas analisadas trazem como pré-requisito para uma ação exitosa, a existência e o funcionamento satisfatório de instâncias de controle e gestão, a exemplo de conselhos, comitês e outras entidades congêneres. Isto, contudo, nem sempre é observado e executado. O discurso da convivência e da sustentabilidade emerge, em muitos momentos, como tradução de crescimento econômico, totalmente divorciado dos aspectos social, cultural e político. Em suma, a ideia de convivência presente em algumas políticas públicas destinadas ao Semiárido não é permeada pela relação necessária com a sustentabilidade ambiental e social e se dilui no debate estéril da sustentabilidade (desenvolvimento?) econômica³.

¹Consequentemente, o desenvolvimento desse estudo possibilitou a participação em eventos científicos, por meio da apresentação e publicação de trabalhos, visando à divulgação dos resultados da pesquisa e a contribuição destes para o debate sobre o Semiárido Brasileiro.

²Foram mapeadas e analisadas as seguintes políticas públicas: Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC; Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2; Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; Seguro Safra; Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNDECI; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Programa Permanente de Convivência com o Semiárido – PPCSA; e, Programa Fome Zero.

³Ver: SÁ, A. M.; FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M. *Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável*. Relatório Final de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2007-2008, p.30.

Considerou-se que o discurso da convivência com o Semiárido Brasileiro (SAB) se configura como um entre vários olhares sobre a região semiárida e está, portanto, entrelaçado a um diálogo conflituoso entre discursos, com outros olhares que, muitas vezes, acabam restringindo suas fronteiras, intervindo em suas ações e dificultando a adesão à sua institucionalização; e que a desmistificação de uma concepção institucionalizada que norteou, durante décadas, as práticas políticas direcionadas ao SAB – o discurso do combate à seca – demonstra ser uma tarefa ousada e, portanto, desafiadora. Mais do que introduzir novos conceitos e ensinar novas percepções sobre o que é *ser Semiárido* trata-se de desconstruir uma linguagem discursiva que acabou gerando imagens negativas sobre a região⁴.

Com base no exposto, e considerando que as políticas públicas referidas não são universais, deixando à margem muitos dos habitantes, e, ainda, que há uma diversidade sociocultural nos espaços que compõem o SAB, surgiu a necessidade de aprofundamento da pesquisa, no sentido de interrogar e problematizar como sujeitos sociais, que habitam o Alto Sertão Paraibano, a partir das suas especificidades, apreendem e (re)elaboram o discurso da convivência veiculado pelas políticas públicas direcionadas ao SAB e imprimem, através de modos de fazer e de pensar, imagens e concepções sobre a região, seu povo e suas práticas culturais; bem como, até que ponto a posição desses sujeitos vem (re)configurando o protagonismo social, incidindo nas suas condições socioculturais, políticas e econômicas no âmbito das relações de poder/saber que eles vivenciam. A partir dessa questão mais geral eu queria verificar como, e até que ponto, habitantes do alto sertão paraibano respondem às transformações do contexto socioeconômico, político e ecológico, veiculadas pelos discursos da convivência com o Semiárido; compreender como os discursos da convivência perpassam as formas de articulação de habitantes do Alto Sertão Paraibano com o poder público e a sociedade civil organizada; apreender as representações desses sujeitos sobre os impactos dos diferenciais de poder e de saber que tornam as relações de participação forçosamente desiguais, sobretudo no que diz respeito às políticas públicas para o SAB; e, investigar até que ponto as relações de poder/saber que se estabelecem social e culturalmente viabilizam o protagonismo social dos habitantes do SAB no alto sertão paraibano.

Essa foi a minha pretensão inicial ao submeter uma proposta de pesquisa ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba em 2009, para a seleção 2010. Contudo, o contato com outros dispositivos de legitimação do discurso da convivência

⁴Ver: SÁ, A. M.; FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M. *Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável*. Relatório Final de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2008-2009.

foi (des) motivador: incitou a reelaboração do objeto de estudo desta pesquisa deslocando a discussão da análise da recepção dos discursos da convivência veiculados pelas políticas públicas para a problematização dos modos de dizer a convivência na música e nos cordéis. O tempo estabelecido para a realização da pesquisa parecia ser pouco para dar conta da primeira proposta, o que me levou a escandir possibilidades de problematização do discurso da convivência em terrenos que não me são tão estranhos talvez porque sejam os lugares em que muitas vezes me refugio para conseguir, no encontro quase sempre envolvente com a palavra cantada ou escrita, com as imagens e os sons, a proeza de suspender o tempo – como que numa experiência transcendental – e de perceber somente depois que ele passou; ou de deixar-me encantar, emocionar, refletir e estranhar pelo que essas palavras, imagens e sons exibem. Muito mais do que isso é preciso dizer que essas produções materiais e sociais prenderam a minha atenção porque nelas pululam evidências de um movimento discursivo que busca institucionalizar “verdades da convivência”; e nesse empreendimento elas se mostram como suportes que noticiam, propõem modos de viver, informam, provocam debate, servem de registro histórico e lugar de memória. Em versos de saudade do que não foi; em cores que revelam a beleza de um sertão, em sons que fazem ecoar o “regional” e palavras que contam/cantam as temporalidades, e em imagens que retratam um semiárido cheio de vida, esse movimento discursivo institui práticas e compreensões que fazem repercutir maneiras de ver e dizer essa região. Esse deslocamento não diminui a relevância da pretensão primeira⁵. O que há de comum nessas propostas é que as duas caminham no sentido de compreender as redes de poder/saber que vêm sendo tecidas historicamente acerca do Semiárido e que se exprimem nos modos de vê-lo e de dizê-lo.

O objetivo deste trabalho é interrogar e problematizar os discursos da convivência com o Semiárido que vêm sendo veiculados por meio dos cordéis e da música buscando apreender como se imprimem, através dos modos de dizer e de fazer que atravessam esses discursos, imagens e concepções sobre a região, seu povo e suas práticas culturais; bem como, a que cultura(s) política(s) servem e que tipo de cultura(s) histórica(s) produzem.

Nesse sentido descortina-se como necessário:

- a) Apreender como, e até que ponto, os discursos da convivência veiculados nessas produções materiais, provenientes de determinações histórico-culturais, instituem maneiras de ver e dizer o que é *ser Semiárido*;

⁵Enxergo na primeira proposta a possibilidade de uma pesquisa futura.

- b) Investigar as relações de poder/saber que se evidenciam na superfície desses discursos e de que modo estabelecem em termos de verdadeiro ou falso o que pode ser dito sobre o Semiárido, seu povo e suas práticas culturais;
- c) Verificar os elementos constitutivos desses discursos que evidenciam/produzem determinadas configurações de cultura(s) política(s) e cultura(s) histórica(s).

1.1. Quando os ventos chegam, varrem, e semeiam que “o Nordeste é viável”

“Se a lógica do combate [à seca] construiu emblemas nordestinos – o cangaço, o messianismo, o velho engenho ou a seca, temas que pertencem à saga cultural-simbólica das oligarquias nordestinas (ZAIDAN FILHO, 2001), a lógica da convivência busca apresentar que não há mais um nordeste, mas sim, nordestes, e que nessa nova conformação, o Semiárido não pode mais ficar enquanto reduto da pobreza nordestina e brasileira. Ele é potencial, é competitivo, solidário e possui antes de tudo uma identidade cultural que o faz único”⁶

Luzineide Dourado Carvalho

Por razões difíceis de precisar, a convivência com o Semiárido ainda é um objeto pouco problematizado pela historiografia. Desse modo, a maioria de nossas referências sobre essa questão se constitui de estudos recentes realizados por cientistas de outras áreas do conhecimento, especialmente da Sociologia, da Ciência Política e da Educação, a partir dos quais darei a ver nesta seção uma paisagem em que se apresentam alguns percursos do discurso da convivência e os modos como suas tramas vêm sendo desenhadas na produção acadêmica. Nesse fragmento do texto de Luzineide Dourado – A Emergência da Lógica da “Convivência com o Semiárido” e a Construção de uma nova Territorialidade – dois espaços de poder e objetos de saber são mencionados: o Nordeste e o Semiárido. Embora este apareça como parte constituinte e evidência da pluralidade daquele, os dois não se confundem, possuem lugares próprios no jogo das palavras. Desejo e poder se articulam aí, explicitamente, exprimindo uma vontade de verdade e configurando um modo de ver e de dizer que se encontra entre o que ainda não é e o que deve ser; que destitui o Semiárido de um lugar (“reduto da pobreza nordestina e brasileira”) e reivindica outro para ele (porque ele é

⁶Ver: CARVALHO, Luzineide Dourado. **A emergência da lógica da “convivência com o Semiárido” e a construção de uma nova territorialidade.** In: Educação para a convivência com o Semiárido: reflexões teórico-práticas. Juazeiro: Secretaria da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, 2004. p. 27.

“potencial, é competitivo, solidário”). Talvez haja aí uma postura emblemática e reveladora da paisagem que se desenhará na superfície das próximas páginas.

A elaboração e execução de políticas públicas para o Nordeste/Semiárido encontraram no discurso do combate à seca, durante muito tempo, a motivação e o combustível de seu modo de fazer, da maneira como se organizaram enquanto ações consideradas eficientes e necessárias para essa região. Essas ações pautavam-se na lógica de que “a seca exigia medidas de combate e de que a miséria era gerada por ela; assim, enquanto não se acabasse com as secas, não haveria como resolver os problemas aos quais a região era condenada” (SOUZA, 2005: 21). Tais políticas consistiram inicialmente em práticas assistencialistas de caráter emergencial (distribuição de alimentos e criação de frentes de trabalho temporárias) e, mais tarde, na execução de grandes obras hídricas que se traduziam na construção de açudes e perímetros irrigados.

Esse discurso começou a ser elaborado a partir da seca de 1877-1879 – que ganhou uma ampla repercussão nacional – e adquiriu força ao longo do século XX legitimado nas práticas de instituições governamentais criadas com o objetivo de empreender e administrar as ações de combate ao fenômeno da seca – instituições como: o IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca) em 1919, e subsequentemente o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), criado em 1945 – e mesmo naquelas que, em vez do combate à seca, assumiram a promoção do desenvolvimento regional em favor da integração e do desenvolvimento nacional como responsabilidade e meta. A SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), por exemplo, criada em 1959, surge quando a concepção de desenvolvimento em que se ancorava a política nacional passa a agregar novos significados. Na esteira dessa concepção, o desenvolvimento do país dependia muito do êxito dos processos produtivos e das relações comerciais empreendidos em cada região e entre elas. Por isso era preciso potencializar as capacidades produtivas, à luz do processo de industrialização, com vistas à redução dos desníveis regionais. No entanto, atesta Moreira Neto:

A proposta inicialmente defendida pela SUDENE na voz de seus principais articuladores desmorona como castelo de cartas ao soprar do *Aracati*. A pretensão de não combater as secas, “e sim, de conviver com elas, criando uma agropecuária que tenha em conta a especificidade ecológica regional”. (FURTADO, 1989, p. 44), não encontra ressonância em nenhum dos projetos que a SUDENE implanta na região. A cada ocorrência de seca são reeditadas as antigas medidas, que ganham apenas novas designações – frentes de emergência, frentes de trabalho, frentes produtivas de trabalho – mas continuam tratando a problemática como ocasional. A fome decorrente da seca é solucionada com a distribuição de alimentos, de cestas básicas, de feiras, seja lá que designação o momento político adote. A sede é abastecida pelos carros pipas, normalmente movimentando novas especialidades da indústria da seca. Soluções emergenciais para problemas permanentes (MOREIRA NETO, 2010: 115)

A veiculação de imagens e textos de um Nordeste econômica e humanamente inviável, ligado ao fenômeno da seca, ao banditismo ou ao fanatismo religioso, serviu, entre outras coisas, para construir a região a partir de dizibilidades e visibilidades potencialmente negativas e pessimistas, mas “o Nordeste devia ser visto e lido numa só direção para que seu efeito de verdade fosse eficiente politicamente” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009: 84). De um lado, tal empreendimento atendia aos interesses dos que afirmavam o atraso, o subdesenvolvimento e a miséria como estigmas dessa região ao mesmo tempo em que reforçavam as imagens do progresso, da modernização e do crescimento econômico característicos do sudeste do país; e de outro, daqueles que, sobressaindo-se dentro das relações de poder, apropriavam-se desse discurso de vitimização realizando ações e manobras políticas a fim de lucrar com as medidas governamentais destinadas ao combate à seca⁷. Para os que eram prestigiados no exercício do poder político não interessava a autonomia dos demais sujeitos. Com base nessa compreensão,

As políticas governamentais sempre foram acionadas a partir das necessidades extremas da população nos períodos de seca, mas sempre foram comandadas pelas elites regionais que controlavam a situação. Tanto a distribuição de cestas básicas, como a distribuição de água e a organização de frentes de trabalho foram controladas pelas elites e serviram para aumentar sua riqueza e seu domínio sobre a população (ÁGUA DE CHUVA: O Segredo da convivência com o Semiárido brasileiro, 2001, p.14 – 15).

Não somente o discurso oficial que presidia as políticas de combate à seca, mas também as produções discursivas no campo das artes plásticas, da literatura regionalista, da imprensa jornalística e da música, ao longo do século XX, imbuíram o Nordeste brasileiro de um conjunto de significados, em imagens e textos, que contemplavam, na sua maioria, o drama da vida de suas populações, ora em tom de denúncia social ora atestando-o como território de impossibilidades. Imagens e textos que desejam perfurar e sensibilizar; que suscitam a nossa atenção para questões como o caráter inóspito de uma geografia, a fome, a pobreza, a seca e a retirância.⁸

No limiar da década de 1990, a convivência com o Semiárido irrompe como fundamento da contestação ao modelo de intervenção governamental na região exigindo

⁷“Historicamente os problemas “naturais” inerentes à região do Semiárido Brasileiro, sobretudo as estiagens e as enchentes, têm sido convertidos, através dos discursos dominantes, em problemas políticos que se inclinam à autopromoção dos que administram a máquina pública e incitam a execução de políticas com feições imediatistas que vislumbram soluções momentâneas e insustentáveis e que, na maioria das vezes, contribui para acentuar a inviabilidade da região, uma vez que o desenvolvimento propiciado por elas é restrito e temporário” (SÁ, A. M. FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M. *Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável*. In: Revista Pesquisa(UFCG), 2008, v. 2, p. 511.).

⁸ Sobre essa questão ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

políticas públicas permanentes e apropriadas. Considera-se que a irrupção desse deslocamento em nível de discurso – do combate à seca à convivência – “vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é ser Semiárido” (FORTUNATO; MOREIRA, 2008: 3). Não existe um marco fundador que localize no tempo e no espaço a emergência dessa concepção. Não seria sensato, e não é pretensão minha, situá-la em uma data e localizá-la, nem individualizá-la em torno de uma só pessoa, de uma instituição ou de uma rede de organizações sociais. Mas estudos recentes⁹ convergem no diagnóstico de que a convivência é fruto de uma vontade política que se exprime num projeto de sociedade para o Semiárido Brasileiro ao buscar romper com a lógica do combate à seca e construir um novo paradigma de desenvolvimento para essa região; e de que as primeiras linhas desse projeto começam a ser engendradas, no período da democratização do Estado (pós-ditadura) e, sobretudo, nos anos 90 do século passado em consonância com a tentativa de formação de uma cultura política participativa no Brasil, quando do surgimento dos “novos movimentos sociais” e da entrada em cena de novos sujeitos no cenário político e nos processos decisórios de interesse da sociedade.¹⁰

A emergência de novos comportamentos políticos nesse período sinalizava, em certa medida, à construção de uma cultura política no país que pretendia combater as práticas ditas clientelistas e assistencialistas no âmbito da atuação do poder público, reproduzidas em diferentes contextos locais e regionais, redefinindo o papel da sociedade diante de suas próprias demandas e redimensionando a relação estabelecida entre Estado e Sociedade Civil. Isso implicaria a criação de espaços institucionais de onde os sujeitos pudessem atuar com respaldo e legitimidade (ONG's, redes sociais, fóruns etc.) e a busca por relações de poder

⁹Poderíamos citar como exemplos: a dissertação de mestrado de Odomaria Rosa Bandeira Macedo intitulada “A Convivência com o Semiárido: Desenvolvimento Regional e Configuração do Local no Projeto do IRPAA” apresentada ao PPGS/UFPE em 2004; a dissertação de mestrado de Ana Elizabete Moreira de Farias intitulada “Educação Contextualizada e a Convivência com o Semiárido no Assentamento Acauã – PB” apresentada em 2009 ao PPGH/UFPB; o trabalho de tese de doutorado de Roberto Marinho Alves da Silva intitulado “Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento” publicado em livro no ano de 2008; e a tese de doutorado de Mariana Moreira Neto intitulada “Da seca a convivência, do sertão ao semiárido: enunciados e territorialidades” apresentada ao PPGS/UFPB em 2010.

¹⁰Francisco Mesquita de Oliveira (2003) demonstra que o fenômeno da participação política caracterizado pela expressividade das organizações sociais na exposição de demandas e na proposição e execução de políticas públicas é algo recente na história do Brasil, remonta ao período da democratização do Estado (no pós-ditadura); e afirma que esse processo se constituiu como “instrumento de construção da sociedade civil de hoje” (p.23). Segundo esse autor, a expressão “novos movimentos sociais” é utilizada, dentre outros contextos, para “distinguir os movimentos sociais que existiram antes e durante o período da ditadura militar, dos movimentos de redemocratização política e construção da cidadania ativa dos anos 1980/90, como: movimento pela anistia aos presos políticos; associações e conselhos comunitários de moradores de bairros; movimento de luta pela terra; movimento estudantil; comunidades eclesiais de bases (CEB's); movimento de mulheres, de negros, de índios, ecológicos e ONG's” (p.23).

mais horizontais e menos desiguais a partir do fortalecimento da sociedade civil. Desdobra-se todo um movimento pró-autonomia da sociedade civil mesmo antes da Constituição de 1988, também como resposta a ausência do Estado diante das demandas sociais existentes. Alguns vazios deixados pelo Estado vão sendo aos poucos ocupados pela ação empreendedora da sociedade civil. Avritzer (2009) destaca alguns fenômenos que estão relacionados à constituição de uma sociedade civil autônoma e democrática no Brasil nesse período: o crescimento exponencial das associações civis, a reavaliação da ideia de direitos, a defesa da ideia de autonomia organizacional em relação ao Estado, a defesa de formas públicas de apresentação de demandas e de negociação com o Estado. Essas reavaliações e defesas motivaram, entre outros, a criação e funcionamento dos conselhos de políticas em diferentes áreas (saúde, meio ambiente, assistência social etc.) bem como a criação de ONGs cujas marcas principais foram a reivindicação de autonomia da sociedade civil e a participação ativa nas diversas áreas temáticas das políticas públicas.

No Semiárido, os esforços convergiam no sentido de resolver os problemas de sempre: a miséria, as dificuldades de acesso à água, a ineficiência da atuação do poder público. Inquietações do tipo “como é que um umbuzeiro consegue viver aqui e a gente não consegue”¹¹ motivavam discussões e novos estudos em torno das viabilidades da região para acabar com o êxodo de famílias inteiras para os grandes centros urbanos e com a dependência das cestas básicas e/ou carros pipas.

Em 1993, ano de ocorrência de seca na região, a tomada do prédio onde funcionava a sede da SUDENE na cidade do Recife por organizações de trabalhadores rurais compreendia uma reivindicação de fôlego com vistas a chamar a atenção do poder público para esses problemas recorrentes e aos quais quase sempre se respondia com ações de caráter emergencial e provisório.

Entende-se que, a partir do referido episódio, começara a ganhar visibilidade a *Convivência com o Semi-árido* como ação, concebida como solução de caráter prático para se viabilizar a produção agrícola como empreendimento econômico nesse lugar marcado pelas secas. Com ela ganha também visibilidade, naquele momento, a manifestação da força do poder popular organizado e a capacidade dos indivíduos para assumirem coletivamente uma intervenção na situação social e econômica da região em referência e, também, a vontade de fazerem valer seus interesses e expectativas. Naquela oportunidade assinala-se um realocamento da questão do desenvolvimento regional, incluindo-a na esfera da sociedade civil, onde é modificada a concepção do desenvolvimento regional, partindo-se de outros

¹¹Esta questão foi apontada por Cícero Félix dos Santos em entrevista concedida a Odomaria Rosa Bandeira Macedo, como motivação do chamado projeto umbuzeiro desenvolvido na Diocese de Juazeiro – BA no início da década de 90 do século passado. Na ocasião da entrevista, Cícero ocupava o cargo de coordenador institucional do Instituto Regional de Pequena Agropecuária Apropriada. Cf.: MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. *A convivência com o semi-árido: desenvolvimento regional e configuração do local no projeto do IRPAA*. Recife: UFPE/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2004, p.82 (Dissertação de Mestrado).

fundamentos, tais como: a convivência tomada como princípio do desenvolvimento (na relação com o meio ambiente, com os agricultores, com o cotidiano da produção agrícola, com o processo produtivo); a motivação coletiva e a participação popular, considerados como meios essenciais ao desenvolvimento que se busca; e os interesses e expectativas populares vistos como razão de ser do processo de desenvolvimento, que tem, como meta a alcançar, a transformação daquela realidade sustentada e justificada com o discurso hegemônico da seca (MACEDO, 2004: 68).

Esses trabalhadores cobravam a eficácia de ações permanentes que em curto prazo amenizassem as consequências da tragédia social motivadas pela seca vigente e preconizavam mudanças na lógica de atuação do poder público na região incutindo a compreensão de que a convivência com a semiaridez pode ser assegurada por meio de medidas de política agrária e agrícola, de tecnologias apropriadas, da gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública (Cf. FÓRUM NORDESTE, 1993).

Nesse sentido, a convivência se apresenta como expressão do inconformismo com uma realidade socioeconômica desfavorável a um conjunto de pessoas, mas também como síntese das ações necessárias à transmutação dessa realidade. Num dado momento e em uma ocasião precisa ela aparece como necessária. Torna-se salutar pensá-la; armazenar e difundir o que se diz sobre ela.

O surgimento de organizações não-governamentais que, nas duas últimas décadas, passaram a difundir uma compreensão da região pautada na ideia de convivência representa, portanto, um marco fundamental para se entender os esforços que vêm sendo feitos no sentido de construir novas dizibilidades e vizibilidades sobre o Nordeste/Semiárido. A ideia de convivência passou a ser difundida no seio de diversas instituições da sociedade civil como, por exemplo, o IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada) que se constituiu como entidade em 1990¹², a ASA (Articulação no Semiárido Brasileiro) criada em 1999; a RESAB (Rede de Educação do Semiárido Brasileiro) e passou também a permear as políticas governamentais direcionadas à região. Em 2004, foi criado no Brasil o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) como Unidade de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Regulamentado em 2006, o INSA assumiu como missão o propósito de “viabilizar soluções interinstitucionais para desafios de articulação, pesquisa, formação,

¹²O IRPAA atualmente desenvolve ações em quatro eixos: educação, água, terra e produção. Entende a convivência com semiárido como um modo de vida e produção que respeita os saberes e a cultura local, utilizando tecnologias e procedimentos apropriados ao contexto ambiental e climático, constrói processos de vivência na diversidade e harmonia entre as comunidades, seus membros e o ambiente, possibilitando assim, uma ótima qualidade de vida e permanência na terra, apesar das variações climáticas. In: <http://www.irpaa.org/modulo/convivencia-com-o-semiarido>. Acesso em: 21 mai. 2011.

difusão e políticas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro, a partir de uma filosofia que assume a semiaridez como vantagem”¹³.

Os discursos da convivência que emanam dessas instituições constroem entre dizibilidades e visibilidades um Semiárido Brasileiro em que suas particularidades naturais e socioculturais costuram uma identidade para a região – ainda que esta seja caracterizada pela diversidade de sujeitos, de práticas culturais, de modos de ver e dizer o mundo, etc. – e lhe conferem possibilidades de desenvolvimento. No cerne desse empreendimento a pergunta sobre qual o modelo de desenvolvimento que se pretende para o Semiárido tem norteado as reflexões sobre políticas públicas, sustentabilidade, protagonismo social etc., e tem contribuído para ampliar a discussão em torno das viabilidades que a proposta da convivência apresenta em termos de um autêntico desenvolvimento para a região. Como diz SILVA (2008, p.219), corroborando com a proposta da convivência, a conquista de políticas públicas “permanentes e apropriadas, que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais” pode ser um caminho para a “superação das estruturas geradoras de desigualdade” no Semiárido.

Essas novas organizações direcionaram suas metas em dois sentidos: fazer compreender uma realidade natural, social, econômica e histórica do Semiárido, por meio da produção e difusão de conhecimentos sobre a região, e buscar tecnologias sociais¹⁴ que tornassem possível o princípio da convivência com o meio; rompendo, assim, com a concepção de Semiárido que havia se formado e veiculando a ideia de que é possível “sobreviver dignamente” nessa região. As políticas de combate à seca passaram a dividir espaço com as políticas de convivência, cuja proposta se apresenta como possibilidade de uma nova elaboração desse espaço tendo como enunciados básicos a adaptação (Cf. MALVEZZI, 2007, p.11-12.), a sustentabilidade, o respeito à diversidade, a prática democrática, a promoção da cidadania e a construção de sujeitos autônomos que tenham incidência política.

Era o início de um novo diálogo com o povo que produzia mais esperança e sonhos nas comunidades. Um discurso que tinha como objetivo retomar a confiança e credibilidade das pessoas em si próprias, fazendo-as perceber que era possível achar saídas, sem precisarem migrar para outras regiões. O Nordeste é viável! (SOUZA, 2005: 22)

¹³Disponível em: http://www.insa.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=60. Acesso em: 15 fev. 2011. Neste site é possível ficar sabendo também das ações que o INSA vem desenvolvendo no Semiárido.

¹⁴Tecnologias voltadas para os problemas básicos do povo, que possibilitam uma transformação social. Por exemplo: as cisternas de bica, a cisterna adaptada para a roça, a barragem subterrânea, o tanque de pedra, o barreiro de trincheira, e as mandalas.

O chamado “movimento da convivência com o Semiárido” que compreende as ações empreendidas desde a década de 90 do século passado, por diversas organizações sociais, voltadas à afirmação e fortalecimento desse discurso apresenta, segundo MACEDO (2004), algumas características: a articulação em redes como modo de participação coletiva, a configuração de dois tipos de poder fora da esfera governamental – o de execução e o de proposição de medidas –, a produção e difusão de conhecimentos sobre a convivência com o Semiárido, e os seus aspectos organizativos. A ação da convivência é entendida por essa autora, e à luz de Castoriadis¹⁵, como

práxis que constitui-se como projeto revolucionário, porque nela encontra-se a participação, o empoderamento e a autonomia de cada um e do coletivo como seus elementos constituintes, tendo a transformação social implicada no trajeto da própria ação (MACEDO, 2004: 78).

No que se refere aos esforços para dar visibilidade à convivência com o Semiárido é preciso conferir peso aos espaços de debate e aprendizagem em seminários, simpósios e outros encontros realizados no decorrer das duas últimas décadas, a exemplo dos simpósios de manejo e captação de água da chuva iniciados em 1997¹⁶, do Simpósio Escola e Convivência com a Seca, em 1998, e do I Seminário de Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro, em 2000 – ambos realizados em Juazeiro-BA; dos encontros bienais da ASA que vêm ocorrendo desde o ano 2000¹⁷, e do I Seminário Nacional sobre Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro, realizado no ano de 2010, na cidade de Campina Grande-PB; além dos cursos de especialização em educação contextualizada para a convivência com o Semiárido criados em algumas universidades públicas da região Nordeste nos últimos anos, e dos momentos de formação que integram o processo de implementação de algumas políticas públicas como, por exemplo, o P1MC em que

¹⁵O texto de Castoriadis citado é “A instituição imaginária da sociedade”, de 1982.

¹⁶Esses simpósios foram promovidos e organizados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e pelo IRPAA. Os dois primeiros simpósios ocorreram na cidade de Petrolina-PE: o primeiro, em 1997, com tema “Captação de Água de Chuva: a base para a viabilidade do semi-árido” e o segundo, em 1999, com o tema “Captação de Água de Chuva: uma resposta para a escassez de água no próximo milênio”. Os simpósios eram realizados de dois em dois anos: em 2001, na cidade de Campina Grande-PB (Tema: Captação de Água de Chuva e Cultivos Apropriados ao Semi-Árido); em 2003, na cidade de Juazeiro-BA (Tema: Captação e Manejo de Água de Chuva: uma proposta sustentável para o combate à fome e para a melhoria da qualidade de vida); em 2005, na cidade de Teresina-PI (Tema: Captação e Manejo de Água de Chuva para a Sustentabilidade de Áreas Rurais e Urbanas – Tecnologias e Construção da Cidadania); em 2007, na cidade de Belo Horizonte - MG (Tema: Água de Chuva: Pesquisas, Políticas e Desenvolvimento Sustentável); em 2009, na cidade de Caruaru-PE (Tema: Captação e Manejo de Água de Chuva: Avanços e Desafios em um Ambiente de Mudanças). Outras informações sobre esses eventos podem ser acessadas no sítio eletrônico da Associação Brasileira de Captação e Manejo de Água de Chuva (ABCMAC). In: <http://www.abcmac.org.br/index.php?modulo=apresentacao>. Acesso em 16 mai. 2011.

¹⁷O Encontro Nacional da ASA (EnconASA) são momentos dedicados à discussão e avaliação das políticas públicas voltadas para o Semi-Árido e fortalecimento das experiências de convivência com a região. Informação disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=115. Acesso em: 18 mai. 2011.

a construção das Cisternas de Placa é precedida de um processo de formação das famílias contempladas pelo programa que objetiva educá-las para a cidadania e para a prática da convivência com o Semi-Árido, a fim de que os usuários adquiram autonomia e tenham consciência da sua capacidade de promover mudanças e de gerir alternativas que respondam às problemáticas de sua própria realidade. Esse processo educativo que contempla os pilares de sustentação do processo de formação pessoal e da educação para convivência com o Semi-Árido (o “saber conhecer”, o “saber fazer”, o “saber conviver”, e o “saber ser”) tem se mostrado cada vez mais imprescindível à concretização dos objetivos ensejados pelo P1MC: ‘As diversas experiências de implantação das cisternas desenvolvidas nos últimos 10 anos, por organizações e entidades atuantes no Semi-Árido brasileiro, comprovam que o sucesso da cisterna depende fundamentalmente, do processo educativo que acompanha o seu projeto de implantação’ (SÁ et al., 2008: 514).

Sabe-se também que a atuação de algumas instituições no Semiárido acompanhou a produção, distribuição e/ou venda de materiais diversos que buscam difundir os enunciados, saberes e dizeres da convivência. Existem livros, agendas, calendários, folders, cartazes, folhetos de cordel, o CD “Belo Sertão: A Convivência com Semiárido através da música”, entre outros. A RESAB, por exemplo, tem empreendido algumas experiências em municípios do Semiárido Brasileiro com um material didático específico que contempla um conhecimento acerca da realidade dessa região valorizando as suas potencialidades, o protagonismo dos sujeitos sociais e a construção de imagens otimistas deste espaço geográfico. São experiências que segundo a própria avaliação da Rede têm dado certo e por isso têm sido divulgadas. Um dos instrumentos de divulgação foi a publicação do volume *“Educação para a convivência com o Semiárido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá”* que oferece ao educador a possibilidade de vislumbrar um novo caminho para “reencantar a educação e o processo de ensino-aprendizagem” com um olhar mais sensível sobre a realidade local e a valorização dos saberes e da cultura locais como elementos importantes para a formação do indivíduo. Além deste, outros volumes foram publicados com titulações diferentes¹⁸, mas com conteúdos que reafirmam a necessidade de políticas públicas educacionais pautadas na educação para a convivência com o Semiárido, tornando-se importantes veículos de informação entre o público leitor - no sentido de provocar reflexões acerca da concepção de convivência com o Semiárido Brasileiro, bem como do conceito de educação contextualizada, das propostas para a implementação de políticas públicas de educação, da formação dos educadores e educadoras, da gestão, do livro didático, da arte para a construção de uma prática educacional inclusiva e significativa (Cf. SÁ et al., 2010). Tudo isso compõe articulações estratégicas para

¹⁸ Por exemplo: o livro diático *“Conhecendo o Semi-Árido”*, apresentado em dois volumes destinados às 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental ou às turmas multisseriadas nesse nível; e o caderno multidisciplinar *‘Refletindo a Educação no Semiárido Brasileiro...Ousando e fazendo a diferença’*.

comunicar a convivência por meio de diversos suportes materiais e para um público amplo e plural.

No trabalho intitulado “*Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*”¹⁹, a questão do desenvolvimento para o Semiárido Brasileiro ocupa uma posição privilegiada. Negligenciando apreender a convivência como expressão vazia, SILVA (2008:189) reforça que ela é “portadora de significados ideológicos próprios com base em interesses socioeconômicos e fundamentada em diferentes visões de mundo e intenções de futuro, influenciando na identificação das necessidades e na definição de prioridades”. A convivência possui um sentido ambiental quando preconiza a adaptação ao *habitat*, o uso de tecnologias apropriadas de captação e armazenamento de água e de soluções hídricas adequadas para a produção da agricultura familiar; a gestão comunitária dos mananciais hídricos, o manejo adequado do solo e da vegetação nativa, e a interdependência como elemento fundante da relação harmoniosa, íntima e sustentável entre o homem e o meio e que seja promotora do desenvolvimento humano. Possui também um sentido econômico ao defender padrões de produção que, aproveitando as potencialidades e considerando as limitações da região, possam fomentar a geração de trabalho, a produção e distribuição de riquezas, a democratização do acesso à terra, água, crédito, tecnologias apropriadas, assistência técnica e organizativa: apoia-se as alternativas baseadas na agroecologia, na produção apropriada (como a criação de pequenos animais e as lavouras secas) e nas iniciativas econômicas solidárias com base no associativismo e no cooperativismo a exemplo dos bancos e casas de sementes comunitárias, das feiras de agricultura familiar e agroecologia e das redes e cooperativas de beneficiamento e comercialização, tudo isso com vistas ao fortalecimento da economia do Semiárido. A convivência reúne um conjunto de significados, saberes e dizeres, que quando viabilizados em espaços de apropriação, como os espaços educacionais, podem fomentar a relação harmoniosa entre ser humano e meio ambiente – possui, pois uma dimensão cultural – e também implica qualidade de vida com garantia de igualdade nas relações sociais entre homem e mulher (no lar, no trabalho, nos programas de serviços de crédito etc.) e de acesso à educação contextualizada, saúde, moradia, saneamento, abastecimento hídrico, segurança alimentar e assistência social e previdenciária; se apresenta ainda como proposta política de mobilização da sociedade incitando-a a participação na elaboração, gestão, execução e controle social de políticas públicas apropriadas que garantam

¹⁹SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. 1.ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008.

melhorias na qualidade de vida e desenvolvimento sustentável no Semiárido (Cf. SILVA, 2008: 188-224).

Expressões e significados que constituem o leque de sentidos da convivência são identificados por SILVA (2008) em textos que pensaram o Nordeste e problematizaram algumas de suas questões mais recorrentes (a seca, a fome, a retirância). Por exemplo, na crítica de Djacir Menezes às explicações naturalistas e racistas dos problemas regionais, em sua proposta de valorização dos saberes locais e de que as formas de convivência estejam em conexão com os recursos de sobrevivência; na defesa de uma economia baseada no desenvolvimento humano e equilibrado, da fixação do homem à terra, e da educação popular como instrumento de liberdade econômica, política e espiritual feita por Josué de Castro; na reforma agrária capaz de transformar agricultores em atores dinâmicos no plano econômico e na convivência com as secas a partir de uma agropecuária que tenha em conta a especificidade ecológica regional, defendidas por Celso Furtado; na posição de Manuel Correia de Andrade a favor da construção de cisternas e barragens subterrâneas, da criação de pequenos animais e da promoção do crescimento com respeito às condições ecológicas da região; no desenvolvimento fundado na convivência com a semiaridez e na participação da sociedade civil interessada no processo de tomada de decisões, preconizados pela modernização reformista de Otamar de Carvalho; na presença de organizações não governamentais como alternativa à ausência do Estado, e na necessidade de uma política nacional de desenvolvimento regional com redução das desigualdades regionais, garantia de serviços públicos básicos, melhoramento das condições de trabalho e integração dos espaços regionais – apontadas por Tânia Bacelar de Araújo; no aproveitamento das vantagens da semiaridez a partir do manejo sustentável da caatinga e da produção apropriada, defendidos por Guimarães Duque (Cf. SILVA, 2008: 88-148).

Num empreendimento genealógico, aquele que exige o demorar-se na meticulosidade dos começos para marcar a singularidade dos acontecimentos, Moreira Neto (2010) atesta o germe da convivência presente no discurso de Guimarães Duque e observa ainda como ele também se manifesta sorrateiramente nos discursos que apresentam “uma visão tradicional desenhada com as tintas da melancolia de uma paisagem cinzenta timidamente movimentada por corpos esqueléticos de fomes crônicas, inchados de alimentos tóxicos” (MOREIRA NETO, 2010: 43), especificamente nos estudos de Josué de Castro e na literatura de José Américo de Almeida. Embora considere que esses discursos “são ensaios de um novo saber que começa a ser elaborado e que engatinha, timidamente, formas de fazer um espaço” (MOREIRA NETO, 2010: 82), reconhece que essas elaborações sobre o Semiárido “ainda

aparecem, nestes autores, de modo desarticulado, revelando compreensões muito mais individuais do que formas procedentes e definidas de conceituar politicamente um espaço geográfico (MOREIRA NETO, 2010: 87).

A aurora da segunda metade do século XX marca o momento em que o planejamento é assumido como carro-chefe da proposta de desenvolvimento para o Nordeste. O redimensionamento dessa região no cenário econômico nacional passaria necessariamente pelo planejamento de ações voltadas à produção de conhecimento técnico sobre a geografia semiárida segundo os parâmetros científicos, ao fortalecimento de uma economia capaz de refletir a organização da sociedade, a formação de recursos humanos qualificados capazes de ocupar as demandas de trabalho oriundas do processo de industrialização que se pretendia para essa região. E é nesses termos que a convivência se apresenta na racionalidade da industrialização. Essa nova racionalidade pode ser apreendida nos dois documentos elencados e problematizados por Moreira Neto: no conjunto de textos que resultaram do Encontro de bispos do Nordeste, realizado em 1956 na cidade de Campina Grande – PB, e no documento produzido pelo GTDN, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, intitulado *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*. Nesse momento se começa a assistir

ao ocaso de uma época em que as secas, culturalmente metamorfoseadas em algozes implacáveis de homens, bichos e plantas do Nordeste, começam a se diluir entre as máquinas e ferramentas das empresas que, de nomenclaturas indecifráveis para os mortais sertanejos, começam a plantar estradas, a construir açudes, a quebrar o silêncio com os rancos dos motores dos automóveis e a apregoar a irrigação como o caminho de redenção para o Nordeste (MOREIRA NETO, 2010: p. 47)

Nesse sentido, muitos dos dizeres e fazeres – sobretudo os que se referem a uma relação harmoniosa entre homem e natureza – que mais tarde reapareceriam num retorno descontínuo, inicialmente retomados e/ou reelaborados e, depois, instituídos como legítimos no discurso da convivência, já se exibiam ainda que modestamente na escritura desses estudiosos e nesses documentos institucionais. Mas vale aqui uma consideração porque há nos discursos de SILVA (2008) e MOREIRA NETO (2010) uma questão que talvez os distancie no modo como reconhecem os enunciados da convivência presentes nos textos do século XX referidos acima: enquanto o primeiro entende que o discurso da convivência retoma ou faz uso desses enunciados que criticam o combate à seca e a modernização conservadora, o segundo evidencia esses enunciados como componentes da própria genealogia – ou do sentido histórico – da convivência.

A síntese dos significados atribuídos à convivência é apresentada por SILVA (2008) no seguinte fragmento:

Em primeiro lugar, trata-se de um resgate do pensamento crítico sobre o combate à seca e sobre a modernização conservadora, que marcaram as formas

de intervenção do poder público na região e que se acumula desde o início do século XX; 2) Em segundo lugar, é uma leitura contextualizada da transição paradigmática das propostas e modelos de desenvolvimento, reinterpretando a sustentabilidade a partir do reconhecimento das potencialidades e fragilidades dos ecossistemas locais; 3) Em terceiro lugar, é a expressão de um novo projeto político para a região, protagonizado por um conjunto de organizações da sociedade civil, fundamentado num conjunto de experiências e vivências tecnológicas, produtivas e socioeducativas, apropriadas ao ambiente semiárido, e que buscam ampliar os espaços decisórios de formulação e controle social nas políticas públicas (SILVA, 2008: 222).

A partir da análise da trajetória das políticas governamentais para essa região, bem como do pensamento crítico sobre os modelos de desenvolvimento que orientaram tais políticas, feita por SILVA, é possível afirmar que o período que se estende da segunda metade da década de 80 do século passado até os dias atuais compreende um momento de transição de paradigmas – o combate e a convivência – que se recusam e se excluem, sutil ou explicitamente, no combate em torno das verdades que enunciam. Embora seja apontado que “ainda permanecem ativos e intimamente articulados os dois projetos políticos – de combater a seca e de modernizar a economia sem transformar – até o momento, funcionando como paradigmas da intervenção governamental na região” e por isso, “os avanços na implantação de novas políticas de desenvolvimento sustentável, com base na convivência, serão frutos de intensos processos de disputa e negociação” (SILVA, 2008: 223), esse momento estaria marcado, segundo Marinho, pela falência ou esgotamento das políticas pautadas na lógica do combate à seca e da modernização conservadora e pela formulação de um paradigma de desenvolvimento, protagonizada pela sociedade civil organizada, em que a sustentabilidade implicaria a convivência com o Semiárido.

A paisagem que se desenha nesse jogo de poder poderia então ser caracterizada, como sugere o título de sua tese, como um entremeio que situa de um lado a convivência e do outro o combate à seca como modelos de desenvolvimento que se opõem um ao outro, e que se reflete como palco das disputas entre os dizeres e fazeres de cada um. Urge perceber que, como manobra tática dos que difundem a convivência, não se pretende que esse entremeio seja para sempre esse elemento caracterizador da realidade: ele funcionaria apenas como espaço de transição, como condição de possibilidade de travessia do combate para a convivência e não o contrário, motivada pelos debates e mobilizações. Essa travessia é sugerida, imposta e atestada como solução para o enfrentamento das realidades sociais, econômicas e culturais inibidoras do desenvolvimento humano no Semiárido; ela se encontra delimitada e instituída como necessária no conjunto de dizeres e procederes que instituem a convivência como único horizonte possível.

Há no discurso da convivência uma visão determinista da história que, no tempo presente, já articula as próximas páginas de uma trama futura em termos de se “fizemos assim, este é o Semiárido que teremos”, ou trata-se apenas de um artifício do discurso com vistas a um efeito de verdade que se quer produzir? Talvez se responda negativamente a essa primeira questão, hoje, em função das repercussões econômicas e sociais das ações pró-convivência desenvolvidas ao longo das duas últimas décadas e se diga que ‘não se trata de uma visão determinista, mas de um diagnóstico elaborado a partir de ações que vêm dando certo’. É evidente que o caminho que se quer caminhar não é desconhecido, sabe-se como fazer para efetivar a travessia e o que se encontrará ao seu final: a convivência, somente a convivência – o que não é nem um pouco surpresa, já que os discursos se empenham com esmero em jogar para as margens os dizeres e fazeres que lhes ameaçam. Como afirma Moreira Neto (2010: 14): “a mudança de rota não acontece de forma aleatória; os discursos sobre a convivência com o semiárido circulam e são aceitos porque obedecem a regras ‘econômicas’ estabelecidas e acatadas por todos dentro de um campo onde é fundamental a competência de quem diz e a aceitação de quem escuta”. A questão que forçosamente desponta é se não existiriam outros modelos de desenvolvimento ativos para além destes que foram situados pelo debate acadêmico. Nenhuma enunciação, sutil ou bastante explícita, foi citada como germe de outro discurso para o empreendimento de genealogias futuras.

Se não temos somente o combate à seca ou a modernização conservadora ou somente a convivência, se todos esses projetos estão ativos e revelam toda uma tipografia de interesses em disputa, seria necessário perguntar, então, pelos limites dessas transições paradigmáticas apontadas por Marinho e motivadas pelo debate sobre a sustentabilidade econômica e dos recursos naturais. Perguntar em que lugares ocorrem, que enunciados as evidenciam e o que, de fato, retomam, modificam e/ou instituem. Isso daria um trabalho de fôlego que não pretendo realizar aqui. Mas de forma bastante sorrateira, é importante dizer que a transição aparece muito fortemente nessa análise de SILVA como expressão do interesse de uma das partes em disputa com a imposição da convivência como projeto político mais viável para o Semiárido. Nesse sentido, a transição ainda estaria mais em termos do que se quer deixar de ser para vir a se tornar e menos como evidência de um processo terminado ou de um processo que findará tal como se deseja. A partir disso se poderia perguntar: essa mudança na economia das palavras que institui modos de dizer e de pensar o Semiárido, poderia levar a outro modelo de desenvolvimento que não fosse aquele preconizado pelo discurso da convivência? A resposta do próprio discurso da convivência, indubitavelmente, seria: não.

O discurso da convivência conta com enunciados cujos valores atribuídos em nossas sociedades contemporâneas são altíssimos – basta lembrar que ele ajuda a reforçar uma das palavras mais ditas nos últimos anos: sustentabilidade²⁰. E o efeito de sentido que essa palavra ajuda a produzir em determinadas enunciações, e não apenas nas enunciações da convivência, é tão forte que o que não é sustentável chega, muitas vezes, a tornar-se desprezível ao nosso olhar. Mas, mesmo em meio a elementos que diagnosticam certa tendência à hegemonia do discurso da convivência, alguns dos quais são apontados por SILVA, e não somente por ele, ainda seria extremamente arriscado anunciar o ocaso do combate à seca. Continuar afirmando, no lugar da hegemonia do discurso da convivência, a condição atual como momento de transição paradigmática parece ser a atitude mais sensata ao corroborar com as evidências e até como modo de não escamotear as práticas realizadas em outros discursos e/ou a partir deles.

O cenário que se descortina revela, portanto, uma disputa por significados – entre discursos e práticas e no interior de cada uma delas – cujo valor aglutina implicações políticas, econômicas e culturais relacionadas aos modos de dizer a região, à implementação de políticas públicas, à postura assumida pela sociedade civil e à educação. Essas implicações consideradas em termos de “antes foi assim” e “agora é assim que deve ser” tornam esse valor salutar para determinados sujeitos e por diversas razões. Por isso, a evidência de que há uma mudança se operando no Semiárido Brasileiro, com o deslocamento do discurso do combate à seca para a concepção de convivência e que essa mudança vem instituindo um redimensionamento de concepções, enunciados e dizeres sobre o que é *ser Semiárido*, mais do que uma simples constatação de forças que (se) mobilizam (n)o tempo presente, é o reconhecimento de uma invenção que está em curso.

1.2. De como fazer ver os ventos que sopram: urdindo o olhar para fabricar o diagnóstico

Por servir ao diagnóstico do discurso da convivência, no modo como se manifesta, que verdade o conduz e sob que intenção estratégica ele se sustenta, desponta como necessário

²⁰Segundo DUQUE, é o caráter de ação permanente da convivência que a aproxima do conceito de sustentabilidade. Essa autora diz: “Para que a convivência com o semi-árido seja sustentável do ponto de vista econômico, as tecnologias propostas têm que ser de baixo custo e de replicação fácil pelas famílias agricultoras da região. Para que seja sustentável do ponto de vista ambiental, essas tecnologias devem ser respeitosas do meio ambiente. Finalmente, para que haja convivência socialmente sustentável, essas mesmas tecnologias devem ser frutos de um processo pedagógico e político que aproveite o saber das famílias produtoras e dialogue com elas, permitindo-lhes apropriarem-se do mesmo e difundi-lo de forma autônoma, dispensando aos poucos a presença de mediadores”(DUQUE, 2008: 137).

analisar os diferentes lugares em que ele aparece e perguntar pelos critérios e normas que regulam esse aparecimento. Mas, este trabalho dará visibilidade a esse discurso, no modo como ele se apresenta em duas linguagens: o cordel e a música. Oliveira (2004) destaca que “o Nordeste que reconhecemos, hoje, é em grande medida, uma invenção musical” e eu diria que o Semiárido que talvez seja reconhecido em tempos vindouros já se encontra em processo de invenção também na música, mas não somente nela. Tanto no cordel quanto na música se (re)produziu todo um repertório de palavras, sons e imagens a propósito da convivência, do Semiárido, da “Cultura do Semiárido” convocando determinados sujeitos a assumirem posições, modos de dizer e de fazer específicos.

Segundo Roberto Marinho,

A disputa em torno de modelos de desenvolvimento e de políticas públicas no Semiárido tem-se concentrado em dois espaços: socioculturais e políticos. Nos espaços socioculturais, a convivência é uma contestação cultural das imagens historicamente construídas sobre uma terra considerada imprópria ao desenvolvimento, condenada à miséria e à dependência dos socorros emergenciais. Nesse primeiro caso, a disputa ocorre nas esferas da sociedade civil, buscando a inserção de novos conteúdos e significados sobre a realidade, nos meios de comunicação social e nos espaços de produção e disseminação de conhecimentos. No campo da política, a construção de uma contra-hegemonia refere-se à ampliação dos espaços de participação da sociedade civil organizada no processo de formulação e execução de políticas públicas. A convivência requer, portanto, o fortalecimento organizativo da sociedade civil e a ampliação dos mecanismos e espaços institucionalizados e alternativos de participação cidadã... (SILVA: 2006: 220)

Buscando contribuir para a compreensão de como essa disputa se perfila em e por meio de espaços como o cordel e a música, a fase exploratória desta pesquisa contemplou o desenvolvimento de leituras e reflexões, teóricas e críticas, sobre as questões relacionadas à essas linguagens, ao uso que fazem das imagens; além de questões relacionadas ao Semiárido, aos processos de construção dos sujeitos e à compreensão da convivência – de modo que esta pudesse ser pensada aqui tanto como noção quanto como prática e instituição vinculadas ao exercício do poder. Nesse sentido, a convivência é modo de pensar, de julgar, de ver; é também ação criadora que constrói/organiza a realidade.

As fontes que tomei para a problematização do objeto – o que elas enunciam – são armas com as quais se lutam e instrumentos que servem ao exercício do poder:

- Os cordéis produzidos pela ASA (Articulação no Semiárido)²¹
 - ✓ Convivência com o Semiárido (José Rogaciano S. de Oliveira)²²
 - ✓ Água no Semiárido (José Rogaciano S. de Oliveira)²³

²¹Alguns números foram disponibilizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Aparecida – PB; outros pela Assessoria de Comunicação da ASA (AsaCom) de Recife – PE.

²²Acesso às seguintes edições: 1, 4, 6 e 8.

- ✓ A Articulação no Semiárido vai mudar o Sertão – (Arnaldo e Arno)²⁴
- ✓ Segurança Alimentar (José Rogaciano S. de Oliveira)²⁵
- ✓ Cisterna de Placas: Importância e cuidados - (José Rogaciano S. de Oliveira)²⁶
- ✓ Elas e eles: direitos e deveres (José Rogaciano S. de Oliveira)²⁷
- ✓ A Peleja do Velho Chico contra o Vampiro da transposição (José Rogaciano S. de Oliveira)²⁸

- Os cordéis produzidos pelo INSA (Instituto Nacional do Semiárido)

- ✓ O Paradigma das Oportunidades – (Poeta Oliveira de Panelas)²⁹
- ✓ Instituto Nacional do Semiárido (INSA): Outra visão, outro Sertão – (Oliveira de Panelas e José de Souza Silva)³⁰

- O CD “Belo Sertão: A convivência com o Semiárido através da música”.

O que se compreende por Semiárido Brasileiro é também uma construção dos discursos que o objetificam. Bem mais que uma delimitação geográfica ou uma marca presente na natureza, o Semiárido Brasileiro é o conjunto do que efetivamente foi dito sobre ele, portanto é uma construção histórica dada nos modos de ver e de dizer que lhe atribuem uma existência e lhe dão sentido; é o lócus em que atuam forças políticas, econômicas e culturais constituindo uma multiplicidade de espaços regionais que necessariamente não se delimitam em termos geográficos; é o agrupamento das identidades dispersas da geografia, dos espaços regionais, dos sujeitos e das práticas culturais que aparecem “nos enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009: 35). E por isso, entendo

²³ Acesso às seguintes edições: 1, 3 e 4.

²⁴ Acesso às seguintes edições: 1, 6, 7 e 10.

²⁵ Acesso às seguintes edições: 1, 4, 5 e 8.

²⁶ Acesso às seguintes edições: 1, 5, 7, 8 e 9.

²⁷ Só teve uma edição

²⁸ Só teve uma edição

²⁹ Só teve uma edição. O primeiro contato com esse cordel ocorreu durante o I Seminário Nacional sobre Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro, realizado na cidade de Campina Grande-PB, em maio de 2010. O cordel integrou o material disposto na bolsa do evento destinada aos congressistas, na sua maioria, educadores. Depois pude ter acesso a mais um exemplar numa visita que fiz ao INSA no primeiro semestre de 2011.

³⁰ Trata-se da publicação desse gênero, pelo INSA, mais próxima da escrita deste trabalho. Na visita que fiz ao INSA, antes da publicação, tive acesso a uma primeira versão impressa de arquivo em PDF desse cordel. Posteriormente ao lançamento, numa outra visita que fiz ao instituto, pude acessar o cordel efetivamente publicado.

que todo esse material produzido constitui espaços onde o discurso da convivência se perfila e trabalha na construção de compreensões que pretendem definir o Semiárido.

Com esse pressuposto, já defendido por outros historiadores que discutem e problematizam a região, não estou aqui negando a ocorrência da semiaridez de um espaço geográfico historicamente semiárido, apenas querendo dizer que: o Semiárido enquanto delimitação regional (geográfica, econômica, cultural etc.) nem sempre existiu, é algo historicamente instituído; outrora já chamaram alguns espaços semiáridos do Brasil, não o Semiárido, de Sertão, de Norte, ou de Nordeste, ou ainda de Polígono das Secas – termos que ainda hoje por vezes se confundem quando são enunciados; a semiaridez e suas repercussões, por mais que reverberem notadamente nos discursos que desenham a região, não são as únicas tintas utilizadas para dar contornos ao que se quer definir por Semiárido Brasileiro. Entenda-se que uma delimitação regional obedece a critérios que circunscrevem e nomeiam um espaço, seja ele geográfico, social, econômico ou cultural; e que, quando alterados, geralmente modificam os contornos dessa delimitação. E o que se fala ou já se falou do Semiárido não se refere apenas e somente apenas aos aspectos morfoclimáticos da delimitação geográfica que ele nomeia. Essa não é uma maneira de concordar, por exemplo, que o “o Nordeste é viável” ou que o “Semiárido Brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, Sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história” (MALVEZZI, 2007:9), mas de dizer que essas enunciações integram uma definição de Semiárido, um modo de pensar que nem sempre existiu e que se deseja cristalizar. Isso implica pensar: se essas enunciações são construções que constituem traços de uma identidade que se quer inquebrantável, feitas para responder a determinadas expectativas e interesses, necessárias num dado momento e em ocasiões precisas, do mesmo modo, para responder a outras expectativas e interesses elas podem perder a sua eficácia, podem não ser mais necessárias e, por não mais servirem como instrumentos de poder, podem ser invalidadas, esquecidas, desfeitas e/ou jogadas à margem. Nesse sentido, concordo que:

O que se diz da região não é o reflexo do que se vê na e como região . [...] a região se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos, que podem ter, ou não relação entre si, um não representa o outro. [...] A verdade sobre a região é constituída a partir da batalha entre o vizível e o dizível. O que emerge como visibilidade regional não é representado, mas construído com a ajuda do dizível ou contra ele. Falar e ver são formas diversas de dominar este objeto regional, que podem ou não se dirigir no mesmo sentido. [...] Nem sempre o enunciável se torna prática e nem toda prática é transformada em discurso. Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem. São as estratégias de poder que orientam os encontros ou as divergências entre o vizível e o dizível e o contato entre eles (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009: 59)

A música e o cordel são apontados por Moreira Neto (2010) como lugares em que se instituem formas de manifestação e formatação de uma identidade para o Semiárido. Na música, tomando como referência a canção “Água de Chuva” de Roberto Malvezzi, essa autora destaca “o aspecto místico ou divino”³¹ a partir dos nexos que essa canção constrói entre a água como dom divino e a necessidade de cuidar desse dom, e ainda quando estabelece o sincronismo entre a proposta de convivência e os ensinamentos do Pe. Ibiapina, Antônio Conselheiro e Pe. Cícero; destaca a canção “Beleza Iluminada”, também de Roberto Malvezzi, como inspiração para a construção de “novas relações de gênero produtoras de belezas iluminadas” desconstruindo “a imagem que, apesar da plasticidade estética captada por muitos artistas, dramatiza as cenas de mulheres carregando latas d’água na cabeça, caminhando esguias e retilíneas numa posição forçada pelo equilíbrio da lata na cabeça” (MOREIRA NETO, 2010: 164); faz referência ainda à canção “Terra Prometida”, de Miroval Marques, de onde apreende a positividade da ideia de que “reelaborar um dizer sobre o sertão, apresentando-o como belo, produtivo, cidadão, corrobora com a idéia de que mudar o Semiárido é também uma questão cultural, de leitura e entendimento desse mundo” (MOREIRA NETO, 2010: 176)³². No cordel, ela cita a poesia de Raimundo Nonato da Silva falando da importância da água e da criação de hortas e viveiros; apreende em “O Paradigma das Oportunidades” a presença da noção de convivência como “elemento destacado por ser generalizável” e defende que aí se apresenta uma proposta de desenvolvimento sustentável que esconde “armadilhas sutis e traiçoeiras, ao relacionar o paradigma humano do desenvolvimento como mote para a vantagem de se aproveitar a semiaridez da região, em favor da superação de seu atraso econômico e social” uma vez que essa vantagem “tem como foco central a positividade da agroindústria, das fartas fontes de energia capazes de, utilizando-se de meios não convencionais, transformar os pressupostos tecnológicos vigentes na tradição regional” (MOREIRA NETO, 2010: 136-137); menciona ainda versos de “Convivência com o Semiárido” primeiro para mostrar nas suas linhas os contornos de um Semiárido Brasileiro geograficamente delimitado, depois para dizer como nos discursos elaborados pela ASA se apresentam concepções de convivência e sustentabilidade do desenvolvimento que desenham traços de outro Semiárido por meio de práticas como a captação de água da chuva, o cuidado com o meio ambiente, a agroecologia, de técnicas de

³¹Segundo a autora esse aspecto se manifesta como expressão do poder pastoral exercido por entidades que “vivenciam sua prática em elementos como a partilha, o sentimento de comunidade, a troca de experiências, a natureza como dádiva divina, rebanhos e pastores guiados à ‘Terra da Promissão’, os homens como filhos de Deus e, portanto, iguais em direitos” (MOREIRA NETO, 2010: 157).

³²As três canções mencionadas fazem parte do CD Belo Sertão, objeto de análise deste estudo.

conservação do solo, entre outras (Cf. MOREIRA NETO, 2010: 139). Ao lado de muitas práticas (reuniões, encontros de formação, políticas públicas, experiências educativas, etc.) essas linguagens

corroboram com a tentativa de gestar um discurso sobre a convivência e, comumente, traçam um perfil do que seja a região, como deve viver sua gente, quais relações devem estabelecer e como podem e devem pensar esse mundo, valorizando, por exemplo, elementos como a terra, as plantas e a água como dons divinos e perspectivas de futuro para quem segue os caminhos legitimados como únicos possíveis de vivência harmônica entre homem e semiáridéz (MOREIRA NETO, 2010: 176).

Essas linguagens não constituem o foco da análise desse trabalho, por isso elas aparecem aí de forma difusa, muito mais como referências de onde se exibem algumas questões problematizadas pela autora – por exemplo, quando se falou da epifania de um Semiárido Brasileiro geograficamente delimitado e recortado – do que como ponto de emergência dessas questões. É importante dizer que esse trabalho quis discutir e investigar como e até que ponto a ideia da convivência, desinstitucionaliza o enunciado sertão e cria novas visibilidades e dizibilidades a partir do enunciado semiárido e, como esse deslocamento infere nas relações de poder/saber (Cf. MOREIRA NETO, 2010: 20). Essa pretensão é repositório de uma afirmação – a de que o enunciado sertão é desinstitucionalizado pela ideia de convivência – à qual não se coloca nenhuma dúvida e de onde se quer encontrar a(s) maneira(s) e a medida do que ela enuncia – “como e até que ponto”. No entanto, a profusão de discussões realizadas pela autora – de como alguns estudos desenvolvidos no século XX já alinham enunciados que, mais tarde, tecem o discurso da convivência à análise de como o discurso da convivência começa a ser alinhavado no mesmo compasso de produção de uma nova governamentalidade para a região nordestina; das problematizações das concepções de convivência que se entrelaçam e se confrontam no debate sobre o Semiárido à apreensão de como se manifesta um “poder pastoral ou escatológico” no discurso da convivência; e, ainda, de como esse discurso vem sendo reelaborado pelas lideranças e representantes das entidades sociais e agricultores, entre outras questões – apresenta fontes que, a meu ver, apontam para uma outra direção fragilizando a ideia de desinstitucionalização do enunciado sertão. Algumas dessas fontes, como se percebe, também fazem parte do *corpus* documental desta pesquisa e no momento da problematização das mesmas mostrarei as evidências que permitem essa constatação.

A fundamentação teórico-metodológica desta pesquisa parte da compreensão de que “a produção de um discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e

perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2009: 8-9). Procedimentos que constituem sistemas de exclusão, externos ou internos ao próprio discurso – os quais esta pesquisa busca identificar.

Os discursos da convivência ao produzirem visibilidades e dizibilidades acerca do Semiárido Brasileiro e por (se) organizarem (n)um conjunto de dizeres que, aparecendo sob semelhantes condições de existência e obedecendo às mesmas regras de formação, portando uma vontade de verdade que lhe é específica e possibilitando a diferentes objetos se perfilarem no interior desses discursos – na indissociável relação que mantêm com os seus tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas – singularizam nas diferentes formas (texto, imagem, música) e nos diversos suportes materiais em que se manifesta, traços de uma nova ordem discursiva que busca hegemonia. Vale lembrar que essas escolhas temáticas estão ligadas a toda uma complexidade de relações, ao comprometimento do discurso com aquilo que lhe é contemporâneo, aos regimes e processos de apropriação do discurso, às posições possíveis do desejo em relação ao discurso e não ao nível das opiniões, da existência de um projeto que as determine ou da visão de mundo que as faça emergir³³.

Por isso, a análise de discurso no modo como aqui se apresenta não busca descrever um referente ou afirmar a existência de uma consciência constituinte responsável pela formulação do discurso; não pretende falar de uma visão de mundo expressa em palavras, da mentalidade de um povo ou de uma época. Tal análise não procura encontrar o que poderia ter sido dito, nem dizer como teria sido se as palavras de uma enunciação fossem outras; busca ficar no nível do próprio discurso, sem ignorar as condições de possibilidade de sua produção, as relações de poder/saber que o engendram e garantem o seu funcionamento. Ela não busca descrever um ato fundador advindo de um sujeito consciente nem pretende assinalar um vínculo entre as palavras e as coisas, entre o discurso e uma realidade distante da qual poderia estar falando. Pretende

mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência ... [e] que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva (FOUCAULT, 2008: 55).

É esse conjunto de regras, entenda-se um jogo de relações, que precisa ser descrito. É preciso mostrar então as batalhas travadas no interior do discurso, os caminhos muitas vezes sinuosos de sua formação e apresentar os espaços de liberdade, as proibições, os silenciamentos e as reivindicações que ele produz; determinar as condições de existência dos

³³Ver: FOUCAULT, 2008: 36-78.

diferentes enunciados, dispersos no tempo, que os constituem, bem como seus limites e a relação que mantêm com outros enunciados; assinalar os traços que exprimem a sua singularidade mostrando por que não poderia ser outro, como põe à margem outros discursos, como ocupa no meio dos outros e relacionados a eles, um lugar que lhes foi consignado e que só a ele pertence, não podendo ser ocupado por qualquer outro; apresentar em sua análise histórica o desejo e o poder – combustíveis de sua sobrevivência – manifestados na vontade de verdade que os atravessam. Trata-se de sobrevoar um campo – o discurso – para assinalar a sua singular existência no tempo, diagnosticar e problematizar a natureza das relações que o sustentam, bem como as posições de sujeito e as práticas que estas estabelecem e legitimam.

Coloca-se então a questão do poder – pergunta-se pelos seus mecanismos, pelos seus efeitos, pelos dispositivos que utiliza, pelo seu custo – não para forjar para ele uma imagem negativa ou positiva, mas para “afirmá-lo como uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular” (FOUCAULT, 1979: 219). Pergunta-se também pelos perigos e poderes que são conjurados na realidade material desse discurso, que regras autorizam as palavras cantadas ou escritas, as imagens e sons utilizados para afirmar a verdade da convivência, porque retomam, modificam e/ou excluem outros dizeres, por que nesses dispositivos que veiculam a convivência aparecem aquelas palavras, aquelas imagens e aqueles sons e não outros em seu lugar. São perguntas que sinalizam a singular existência do discurso da convivência que se busca encontrar manifestada em sua própria superfície.

Coloca-se ainda a questão da vontade de saber que serve de suporte e instrumento ao discurso em seu regime de produção de verdades. Desse modo, quando se analisa qualquer discurso não é para perguntar se o que ele produz constitui a verdade sobre o seu objeto mas para chegar à essa vontade de saber que possibilita a emergência de determinadas palavras e imagens que labutam na construção desse objeto; e para chegar a vontade de verdade que, configurando-se na articulação entre desejo e poder, estabelece as regras do que pode ser considerado verdadeiro ou falso.

Entendo que nas tramas sociais e em suas redes de poder, os discursos estabelecem e/ou redimensionam o lugar dos sujeitos, deslocam as imagens, (re)criam estereótipos, (re)inventam os espaços, instituem e (des)legitimam práticas; engendram estoques de verdades, criam espaços de disciplinarização ou de regulação e, por conseguinte, possibilitam a formação das redes de uma antidisciplina pelo fato de que, a partir de leituras possíveis, no jogo das relações de poder/saber e na vivência cotidiana eles são, muitas vezes, questionados, afrontados e/ou reelaborados, ainda que sutilmente, levando-se em consideração questões

como, historicidade, posição sociocultural, pertencimento institucional, etc., de “autores” e “leitores”. Entenda-se que essas redes de antidisciplina se constituem de recusas e resistências provocadas segundo as regras que tornam possível o discurso contestador e seus efeitos de poder e que os efeitos de uma ofensiva podem servir de estímulo a formação de uma contraofensiva. Em todo caso a “análise dos mecanismos de poder não tende a mostrar que o poder é ao mesmo tempo anônimo e vencedor; trata-se ao contrário de demarcar as posições e os modos de atuação de cada um, as possibilidades de resistência e de contra-ataque de uns e de outros”(FOUCAULT, 1979: 226). Vale lembrar que o discurso da convivência nasce e vai se potencializando à margem da hegemonia de outros discursos e, somente depois, consegue combater numa relação menos desigual. Nesse processo, ele não deixou de ser transgressor: ainda luta contra modos de ver e de dizer a região, contra certos tipos de políticas públicas e determinadas concepções de desenvolvimento que lhes são estranhos. E o fato de haver esses outros modos de ver e de dizer a região que o precedem e/ou que com ele disputam faz com que haja resistências ao que ele institui. Isso faz parte do processo de institucionalização dos discursos.

Desse modo, quando falo de regras/relações que instituem os enunciados da convivência no cordel e na música ou ainda quando problematizo esses enunciados, considero que eles funcionam como instrumentos que lutam – atacam e resistem – são ao mesmo tempo espada e escudo, bala e colete.

Talvez soe contraditório, pela análise de discurso anunciada, propor a utilização do conceito de cultura política e da categoria cultura histórica; digo isso pelo campo de dizibilidade no qual a expressão “cultura” se situa. Mas, na maneira como esses termos são definidos e articulados por Ângela de Castro Gomes (2007), eles foram funcionais a este trabalho. Funcionais porque os elementos que são considerados no processo de formação de uma cultura política e de uma cultura histórica constituem um arcabouço de procederes, de recursos de poder, para os quais convergem, como se verá, os esforços de produção dos enunciados da convivência no cordel e na música. E foi essa constatação que motivou a recorrência a esses conceitos. Gostaria de já mencionar aqui alguns desses elementos que foram tomados como pressupostos e que serviram à análise dessa produção: 1) A constituição de uma cultura política incorpora sempre uma leitura do passado que potencializa negativa ou positivamente períodos, personagens, eventos e textos referenciais, e que envolve uma narrativa do próprio passado; 2) Essa construção está vinculada à implementação de políticas públicas por regimes específicos que investem na busca de sua legitimidade, mobilizando valores, crenças e tradições da sociedade; 3) Estudar uma cultura política, sua formação e

divulgação seria entender também como se conforma uma cultura histórica, ou seja, como uma interpretação do passado (do presente e do futuro) foi produzida e consolidada – no caso desta pesquisa, como essa interpretação vem sendo produzida e se consolidando – através do tempo (GOMES, 2007: 47-52).

Nesse sentido, entendo as fontes mencionadas como produções que materializam o discurso da convivência, servem à construção de culturas políticas – uma que tem como “instituição-chave”³⁴ os espaços de atuação da sociedade civil organizada (representados pela ASA) e outra que é produto/constituente de um organismo governamental (o INSA) – e são provenientes de determinações histórico-culturais que instituem maneiras de ver e dizer o que é ser semiárido. São dispositivos de legitimação do discurso da convivência – possuem, pois, um caráter estratégico – que buscam afirmá-lo a partir de uma linguagem textual e imagética, das rimas poéticas e da música. Constituem materialidades diferentes que dão suporte ao discurso, nas quais os enunciados da convivência se proliferam e se repetem e, por isso, é preciso considerar que esse processo pode provocar tanto regularizações quanto deslizamentos de sentidos. Constituem ainda lugares de memória onde, como se verá, em alguns momentos se recorda para fazer esquecer e, em outros, se enuncia para cristalizar novos dizeres e fazeres.

Longe de querer assinalar uma homogeneidade ou encontrar uma unidade no interior dessas culturas políticas, busca-se afirmá-las como lugares plurais constituídos por uma multiplicidade de discursos e práticas, cujos efeitos de verdade constroem os sujeitos e direcionam os seus modos de pensar e de agir. Nesse sentido, ao apontar o desenvolvimento de determinadas práticas políticas no Semiárido Brasileiro, como condição de possibilidade de irrupção do discurso da convivência e de fabricação ininterrupta de seus enunciados, não se pretende ocultar ou negar a existência de outras práticas políticas que convivem nessa região, numa relação nem sempre harmoniosa. Busca-se apreender “as formas pelas quais se manifestam e se evidenciam um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum” (GOMES, 2005: 32) no âmbito dessas práticas políticas que se exibem nas linhas do discurso da convivência.

As produções materiais e imagético-discursivas que veiculam o discurso da convivência e buscam institucionalizá-lo podem ser apreendidas também como integrantes/produtoras de culturas históricas que, por sua vez, compõem a dimensão

³⁴Essa expressão é utilizada por Ângela de Castro Gomes para se referir aos espaços responsáveis pela transmissão e recepção de culturas políticas. Ver: GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.32.

constitutiva e estratégica dessas culturas políticas. Despontando como formas de expressão cultural e em tons de política cultural, nelas se descortinam os instrumentos de poder a partir dos quais é possível esquadrinhar determinadas maneiras de lidar com a temporalidade, bem como determinados usos políticos do passado e enquadramentos da memória. Reconhece-se que o trabalho de investigar a conformação de uma cultura histórica exige perguntar pelos envolvidos nesse projeto, “quais foram os eventos selecionados por essa memória (com as hierarquias e omissões; como e por que o foram e, finalmente, em que circunstâncias e com que objetivos tal projeto se desenvolveu” (GOMES, 2007: 51).

Nessa análise histórica do discurso da convivência não se pretende negar a existência do indivíduo que escreve ou profere a palavra. Foucault alerta para que não se confunda o autor da formulação com o sujeito do enunciado, considerando que este último é sempre “uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições, por indivíduos diferentes” (FOUCAULT, 2008: 130) e aquele não é “causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase” (FOUCAULT, 2008: 107). A condição de sujeito está submetida aos conjuntos de regras, um jogo de relações, que permitem as escolhas, os recortes, as transformações nos diferentes tipos de enunciação, nos conceitos e nas escolhas temáticas e que podem fazer diferentes indivíduos ocuparem lugares distintos ou o mesmo lugar na ordem do discurso. A questão que se coloca é sob que condições um indivíduo pode exercer a função de sujeito em um campo que o legitima como sujeito e sujeito de alguma coisa. Isso nos leva a abandonar o tema de um sujeito originário e a analisar o sujeito como “uma função variável do discurso”³⁵.

É preciso perguntar quem fala não para encontrar a possibilidade de um dizer na voz de um sujeito fundador, no interior de uma subjetividade única, mas para encontrar os critérios, instituições, sistemas, normas e condições que garantem ao portador do discurso a possibilidade de dizê-lo e conferem poderes a sua fala; é preciso problematizar os lugares de onde se obtém os discursos, onde estes são institucionalizados e possibilitam práticas diversas; e ainda, estar atento aos diversos lugares que podem ser ocupados pelo sujeito do discurso – as posições do sujeito, o que ele vê, escuta e observa, bem como a forma como ele descreve estão submetidos a uma rede de poder/saber que lhes autorizam a maneira como se exprimem. As modalidades enunciativas (a palavra cantada ou escrita, as imagens, os sons, etc.) abrem campos de regularidade em que atuam diversas posições de subjetividade e nesses

³⁵Ver: O que é um autor. In: **Estética: literatura, e pintura, música e cinema/ Michel Foucault**; organização e seleção de textos, Manuel Barros da Motta; tradução, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos; III).

campos os sujeitos aparecem na dispersão e na descontinuidade que os constituem. Como afirma Moreira Neto:

a legitimidade que o discurso da convivência com a semiaridez começa a assumir, ou seja, o reconhecimento social que ele ensaia, tem estreita vinculação com a posição de quem o pronuncia. Qualquer um pode, por exemplo, dizer que a convivência com o semiárido é uma das alternativas viáveis para a sobrevivência nesta região. No entanto, este discurso só goza de legitimidade e, portanto, passa a ter sentido quando é pronunciado a partir de uma determinada posição social, isto é, por técnicos, pesquisadores, estudiosos que articulam enunciados e constroem entendimentos, classificações, divisões a partir dos quais vai se formatando e enformando novas dizibilidades e novas visibilidades sobre o Semiárido (MOREIRA NETO, 2010: 52).

Busco compreender a relação dos músicos e poetas com as instituições que os convocaram considerando a sua complexidade e, ao mesmo tempo, recusando qualquer olhar que desconsidere o leque de possibilidades que se abre para ambos, pelas posições que assumem no âmbito desse envolvimento. Possibilidades que podem ser traduzidas, por exemplo, no “interesse e até [n]a necessidade de um regime de estabelecer contatos com o meio intelectual”, bem como no fato de que “é interessante e necessário, para... [esses músicos e poetas], participar de um novo espaço político que a eles se abre, oferecendo tanto oportunidades de tipo financeiro como de prestígio sociocultural”. Concordo com Ângela de Castro Gomes que essa relação não deve ser escandida partindo do olhar que a toma como “sinal de automática adesão às diretrizes ideológicas de um regime político, ou como prova de ‘cooptação’, entendendo-se por cooptação algo próximo a uma transação mercantil de caráter utilitário” (GOMES, 2007: 46-47).

Como se percebe, o recorte desta pesquisa não cobre problemáticas voltadas para a História da Música ou do Cordel, no entanto, mesmo nesse caso, concordo que a crítica historiográfica não pode negligenciar as especificidades dessas linguagens (NAPOLITANO, 2008: 268). No caso da música, me apoio na compreensão de que “o sentido sociocultural, ideológico e, portanto, histórico, intrínseco de uma canção é produto de um conjunto indissociável que reúne: palavra, música, performance vocal e instrumental e veículo técnico”. Entendo que esses elementos constituem o verdadeiro suporte e materialidade no qual o discurso da convivência se institui na música e por isso, esta pesquisa demanda grande esforço para apreendê-los e articulá-los, na problematização do CD Belo Sertão – trabalho que exige uma meticulosa audição sistemática.

A sistematização de algumas informações dessa fonte busca identificar, conforme sugere Napolitano, elementos como gênero, suporte, origem, data, autoria, conteúdo, acervo – procedimento que também se aplica aos cordéis.

O que Napolitano chama de “instâncias de análise contextual da canção” – criação, produção, circulação, recepção – são consideradas, observando as informações disponibilizadas pelas instituições para compreender a produção e o alcance, talvez mais quantitativo, do CD Belo Sertão e não na análise individualizada de cada canção. Essas informações são aqui apresentadas também como maneira de reforçar o caráter de fonte histórica desse CD, sem que se faça uma problematização acurada de cada um desses momentos. Nesse sentido, tanto alguns dos elementos que compõem a sistematização de informações sobre essa fonte, mencionados no parágrafo anterior, quanto alguns desses momentos que constituem a análise contextual foram mais escandidos do que outros – dependendo das demandas que a análise de discurso e os conceitos, propostos aqui, apresentaram.

Busquei também considerar as questões que, conforme são apontadas por Richard Middleton apud Napolitano, convergem para o diagnóstico da eficácia política da música. Isso implica perguntar pela diversidade de vozes, posições e identidades que possivelmente estejam engajadas na prática musical tomada como objeto de reflexão pelo historiador; quais debates, choques, atividades e agenciamentos essa prática estimula e qual a sua relação com outros discursos e práticas; e ainda qual a ordem de desejo que está em jogo (NAPOLITANO, 2002: 102). São questões convergentes com a análise de discurso aqui proposta e que também serviram de referência para a análise do discurso da convivência nos cordéis.

O segundo capítulo pergunta pelas condições sociais de produção tanto dos cordéis quanto do CD Belo Sertão, e configura-se como uma tentativa de: apreender a relação que se estabelece entre a dimensão criativa dos artistas, as estratégias de comunicação articuladas pela ASA e pelo INSA, os saberes e práticas que transitam em torno dessas produções; apresentar uma compreensão sobre como e porque os enunciados da convivência foram conformados ou impressos de tal maneira nesses suportes e sobre os valores e feições que lhes foram atribuídos; e, espreitar os sistemas de exclusão que aí vão se formando. Para o cumprimento desses propósitos, será necessária a recorrência a cinco documentos, sendo que três deles foram produzidos pela ASA – a Declaração do Semiárido, a Carta de Princípios, e o documento que apresenta o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) – e os outros dois produzidos pelo INSA – o Plano Diretor 2008-2011 e o Plano Diretor 2011-2015.

O terceiro capítulo traz uma reflexão sobre as operações por meio das quais os discursos da convivência compõem retratos de Semiárido. Nessa reflexão mostra-se o processo de produção de uma identidade para o Semiárido, forjada pelos enunciados que

irrompem no uso que esses discursos fazem das temporalidades (passado, presente e futuro), estabelecendo em termos de verdadeiro ou falso o que pode ser dito sobre o Semiárido, seu povo e suas práticas culturais. É da conformação de um passado, um presente e um futuro para o Semiárido, bem como de seu uso político, que defino o que seria(m) a(s) cultura(s) histórica(s) que nos discursos da convivência se quer instituir sobre o Semiárido.

O quarto capítulo pergunta pelo Semiárido que o discurso da convivência institui como materialidade visível ou como um conjunto de expressões culturais do tempo presente, definidor de uma identidade regional específica passível de apreensão. Pergunta pelas imagens e significados que o discurso da convivência quer que o pensamento elabore e evidencie quando se fala de Semiárido ou do sertanejo; pelas palavras com as quais é possível dizer as suas qualificações, os traços e cores que oferecem ao olhar as suas formas; os tons e as canções que o exprimem. Problematisa o que o INSA chama de paradigma das oportunidades ou paradigma das potencialidades, e o que a ASA chama de ideia de convivência, no modo como esses discursos enunciam o Semiárido e nos modos de fazer que eles instituem. No âmbito desses modos de fazer, o capítulo apresenta o que chamo de receitas de convivência – regras, saberes e práticas, para serem observadas e por meio das quais os indivíduos devem orientar as suas ações e pensamentos; regras que inclusive estabelecem de que o olhar deve se desviar em favor da convivência. E, por último busca nas correspondências pessoais do escritor mineiro Guimarães Rosa um sertão capaz de fazer entender o sertão do discurso da convivência.

Por último, quero dizer que o contínuo não é o ponto de partida desta análise nem o que se pretende encontrar ao seu final, embora considere que indícios de continuidades podem ser apreendidos nas regras de formação dos discursos e podem ser descritos. A arqueologia (do saber) evidencia que “o contínuo é formado segundo as mesmas condições e conforme as mesmas regras que a dispersão; e que entra – nem mais nem menos que as diferenças, as invenções, as novidades, ou os desvios – no campo da prática discursiva” (FOUCAULT, 2008: 196). O terreno que essa “arqueologia” contempla, perscruta e interroga é formado por um emaranhado de continuidades e descontinuidades – terreno semelhante ao que esta pesquisa escande. Assinalar a existência de continuidades, na análise de discurso, implica apreender as regularizações de sentido no processo de repetição dos enunciados; implica também espreitar os campos de regularidade abertos pelas modalidades enunciativas, onde atuam diversas posições de subjetividades. Assinalar a existência de rupturas implica demarcar descontinuidades específicas no interior das práticas discursivas, para mostrar que em tempos distintos as pessoas falam de coisas diferentes ou falam de um mesmo tema de

maneira diferente; e que quando falam de um mesmo tema, em tempos distintos, de maneiras também distintas não é porque esse saber se situa numa linha evolutiva, mas porque uma mudança na economia das palavras, nas redes de poder/saber, possibilitou, sob determinadas condições e determinados jogos de relações, a emergência de uma nova ordem discursiva.

Nesse sentido, vê-se no terreno das rupturas a evidência de como se inventam as coisas e de como o real nunca está dado – é sempre construído e/ou (re)significado. Vê-se no solo das discontinuidades desfazer-se a imagem tranquila da história, de seus começos e desdobramentos, e aparecer suas falhas, seus cortes, a sinuosidade de suas curvas, as batalhas travadas, as negociações, as disputas de poder e pelo poder, as relações que aí estão em jogo. Vê-se comprovar que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas, aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009: 10).

Vasculhando o texto da aula inaugural de Michel Foucault no College de France, encontrei em algumas daquelas linhas as palavras que disseram/dizem lá, muito tempo antes dessa pesquisa ter sido pensada, o que se exprimiu fortemente no início desta invenção historiográfica³⁶: carreguei o forte desejo de não ter de começar, o temor de entrar na ordem arriscada do discurso. Sabia eu que tanto o pensar/fazer quanto a omissão possuem seus custos e, somente em face da medida aparentemente acertada de seus valores, entendi que era conveniente começar o esforço, nem sempre prazeroso/nem sempre trabalhoso, de fazer compreender, que se diga em algumas poucas páginas, os fios constitutivos de uma trama ímpar e complexa – aquela que (se) tece (n)o discurso da convivência com o Semiárido.

³⁶Entendo a invenção historiográfica no sentido apresentado por Keith Jenkins (2009:28) de que “o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a realidade”. Nesse sentido, o discurso historiográfico ao cristalizar certa visão do passado passa a constituir a realidade dos discursos sobre esse passado, e não o passado em si.

2

DE COMO FAZER OS VENTOS DA CONVIVÊNCIA SOPRAREM: OS ARRANJOS E ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS

“(...) a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente.”

Michel Foucault

2.1. Por uma “política adequada” e uma “cultura política participativa” no Semiárido: a estratégia da ASA

A gosto a novembro de 1999: centenas de entidades³⁷ se encontraram para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido Brasileiro. Desse esforço resultou a elaboração e a apresentação pública de um documento manifesto intitulado *Declaração do Semiárido* em ocasião da Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca - COP3, ocorrida na cidade do Recife – PE, em novembro de 1999. O evento, de magnitude reconhecida e já na sua terceira edição, constituiu-se num momento privilegiado para dar visibilidade ao problema da desertificação e aos avanços conseguidos no combate a essa questão. Para essas entidades era a oportunidade da sociedade civil organizada no Semiárido mostrar-se e afirmar-se como espaço/rede de articulação política, sob o nome de Articulação no Semiárido³⁸, visando o desenvolvimento social, econômico, político e cultural da região a partir de ações fundamentadas na ideia de convivência que se começava a fabricar nos dizeres dessa declaração.

Conclamando a todos a afirmarem o direito por uma “política adequada” de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico para o Semiárido Brasileiro, esse documento dá a ler uma paisagem de trechos carregados de denúncia:

“(...) pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do Semiárido. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral...”

“(...) Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal - do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles...”

³⁷ Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Entidades Ambientistas, Organizações Não-Governamentais, Igrejas Cristãs, Agências de Cooperação Internacional, Associações e Cooperativas, Movimentos de Mulheres, representantes de Universidades.

³⁸ “Atualmente, mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos, como igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais, fazem parte da ASA.” In: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97. Acesso em 29 ago. 2011.

“(...) Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos. Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós...”

“(...) Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social...”

“(...) Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do semi-árido...”

“(...) As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos(as) jovens. Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania...”

“(...) Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, custaram aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (56 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar. Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no semi-árido”(ASA, 1999: s/p)

Populações castigadas pela seca, na maior parte do tempo esquecidas e somente lembradas quando sua vulnerabilidade é apreendida e difundida pelo olhar redutor das câmeras; sede, desemprego, ausência de projetos estruturantes que obrigam a recorrência a políticas emergenciais; altos gastos em políticas públicas e “megaprojetos” pouco eficazes; ausência de formação e informação e presença de fortes esquemas de dominação política; falta de reconhecimento do papel da mulher nos processos produtivos. Palavras fecundas usadas para denunciar e apresentar ao mundo a dureza de uma “realidade” que se quer reprimir; palavras que escancaram dramas sociais e exibem, para reduzir ao silêncio, o que no presente ecoa como males que precisam ser aniquilados; palavras que exprimem inconformismo e intolerância como reações de quem deseja fazer acreditar que essa realidade teve o seu tempo e cobra esforços para que, de uma vez por todas, ela seja superada. Em meio a essa paisagem, de ausências e presenças torturantes, o que se descortina como marcas de uma singularidade cultural parece ser o único traço positivo – embora por vezes e em

momentos estratégicos sejam soterradas por avalanches de “caricaturas” –; dela também fazem parte homens e obras que são motivo de orgulho, razão para se afirmar a riqueza cultural de um povo. Pavoneando-se em discursos consagradores e reveladores de talentos humanos por aclamarem autores e obras da literatura e do cinema, essas marcas parecem ser o sinal mais forte da vida que pulsa nessa gente e fonte de onde jorra inspiração para regar a criatividade humana e fazer a “terra seca virar jardim”.

Em outros trechos o documento configura um modo de ver o Semiárido resultante de uma tomada de consciência; como aprendizado que emana da experiência e faz ver que a convivência com o semiárido é possível:

No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos: que a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores; que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas; enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido (ASA, 1999: s/p).

O conjunto de princípios norteadores do trabalho empreendido pela ASA presente nessa declaração defende que o caminho para um contexto de sustentabilidade social e econômica no Semiárido Brasileiro deve passar por uma irrupção de medidas de inclusão social e gerenciamento de recursos públicos e pela aquisição de novas percepções sobre a região. Dentro das propostas para a convivência com o Semiárido apresentadas nesse documento, é significativo para este trabalho destacar:

- a conscientização de que o Semiárido é viável tendo em vista a grande diversidade da região, o que suscita a substituição das políticas públicas de combate à seca pelas políticas públicas de convivência;
- a convivência com as secas e a minimização de seus efeitos por meio do fortalecimento da agricultura familiar, da garantia da segurança alimentar, do uso de tecnologias e metodologias adaptadas ao Semiárido e à sua população, da articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado às realidades locais, e do acesso ao crédito e aos canais de comercialização;
- a orientação dos investimentos no sentido da sustentabilidade com a descentralização das políticas e dos recursos, a priorização de ações em infraestrutura social (saúde,

educação, saneamento, habitação, lazer, transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados;

- o fortalecimento da sociedade civil com o reforço do processo de organização dos atores sociais, a realização de importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano; a valorização dos conhecimentos tradicionais e a criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o Semiárido e atravesse toda a sociedade brasileira;
- a inclusão de mulheres e jovens no processo de desenvolvimento social e econômico possibilitando a capacitação destes para participarem de conselhos de políticas públicas e garantindo que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra e tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;
- a preservação, reabilitação e manejo dos recursos naturais existentes por meio da realização de um zoneamento socioambiental, da implementação de um programa de reflorestamento, da criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semiárido, do combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o Semiárido através de campanhas de educação e mobilização ambiental; do incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental, da proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas. da fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos;
- o financiamento do programa de convivência com o semiárido.

Estas propostas objetivam viabilizar o combate às práticas assistencialistas, tomadas como incapazes de alavancar o desenvolvimento local e regional, apontam para a desconstrução das imagens redutoras de um Semiárido castigado pelas secas e evidenciam o Semiárido que a ASA e seus parceiros vêm tentando construir. Das ações empreendidas por essa organização, no âmbito do desenvolvimento sustentável e da autonomia, destacam-se o P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas)³⁹, iniciado em 2003, e o P1+2 (Programa Uma

³⁹Com esse programa, segundo dados da ASA BRASIL, até 21/11/2008, 1.031 municípios do Semiárido Brasileiro já foram atendidos, com a construção de 235.860 cisternas de placas para captação de água da chuva. 249.632 famílias foram mobilizadas, 228.687 famílias receberam capacitação em gerenciamento de recursos hídricos, 5.706 pedreiros executores foram capacitados (ASA: 2009, s/p) Dados mais recentes apontam que o número de cisternas rurais construídas atingiu a cifra de 322.000 até 30 de dezembro de 2010 (In: <http://www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp>. Acesso em: 16 mai. 2011.

Terra e Duas Águas)⁴⁰, cujas primeiras experiências começaram em 2007. Com esses programas, a ASA vem tentando possibilitar aos habitantes do Semiárido Brasileiro o acesso à água para o consumo familiar e para a produção de alimentos através da utilização sustentável da terra e do manejo adequado dos recursos hídricos existentes, a fim de promover a segurança alimentar e a geração de renda.

Além da “Declaração do Semiárido”, há outro documento relevante que dá a ver as condições que possibilitaram a produção dos cordéis – e do que eles enunciam – e que justificam o apoio institucional conferido à produção do CD Belo Sertão. O ANEXO II do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)⁴¹ e a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC)⁴² em 31 de maio de 2003 apresenta o *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC*⁴³ destinado a atingir prioritariamente a família rural, partindo dos seguintes princípios: gestão compartilhada, busca de parcerias, descentralização e participação por meio da articulação em rede; mobilização social, educação-cidadã, afirmação de direitos sociais e do desenvolvimento sustentável, fortalecimento social e emancipação⁴⁴. Esse documento destaca o P1MC como política pública permanente de convivência com o Semiárido e a metodologia elaborada visando à sua implementação. Mas vai além disso: ele traça o caminho a ser percorrido pela ASA no sentido de dar visibilidade à instituição e suas ações. Dentro do conjunto de

⁴⁰“Em janeiro de 2007, o P1+2 iniciou sua fase demonstrativa, na qual pretende uma maior interação entre as experiências de manejo produtivo e sustentável da terra e dos recursos hídricos. De maneira participativa, a ideia é desencadear um processo de mapeamento, intercâmbio, sistematização e implementação de experiências. As atividades propostas para fase demonstrativa do P1+2 atingirão diretamente 96 comunidades de 10 estados (AL, BA, CE, MA, MG, PB, PE, PI, RN, SE), onde serão construídas 144 tecnologias de captação de água de chuva para a produção de alimentos. Essas tecnologias, também conhecidas por implementações ou experiências, beneficiarão 818 famílias. Os resultados esperados dessa fase servirão como base para, em fases subsequentes, implantar o Programa 1 + 2 numa escala maior.”. (ASA: 2009, s/p).

⁴¹“A FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos - é a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro. Foi fundada em 1967, na cidade de São Paulo, com o compromisso de fortalecer o sistema financeiro e suas relações com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do País” In: <http://www.febraban.org.br/Febraban.asp>. Acesso em 16 mai. 2011.

⁴²“É uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que compõe a Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA). Criada em 2002, com o objetivo de gerenciar o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), a Associação, em 2007, também passou a fazer a gestão do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, educacional, ambiental e filantrópico constituída sob a forma de sociedade civil, com sede e foro na cidade de Recife, estado de Pernambuco” In: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=2269. Acesso em: 16 mai. 2011.

⁴³É importante dizer que esse programa foi elaborado entre os anos 2000-2001, pela ASA com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e que já rendeu – especificamente no ano 2000 – o atendimento de 500 famílias. Antes desse acordo com a FEBRABAN, outra parceria havia sido estabelecida com a Agência Nacional de Águas (ANA) para atender à 12.400 famílias. Escolhemos trabalhar com essa versão do programa pelo fato de que é em 2003 que se inicia a produção dos cordéis.

⁴⁴A pretensão era, com esse acordo, atender a 10.000 famílias da zona rural do Semiárido com a construção de cisternas.

procedimentos que ele estabelece, se observa toda uma estratégia de comunicação, meticulosamente estruturada, “assentada sobre as bases político-programática e organizativa”, propondo atingir um público alvo bem mais amplo e diversificado (população em geral, através dos meios de comunicação social; segmentos da população ligada a projetos, com mídias específicas; comunicadores, financiadores, parceiros, entidades internacionais; governantes, parlamentares, personalidades políticas, empresários; universidade, escolas afins, rede de ensino em geral) e objetivando entre outras coisas

Projetar a imagem da ASA como um fórum que dinamiza a estratégia de convivência com o semi-árido, expressando os valores de diversidade, solidariedade e prática democrática; Afirmar a imagem positiva do semi-árido brasileiro como uma região viável, de soluções e convivência harmoniosa com a natureza e o clima, sobrepondo-a a imagem negativa de região-problema, sempre fracassando no que se denomina, equivocadamente, de “combate à seca”; Valorizar a cultura do semi-árido, fortalecendo a auto-estima da região; Possibilitar que o homem do campo se reconheça na comunicação da ASA e do P1MC; Difundir a história, os conceitos, as articulações e a experiência da ASA (FEBRABAN/AP1MC, 2003: 29).

Todos os produtos desenvolvidos pela ASA deveriam obedecer aos critérios que configuravam a estratégia de comunicação adotada pela instituição: identidade e coerência, qualidade, acessibilidade (Cf. FEBRABAN/AP1MC, 2003: 30-31). A produção voltada à comunicação deveria primar pela combinação entre “uma adequada resolução técnica e uma excelente relação custo-benefício” a fim de garantir a qualidade técnica e artística desejada e possibilitar que “níveis elevados de resolução e impacto sejam atingidos com o uso de suportes e materiais simples e de menor custo”. A materialidade dos suportes de comunicação deveria evidenciar em si mesma o valor que a instituição confere ao desenvolvimento sustentável: “seria inaceitável, para uma entidade que trabalha com papel reciclado, imprimir um convite em papel couchê”⁴⁵. E por estar empenhada no desenvolvimento e implementação de tecnologias sociais eficientes e de baixo custo, por pretender realizar um trabalho voltado para a população mais vulnerável economicamente do Semiárido, por estar fundada em princípios que não se confundem com a ostentação de riqueza e/ou imponência estética de sua produção material, a ASA não deveria “apresentar produtos de comunicação sofisticados e marcados por uma estética de novo rico”. A ideia era prezar pela “coerência entre as posições que se defende e o tipo de comunicação que se faz” e, por isso, era necessário assumir uma feição de caráter programático que planeja, expõe as intenções e projetos, a fim de garantir a observação das orientações referidas acima, assegurar a veiculação de informações por meio das diversas tecnologias possíveis e o acesso ao mesmo nível de informação pelas

⁴⁵Não é o caso dos cordéis mas, algumas impressões em papel couchê podem ser encontradas na agenda permanente “Terra que conto” produzida pela Assessoria de Comunicação da ASA - AsaCom.

organizações que compõem essa rede. Outro elemento que constituiu essa estratégia se refere ao tipo de linguagem que esses produtos deveriam apresentar e às condições de acesso que deveriam possibilitar ao receptor:

Os produtos de comunicação da ASA devem primar pela facilidade da sua assimilação pelos receptores. A linguagem escrita e visual deve observar o princípio de falar para ser entendido e não para ser decifrado. Nunca obrigar o receptor a franzir o cenho, apertar os olhos ou pedir ajuda para assimilar o produto, como se estivesse resolvendo palavras cruzadas, comparando desenhos com oito erros ou brincando de quebra-cabeças. Não se deve identificar refinamento com complicação. E no extremo oposto, não confundir popularização com vulgarização (FEBRABAN/AP1MC, 2003: 31).

Dois folhetos de cordel aparecem, nesse documento, dentre os produtos considerados básicos a serem produzidos para atender aos objetivos dessa estratégia de comunicação: um sobre a ASA/P1MC e outro trazendo a declaração do Semiárido⁴⁶. Entretanto no item “Outros Produtos” que apresenta outras produções programadas pela instituição, o cordel desponta como material para mobilização ao lado de camisetas, adesivos, *bottons*, boné, pastas, *folder*, cartaz, bandeiras e da música – dessa vez sem a especificação de alguma temática da qual poderia tratar. Fica evidente que mobilização e estratégia de comunicação aparecem aí fortemente articuladas por uma dependência mútua e fecunda. As duas se movem no sentido de fortalecer a implementação do P1MC junto aos seus beneficiados e, num esforço também vigoroso, de fazer com que os princípios defendidos e ações desenvolvidas pela ASA ganhem visibilidade e apoio por parte de um público mais amplo.

A mobilização, além de ser referida como princípio norteador, também é apontada como um dos seis componentes que integram esse programa, como momento necessário à sua implementação; seguida do controle social, da capacitação, da comunicação – sobre a qual já se falou anteriormente –, do fortalecimento institucional da sociedade civil e da construção de cisternas. Vejamos o que se entendia por mobilização:

Mobilização não é simplesmente manifestação pública. Mobilizar significa convocar e unir vontades para atuarem em busca de um objetivo comum. Participar de um processo de mobilização social é um ato de escolha, de liberdade. Sente-se convocado e participa aquele que comunga com os objetivos da mobilização. É necessária uma boa dose de paixão que contamine a vida, o cotidiano das pessoas em torno da causa mobilizadora. É necessário um propósito, um objetivo bem definido e compreensível que gere uma convicção coletiva do que convém a todos. Mobilizar, pois, é convocar vontades - escolha; é convocar sentimentos - paixão; é convocar razões - convicção, em torno da concretização em ações do objetivo comum do P1MC (FEBRABAN/AP1MC, 2003: 13).

⁴⁶Nesse documento a ASA considera como produtos básicos, além desses folhetos: a marca, o site, o boletim impresso, o folder, a brochura, o vídeo institucional, boletim impresso mensal, folder institucional, folder sobre o P1MC, brochura, relatório anual físico e financeiro do P1MC, vídeo institucional sobre ASA/P1MC.

O processo de mobilização deveria servir como instrumento de construção de um imaginário que expressasse um horizonte atrativo e que anunciasse um futuro diferente. Ele deveria atingir as famílias beneficiadas pelo programa, selecionadas segundo critérios preestabelecidos; além de organizações de base comunitária, municipal, microrregional, estadual, nacional, internacional; e ainda, governos, agências de governo e agências financeiras. A escolha dos municípios, comunidades e famílias beneficiados pelo programa obedeciam a critérios que, conforme se pensava, revelavam a própria conjuntura social, suas carências e necessidades. De um modo geral, alguns indicadores deveriam ser observados: o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de crianças e adolescentes em situação de risco, índices de mortalidade infantil, entre outros. No que concerne à inscrição das famílias, especificamente, se levaria em consideração a existência de mulheres chefes de família, o número de crianças menores de 6 anos e aquelas que frequentavam a escola, a quantidade de pessoas idosas e de portadores de deficiências físicas e/ou mentais. No caso deste acordo estabelecido entre a ASA e a FEBRABAN, os cerca de 1300 municípios do Semiárido Brasileiro seriam contemplados com as ações desse programa, considerando também a sua inserção no Programa Fome Zero⁴⁷.

Mas o documento é categórico: em nome da continuidade e estabilidade do processo de mobilização, nem todas as organizações deveriam ser convocadas; apenas aquelas que aceitassem os princípios da ASA⁴⁸. Embora se tenha dito que se “quer convocar toda a

⁴⁷Criado em 2003, na primeira gestão do governo Lula, e coordenado atualmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o programa Fome Zero é uma política social que surgiu em resposta à problemática da fome no Brasil. Seu objetivo primordial é a erradicação da fome no país a partir da superação de suas causas propulsoras: insuficiência da oferta de produtos agropecuários, problemas relativos à intermediação - distribuição e comercialização; e falta de poder aquisitivo da população decorrente dos altos níveis de desemprego e subemprego. Esse programa reúne uma série de ações sociais que ensejam a superação dessas deficiências: o programa de transferência de renda Bolsa Família, programas de alimentação e nutrição³³, incentivos fiscais, redução dos tributos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda; articulação, mobilização e controle social. Em termos de investimento, número de beneficiários e visibilidade, os mais importantes programas são: Bolsa Família - programa de transferência de renda, dirigido às famílias pobres, condicionada à permanência das crianças na escola e ao controle da saúde; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - garante merenda escolar às crianças de creches e escolas públicas; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) - oferece crédito subsidiado e serviços técnicos a agricultores familiares; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - assegura a compra de alimentos da agricultura familiar para sua distribuição local a instituições e programas alimentares. Programa de Construção de Cisternas - para coletar água de chuva para seu uso doméstico no Semi-Árido do Nordeste do país. Ver: SÁ, et al., 2008: 520-521.

⁴⁸Além dos princípios mencionados anteriormente e que são específicos desse programa, há de se considerar aqueles que encontram-se dispostos no documento intitulado “Carta de Princípios”, de 15 fevereiro de 2000. Ao lado da Declaração do Semiárido, a adesão a esse documento constitui a porta de entrada para as entidades que desejam participar da ASA. Eis a “Carta de Princípios”: 1) A Articulação no Semi-Árido (ASA) é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Semiárido brasileiro. 2) A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de

sociedade brasileira em torno de um projeto de futuro para o povo do semiárido” e que, como instrumento de construção de cidadania, a resposta a essa convocação é livre, outra restrição aparece na seguinte proposição: “o processo de mobilização social do P1MC deve chegar a todo o povo brasileiro que é sensível à problemática sertaneja...”. Aí se evidencia um tipo de exclusão, aquela que é gerada quando da recusa ao que é proposto como viável e verdadeiro – por esse discurso institucional – e a qual a liberdade de escolha, explicitamente defendida, só vem legitimar; afinal a estratégia de comunicação e de mobilização que aí se apresenta não se orienta por objetivos que não pretendem ser alcançados. Ora, há um “horizonte ético” sendo apontado no documento para o qual todos os esforços deveriam convergir e que se exprime no artigo 1º da Constituição Federal Brasileira de 1988⁴⁹; há uma realidade assinalada como perversa porque não assegura o acesso à água a uma parcela da população e é dito que não reconhecer estas questões, não sentir-se responsável por elas “é assinar o atestado de incapacidade, fatalismo e subserviência”. A essa escolha, em todo caso, é conferido um custo muito alto uma vez que a convivência deve estender-se a todos, mas com restrições.

Outros elementos importantes para o que se está querendo mostrar aqui se insinuam quando se fala da dimensão formativa do programa.

O processo formativo deve criar, para os formandos, ocasião de analisar suas práticas e a própria realidade, de sorte a gerar um conhecimento suficiente para se traduzir (o conhecimento) em intervenção na própria realidade...; O conteúdo disponibilizado nunca o deverá ser no estilo acadêmico de erudição...; A formação, certamente, terá contornos críticos e questionadores. Efetivamente, será sempre avaliadora da prática e da história não apenas dos próprios grupos, como da própria sociedade. Tal formação será, igualmente, crítica dessas mesmas práticas, confrontando-as com referenciais outros de sociedade, com outras propostas, com

seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada; 3) A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido; 4) A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido; 5) A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido; 6) A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas; 7) A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semi- Árido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação (Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=103. Acesso em: 20 ago. 2011

⁴⁹“Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” – Constituição Federal de 1988.

suas próprias incoerências e inconsistências, de modo a se poder gerar novos conhecimentos e, a partir deles, novas posturas ante a realidade social; Assumir os formandos como sujeitos da história e construtores do conhecimento, coletivamente, e não simplesmente como depositários inertes de informações e conteúdos; Qualquer perspectiva de formação não se pode olvidar de dimensões hoje denominadas de transversais. Tais dimensões dizem respeito mais diretamente aos grupos que sofrem discriminações mais exacerbadas pelo tipo de desenvolvimento que, hoje, se constrói, que são aquelas de gênero, etnia e geração. Por esta razão, devem ser objeto especial de atenção, na linha de inclusão. Ao lado disso, uma questão específica se impõe, em qualquer trabalho formativo que objetive incentivar a cidadania, a transformação da sociedade no rumo de um desenvolvimento sustentável, isto é, as políticas públicas (FEBRABAN/AP1MC, 2003: 20-23)

Os momentos de formação/capacitação destinados a todos os envolvidos no programa – desde as unidades gestoras, passando pelos pedreiros até as famílias beneficiadas – eram o lugar de onde se pretendia fazer emergir uma nova postura, um novo comportamento político ancorados na otimização do protagonismo social. Esse “novo” brotaria de algum lugar, seria resultante de um conhecimento adquirido, de uma mudança na maneira de pensar, por parte dos sujeitos envolvidos. A Capacitação de Famílias em Gerenciamento de Recursos Hídricos, Cidadania e Convivência com o Semi-árido – GRH, por exemplo, deveria contemplar três aspectos:

Na capacitação em gerenciamento de recursos hídricos, o foco está voltado para a importância da cisterna no abastecimento de água potável e o seu manejo, dando visibilidade à cisterna como uma alternativa viável, aprovada por diversas experiências concretas de famílias do semi-árido no abastecimento de água para beber e cozinhar. Em relação à cidadania é preciso estimular uma reflexão crítica nas famílias sobre a dimensão histórica das relações sócio-políticas entre a população do semi-árido e os representantes do modelo imposto pelo Estado, nas esferas municipais, estaduais e federal. Essa reflexão deve contribuir para o entendimento de que a água é um direito básico de cidadania e não, como historicamente vem sendo tratada, uma concessão ou um favor político daqueles que detêm o poder (FEBRABAN/AP1MC, 2003: 27).

Todo esse quadro que caracteriza o processo formativo converge para a noção de cultura política participativa que se desejava cristalizar com vistas à emancipação social de algumas populações do Semiárido: aquela que “supõe a expressão criativa dos atores sociais, para que se perceba com realismo os problemas e se possam ampliar sua inserção nos processos de construção de políticas públicas, bem como gestão, fiscalização e acompanhamento dessas políticas” (FEBRABAN/AP1MC, 2003: 18). Essa noção preconiza um comportamento político que não somente torna legítima a atuação da sociedade civil nas esferas política, econômica e social, como também engorda a relevância dessa atuação na resolução das demandas desta mesma sociedade que já não se vê totalmente dependente da solicitude do Estado e que vai se impondo, criando espaços, cargos e funções, para, a partir deles, denunciar, reivindicar, propor, recusar, negociar, fazer com ou no lugar do Estado, enfim, exercer poder.

A ASA não cessa de dizer que este é um projeto da sociedade civil para a sociedade civil assentado no argumento central que é

o aproveitamento máximo dos recursos hídricos numa região onde a água é ponto de estrangulamento ao bem-estar humano. Logicamente, esse aproveitamento só será possível mediante ações concretas de educação, capazes de dar aos atores regionais uma nova visão a respeito do ambiente em que vivem. Por isso, essa proposta busca, primordialmente, o estabelecimento de uma nova organização social no semi-árido, onde as políticas públicas sejam efetivamente voltadas a soluções definitivas, fortalecendo e afirmando a região como viável do ponto de vista sócio-econômico. Em outras palavras, é fundamental uma (re)educação capaz de levar o sertanejo a uma nova relação/interação com o ambiente. Várias são as experiências que, partindo de soluções simples e não raro cotidianas, podem melhorar a vida do povo do sertão (FEBRABAN/AP1MC, 2003: 8).

Um projeto que estabelece o fortalecimento da sociedade civil por duas vias – a educação⁵⁰ e a política pública⁵¹ - postulando uma mudança de postura e novos padrões de relacionamento homem/natureza (aqueles que se afinam com a proposta de um desenvolvimento sustentável para o Semiárido). O P1MC era apenas uma de suas ações, mas nesse momento a mais importante.

Os dois documentos, mesmo referenciando muitas vezes o Semiárido como construção discursiva, alinhavam definições de Semiárido que também o tomam como lugar geográfico – mas onde o que mais se impõe não é a geografia, e sim a questão humana (onde vivem as pessoas, o que fazem, as relações que se estabelecem entre elas).

O semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres). Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde (ASA, 1999: s/p).

O Semi-Árido Brasileiro se estende por uma área que abrange todos os estados da Região Nordeste (86,48%), a região setentrional do estado de Minas Gerais (11,01%) e o norte do Espírito Santo (2,51%), ocupando uma área total de 974.752 Km². Nesse sentido, a AP1MC considera, para efeito deste Acordo, os 11 estados à

⁵⁰A noção de educação aí defendida é tomada de Pedrinho Guareschi (1999): “A educação supõe, pois, que a pessoa não é uma ‘tabula rasa’, mas possui potencialidades próprias, que vão sendo atualizadas, colocadas em ação e desenvolvidas através do processo educativo” (In: FEBRABAN/AP1MC, 2003: 22). Desse modo, a inovação desse processo está no recrutamento e mobilização de potencialidades que já existem em cada sujeito.

⁵¹A noção de políticas públicas é tomada de (RUA, 1998): “aplicação do conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos Conflitos quanto a bens públicos” (In: FEBRABAN/AP1MC, 2003: 18)

ela filiados, quais sejam os nove do Nordeste mais MG e ES (FEBRABAN/AP1MC, 2003: 11)

Este foi o mapa geográfico utilizado no documento do P1MC pela ASA para ilustrar o Semiárido, que aí corresponde ao Bioma Caatinga:

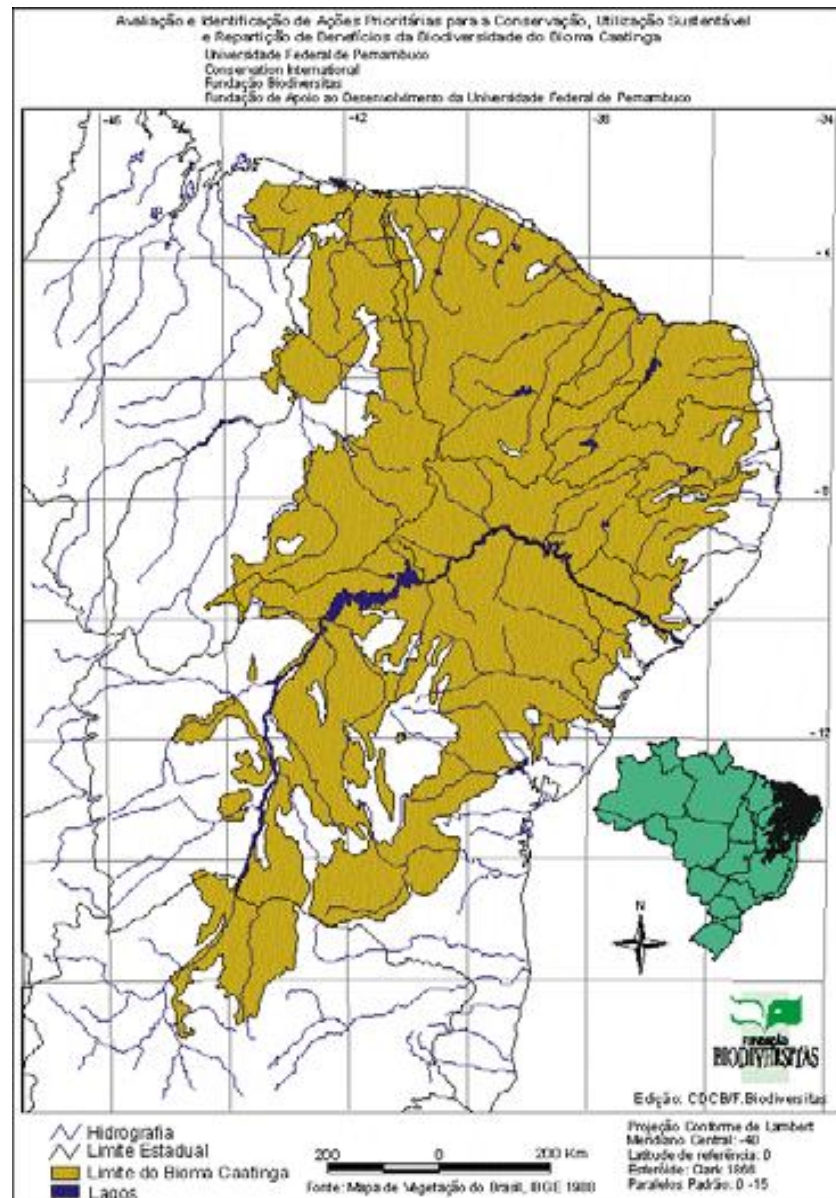


Figura 1: Mapa que identifica o Bioma Caatinga

A apresentação do Semiárido como definição geográfica soa muito mais como estabelecimento de uma área de atuação para fins de planejamento das ações institucionais. Em visita ao sítio eletrônico da ASA, é possível perceber que a instituição assume atualmente, mas não completamente, a delimitação do Semiárido instituída pelo Ministério da Integração

Nacional, estabelecida no ano de 2005, na qual o Maranhão e o norte do Espírito Santo desaparecem. Muito embora, e por isso dissemos “não completamente”, a ASA continue atuando no Estado do Maranhão⁵².

De muitos modos, a ASA quis comunicar a convivência. Os cordéis, como vimos, foram pensados e produzidos para estar a serviço de toda uma estratégia de comunicação, embora a ela não se reduzisse, como instrumento de informação e para formação de determinados sujeitos. Foram produzidos para viabilizar a apreensão sem custo daquilo que a ASA queria que fosse dito, visto e sabido; para que as pessoas reconhecessem ali sua história, sua cultura, suas lutas, seus anseios; para mobilizar, “convocar vontades” e colaborar com esse projeto de construção de uma nova cultura política participativa no Semiárido que ganhou corpo no P1MC. Em 2003 foram editados os três primeiros números: “A articulação no Semi-árido vai mudar o Sertão” (15 páginas, 25 estrofes em sextilhas, chegou à décima edição), seguido do “Cisterna de placas: importância e cuidados” (19 página, 32 estrofes – sendo a última em septilha e as demais em sextilha –, chegou à nona edição), editado em outubro, e, por fim, em dezembro, o “Convivência com o Semi-árido” (número de páginas e de estrofes, bem como o formato das estrofes semelhantes ao anterior, chegou à oitava edição). Em 2004, foram lançados mais quatro: “Água no Semi-árido” (23 páginas, 41 estrofes – sendo a última em septilha e as demais em sextilha – chegou à quarta edição), em janeiro; “Segurança Alimentar” (22 páginas, 38 estrofes em septilha, chegou à oitava edição) em fevereiro; o mais polêmico de todos, “A peleja do velho Chico contra o vampiro da transposição” (uma única edição com 23 páginas, 40 estrofes - sendo a última em septilha e as demais em sextilha), em outubro; e ainda “Elas e Eles: Direitos e Deveres” (única edição com 30 páginas, 52 estrofes em septilha)⁵³. Todos eles trazem ilustrações feitas em programa de computador, na capa e ao longo das páginas, que lembram a xilogravura⁵⁴ – ilustrações de

⁵²Ver: ASA. Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105. Acesso em: 04 set. 2011.

⁵³Como se percebe o cordel trazendo a declaração do semiárido não foi produzido.

⁵⁴Segundo a historiadora Rosilene Alves de Melo, não era comum, no início do século XX, o uso de xilogravuras na ilustração de folhetos, embora estas já fossem utilizadas em alguns jornais desse período na ilustração de alguns de seus artigos. Ela cita, por exemplo, o estudo de Cid Augusto da Escócia Rosado que mostra na edição de 26/2/1904 do Jornal *O Mossoroense* uma xilogravura ilustrando o artigo sobre a seca no Rio Grande do Norte; e lembra o Jornal *O Rebate*, que circulou em Juazeiro do Norte – CE entre 1909 e 1911, também fazendo esse uso. A xilogravura teria sido utilizada inicialmente por jornais de cidades do interior que não tinham condições financeiras de empregar o clichê e a litogravura, por causa do alto custo dessas técnicas. O emprego da xilogravura como técnica de ilustração das capas dos cordéis aparece como possibilidade de reduzir os custos da produção e de tornar mais veloz a distribuição dos folhetos, uma vez que não era preciso mais encomendar as capas em grandes centros, como Recife por exemplo, e se dispunha com facilidade da madeira necessária ao emprego da técnica. A historiadora afirma também que: “a xilogravura enquanto atividade artesanal associou-se ao folheto de uma forma polêmica. Muitas controvérsias se criaram em torno das capas dos folhetos, pois enquanto os leitores preferiam as capas em clichê e, mais tarde em policromia, os estudiosos e colecionadores

Ivan Júnior que era contratado da empresa responsável pela editoração gráfica dos cordéis e que não possuía nenhum vínculo pessoal ou empregatício com a ASA. A disposição das estrofes nas páginas foi feita de modo a acolher, nas margens ou nas dobras, alguma pequena ilustração; ou ainda aqui e acolá alguma ilustração mais expansiva⁵⁵. A última estrofe de cada cordel sempre aparece disposta em uma única página e nunca sozinha, sempre acompanhada do nome e cidade do autor (o caso da maioria)⁵⁶ e/ou de uma ilustração. A parte interna da contracapa traz uma relação de nomes para mostrar as representações da ASA nos onze estados e a coordenação executiva das mesmas. Nesse sentido, é comum encontrar mudanças de nomes de instituições e/ou de pessoas, membros da coordenação, no decorrer das edições⁵⁷. A parte externa da contracapa é sempre reservada para propaganda do programa e indicação dos apoios institucionais que esses produtos receberam. Parece que todos os cordéis que circularam, via P1MC, foram impressos em papel reciclado⁵⁸. Alguns deles ainda apresentam uma espécie de glossário na parte inferior de algumas páginas, para facilitar o entendimento do significado de algumas palavras que aí são mencionadas. Isso pode explicitar duas coisas que se correspondem: a necessidade que a ASA tinha de oferecer um conteúdo de fácil assimilação por seus receptores e/ou a consciência institucional, posterior à produção, de que o conteúdo talvez não fosse assimilado com facilidade e por isso a necessidade de explicação dessas palavras. Vejamos as palavras e sua significação:

<i>“Convivência com o Semi-Árido”</i>	<i>“Água no Semi-árido”</i>	<i>“Cisterna de placas”</i>	<i>“Segurança Alimentar”</i>	<i>“A peleja do velho Chico contra o vampiro da transposição”</i>
- Tiú: tipo de lagarto (p.2)	- Nascentes: fonte de água; cabeceira (p.3); - Mandinga: tipo de feitiçaria (p.11); - Azia: sensação de	- Pampo: doente (p.5); - Trampo: trabalho (p.5);	- Xilito: salgado popular a base de milho com corantes e conservantes (p.6);	- Trisco: pouco, pequena parte (p.8); - Espia: olha (p.8); - Ribanceira: margem de um rio; despenhadeiro

consideravam a xilogravura uma solução estética artesanal, rústica, mais expressiva das narrativas sobre a seca, o cangaço, a vida no Sertão”. Cf. MELO, Rosilene Alves de. *Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p. 110-111.

⁵⁵ É possível encontrar páginas com apenas uma estrofe seguida de uma ilustração.

⁵⁶ Em alguns cordéis, especificamente em sua primeira edição, é possível também identificar mês e ano da edição.

⁵⁷ Se tomarmos como exemplo a 1ª edição (2003) do primeiro cordel editada pela ASA e a 10ª edição do mesmo cordel só não se encontra mudanças no que se refere a ASA Pernambuco.

⁵⁸ Essa dúvida surgiu porque tivemos acesso a uma edição do cordel “A Articulação no Semi-árido vai mudar o Sertão” que foi impresso num papel na cor rosa, que não é reciclado. Informações da ASA apontam que ele teria sido experimental. As diferenças entre ele e a 1ª edição na versão reciclada são mínimas. Podem ser vistas apenas na comparação das informações que constam na contracapas.

	queimação no estômago (p.12).			(p.14). - Revênia: várzea situada abaixo da barragem de um açude (p.17)
--	----------------------------------	--	--	---

O cordel “Segurança alimentar” ainda apresenta, também na parte inferior da página, uma explicação a seguinte orientação: “Devemos ser criativos/ alternativas usar/ como casa de sementes*...”. Eis a explicação: “Bancos de sementes nos demais estados do Nordeste e Brasil”.

Todo esse repertório de temas se constitui de questões já pontuadas, algumas com maior e outras com menor profundidade, nos documentos referidos acima. Falar de água, de gênero, de cisterna de placas, de segurança alimentar, de “transposição do Rio São Francisco”, e, sobretudo, de convivência com o semiárido – questão para a qual todas as outras convergiam – integrava a pauta de atuação da ASA e era necessário, tendo em vista o êxito institucional e o sucesso da convivência, que a sociedade do Semiárido – inicialmente aquela atingida pelo P1MC – apreendesse os argumentos, explicações e orientações que o tratamento dado a essas questões, nas várias linhas de comunicação adotadas, apresentava. Aquele mesmo tom de denúncia e ressentimento que se evidenciou na Declaração do Semiárido manifestou-se, como veremos, nos discursos que os cordéis constituem. Discursos para mudar um mundo Semiárido, para construir novos sujeitos, para criar posturas, comportamentos, bandeiras, lutas em favor de tantos e contra tantos.

Com projetos sem fins lucrativos a ASA necessitava angariar apoio financeiro para viabilizar o seu programa de convivência com o Semiárido. Os recursos financeiros para a produção dos cordéis vieram de parcerias que ela estabeleceu com órgãos, instituições e/ou programas financiadores. A maioria das edições mencionadas acima traz impresso na contracapa a marca da FEBRABAN, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Programa Fome Zero. Somente uma traz apenas a logomarca da ASA: aquela cujo tema tratado é a Transposição do Rio São Francisco.

Esses cordéis, alguns tendo ultrapassado a oitava edição – sem alterações significativas⁵⁹ – outros tendo sido editados apenas uma vez, constituíram uma das linhas de

⁵⁹ Além das já referidas mudanças nas informações que constam na parte interna das contracapas, é possível diagnosticar alterações na parte externa das mesmas, no que se refere aos apoios financeiros conferidos a essas produções. No âmbito do texto propriamente, foi possível apreender duas pequenas modificações: dizem respeito as palavras “micro-bacias” e “micro clima” da 1ª edição do cordel “Convivência com o Semiárido”, que passaram a ser escritas juntas e sem hífen. Na 4ª edição já é possível perceber essa mudança.

comunicação da ASA até o ano de 2008, quando depois de receber uma advertência do Governo Federal – principal financiador de seus projetos – a rede decidiu não mais trabalhar com eles. Infelizmente, o comunicado emitido pelo Governo Federal não pôde integrar o *corpus* documental desta pesquisa em face da relutância da ASA em disponibilizá-lo. É um assunto delicado sobre o qual, quando questionada, a ASA não se pronunciou com clareza; deixou transparecer pistas obscuras do que teria acontecido. Suponho que o comunicado tenha sido uma reação bastante contundente ao conteúdo dos cordéis que traz críticas também contundentes à atuação do Estado, sobretudo, ao que falava da Transposição do Rio São Francisco, projeto que nesse momento foi assumido pelo governo Lula como instrumento necessário, capaz de amenizar o problema das secas e garantir desenvolvimento econômico para a região semiárida. Embora “A Peleja do Velho Chico contra o Vampiro da Transposição” – que não contou com o apoio governamental – tenha sido o cordel que tratou mais especificamente dessa questão, ela foi referida em outros números também assinalando a inviabilidade e ineficiência do projeto, seus equívocos e artimanhas. Evidentemente se poderia perguntar: como se justifica então um apoio de cinco anos do governo à produção de veículos de comunicação, de circulação abrangente, que falavam, em certo sentido, contra determinadas políticas e práticas que ele assumia? Uma resposta possível: O *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC* – documento/projeto que servia de referência para o estabelecimento de parcerias entre a ASA e os órgãos financiadores, como vimos no caso do acordo com a FEBRABAN –, nem otimizava nem negativizava as ações e políticas do governo Lula. As críticas apareciam fortemente em seus produtos. E o que parece é que o olhar fiscalizador do Estado talvez tenha retardado a executar a sua função até conseguir, em 2008, aniquilar o que lhe poderia ser uma ameaça.

Esse acontecimento que marcou o crepúsculo da produção de cordéis da ASA é o momento em que as parcerias se desfazem para se fazerem de novo, em que as estratégias sofrem abalos – de um lado e de outro –, fazem desaparecer os traços que por um tempo as constituíram e que agora são a razão do caos instaurado, para fazerem aparecer com outros novos traços o retorno do solo tranquilo; e o momento em que as forças reprimidas e aparentemente silenciadas se reorganizam para continuarem lutando. A decisão da ASA de parar de trabalhar com essa linha de comunicação, tendo que parar a distribuição e encaixar dezenas e dezenas de exemplares já produzidos, parece ter sido a maneira encontrada de continuar contando com o apoio governamental em projetos futuros.

Vimos no documento que estabelece o P1MC que já era intenção da ASA comunicar a convivência também através da música. O CD *Belo Sertão*, mesmo não tendo sido pensado pela instituição, acabou possibilitando essa oportunidade. A ideia de produzir um CD que registrasse a partir de uma linguagem artística, musical, não científica e de forma didática, os principais conteúdos da convivência com o Semiárido, para ser utilizado nas escolas, nos trabalhos de Gerenciamento de Recursos Hídricos, nos cursos da RESAB e nos programas de rádio que discutem a questão “Semiárido”, partiu do saber que não reduz esse Semiárido a uma questão meramente climática e o concebe também como construção cultural. A música, nesse pensamento, constitui um elemento de forte expressão da “cultura nordestina”, da qual o Semiárido é parte. Essa produção se propôs a ser um resgate dessa “cultura” e contou com o apoio político da ASA e o patrocínio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), da Cáritas Brasileira, do Mutirão de Superação da Fome e da Miséria, do IRPAA, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Sociedade das Obras Educativas da Diocese de Juazeiro (SOSE) e do MISEREOR⁶⁰.

O Informativo do Fórum Cearense pela vida no Semiárido, n.7/2006, sobre o VI EncoASA, trouxe estampado a capa do CD:



Figura 2: Capa do CD *Belo Sertão*

⁶⁰MISEREOR é uma entidade ligada a Igreja Católica da Alemanha e foi fundada em 1958 como organização contra "a fome e a doença no mundo". Na sua função de agência de desenvolvimento oferece cooperação em espírito de parceria para combater a pobreza a nível mundial, abolir estruturas de injustiça, promover a solidariedade com os pobres e perseguidos. A cooperação da Igreja Católica Alemã para o desenvolvimento é apoiada também com fundos públicos do Governo alemão e da União Européia.

Na foto que compõe a boca do violão, da esquerda para a direita: Nilton Freitas, Targino Gondim e Roberto Malvezzi (Gogó) – o que teve a iniciativa de produzir o CD⁶¹. A contracapa traz a mesma estampa, mas no lugar de retratos humanos é disposto um cacto de onde brotam duas lindas flores brancas. O lançamento seria antecedido de atividades de apresentação e integração dos participantes do evento e encerraria a solenidade de abertura. A convivência com o Semiárido agora também se convertia em “música para os ouvidos”.

O encarte do CD traz comentários de Roberto Malvezzi que estabelecem nexos entre as canções e a “cultura Semiárida”: as canções, no modo como são referidas, não somente falam dessa cultura, mas integram a sua própria materialidade. Traz também todo um apanhado de imagens para fazerem referência ao “Belo Sertão” que se quer apresentar – onde se impõe o verde da mata e da produção agrícola, a cisterna ao lado da casa, as representações da devoção popular, a rica culinária, a tríade sanfona/triângulo/zabumba para ilustrar a festa na caatinga, entre outras⁶² -, além da ficha técnica das músicas contendo os nomes dos autores das composições, intérpretes, músicos e instrumentos utilizados.

Ficha Técnica: 1- Concepção da Obra, Direção Geral e Texto: Roberto Malvezzi (Gogó) 2- Direção Musical e Produção: Nilton Freitas Targin Gondim/Roberto Malvezzi. 3- Direção de Estúdio: Nilton Freitas. 4- Técnico de Gravação: Fábio Ramom. 5- Mixagem: Alex Sandro Lima 6- Vocaís: Carlinhos Marques, Vânia Bárbara e Juciara. Músicas 1) Pout-pourri da Asa Branca Autores: Luis Gonzaga, Humberto Teixeira e Zé Dantas Intérpretes: Targino Gondim, Nilton Freitas, Roberto Malvezzi Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo 2) Súplica Cearense Autores: Gordurinha e Nelinho Intérpretes: Targino Gondim Sanfonas: Targino Gondim Zabumba: Jorge Guaxinim Triângulo, Agogô e Ganzá: Grilo Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo 3) Água de Chuva Autor: Roberto Malvezzi Intérpretes: Nilton Freitas/ Roberto Malvezzi/ Targino Gondim Bateria: Klebinho Violões: Nilton Freitas Percussão: Juninho	8) Meu Rio São Francisco Autor: D. Luís Cappio Intérprete: Roberto Malvezzi Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo 9) Boato Ribeirinho Autores: Nilton Freitas, Wilson Freitas e Wilson Duarte Intérprete: Nilton Freitas Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo 10) Chega de Esmola Autor: Roberto Malvezzi Intérprete: Roberto Malvezzi Segunda voz: Nilton Freitas Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo 11) Comida Sertaneja Autor: Roberto Malvezzi Intérpretes: Roberto Malvezzi Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo
--	---

⁶¹ A mesma foto aparece no interior do encarte seguida de informações sobre cada um deles.

⁶² O CD apresenta fotos do arquivo AsaCom (Assessoria de Comunicação da ASA), arquivo CSA (Convivência com o Semiárido), arquivo Morguefile; uma foto de Elzira Saraiva; uma ilustração feita pela Via Design.

Baixo: Ronaldo 4) Beleza iluminada Autor: Roberto Malvezzi Intérprete: Camila Yasmim Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo 5) Terra Prometida (Belo Sertão) Autor: Miroval Marques Intérprete: Nilton Freitas Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo 6) Jesus Sertanejo Autor: Janduhi Finizola Intérprete: Targino Gondim Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba: Jorge Guaxinim Triângulo, Agogô e Ganzá: Grilo Baixo: Ronaldo 7) Riacho do navio Autores: Luis Gonzaga e Humberto Teixeira Intérpretes: Targino Gondim e Nilton Freitas Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo	12) Bode Autores: Roberto Malvezzi e Nilton Freitas Intérprete: Nilton Freitas Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo 13) Sofrê Autor: Roberto Malvezzi Intérprete: Nilton Freitas Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Percussão: Juninho 14) Festa na Caatinga Auto: Roberto Malvezzi Intérprete: Nilton Freitas Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo 15) Estalo da Fogueira Autores: Targino Gondim, Eugênio Pedro, Simão Pedro Intérpretes: Targino Gondim, Nilton Freitas, Roberto Malvezzi Sanfonas: Targino Gondim Violões: Nilton Freitas Zabumba, Triângulo e Agogô: Jorge Guaxinim Percussão: Juninho Baixo: Ronaldo
---	--

O pout-pourri aparece, no encarte do CD, na seção “O vôo da Asa Branca”; a “Súplica Cearense” em “O Semi-árido é também muita água”; “Água de Chuva” em “Guardar a água: segredo para conviver bem com o semi-árido”; “Beleza iluminada” em “Água e relações de gênero no Sertão”; “Terra Prometida” em “O Sertão é Belo”; “Jesus Sertanejo” em “Uma cultura Religiosa”; “Riacho do Navio”, “Meu rio de São Francisco” e “Boato Ribeirinho” na seção “O rio São Francisco”; “Chega de esmola” em “Problemas chaves do Semi-árido: Terra e água concentradas”; “Comida Sertaneja” em “A Comida Sertaneja”; “Menino, segura esse bode!” em “Um Sertão Cheio de Vida”; “Sofrê” em “Comunhão do Ser Humano com a natureza”; “Festa na Caatinga” e “Estalo de Fogueira” em “A Festa”. Além dos sons instrumentais, de vozes em coro e da palavra cantada pelo(s) intérprete(s) é possível escutar, apenas em algumas canções, enunciações sobre o Semiárido (chamado Sertão) que antecedem ou sucedem o próprio cantar ou que aproveitam as pausas entre uma estrofe e outra, entre uma música e outra para se impor: Na Faixa 1) “Eita sertão bonito, sertão de tempo seco de tempo chovedor, sertão do povo cantador” / “No sertão pode dar tudo o que é bom, só falta cuidado, só falta interesse. Mas um dia vem, ô se vem!”; Na Faixa 2) “Quem foi que disse que no

sertão não chovia, ta aí tudo verdinho, faz inté gosto de vê”; Na Faixa 5) “Eita Sertão, não é só clima, é seu povo, sua festa, sua fé, é sua cultura”; Na faixa 7) “Ê velho Chico!” / Targino diz: “– Ô Nilton Freitas!” Nilton Responde: “- Oi” / Targino: “- Chegue pra cá cantar com a gente o Velho Chico”/ Nilton: “É Targino, o São Francisco que Gonzaga conheceu”/ E no final da canção: “riacho do navio, tando lá num sinto frio”; Na Faixa 15) Targino diz: “- Nilton Freitas e Gogó, muito bom ta participando dessa festa, desse estalo de fogueira junto com vocês”/ Nilton: “- Aí Targino Gondim, obrigado! Vamo nessa Gogó!”/ Roberto: “- Valeu companheirada. Ficou beleza o trabalho da gente. Vou avisar pra Dona Joaninha que vá preparando a pamonha, a canjica, que esse ano vai ser bom demais. E viva São João!”/ Os outros respondem juntos: “Viva!”. Além dessas vozes outros sons podem ser ouvidos como no caso da faixa 9 que apresenta um som semelhante ao de água corrente.

É difícil mensurar o alcance e os múltiplos usos e leituras que foram feitos dos cordéis e do CD “Belo Sertão”, e nem é nossa pretensão fazê-lo aqui. No caso dos cordéis, embora tenham deixado de circular via ASA, não são objetos mortos nem se extinguíram por completo. Os milhares que foram impressos e distribuídos ao longo de cinco anos, continuam por aí (talvez na casa da família beneficiada pela capacitação promovida pelo P1MC, talvez na casa do capacitador, sob a posse de algum historiador etc.). De uma maneira geral se pode considerar que todas as entidades ligadas à ASA tiveram acesso a esse material, evidentemente no tempo de produção de cada um deles e no contexto das ações desenvolvidas pela rede ou por cada entidade especificamente. Foram essas entidades, atuando em seus estados, que fizeram com que, inicialmente, esses materiais chegassem aos destinatários previstos e, possivelmente, a outros não previstos.

2.2. Quando a semiaridez é vantagem: a estratégia do INSA

Quando regulamentado em 6 de setembro de 2006, praticamente ao final da primeira gestão do Governo Lula, pelo decreto nº 5.886, da Presidência da República, o INSA nascia como parte do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional – concebido para fazer o desenvolvimento econômico do Brasil avançar em ritmos acelerados nessas áreas. Tal plano estava sendo lançado na mesma esteira temporal de outros programas também desenvolvidos pelo governo federal – o principal deles: o PAC (Programa

de Aceleração do Crescimento) que previa um investimento bilionário nas áreas de infraestrutura, energia, habitação, água e luz, entre outros. O INSA foi a possibilidade de materializar, em parte, a “Prioridade Estratégica III – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Áreas Estratégicas” da política nacional assumida para as áreas de ciência, tecnologia e inovação⁶³.

A implementação e consolidação do INSA constituía-se como meta do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento sustentável no Semiárido, ao lado de ações destinadas a “formação e fixação de talentos, difusão de tecnologias e desenvolvimento, e consolidação de redes temáticas de pesquisa, implementando novas redes e consolidando a infra-estrutura local de Ciência, Tecnologia e Inovação” (INSA, 2007: 33)⁶⁴. Velhas palavras constituindo um discurso repleto de familiaridades? Vejo algumas palavras novas cunhando propostas para gerar desenvolvimento no Semiárido; propostas que ostentam a educação como seu aporte. Mas vejo também como a ciência ainda impregna as palavras; como ela usa e dela se usa para tornar crível aquilo que se enuncia, como se faz dela o caminho e o horizonte, solução e resposta; como se tivéssemos domínio sobre ela, como se bastássemos promovê-la, deixá-la vigorar para que o reino da felicidade se instale; vejo também como a tecnologia é requerida, como ela participa enquanto ciência e ao lado dela de uma função transformadora, como se sem ela não houvesse desenvolvimento apropriado, como se ela sempre assegurasse conforto e segurança.

Enquanto parte de uma estratégia institucional, ao INSA competiria:

Promover, executar e divulgar estudos, pesquisas científicas e de desenvolvimento tecnológico, formar e proporcionar a fixação de capacidades humanas para o Semi-Árido Brasileiro; Realizar, propor e fomentar projetos e programas de pesquisa científica, estabelecendo os intercâmbios necessários com instituições regionais, nacionais e internacionais; Subsidiar a formulação de políticas públicas visando ao desenvolvimento econômico-social e acompanhar e difundir o conhecimento relativo ao Semi-árido brasileiro (INSA, 2007: 31).

Em dezembro de 2007 o INSA havia terminado de organizar em material impresso o seu primeiro plano diretor, concretizando o esforço de todo um trabalho de planejamento num

⁶³Estas eram as demais estratégias estabelecidas no âmbito dessa política: I – Expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; II – Promoção da inovação nas Empresas; IV – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social.

⁶⁴Metas do programa: Consolidar o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE); Implementar quatro Centros Integrados de Apoio à Inovação e à Difusão Tecnológica, em articulação com as entidades do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT); Consolidar e implementar quatro Redes Temáticas, sendo duas já existentes e duas novas; Formar, no mínimo, 20 doutores por ano em temas direcionados para o Semiárido Brasileiro; Fixar, no mínimo, 40 doutores; Interiorizar a RNP, estendendo a rede de fibra ótica existente para as principais cidades do Semiárido, onde houver instalações de pesquisa e formação superior acadêmica e tecnológica; Implementar o programa de turismo Científico, Ambiental e Cultural, a partir do Geopark do Araripe Floresta Nacional do Araripe e do Museu do Homem Americano/ Parque Nacional da Serra da Capivara (Cf. INSA, 2007: 34)

documento que serviria de referência à sua atuação no Semiárido até 2011. O Plano define nesta ordem: a missão do instituto, sua visão de futuro e os valores e princípios que devem orientar sua organização; pensando o futuro, ele apresenta os cenários que possivelmente poderiam se descortinar para o Semiárido Brasileiro entre os anos de 2008 e 2017 e demarca o cenário que o instituto aposta e assume como referencial para os anos de 2008 a 2011 – chamado de “Cenário INSA”; depois, exhibe as funções do instituto, faz referência às metas do governo federal as quais o plano do INSA se ajusta; e, por último, apresenta as suas prioridades estratégicas, cada uma com objetivos, linhas de ação e metas estabelecidas.

Foi um longo processo de construção coletiva, que contou com a participação de 65 Instituições e 1652 técnicos, especialistas e interessados na temática “Semi-árido”, em atividades que envolveram a elaboração de notas técnicas, consulta estruturada, oficinas de trabalho, reuniões temáticas, fóruns e seminários. Concomitantemente, foram feitas reuniões e visitas a instituições em todos os Estados da região, sob a organização e com a participação das respectivas Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia. Os subsídios levantados deram corpo ao Plano Diretor da Instituição, que ora se torna uma realidade e sintetiza o pensamento e aspirações daqueles que participaram dessa construção (INSA, 2007: 7).

O documento foi elaborado por pessoas, na sua maioria professores, pesquisadores, administradores e técnicos, que ocupavam posições socialmente reconhecidas junto a instituições (universidades, órgãos estaduais, etc.). O INSA recorreu ao saber especializado para construir um plano dentro dos “preceitos modernos de organização institucional” que concebesse um projeto de Semiárido para o Semiárido tendo o conjunto de suas potencialidades como diagnóstico para a montagem de uma estratégia de ação institucional. Tal diagnóstico concorria para a formulação de algumas questões fundamentais: pensar o Semiárido como um mosaico que por sua própria configuração refletisse a sua afinidade com o que é diverso, heterogêneo (“como a região não é homogênea, não existe um, senão, múltiplos Semi-áridos”), essas potencialidades passam então a constituir as marcas de identificação e de diferenciação do espaço regional a partir das quais o Semiárido Brasileiro poderia reconhecer-se internamente múltiplo e, ao mesmo tempo, único no mundo (“O Semi-árido brasileiro tem vantagens que outros Semi-áridos não têm”); uma vez que a eminência dessas potencialidades se sobrepõe a qualquer percalço ou elemento que pudesse referenciar negativamente a região, a seca perde suas garras avassaladoras, é despida de sua veste assombrosa e o terror que ela representava perde seu lugar na definição que a anuncia como “um fenômeno natural com o qual a sociedade local pode conviver bem”; necessário seria reconhecer que, no que se refere à questão da água, o problema a se considerar não é a sua escassez, mas a sua má distribuição espacial e temporal e isso ou qualquer outra questão isolada não pode por si só atestar o desempenho regional; necessário seria reconhecer ainda

que fomentar o desenvolvimento sustentável no Semiárido brasileiro é uma questão que exige a união de esforços, parcerias interinstitucionais que mobilizem recursos e talentos uma vez que “suas riquezas incluem sua gente, sua biodiversidade, seus recursos minerais e sua diversidade cultural, além de seus produtos, processos, saberes, experiências, inovações e histórias locais”. Esse projeto vai se justificando primeiramente quando se tem como referência um diagnóstico que precisa ser combatido, superado, invalidado e se possível esquecido:

Historicamente, a concepção de realidade que influenciou o imaginário técnico, econômico e social sobre a região, dentro e fora do Brasil, construiu e institucionalizou a imagem de uma região problemática, cheia de adversidades e, muitas vezes, vista como uma sobrecarga para as regiões ricas do país, condenadas a financiar a existência precária de uma região inviável... Portanto, tradicionalmente, a maioria das instituições, das políticas, dos planos e dos programas para o Semi-Árido brasileiro se limitam a propor ‘soluções’ para seus ‘problemas’, ignorando as suas potencialidades (INSA, 2007:15).

Nesse trecho o documento reforça o discurso acadêmico já cristalizado, que se tornou discurso de tantos outros lugares, e que denuncia a construção da região Nordeste a partir de imagens e concepções potencialmente negativas e de políticas públicas pouco eficazes. Fazendo forte alusão a um passado perverso, repositório de práticas que não souberam aproveitar as potencialidades da região para viabilizar o seu desenvolvimento, como ocorreu com outras regiões semiáridas do planeta; a um passado culpado pelo Semiárido que temos, com programas assistencialistas e políticas sociais compensatórias recorrentes e sempre convocadas em situações de calamidade social, com ausência de investimentos em projetos estruturantes e falta de infraestrutura básica no âmbito do ensino, da pesquisa e em outras áreas, o INSA assumiu como missão o propósito de “viabilizar soluções interinstitucionais para desafios de articulação, pesquisa, formação, difusão e políticas para o desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro, a partir de uma filosofia que assume a semiaridez como vantagem” (INSA, 2007: 21). É uma filosofia a partir da qual se deseja mudar esse quadro possibilitando que o INSA se torne “uma fonte de conhecimento, inspiração e orientação para os atores institucionais, econômicos, sociais e políticos da região” (INSA, 2007: 8). Nesse sentido, o Plano Diretor se quis um contrato social. As partes comprometidas: “o INSA e os mais de 21 milhões de habitantes da região para liderar um processo de transformação, teórica e prática, da visão reducionista, distorcida e muitas vezes preconceituosa do Semi-Árido Brasileiro” (INSA, 2007: 18).

O INSA pretendeu ser um descompasso no histórico da atuação governamental na região. Entendemos que ele é ao mesmo tempo continuidade e ruptura. Continuidade porque o seu surgimento está na linha histórica das ações empreendidas por outros governos quando,

no passado, quiseram intervir na realidade regional com a criação de órgãos federais voltados ao combate as secas ou a promoção do desenvolvimento econômico. Depois da Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca, do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca e da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, o INSA está, portanto, dentro de uma lógica que regionaliza/segrega a geografia nacional segundo critérios estabelecidos, e, neste caso, segundo critérios morfoclimáticos⁶⁵, para viabilizar a intervenção do governo federal com uma ação mais direcionada por meio de órgãos de atuação em âmbito regional. Talvez a ruptura se encontre, no âmbito da própria intervenção, no modo de ver e de pensar a região; consequentemente, nas questões que o instituto prioriza e no que (se) fundamentam as suas ações. Fica evidente, nos próprios dizeres deste plano quando comenta/institui o passado trágico da intervenção governamental no Semiárido que a existência do INSA só se justifica no tempo em que se torna necessário, quase que como se não houvesse outra saída, um deslocamento no olhar, uma mudança de perspectiva capaz de revigorar a atuação do poder público na região e de revesti-la de credibilidade; pois, o combate à seca como discurso e prática política e na maneira como era empreendido não pode ser bem-vindo, no presente, pelos discursos que proclamam a convivência.

O Plano Diretor não faz referência ao mapa geográfico do Semiárido. Mas, o Semiárido é definido no sítio eletrônico da instituição como

cenário geográfico onde ocorrem as secas, também chamado não tecnicamente de "Sertão", abrange os seguintes Estados do Brasil: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, além do Vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas Gerais, e parte da região Norte do Espírito Santo. Trata-se de uma área onde o regime pluvial é irregular, com 400 a 800mm anuais, seus solos são rasos, com ocorrência de vegetação do tipo xerófila, resistente a longos períodos de estiagem (INSA, 2011: s/p).

Tal configuração deveria estar totalmente afinada com o Semiárido estabelecido pelo Ministério da Integração Nacional em 2005, pelo menos é o que se pensa de imediato. O fato é que o mapa da Nova Delimitação do Semiárido não atinge áreas do Norte do Espírito Santo, como mostra a imagem a seguir. A cor amarela do mapa mostra os municípios do “NOVO Semi-Árido”.

⁶⁵ Três critérios foram considerados pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional para a delimitação do novo Semiárido Brasileiro: I. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e III. risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Cf. Ministério da Integração Nacional. *Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro*. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/delimitacao.asp>. Acesso em: 15 jun. 2011.



FIGURA 3: Mapa da “Nova delimitação do Semi-árido” instituída pelo Ministério da Integração Nacional

Segundo dados oficiais, o “novo” Semiárido, passou de 892.309,4 km para 969.589,4km, um acréscimo de 8,66%. Essa delimitação amplia aquela que foi estabelecida em 1989⁶⁶ e que considerava como critério apenas a precipitação média anual dos municípios dessa região – critério visto como insuficiente pelo Ministério da Integração Nacional (Cf: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, s/d: 5).

⁶⁶“A Lei n 7.827, de 27 de dezembro de 1989, que criou e estabeleceu as condições de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), definiu como semi-árido: ‘A região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia’ (inciso IV do art. 5 do Capítulo II Dos Beneficiários)” (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, s/d: 1)

Solidariedade social e institucional, interação, relevância científica, contexto como referência máxima, compromisso ético, talentos humanos e cultura, compartilhamento da infraestrutura, intercâmbio de talentos profissionais e locais, negociação interinstitucional e gestão legitimada: valores e princípios assumidos para conduzirem o INSA ao reconhecimento, num futuro próximo (2017), de “principal centro de pensamento do Semi-árido Brasileiro” (Cf. INSA, 2007: 22-23). Em concomitância com a promoção do desenvolvimento do Semiárido está a autopromoção institucional. Necessidade de um organismo que se quer legitimar e com ele suas verdades. Mesmo mobilizando o passado, o tempo que lhe sobra é o presente para “compreender os eventos históricos em curso, imaginar outros de futura ocorrência possível e, a partir daí, identificar os atores, decisões e ações que podem afetar o rumo dos acontecimentos” (INSA, 2007: 24). Tramas de um planejamento que insiste em pensar como o presente, com suas estratégias, pode modificar o futuro. O tempo presente é a única chave capaz de abrir a porta para o futuro e, pelo que essa abertura faz ver, reduzir a incerteza que paira.

Os múltiplos cenários possíveis apresentados nesse plano diretor, mesmo não podendo ser assegurados, servem como orientação para a vida prática, são norteadores. O Cenário denominado de “Fragmentação” reflete um quadro de vulnerabilidade, marcado pelo fracasso das transformações globais provocando estagnação econômica, crise ambiental, social e cultural, perda de confiança nas instituições políticas e de mercado. Nesse cenário a atuação do INSA é pouco relevante e em termos de investimentos na região o que ocorre são ações bastante pontuais. O Cenário “Regionalização” é caracterizado pela ausência de um plano de ação nacional e da adoção de um enfoque regional para o desenvolvimento, o que acaba influenciando a distribuição dos recursos federais; pela participação de diversos atores (da esfera pública, privada e da sociedade civil) na elaboração de políticas locais, estaduais e regionais; e ainda pela ausência de políticas públicas que financiem os custos de práticas de convivência com o Semiárido. Aí, a relevância do INSA é baixa em nível nacional e alta em nível regional. O Cenário “Setorialização” supõe o enfoque setorial, com a vigência de políticas que priorizam o desenvolvimento de determinados setores política e economicamente organizados e onde a atuação do INSA se apresenta concentrada/limitada a certos nichos associados a esses setores, o que lhe confere uma ínfima visibilidade tanto em âmbito nacional quanto regional. O Cenário “Integração” é marcado pela implementação de um plano de ação, pela aliança entre setores, regiões e dimensões do desenvolvimento nacional, pela maior participação da sociedade civil na elaboração de políticas pública, pela ampla relevância do INSA nacional e regionalmente, pela estabilização dos processos de

degradação dos recursos naturais e pela exploração sustentável de muitas de suas potencialidades. O INSA assume um cenário normativo para o período 2008-2011:

Neste cenário, as transformações globais consolidam um modelo de crescimento econômico com exclusão social e ainda com negligência ambiental, que tanto aumentam a riqueza total do mundo quanto ampliam as desigualdades dentro e entre países, inclusive no Brasil, onde aumentam também as desigualdades regionais. Um amplo conjunto de políticas públicas é criado para promover a competitividade tecnológica e econômica de setores politicamente organizados e economicamente estabelecidos. A matriz nacional de Ciência Tecnologia e Inovação é mobilizada para viabilizar a realidade nacional com foco, principalmente, nos setores exportadores de commodities com alto valor econômico agregado e de serviços especializados para o mercado global. Nesse contexto, a inserção do INSA na matriz nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação é restrita a alguns espaços vinculados aos setores beneficiados pelas políticas públicas, que promovem o desenvolvimento setorial do país. Como consequência, o INSA desenvolve 'estratégias proativas' e consegue mobilizar a atenção dos governos e de outros atores sociais e institucionais do setor público, privado e da sociedade civil organizada para construir estratégias locais, regionais e estaduais para que, juntos, tentem transformar diferentes aspectos nesse contexto em favor do Semi-Árido Brasileiro.

Um grupo de estratégias identifica, mobiliza e usa as potencialidades da própria região para o seu desenvolvimento sustentável, o que é facilitado pelo sucesso do INSA em estabelecer na região uma filosofia que assume a semi-aridez como vantagem. Outro grupo de estratégias identifica, amplia, organiza e mobiliza o poder social, político e institucional da região em negociações da esfera federal para conseguir investimentos e diferentes tipos de apoio favoráveis ao desenvolvimento sustentável do Semi-Árido brasileiro. Limitado em sua inserção na matriz nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, mas como líder dessa matriz na região, o INSA apresenta um baixo grau de relevância nacional, mas um alto grau de relevância regional. Os setores de atividades da região, em correspondência com os setores e atividades nacionais beneficiados pelas políticas setoriais do país, apresentam avanços muito relevantes. Com isso, o INSA, investindo em ampla formação de pessoal em desenvolvimento sustentável do Semi-Árido, consegue avanços louváveis em áreas até então negligenciadas pelo enfoque setorial e empresarial, como aproveitamento de forrageiras, raças animais nativas, exploração regular de lavouras xerófilas, captação, armazenamento e uso sustentável de água da chuva e turismo científico (INSA, 2007: 30).

Esse cenário, como se percebe, reapresenta algumas situações projetadas nos cenários anteriormente mencionados, e rejeita outras. Nesse prognóstico, o INSA se fortalece em âmbito regional como aquele que mobiliza, investe em formação humana e incita a construção de estratégias para o desenvolvimento sustentável do Semiárido.

Cinco prioridades estratégicas foram estabelecidas como foco de atuação do INSA: 1) Meio ambiente e caatinga (Linhas de ação: mudanças climáticas e o semiárido / ecossistemas, dinâmica da caatinga e uso de espécies vegetais / desertificação e manejo de áreas degradadas); 2) Recursos Naturais (Genoma e diversidade genética animal, vegetal e de microorganismos / Aproveitamento dos recursos hídricos); 3) Agroecossistemas e Pecuária no Semiárido (Linhas de ação: arranjos produtivos locais e cadeias produtivas / Exploração de lavouras Xerófilas / Recursos Genéticos de raças nativas / Nutrição e alimentação animal / Utilização de forrageiras nativas); 4) Agroindústria e energias alternativas para o Semiárido

(Linha de ação: agroindústria para o desenvolvimento de alternativas sustentáveis); 5) Políticas de Desenvolvimento Social (Linhas de ação: Convivência com a seca / Educação e desenvolvimento / Políticas de desenvolvimento e inclusão social). As metas propostas incluem o estabelecimento de parcerias com setores públicos e privados, organizações nacionais e internacionais, sociedade civil, agências e órgãos de fomento; e a formação de redes de pesquisa transdisciplinares com foco em: ecossistemas, desertificação e manejo de áreas degradadas, trabalhos bioprospectivos e de estudos do genoma animal, vegetal e de microorganismos; e ainda, recursos hídricos, geração e transferência de informação e tecnologia em uso, manejo e conservação do solo. Prevê a realização de eventos regionais e fóruns de discussão, o plano de inclusão de uma concepção contextualizada do Semiárido Brasileiro nos currículos e práticas pedagógicas. Curiosamente, nenhuma linha de ação foi estabelecida contemplando a convivência com o excesso de água (ou com as enchentes) e essa situação não é referenciada em momento algum nesse plano.

Cinco projetos estruturantes também foram estabelecidos: 1) Criação do Fórum “Futuro do Semi-Árido Brasileiro”; 2) Estruturação, implementação e consolidação da Rede para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro (RedeSAB); 3) Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Brasileiro; 4) Museu vivo do Semiárido Brasileiro; 5) Observatório do Semiárido Brasileiro. Esses projetos se fundamentam numa perspectiva que estabelece a necessidade de planejar o futuro, de reunir esforços em prol do Semiárido, de possibilitar que este ganhe espaço como objeto de reflexão para o conhecimento científico – que ele seja exibido e estudado.

Mobilizar a imaginação, a capacidade e o compromisso de atores sociais, econômicos, políticos, e institucionais interessados em participar de um choque social ou o conhecimento das vantagens que o Semiárido apresenta; construir um paradigma de desenvolvimento que possibilite o desenvolvimento humano: eis o propósito desse plano diretor (Cf. INSA, 2007: 65-66).

Nenhuma referência explícita que sinalizasse o fomento da produção de cordéis, pelo INSA, no período que o plano diretor cobre, foi encontrada nesse documento. Alguns indícios podem ser apontados apenas como elementos mais gerais, defendidos como valores assumidos pela instituição, a partir dos quais talvez se possa dizer que essa produção resulta tendo em vista a estreita relação, historicamente assinalada, que o cordel e o *métier* dos poetas de cordel mantêm com o que se passou a chamar de cultura nordestina. Embora não tenha sido o papel principal que lhe foi atribuído, o INSA busca investir na garantia de nossa regionalidade.

o INSA adotará o conceito de talento como valor cultural, consciente de que a imaginação crítica e criativa de seus profissionais é fundamental para construir uma nova visão para a realidade do Semi-Árido Brasileiro; o INSA propugnará pela valorização regional 'do nosso' e do que é do 'Semi-Árido brasileiro': usos, costumes, vivências experiências, ofícios, saberes, inovações, talentos e histórias locais (INSA, 2007:23).

Quando o documento foi apresentado à sociedade em território da Universidade Federal Rural de Pernambuco, quatro meses depois de ter sido finalizada a sua impressão, a direção do INSA exprimiu publicamente a ideia de produzir um cordel que apresentasse a instituição e sua perspectiva de convivência com o Semiárido – informação que consta na página de apresentação do cordel “O Paradigma das Oportunidades”:

Tivemos a feliz ideia de convidar o poeta popular Oliveira de Panelas, para apresentar a instituição, a partir da concepção de que é possível a convivência nesta região de forma digna e prazerosa. Nós acreditamos nas potencialidades do Semiárido Brasileiro, pois são inúmeras as possibilidades que seus recursos naturais dispõem. Portanto, devemos todos que vivemos nesta fabulosa região, fazer o esforço de construir um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, inspirado em suas potencialidades, dentre elas a energia humana inesgotável e inquebrantável de sua gente (O PARADIGMA DAS OPORTUNIDADES, s/d: 1).

Em 18 de julho de 2008, a confecção do cordel foi solicitada pelo diretor do INSA, Roberto Germano Costa, ao coordenador administrativo, Orlando Vilar, afirmando o “propósito de divulgar o Instituto”. O memorando de solicitação defendia a confecção de um cordel composto de 23 páginas e dividido em versos dentro destas temáticas: “Nasce o ‘Instituto do Sertão’”, “Sertão bom danado”, “História Ingrata”, “Com o INSA é diferente”, “O Paradigma do INSA”, “O INSA, presente para o Sertão”, “Anexo: Homenagem aos talentos do INSA”. Em 22 de julho, um fax enviado ao INSA pelo poeta Oliveira Francisco de Melo apresentava uma proposta de preço para a elaboração de um cordel com as mesmas configurações apontadas no memorando de solicitação. No documento não há referência se o valor proposto corresponde apenas ao trabalho de produção de conteúdo feita pelo poeta ou se ele cobre outras despesas concernentes à produção material do cordel (papel, editoração, etc.). No mesmo dia foi solicitada a autorização para a contratação do serviço de elaboração desse cordel, que foi atendida positivamente em 31 de julho. O alvorecer da produção de cordéis do INSA irrompe no mesmo tempo em que se anuncia o ocaso da produção da ASA. O título do cordel: “O Paradigma das Oportunidades”.

Milhares de exemplares⁶⁷ foram impressos em papel simples e em lotes com capa e contracapa na cor azul, outros nas cores amarela, branco, verde e, ainda, na cor rosa. O cordel foi impresso nesse mesmo ano, como o previsto, configurando um total de 23 páginas e com as temáticas referidas acima: a primeira apresentada em seis estrofes, a segunda em dez, a

⁶⁷Foram previstos no orçamento do INSA, para 2010, a produção de 8.000 cordéis. Não conseguimos informações sobre a produção dos anos anteriores.

terceira em onze, a quarta em doze, a quinta em trinta, a sexta em cinco e a sétima também em cinco – todas em sextilhas. “O Paradigma das Oportunidades” passou a integrar a pasta institucional – junto de uma versão impressa do Plano diretor, de um *folder* institucional, e de um informativo trimestral –, disponibilizada à visitantes, participantes de eventos que contassem com o apoio/participação do INSA e demais interessados em conhecer a instituição. Um cordel assinado por alguém reconhecido dentre os escritores e cantadores brasileiros ditos populares – Oliveira de Painéis – e, popular também por sua materialidade; composto por várias narrativas em que passado, presente e futuro, na maneira como são descritos, atestam o descaso, a mudança e a prosperidade no Semiárido Brasileiro, respectivamente. O ponto de partida é o presente e a partir dele as palavras são agenciadas para fazer recordar um passado infeliz e para fazer pensar um futuro promissor para a região. O passado serve, em certo sentido, para justificar o presente. E o futuro deve ser como prolongamento do presente que traz a mudança, a continuidade de seu progresso.

Um segundo cordel foi produzido em 2010, momento contemporâneo a produção do Plano Diretor 2011-2015 do INSA, sendo a sua versão final apresentada no ano seguinte⁶⁸. Esse plano apresenta a mesma estrutura do anterior. A missão, os valores, e princípios institucionais não sofreram alteração. A motivação para a construção de cenários futuros para o Semiárido é a mesma. Os cenários foram alterados, embora tenham mantido grande parte do que já apresentavam. Aqui referencio um pouco do que foi acrescentado e/ou modificado: no cenário “Fragmentação”, o quadro de vulnerabilidade é enunciado em função da “crise econômica planetária” que marca o insucesso das transformações globais, da perda de vigor do movimento pela educação contextualizada, da prevalência da competição sobre a cooperação entre as instituições que atuam no Semiárido Brasileiro, da crise de compromisso das lideranças políticas regionais; o cenário “Regionalização” referencia o comprometimento das lideranças políticas pelo desenvolvimento sustentável do Semiárido, a existência de um contexto favorável ao enfoque eco-regional e a consolidação do movimento pela educação contextualizada no Semiárido; o cenário “Setorialização” assinala o esmorecimento do compromisso das lideranças políticas regionais em função da setorialização do desenvolvimento, a redução do movimento pela educação contextualizada e a diminuição do intercâmbio interinstitucional na região; no cenário “Integração” o Brasil se consolida como “quinta potência mundial” – e não se especifica em que aspecto (econômica?, bélica?,

⁶⁸Na primeira versão do cordel “Outra visão, outro sertão” que nos foi apresentada ainda em arquivo PDF, o Prólogo apresentava em seu final mês e ano de sua produção: dezembro de 2010. A versão final publicada em 2011, apresenta o mesmo Prólogo, com mês e ano diferentes: março de 2011.

científica?, etc.) –, a ideia de Semiárido proposta pelo instituto é facilitada em função do movimento pela educação contextualizada; no cenário normativo assumido pelo INSA as desigualdades regionais são reduzidas devido a continuidade dos programas governamentais de distribuição de renda, o INSA é convidado a desenvolver iniciativas que mobilizem o poder político, o intercâmbio interinstitucional é dificultado pela ênfase no enfoque setorial (Cf. INSA, s/d: 16-19).

As prioridades estratégicas do INSA são organizadas aí com base na nova Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, apresentada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia já no governo da presidente Dilma Rousseff e pensada para vigorar durante o período 2012-2015⁶⁹. Dentro dessa nova política, o INSA foi convidado a desenvolver ações no âmbito de três eixos estratégicos (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em áreas estruturantes para o desenvolvimento; Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e para o Desenvolvimento Sustentável; e, Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social) e em dois programas (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e para o Desenvolvimento Regional; e, Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social). O INSA assume essa nova configuração, ao mesmo tempo

⁶⁹ A última vez que acessei o sítio eletrônico do Ministério da Ciência e Tecnologia foi em 12 de março de 2012 esperando encontrar alguma informação a propósito dessa nova política, mas só encontrei referências ao Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010 – na página inicial do sítio, por exmplo, é possível identificar os quatro eixos estratégicos que foram estabelecidos no âmbito desse plano (Cf. <http://www.mct.gov.br/> e <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/307779.html>. Acesso em: 12 mar. 2012). De modo que todas as informações assinaladas aqui sobre esse novo plano provém do Plano Diretor do INSA 2011-215. Essa nova política apresenta agora cinco eixos estratégicos: 1) Expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação; 2) Promoção da inovação nas Empresas; 3) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em áreas estruturantes para o desenvolvimento; 4) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e para o Desenvolvimento Sustentável; 5) Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Essa política inclui dez programas que buscam responder a essas estratégias: 1. Gestão de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação; 2. Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação; 3. Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento em Ciência, Tecnologia e Inovação; 4. Promoção da Inovação nas Empresas; 5. PD&I em Tecnologias Estratégicas; 6. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para o Setor de Energia; 7. Programa Espacial; 8. Programa Nuclear; 9. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e para o Desenvolvimento Regional; 10. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. “Novas” metas são estabelecidas para o Semiárido Brasileiro; • Consolidação do Instituto Nacional do Semiárido (INSA) nos próximos cinco anos; • Fixação de Doutores na Região; • Ampliação do número de Redes Temáticas (redes de pesquisa) em diferentes campos do conhecimento, fortalecendo as existentes; • Ampliação da oportunidade de fomento para a pesquisa e difusão de inovações, em articulação com Agências Financiadoras, como o CNPq, FINEP e BNB; • Apoio a programas de pós-graduação com foco no desenvolvimento sustentável do Semiárido brasileiro; • Inserção do Instituto na matriz institucional de CT&I dos estados integrantes do Semiárido brasileiro (Cf. INSA, s/d: 32-33). Digo “novo” porque, como se percebe, algumas dessas metas já estavam presentes no plano anterior e aparecem só um pouco alteradas. Por exemplo, falava-se da formação de, no mínimo, 20 doutores por ano em temas direcionados para o Semiárido brasileiro e na fixação de, no mínimo 40 doutores; nesse novo plano se fala da fixação de doutores na região sem que se especifique a quantidade desejada/esperada.

em que assinala dois problemas que ela tece para o Instituto: um “político” posto que “o Semiárido brasileiro, como a Amazônia, deixa de ser uma “Área Estratégica” nacional, o que, nos anos recentes, resultou em um relevante crescimento da visibilidade política e do apoio institucional e financeiro para esta região...”; outro conceitual, posto que o eixo “Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e para o Desenvolvimento Sustentável” apresenta uma compreensão de Semiárido que o confunde com o bioma Caatinga. Para o INSA, o Semiárido inclui, mas transcende esse bioma (Cf. INSA, s/d: 32-33).

Dentro do eixo “Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em áreas estruturantes para o desenvolvimento” é estabelecida uma linha de ação: “Agroindústria e Energias Alternativas”, visando desenvolver a agroindústria e potencializar o uso de energias alternativas no Semiárido. No eixo “Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Naturais e para o Desenvolvimento Sustentável” temos duas linhas de ação: “Meio ambiente e mudanças climáticas”, prevendo ações de monitoramento dos impactos das mudanças climáticas globais no Semiárido brasileiro, de prevenção da degradação e de manejo das áreas degradadas, entre outras; e “Biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais”, prevendo ações de desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de captação, armazenamento e gestão dos recursos hídricos; de prospecção e exploração dos recursos minerais, e de uso sustentável da biodiversidade do Semiárido brasileiro, entre outras. O eixo “Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social” apresenta uma linha de ação: “Políticas de Desenvolvimento Social”, prevendo, entre outras coisas, a difusão de conhecimentos e a formação de talentos humanos na área de ciência, tecnologia e inovação a fim de promover a “convivência transformadora com o Semiárido Brasileiro”; o apoio à formulação de uma política de contextualização dos currículos e práticas pedagógicas de instituições de educação, e a institucionalização de espaços de discussão sobre cultura, valores, qualidade de vida e inclusão social (Cf. INSA, s/d: 35-40).

Dos cinco “projetos estruturantes” apresentados no primeiro plano diretor, quatro voltam a aparecer: a criação do Observatório do Semiárido para ser fonte de conhecimento sobre a região e do Fórum do Semiárido para que se consolide como “espaço permanente de discussão” e de formulação de políticas contextualizadas para o desenvolvimento sustentável da região; a criação de parques temáticos naturais chamados de “Museu Vivo do Semiárido Brasileiro” e de um Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Um outro projeto aparece, propondo não mais a Rede para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro (RedeSAB), mas o “Programa de Gestão de Redes de Conhecimento para o Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Brasileiro” para criar redes de conhecimento em áreas como a

agroindústria e a desertificação, por exemplo; e fortalecer aquelas que já existem, como a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB).

É importante assinalar que esse segundo plano diretor do INSA não pretende ser um contraponto ao primeiro. Inclusive, ao retomar alguns projetos ou propostas apontados em seu primeiro plano diretor, o INSA parece querer investir suas ações de coerência e continuidade – na maioria das vezes, consegue mais evidenciar aquilo que o Instituto não conseguiu realizar naquele primeiro momento de sua atuação. Importa dizer que aquilo que aparece de maior ênfase nesses planos é a vontade de construir um novo Semiárido sem os dizeres e imagens, ancorados em suas adversidades, que historicamente instituíram a visão hegemônica a seu respeito; é a vontade de redimensionar o lugar da sociedade “historicamente excluída do processo de inovação” e de “não deixar morrer a esperança no Semiárido Brasileiro” (INSA, s/d:47-48). O INSA, portanto, assume a postura de combatente. A arma/fórmula com que se quer combater: “Ciência + Tecnologia + Sociedade” (INSA, s/d: 10).

Como no primeiro plano diretor, também não encontrei aí uma referência explícita ao segundo cordel produzido pelo INSA, senão a presença daqueles “elementos mais gerais” de que já falei, a partir dos quais se pode dizer que esse cordel resulta. No entanto, tornou-se importante apresentar um pouco de seu conteúdo para que o leitor posteriormente perceba como os cordéis reverberam seus dizeres ou a eles se remetem. Voltemos ao mais recente cordel e vejamos o que diz o seu prólogo, assinado pelo então diretor do INSA, Roberto Germano:

Antes tarde do que nunca. O tão aspirado – mas raramente logrado – diálogo entre os saberes popular e científico é possível. O Instituto Nacional do Semiárido (INSA) assume esta possibilidade como questão fundamental. Tanto que no Observatório do Semiárido Brasileiro, uma rede interinstitucional de observadores do desempenho da região, ainda em construção, terá um Comitê dos Saberes Científico e Popular, no lugar do tradicional Comitê Científico. Mas antes que o observatório comece a ensinar com o exemplo, o INSA já avança nesta direção. O Instituto cria espaços formais e informais para que esse diálogo demonstre sua frutífera contribuição. Por exemplo, em dezembro de 2010, o INSA promoveu um discreto encontro entre a filosofia (ciência) e a poesia (arte).

Durante quatro dias de sol e três noites de lua, no Hotel Chique-Chique, às margens do açude Boqueirão-PB, José de Souza da Silva, Pesquisador da Embrapa Algodão, que pensa filosoficamente as relações ciência-tecnologia-sociedade-inovação, e Oliveira de Panelas, repentista, cantador e poeta popular, que pensa poeticamente a nossa região, encontraram-se para pensar conjuntamente o passado, o presente e o futuro do Semiárido Brasileiro (SAB), histórica e prospectivamente. O encontro gerou um cordel crítico da visão e pensamento historicamente dominantes, que instituíram o SAB como “região-problema”, tratada pelo paradigma das adversidades, e articulador de elementos de referência para construir outra visão e pensamento sob os quais o SAB emerge como ‘região viável’, tratada pelo paradigma das potencialidades. Que o leitor encontre no Cordel a fonte de inspiração para construir um novo olhar da região, fundamentado no diálogo entre saberes popular e científico (OUTRA VISÃO, OUTRO SERTÃO, 2011: p.2-3).

“Quatro dias de sol e três noites de lua, no Hotel Chique-Chique, às margens do açude de Boqueirão”, foram suficientes para que do “discreto encontro entre a filosofia (ciência) e a poesia (arte)” se construísse os versos de “Outra visão, outro Sertão”, apresentando os subtemas: “INSA: Primeiros Passos”; “Semiárido dado, mas não desejado”; “Semiárido sonhado, a ser construído”; “Fui, voando, ao futuro e retornei. O que vi, pra vocês, eu vou contar”. O primeiro subtema, com vinte estrofes em sextilha; o segundo com 18 estrofes sendo que as três primeiras – uma com dez versos, outra com oito e outra com doze – destoam da estruturação das demais que aparecem estruturadas em sextilhas; o terceiro subtema, também com vinte estrofes em sextilha; o último com 28 estrofes e versos em décima.

Um cordel para ser “fonte de inspiração para construir um novo olhar da região, fundamentado no diálogo entre saberes popular e científico”. O encontro entre o repentista e poeta cantador pernambucano Oliveira Francisco de Melo – o Oliveira de Panelas – e o paraibano nascido em Areia, Ph.D. em Sociologia da Ciência e Tecnologia - José de Souza Silva – para “pensar conjuntamente o passado, o presente e o futuro do Semiárido Brasileiro, histórica e prospectivamente” significou para o INSA a possibilidade e concretização desse diálogo, o “tão aspirado – mas raramente logrado – diálogo”.

No ensejo de fomentar o encontro desses saberes um nítido traço de diferença pulula e os distancia; não constituem a mesma face, nem dois lados de uma mesma moeda. Constituem, antes, dois saberes: um com as implicações do “pensar filosoficamente as relações ciência-tecnologia-sociedade-inovação”, o outro com as implicações do “pensar poeticamente a região”. O encontro nem sempre pressupõe a confluência de duas (ou mais) partes estranhas, mas nesse caso parece que sim: aí, num encontro forjado, por um ritual de representação e numa experiência de escrita (de criação poética) se quis que o científico e o popular se encontrassem e produzissem juntos algo fecundo.

Esse estranhamento/distanciamento que inicialmente gera a necessidade do encontro se perde, ou aparentemente se dilui e desaparece, no que resultou da própria experiência considerada exitosa pelo INSA: nas palavras dispostas em versos, compondo estrofes e ocupando espaço nas páginas, difícil dizer o que é ali científico e o que é popular.

Em todo caso, o encontro possibilitou que os dois conversassem, agenciassem as palavras, materializassem a sua destreza poética. O modo como esse encontro foi descrito, de certa forma, nos faz pensar na relação oralidade/ impressão em versos que impregnou a produção desse cordel, que não foi escrito num contexto de solidão dos autores, mas no encontro de suas habilidades.

De todo modo, esse prólogo só confirma o que havíamos apontado a partir da análise dos planos diretores como condição de possibilidade de produção de cordéis pelo INSA. O cordel e o poeta integram aquilo que “é” do Semiárido, são expressão cultural e talento humano respectivamente; são a representação do popular ao qual se deve atribuir valor hercúleo e o qual o INSA deve difundir.

2.3. Como efeito de posições estratégicas: o lugar dos autores na produção dos cordéis e do CD Belo Sertão

Ficam evidentes dois projetos políticos em curso, se construindo e se impondo, um ao outro e à sociedade do Semiárido em geral: um protagonizado pela sociedade civil organizada na ASA, o outro protagonizado pelo Estado por meio do INSA. No âmbito desses projetos, algumas convergências importantes: 1) os dois trabalham com a ideia de que há uma cultura nordestina, da qual o Semiárido faz parte (ou que com ela se confunde), que precisa ser exibida, fortalecida e preservada; sua existência é considerada uma riqueza, fonte de inspiração para a formação de talentos, elemento definidor de uma identidade; 2) mais do que o fortalecimento da economia regional e/ou o melhoramento das condições de vida das populações vulneráveis que habitam o Semiárido tais projetos – cada um com o seu programa de convivência –, pela via da (in)formação, engendram determinadas condições de formação de um sentimento de pertencimento ao que aí se define por Semiárido, ora referenciado como lugar geográfico ora utilizado para determinar a existência de práticas configuradoras de uma cultura; 3) o modo como essas instituições se autoreferenciam: no plano do INSA, fala-se da importância de unir ONGs, Governo Federal, ciência e sociedade na construção de um futuro com nova mentalidade, mas não há aí referência alguma a convivência com o Semiárido antes do instituto. Também a ASA, que possui uma existência anterior ao INSA, mesmo apresentando a necessidade de estabelecer parcerias, inclusive com o Estado, não exhibe em seu plano qualquer tipo de louvação à atuação deste no âmbito do desenvolvimento regional. Nesse sentido, o Estado no projeto da ASA e vice-versa é sempre o outro com quem se pode/deve contar, mas que nunca será o destinatário dos mais elevados méritos porque existe aí o forte desejo de autopromoção que pressupõe o fortalecimento institucional; 4) determinados usos do passado e maneiras de lidar com a temporalidade concorrem para a produção de efeitos de verdade naquilo que esses projetos enunciam; 5) a formatação de

determinados modos de se comportar e, ao mesmo tempo, a indicação do que se torna irregular ao discurso; 6) instituem todo um vocabulário a propósito da convivência e selecionam/indicam temas e questões que para ela convergem e que lutam contra ela – maneira de fazer conhecer o que lhe ameaça.

Uma análise sociológica aponta que armadilhas sutis e traiçoeiras são camufladas pelas propostas de desenvolvimento sustentável sugeridas pelo INSA, para o Semiárido, quando elas relacionam

o paradigma humano do desenvolvimento como mote para a vantagem de se aproveitar a semiaridez da região, em favor da superação de seu atraso econômico e social. Essa vantagem, no entanto, tem como foco central a positividade da agroindústria, das fartas fontes de energia capazes de, utilizando-se de meios não convencionais, transformar os pressupostos tecnológicos vigentes na tradição regional. Uma concepção bastante específica de convivência que coabita com outras elaboradas no curso das inúmeras propostas que têm o desenvolvimento do Nordeste e a superação de seu atraso econômico como motivação (MOREIRA NETO, 2010: 137).

A análise parece ter levado em consideração apenas algumas estrofes do cordel “O Paradigma das Oportunidades” dispostas aí de forma articulada pela autora numa sequência que não é a original. Vejamos as estrofes citadas: 4ª) “No ano dois mil e sete/ Pelo INSA foi criado,/ O grande planejamento/ Estratégico, bem traçado,/ Mostrando pra região Seu magistral resultado”; 42ª) “Em nosso sertão, a seca/ Que sempre foi desvantagem/ O sabido aproveitou/ Agindo com malandragem/ Chegou o INSA e falou: ‘Semiaridez é vantagem’”; 43ª) “Nas mentes tem que mudar/ Do Sertão, a sua imagem, O que sempre foi ‘barreira’ / Com o INSA será ‘passagem’ / Porque daqui por diante / ‘Semiaridez é vantagem’”; 49ª) “O paradigma do INSA/ É um paradigma humano/ Porque desenvolvimento/ Não sendo humano, é tirano/ Nem é desenvolvimento/ Quem disser, comete engano”; 59ª) “Assim as prioridades/ Altamente positivas/ Partem pela agroindústria/ Abundantes produtivas/ Pelas fontes de energias/ Fartas e alternativas” (Cf. MOREIRA NETO, 2010: 136-137).

Uma primeira questão que deve ser posta é que, tanto no Plano Diretor 2007-2010 quanto nos versos do cordel, a agroindústria não aparece como foco central, mas divide relevância aparentemente similar com as outras prioridades estratégicas do INSA. Vejamos algumas estrofes: 57ª) Prioridade estratégica/ No INSA se faz presente,/ Os recursos naturais/ Caatinga, meio ambiente,/ Todo agroecossistema/ No Semiárido da gente; 58ª) Nos recursos naturais/ tem estratégia ideal,/ genoma, diversidade/ e a genética animal/ vegetal, microorganismo,/ são para a vida o essencial; 60ª) Em cada linha de ação/ Uma estratégia nos traz,/ políticas que desenvolvem/os atores sociais,/ a convivência com a seca/ e outros desafios mais (O Paradigma das Oportunidades, s/d: 17). E uma outra questão: o

desenvolvimento regional aparece no discurso do INSA como consequência e fortalecimento também das potencialidades humanas existentes no Semiárido. Nesse caso, fico pensando quais seriam os discursos enunciadores da convivência que não tenham o desenvolvimento e a superação do atraso econômico da região como motivação, ou, pelo menos, como algumas de suas motivações.

Vários Semiáridos são apresentados e sustentados nos discursos institucionais como recortes regionais. Os números e os mapas comprovam tal afirmação. O Semiárido do documento P1MC possui 974.752 Km² incluindo o Maranhão e o Norte do Espírito Santo. A delimitação de 2005, do Ministério da Integração Nacional, configura uma área de 969.589,4 km - da qual o Maranhão e o Espírito Santo não fazem parte – que, por sua vez, também se distingue daquela que se estabeleceu em 1989. Os contornos do que se passou a chamar de Semiárido Brasileiro foram sendo historicamente estabelecidos segundo saberes socialmente impostos – saberes que instituíram os critérios para uma delimitação conveniente. Nesse sentido, é possível corroborar com a ideia de que a região é um objeto móvel constituído de uma realidade questionável; não é uma região naturalizada, mas produzida e recortada por práticas discursivas e não-discursivas; é fruto de afrontamentos políticos, de lutas pelo poder, de estratégias de governo e da sociedade civil “que fizeram parte de sua instalação e demarcação, que estabeleceram as fronteiras e os limites que agora podem reivindicar como sendo naturais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, s/d); é produto também de “saberes que lhe deram forma, que lhe deram identidade, que o definiram, que o demarcaram, que lhe deram uma visibilidade e uma dizibilidade, que o nomearam, que o distinguiram, que o recortaram, que lhe deram rosto, características” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, s/d). A partir de diferenciados critérios, o Semiárido vai sendo descortinado na dispersão dos enunciados que o dizem: os mapas, bem como os números, se alteram e não mais se correspondem, parecem falar do mesmo, mas não são capazes de apagar os traços que lhes diferenciam.

A música e/ou os cordéis estiveram a serviço desses projetos institucionais. Foram tomados como materialidades nas quais os enunciados da convivência seriam gravados em linguagem oral, escrita e/ou imagética. Tornaram-se necessários, num determinado momento e numa ocasião precisa. Do mesmo modo, no momento em que se julgou conveniente, no caso da ASA, os cordéis deixaram de circular – para não dizer que foram cerceados, silenciados, relegados ao esquecimento por um olhar externo e pela própria instituição –, pareceram ter perdido a sua função. Em todo caso, constituíram/constituem efeitos de posições estratégicas dentro de uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade. Existiram para provocar mudanças, para quebrar preconceitos, para fornecer esclarecimentos,

para forjar comportamentos e maneiras de pensar; existiram para (des)estabilizar o solo em que pisamos, para ferir, para dizer o que fomos, somos e queremos ser. Por isso, e em face de um efeito de poder, podem ser condenados ao desaparecimento; por isso não podem ser reduzidos a um projeto que os tenham determinado, mas antes a esse conjunto de relações. Eles próprios são acontecimentos que tanto criam outros acontecimentos como interferem nos acontecimentos que se acham em curso.

Naturalmente, produções como essas são sempre marcadas por escolhas, seleções, registros, esquecimentos, reinvenções. Tais procedimentos pressupõem: escolha dos poetas, das imagens, das palavras, das canções, dos músicos, dos instrumentos, do tipo de organização das estrofes, das temáticas, das cores, do tipo de papel; quais acontecimentos devem ser registrados, o que deve/pode ser dito sobre os temas escolhidos, etc. É nesse momento que primeiro vemos atuar toda uma “polícia discursiva”⁷⁰, que se apresenta como imperativo do próprio discurso e é sempre reativada pelos sujeitos que falam, a fim de manter todas as proposições possíveis na margem do que se considera como verdadeiro e/ou plausível, e excluir as que dela se afastem. É a partir desta injunção “convivência com o Semiárido”, fortemente presente nesses projetos políticos e na materialidade dessas produções, que foram se constituindo modos de fazer e de pensar específicos sobre o que é o Semiárido, quais as imagens que melhor o definem, o que melhor exprime a sua cultura na música, na religiosidade do povo, na culinária, etc.; e ainda como se relacionar com a natureza, como gerenciar os recursos naturais, que tipos de tecnologia poderiam refletir a convivência e quais projetos e discursos são engendrados contra ela. Esta injunção evidentemente não inventa o cordel ou a música, mas os tomam, e não somente a eles, como materialidades de sua epifania.

Evidentemente que não havia um manual de instruções para conduzir tais empreendimentos; esses procedimentos revelam, portanto, as posições estratégicas de cada instituição. Entendo que esses procedimentos concorreram para a produção de verdades afinadas com os propósitos de cada instituição sobre e para o Semiárido. De modo que essas produções não constituem discursos fundadores; são antes desdobramentos de discursos institucionais ou apenas uma forma, entre tantas outras, de sua materialidade. As palavras, imagens e canções são mobilizadas aí para legitimar discursos que vêm instituindo maneiras de ver e de dizer o Semiárido, a partir de um olhar otimista. Não são portanto a origem do discurso da convivência, mas o lugar onde ele abunda e se (re)faz; fazem reverberar o que lhe

⁷⁰Ver: FOUCAULT, 2009: 35

é anterior, mas sem o qual eles não seriam o que são: enunciados. Portanto, o que encontramos aí é o repetido, o mesmo, o velho que se faz novo na singularidade do acontecimento. Isso implica pensar, que os cordéis e a música aqui analisados, não são instituições “solitárias”, seus textos remetem a outros textos – que lhe são anteriores ou contemporâneos –, seus dizeres estão entrelaçados a outros dizeres enunciados em outros lugares, e ainda, que eles necessariamente não se excluem, mas coexistem na memória discursiva.

É possível corroborar, como já afirmei anteriormente, a existência de correspondências entre o que ou como vão falar a música e/ou os cordéis e o que diz a ASA na *Declaração do Semiárido* e no *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC*, ou com o que diz o INSA em seus planos diretores – talvez isso fique mais claro quando da leitura dos próximos capítulos. Esses documentos são fundadores de práticas institucionais específicas e são de forma explícita ou indireta referenciadas na materialidade dessas produções. Poder-se-ia dizer, por exemplo, que “O Paradigma das Oportunidades” é o Plano Diretor 2008-2011 em versos.

O CD Belo Sertão, por exemplo, ao longo dos textos de seu encarte vai apresentando algumas referências bibliográficas que devem ser consideradas como partícipes dessa rede de textos com os quais o conteúdo da convivência enunciado aí mantém relação. O que se conta sobre o Pe. Ibiapina, Pe. Cícero e o beato Zé Lourenço, e outros, na seção “Uma cultura religiosa”, faz referência aos seguintes estudos: “*Homens e Mulheres do Nordeste*”, de José Comblin; “*Padre Cícero de Juazeiro*”, do mesmo autor; “*Voz do Padre Cícero e outras Memórias*”, de Maria da Conceição Lopes Campina; “*Os anjos de Canudos*”, de Eduardo Hoornaert; “*Pe. Ibiapina e Igreja dos Pobres*”, livro organizado por Georgette Desrochers e Eduardo Hoornaert; “*José Lourenço, o Beato camponês da Comunidade do Caldeirão*”, de Verlúcia Maia. Na seção “Problemas-chaves do Semi-árido: Terra e água concentradas” é referenciado o livro organizado por Severino Vicente da Silva – “*A Igreja e a Questão Agrária no Nordeste: subsídios históricos*”.

Quem eram, de fato, os “autores” que fizeram reverberar os discursos da convivência? Pergunta conveniente uma vez que todas as fontes que analisamos são providas da função autor, ali exercida quando seu nome confere um valor de verdade ao que está posto ou quando sua indicação e da data de seu trabalho não é simplesmente uma maneira de indicar a origem, mas de conferir um certo índice de credibilidade. Ora, é preciso considerar que

O nome do autor funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso: para um discurso, o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer ‘isso foi escrito por tal pessoa’, ou ‘tal pessoa é o autor disso’, indica que esse discurso não é

uma palavra cotidiana indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo status. A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 2006: 274).

Nem todos eram reconhecidos como poetas de cordel. Era o caso de Arnaud e Arno, que escreveram a “A Articulação no Semiárido vai mudar o Sertão”. Arnaud, um jornalista pernambucano; publicou em 1993, a primeira edição de seu livro de poemas em homenagem a Porto de Galinhas – PE intitulado de “Poemas pra Porto” que mais tarde, em 2000, depois de uma segunda edição, foi lançado novamente ganhando novo título (“Porto das Galinhas d'Angola”), nova capa, novos poemas, entre outras coisas; em 1999, havia lançado o livro de poemas “Cheiro Cola, Sim Senhor”, referenciando o centro urbano do Recife e o bairro da Boa Vista, onde o autor residiu por dois anos⁷¹; havia também composto duas músicas também em homenagem a Porto de Galinhas (“Elegia a Porto” e “Tempos de Outrora”). Arno Rochol, técnico alemão membro do *Deutscher Entwicklungsdienst (ded)*⁷² – Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social que nesse momento era parceiro da ASA. Arnaud foi convidado por Arno para escreverem conjuntamente esse cordel.

José Rogaciano Siqueira de Oliveira, autor da maioria dos cordéis produzidos pela ASA, assina um deles – o “Convivência com o Semiárido – na condição de técnico do ESPLAR - Centro de Assessoria e Pesquisa”⁷³, instituição amiga da ASA. É também autor de outros cordéis: “Transposição do Rio São Francisco: A quem interessa?”(2005), “Diga não

⁷¹Os dois livros lhe renderam elogios como os tecidos pelo cineasta, também pernambucano, Nelson Caldas Filho: “Senti no poeta Arnaud Mattoso uma grandeza franciscana, daqueles que sentem o valor que tem as pessoas, a história que cada um carrega. Tanto em seu “Poemas Pra Porto” e em “Cheiro cola, sim senhor”, existe uma sensibilidade não só para com os excluídos, como também os pequenos, os simples de espírito”. In: <http://www.portodegalinhas.com.br/arnaudmattoso/apresentacao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2011.

⁷²O DED é um dos organismos que desenvolvem o trabalho de cooperação entre o Brasil e a Alemanha. Desde a sua fundação em 1963, persegue o objetivo de apoiar, em prática, as pessoas nos países em via de desenvolvimento no sentido de melhorarem suas condições de vida. Não tem projetos próprios, mas atende a solicitações das organizações parceiras – governamentais ou da sociedade civil - nos países anfitriões. Suas principais áreas de atuação são: Promoção da economia e da ocupação; Promoção da democracia e autonomia local; Proteção rural do desenvolvimento e dos recursos; Tratamento civil dos conflitos e promoção da paz; Saúde; Instrução e trabalho público da política de desenvolvimento na Alemanha. Estas e outras informações encontram-se disponíveis nos seguintes sítios eletrônicos: <http://www.inwent.org.br/organizacao.html> e <http://mosambik.ded.de/pt/pagina-inicial.html>. Acesso em: 20 ago. 2011.

⁷³O ESPLAR é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1974, com sede em Fortaleza (CE). Atua diretamente em municípios do semi-árido cearense, desenvolvendo atividades voltadas para a agroecologia, a serviço da agricultura familiar. Realiza trabalhos nas seguintes áreas temáticas: Fortalecimento das organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais para incidência nas políticas públicas de interesse da agricultura familiar; Promoção da igualdade de gênero, com enfoque feminista, de classe e de combate à discriminação de raça e etnia; Justiça ambiental e qualidade de vida, a partir do direito à terra, à água e à biodiversidade; Desenvolvimento de sistemas agroecológicos; Processamento e comercialização da produção agrícola na perspectiva da sócio-economia solidária”. In: <http://www.esplar.org.br/quem/oque.htm>. Acesso em: 20 ago. 2011.

aos Transgênicos”, “Planta de Mil e Uma Utilidades” e “A Violência Contra a Mulher Não é o Mundo Que a Gente Quer” (2007)⁷⁴, e do cordel em solidariedade à greve de fome empreendida em 2007 pelo bispo de Barra – BA, Dom Luiz Cappio, como protesto à Transposição do Rio São Francisco⁷⁵.

José de Souza Silva, além da formação acadêmica já mencionada anteriormente, participou do processo de construção do planejamento estratégico do INSA integrando duas equipes de apoio e consultoria: o grupo gestor, na condição de coordenador e de representante do Embrapa Algodão⁷⁶, e a equipe de consultoria externa; colaborou com a Oficina de trabalho preparatória para Consulta Estruturada realizada em Brasília - DF, com a Oficina de Trabalho de Cenários realizada em João Pessoa - PB e com a Oficina de Trabalho de Estratégias – ocorrida em Petrolina - PE.

Oliveira de Panoelas iniciou as suas atividades como poeta repentista no final da década de 50 do século passado; atualmente, apresenta um vasto currículo que inclui atuação em rádio, participação em campanhas de utilidade pública de caráter social promovidas por órgãos governamentais, publicação de diversos livros e cordéis, participação em congressos para repentistas, apresentações nacionais e internacionais, prêmios e títulos de reconhecimento social (“cidadão paraibano”, “cidadão campinense”, etc), entre outros; já coordenou a Associação de Poetas Repentistas do Brasil e ocupa a cadeira 29 da Academia de Letras e Artes do Nordeste – ALANE.

Sobre Roberto Malvezzi, Nilton Freitas e Targino Gondim referenciaremos o que o CD Belo Sertão conta sobre eles:

1) Roberto Malvezzi, compositor, escritor, nasceu em Potirendaba, interior de São Paulo e trabalha com comunidades do semi-árido desde 1980. Está envolvido pessoalmente com o trabalho de convivência através da ASA, Movimentos Sociais e Pastorais Sociais. Viu na riqueza musical do sertão a possibilidade de resgatar a convivência com o semi-árido através da música. O resultado é o ‘CD Belo Sertão’.
2) Nilton Freitas, músico nordestino de corpo e alma, nasceu em Uauá, lá pras bandas de Canudos, sertão baiano, enquanto ‘o sertão não virar mar e o mar não virar sertão’. Compositor, arranjador, instrumentista, admirador apaixonado de tudo que sua terra tem. Procura imortalizar na voz e na sua obra o sertão nordestino que carrega na alma.
3) Targino Gondim, sanfoneiro, cantor, compositor, vencedor do Grammy Latino 2002 com sua composição ‘Esperando na Janela’. O toque suave de sua sanfona e a sutileza de sua voz resgatou o ‘pé de

⁷⁴Todas essas produções encontram-se disponíveis para download no link de publicações do sítio do ESPLAR: <http://www.esplar.org.br/publicacoes/public.htm>.

⁷⁵É possível encontrar parte desse cordel em páginas do livro “A vida por um Rio” - Publicação da Frente Cearense Por Uma Nova Cultura da Água e Contra a Transposição das Águas do Rio São Francisco. O livro constitui um tratado em defesa do Rio São Francisco e em apoio ao Dom Luis Cappio.

⁷⁶“Criada em 1975, a Embrapa Algodão é uma das Unidades descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Com sede em Campina Grande - PB, atua em todo o país, na geração de tecnologias, produtos e serviços para as culturas do algodão, mamona, amendoim, gergelim e sisal”. In: www.cnpa.embrapa.br/aunidade/historico.html. Acesso em: 20 ago. 2011.

serra' que estava sufocado pelo forró eletrônico. É um dos maiores representantes da música nordestina na atualidade. Nascido em Salgueiro, PE, e criado em Juazeiro, BA (CD BELO SERTÃO).

Todos eles ocupavam posições sociais que, dentro de determinadas relações de poder estabelecidas com a ASA e com o INSA, os credenciavam a participar dessas produções. Nesse sentido os projetos políticos das duas instituições constituíam discursos específicos que se associavam à “prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos” (FOUCAULT, 2009: 39). O INSA diz explicitamente em “O Paradigma das Oportunidades” (s/d: 1): “Ninguém melhor do que Oliveira de Pannels, cantador de reconhecida competência, para agora em prosa e versos contar o passado recente, o presente e o futuro do INSA”; e em “Outra visão, outro Sertão” referencia aquilo que os autores representam – o saber popular e o saber científico – como condição de possibilidade desse cordel. A ASA, primeiramente com a parceria de Arnaud e Arno, e logo depois, pela necessidade de recrutar alguém “do meio”, com José Rogaciano que já cooperava com uma organização “amiga”; no caso do CD, com Roberto Malvezzi, pessoalmente envolvido com o trabalho da ASA e capaz de “enxergar” na música e nos homens a “essência” nordestina, e Nilton Freitas e Targino Gondim – não somente exímios compositores e músicos, mas também portadores dessa “essência”. Esse ritual, segundo Foucault, constitui um sistema complexo de restrição e

(...) define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 2009: 39).

Tais relações autorizaram a produção dos dizeres que os cordéis e o CD carregavam – quero dizer: nada do que foi dito era negligente com o que constituía os propósitos institucionais no momento em que houve a produção e difusão desse material, corroborando com o que também diz Foucault, “ninguém entrará na ordem dos discursos se não satisfizer a certas exigências” (FOUCAULT, 2009, p.37). O que implica dizer que esses “autores” tiveram que conhecer as propostas dessas instituições para produzir rimas poéticas e utilizar palavras que com elas se afinassem.

Tiveram que considerar também determinadas maneiras de fazer que informam a modalidade cordel ou a natureza de um cordel bem escrito: “quando se fizerem sextilhas, o segundo, o quarto e o sexto verso deverão rimar, ficando livres os demais” (ABREU, 2006: 68). De todos os cordéis tomados como fontes para esta pesquisa, apenas um apresenta a ausência desse esquema rimático e em uma estrofe somente: o cordel intitulado “A articulação

no Semi-árido vai mudar o Sertão”. Vejamos a 5ª estrofe desse cordel: “A ASA tem criatividade/ Quer progresso sustentável/ e vai provar ao mundo/ que o Semi-árido é viável/ com força, fé e coragem/ vai mudar a sua imagem”. As septilhas, todas aparecem conforme o formato já consagrado: apenas dois versos ficam livres; o segundo, quarto e sétimo versos rimam; o quinto e o sexto também (Cf. ABREU, 2006: 68). Vejamos um exemplo: Cara leitora ou leitor/ eu peço preste atenção/ para falar de um assunto / que causa grande questão/ é também muito polêmico/ neste meu verso sistêmico/ vou dar minha opinião (Primeira estrofe do cordel “Elas e Eles: Direitos e Deveres”). As décimas apresentam o seguinte esquema rimático: ABBAACCDDC. Vejamos um exemplo: Sou o INSA, sou livre e sonhador (A)/ Afastei-me das ‘adversidades’ (B)/ Visitei as ‘potencialidades’ (B)/ Com vontade, emoção e muito amor (A)/ Pra criar um processo inovador (A)/ Sonhei, a nossa região, articular (C)/ E todos nossos talentos convidar (C)/ Pra esculpir este sonho que sonhei (D)/ Fui voando, ao futuro, e retornei (D)/ O que vi, pra vocês, eu vou contar (C) (61ª estrofe do cordel “Outra Visão, Outro Sertão”). Há uma estruturação bastante incomum nas três primeiras estrofes da seção “Semiárido dado, mas não desejado” do cordel “Outra visão, outro sertão”: a primeira apresenta dez versos que não seguem o esquema rimático, referenciado acima; a segunda apresenta oito versos que não obedecem ao esquema AAABBCCB nem terminam com a expressão “nos oito pés a quadrão”; a terceira apresenta doze versos. Na versão em arquivo PDF que recebi, quando da minha primeira visita ao INSA essas três primeiras estrofes constituíam cinco estrofes em sextilha, o que implica pensar que houve mudança na estruturação do texto no momento da sua impressão no formato de cordel.

Esses homens, e não outros, foram “recrutados” e suas habilidades mobilizadas aí para enunciarem a convivência – talvez nunca sequer imaginaram antes dizer o que disseram. Obviamente que todos eles encontraram também aí, para além da promoção da convivência e da promoção institucional, a oportunidade de divulgarem suas habilidades e/ou de ganhar uma resposta financeira pelo trabalho realizado.

3

QUANDO O PRESENTE NECESSITA DE UM PASSADO E DE UM FUTURO PARA EXISTIR: SEMIÁRIDOS PARA LEMBRAR, SEMIÁRIDOS PARA ESQUECER, SEMIÁRIDOS PARA EXISTIR

*“Cai a máscara, do antigo semiárido
Foi, a farsa, desfeita. O show termina
Com a mesma plateia e nova luz
Outro show vai surgir. Abra a cortina
Vamos, nós, escrever a muitas mãos
Outra página da história nordestina”*

Cordel Outra visão, Outro Sertão

*“Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde
a interesses, entra na ordem da contestação e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade”.*

Michel Foucault

3.1. A ameaça que ronda: no discurso da convivência, a invenção do “outro”

As palavras são capazes de nos levar a mundos que só existem nelas mesmas; querem que acreditemos nesses mundos ou que busquemos construí-lo; viajam no/pelo tempo que elas mesmas circunscrevem. Por meio delas, o presente pode fazer de conta que visitou o futuro e nos contar sobre ele; pode também nos falar do passado como se dele tivesse participado. Este capítulo apresenta uma reflexão sobre as operações por meio das quais os discursos da convivência compõem retratos de Semiárido. Pergunto pelo processo de produção de uma identidade, forjada pelos enunciados que irrompem no uso que esses discursos fazem das temporalidades (passado, presente e futuro), estabelecendo em termos de verdadeiro ou falso o que pode ser dito sobre o Semiárido, seu povo e suas práticas culturais. É da conformação de um passado, um presente e um futuro para o Semiárido, bem como de seus usos políticos, que busco definir o que seria(m) a(s) cultura(s) histórica(s) que nos discursos da convivência se quer instituir sobre o Semiárido.

Vejo a foto três por quatro do meu documento de identidade e me ponho a pensar naquela pessoa fixada ali, quero dizer obviamente, naquela imagem: congelada pelo *flash* de uma câmera, depois colada sobre aquele papel e carimbada na parte inferior pelo Departamento de Identificação do Instituto de Polícia Científica, da Secretaria da Segurança Pública do Estado da Paraíba; depois, plastificada para garantir que aquelas informações não fossem manchadas, para que o papel não se rasgasse ou amassasse. Esse documento é, indubitavelmente, uma singularidade. O que ele consegue dizer? O nome que outros escolheram pra mim – do qual eu aprendi a gostar –, quem são os pais que eu não escolhi – os quais eu aprendi a amar –, a cidade onde nasci, a data do meu nascimento, dados da minha certidão de nascimento, impressão digital e assinatura – todo um pequeno conjunto de informações para que eu seja reconhecido por meio delas, para que eu não seja confundido com outra pessoa, para que eu possa continuar existindo para o meu país e para a burocracia que nós criamos – curiosamente, para que eu exista, para estes, não basta eu estar vivo. Por muito tempo pensei que aquela assinatura, que deveria servir de modelo para todas as minhas assinaturas posteriores, fosse a evidência mais expressiva de uma marca efetivamente minha naquele documento porque eu tinha colocado-a ali, até me dar conta de como aquelas letras estavam condicionadas a determinadas regras gramaticais, ortográficas, culturais, aos modos como fui aprendendo a fazer o “a”, o “l” etc. Talvez me perguntem: a imagem da foto três por

quatro não seria a maior evidência de você, a marca mais visível de que você existe ou aquilo que pode servir a uma descrição mais acurada sua? É bem verdade que sem as marcas institucionais (o papel, o carimbo do órgão emissor, a assinatura do diretor responsável pelo órgão) aquilo não seria um documento e a minha existência “legal” seria posta em questão. De todo modo, aqueles traços me são bastante familiares, e não só a mim, mas também aos que viveram próximos a mim quando aqueles traços existiam. Porém, eles já não existem tal como estão postos ali; não resistiram à passagem do tempo e foram alterados. Continuo afirmando o mesmo nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, etc.; mas aquela imagem parece ser a que menos continuou e a que mais sucumbiu; ela já não me é coetânea. Quem é aquele que está ali? Não consigo utilizar o verbo no presente e dizer “aquele sou eu”. É fato que raramente olhamos para nossas fotos antigas e dizemos apenas “este sou eu” – talvez as crianças digam isso com maior frequência; na maioria das vezes dizemos “esse sou eu quando tinha “tantos anos”; e ainda tem aquelas pessoas que nos perguntam: é você mesmo na foto? De modo que eu poderia afirmar que aquela não é a melhor imagem de mim, muito embora eu não possa trocá-la – e se pudesse, de que adiantaria se esses traços não cessam de se alterar? Se afirmo que as mudanças que alteram a minha imagem não cessam de acontecer (não somente pela passagem do tempo, mas também pelas transformações que imponho a mim mesmo) e que aquela é a estética do que fui em um instante - naquele instante em que uma imagem de mim foi congelada – estarei colocando uma outra questão: a de que não consigo ter uma imagem fixa. Nesse sentido, é como se eu estivesse sugerindo que aquele da foto que está no que sou levado a chamar de minha carteira de identidade não sou mais eu – o que pressupõe que eu seja de outro jeito. Em todo caso, não posso ter uma carteira de identidade para cada instante – elas chegam a demorar horas, dias, semanas pra ficarem prontas.

O que estou querendo afirmar a partir da referência à imagem presente nesse documento - que se poderia considerar apenas como um dos traços entre tantos outros formatados ao longo de minha existência para tornar-me identificável, para marcar a minha singularidade e, portanto, a minha diferença em relação às outras pessoas - é algo concernente ao problema da identidade. Em primeiro lugar, sem a pretensão de querer fixar uma identidade para as identidades, e em certo sentido já fazendo isso, trata-se, a meu ver - longe de sugerir que elas se transmutam naturalmente – daquilo que elas apresentam de mais natural, a saber: a transitoriedade de seus traços ou o caráter mutável de seus contornos, a sua submissão a mecanismos de criação que não cessam de trabalhar e a sua irrupção, historicamente datáveis – marcas de sua finitude. As identidades são como o rio de Heráclito

de Éfeso. Em segundo lugar, de assinalar que a produção/afirmação de uma identidade consiste sempre numa operação de síntese que seleciona, nomeia, e institui aquilo que pode tornar algo identificável.

É certo que, em nossa sociedade a prática de fixar identidades para as coisas, os lugares, as pessoas, etc. ou, melhor dizendo, a prática de torná-los de alguma maneira identificáveis, é muito recorrente. Ao investir num dado ordenamento discursivo que institui um vocabulário por meio do qual o Semiárido deve ser lido, visto e dito, o discurso da convivência engendra uma operação complexa de construção/afirmação de uma identidade, que é social, econômica, política e culturalmente útil, uma vez que ela legitima determinadas posições de sujeito, estabelece determinadas significações a propósito de uma configuração cultural desejada e apontada como necessária, mobiliza linguagens diversas, recursos financeiros, midiáticos; empreende políticas sociais. Há no discurso da convivência algo para ver, dizer e saber.

Um dos momentos dessa operação compreende a construção de uma visibilidade e de uma dizibilidade a propósito do Semiárido, de sua gente e de suas práticas culturais, que se institui a partir da contestação de outra visibilidade e de outra dizibilidade de existências que são, ao mesmo tempo, anteriores e contemporâneas ao discurso da convivência. É possível, portanto, apreender no discurso da convivência a irrupção desse “outro”, que é tomado como seu contrário, seu inimigo, uma ameaça que ronda, aquilo que precisa ser invalidado; é possível diagnosticar marcas de uma identidade contestada. Essa é uma operação que começa a ser desenvolvida já nos primeiros documentos institucionais da ASA e do INSA, os quais foram tratados no capítulo anterior, e é continuada nas diversas linguagens com as quais essas instituições passam a lidar.

Não irei aqui apresentar o “outro” do discurso da convivência, mas como aquele aparece neste e é por este descrito, recortado e agenciado; o que motiva o seu aparecimento e quais as suas implicações. Nesse sentido, esse “outro” existe não apenas enquanto realidade discursiva, aparentemente independente, assinalada pelo discurso da convivência, mas também enquanto objeto desse discurso. Quero dizer que aí, no discurso da convivência, esse outro está sendo fabricado; aí, investe-se na produção de um saber sobre ele.

A sua descrição irrompe de forma recorrente nas fontes tomadas aqui como objetos de estudo e essa aparição se dá de modos diversos. Por exemplo, quando é consignada à ASA e ao INSA a tarefa de transmutar uma determinada imagem do Semiárido.

*A ASA tem criatividade
Quer progresso sustentável
E vai provar ao mundo*

*Que o semi-árido é viável
Com força, fé e coragem
Vai mudar a sua imagem⁷⁷
Nas mentes tem que mudar
Do Sertão, a sua imagem
O que sempre foi 'barreira'
Com o INSA será 'passagem'
Porque daqui por diante
'Semiaridez é vantagem'⁷⁸*

Provar compreende, entre outras coisas, estabelecer a verdade, dar a conhecer. Nesse caso, a verdade que se quer estabelecer ou dar a conhecer repousa na afirmativa de que o Semiárido é viável. Os dois últimos versos do cordel da ASA, citados acima, demonstram como esse provar também significa convencer: não se trata apenas de construir uma verdade, mas de que o “mundo” que não a conhece ou que dela duvida passe a conhecê-la, a impregnar-se dela, a concordar com ela, a repercuti-la, a afirmá-la. O “outro” é enunciado nas duas estrofes quando da recorrência à necessidade de mudar a imagem do Semiárido ou do Sertão. Se “com força, fé e coragem” a ASA pretende mudar a imagem do Semiárido, qual é a imagem que se tem? E, se “daqui por diante”, ou seja, com o INSA, a semiaridez é vantagem, o que ela foi antes daqui? Eis aí o “outro”.

Diagnóstico semelhante pode ser obtido a partir do título do mais recente cordel produzido pelo INSA bem como da ilustração que ele traz. O título “Outra visão, outro Sertão” dá a ler a existência de duas visões e dois sertões dados a ver, na própria palavra escrita, por meio do uso do pronome outro: uma visão e um sertão ao lado dos quais se colocam outros, aqueles que o INSA enuncia.



Figura 4: Capa do cordel “Outra Visão, Outro Sertão”

⁷⁷Cf. A Articulação no Semi-árido vai mudar o Sertão, p.4.

⁷⁸Cf. O Paradigma das Oportunidades, p.13.

A imagem, também como enunciado, tende a dar formas a essa existência. Em cima, à esquerda, a representação de um homem seguido por um animal e uma mulher; ele a caminhar de cabeça abaixada, com uma vara sobre o ombro direito, suspensa às costas pelo peso de um pequeno fardo; ela, aparentemente grávida, o segue carregando sobre a cabeça um fardo ainda maior. Para onde eles vão? É verdade que não é possível descrever onde eles estão porque nenhum cenário foi desenhado para permitir, a quem vê a imagem, a impressão do lugar por onde passam. As figuras humanas estão simplesmente dispostas ali sobre aquele papel, mas não estão sozinhas; há algo mais naquela imagem, um cenário no qual elas não estão e que está posto à sua frente: um chão rachado e a forma esquelética de um animal. Figura aí uma caminhada – imposta e irremediável – em direção a um horizonte a cada passo mais desolador, onde a ausência de vida se impõe. Embaixo, a representação de três pessoas sentadas em torno de uma mesa farta de comida.

É interessante observar que nos dois casos existe algo posto à frente dessas representações humanas. O que está lá, não está aqui. Se na de cima se impõe a ausência, na que se encontra abaixo predomina a abundância. Lá está posto o fardo carregado e aqui, as formas da fartura. Lá as representações humanas exibem rostos tristes, aqui abundam sorrisos. Lá, a ritualística do êxodo⁷⁹, o sertanejo itinerante, nômade em sua própria terra; aqui, a celebração da permanência. Lá o rosto da morte, aqui a expressão da vida que pulsa. Mas, a meu ver, essas imagens, como enunciados que estão postos aí não apenas para representar mas para instituir duas visões e dois sertões, não conseguem dizer muito mais do que isso, senão articuladas com outras enunciações empreendidas pelo INSA, no próprio cordel.

Esse “outro” é nomeado pelo INSA. Ele é o “paradigma das adversidades” no qual repousa “uma visão e um pensamento historicamente dominantes, que instituíram o SAB como ‘região problema’”⁸⁰. É a imagem do Sertão, distorcida por uma educação oficial descontextualizada e reprodutora de preconceitos, por “cinco séculos de história mal contada”, por uma “cínica visão enganadora” que o instituiu como lugar estéril, “inviável, bruto, quente, espinhoso e ressequido, habitado por gente miserável”, como pedaço de terra abominável, inferno fabricado como sendo algo natural. Imagem inspiradora de políticas sociais construtoras de uma “rede de indecência”, de onde vem a “indústria da seca” e “a vergonha das ‘frentes de emergência’”; imagem que, no grande tribunal julgador dos dramas sociais desse Sertão, determina a seca como seu único réu – ela é a “única fonte de todos os

⁷⁹Essa questão é assinalada por Albuquerque Júnior (2009: 138) ao referenciar o discurso da seca e a produção de uma imagem do Nordeste pensada sempre a partir do deserto e sempre a ignorar as áreas úmidas de sua geografia.

⁸⁰Ver o Prólogo do cordel “Outra Visão, Outro Sertão”.

dramas sociais/ quando algo vai mal, no Semiárido/ botam culpa na água e nada mais”. Imagem despreocupada com a devastação ambiental e que desconsiderou as potencialidades desse Sertão, dando ampla visibilidade aos seus problemas; que fez irromper a imagem da caatinga inútil, da caatinga “obstáculo”. Imagem injusta, na qual repousa um pensar equivocado propositalmente construído “por aquele que se diz ‘superior’” e a partir do qual “Resultou, no Brasil, a divisão/ Que define o Nordeste, “inferior”/Onde um povo não tem perspectiva/ Nem direito a um futuro promissor...”; trama de uma “lavagem cerebral”, “imposta pra muitas gerações/ através de um modelo cultural/ que de forma sutil nos distancia desse nosso real potencial”. Imagem alienadora, que cria para os sertanejos a possibilidade de “viver uma vida sem sentido”; por isso, alguns deixam o Semiárido “desejando uma nova formação” e/ou, diferentemente da ave de arribação de Luís Gonzaga, “batem asas, se vão pra outras plagas/ na promessa de um mundo ‘evoluído’” e não voltam mais. Imagem deformadora, carregada de um “inóspito contexto”, comandada “por um espírito malfazejo/Sem valores, nem éticos nem estéticos/ Ela foi, pro Sertão, um grande aleijo”. Outro são “as armadilhas que criaram, pra nós, como verdades” ou falsas verdades vigentes que possuem o poder de explicar; são as “pseudo soluções” que “Têm persuasão incrível:/ numa açudagem capenga,/ uma irrigação sofrível,/ em vez de nos levantar/ Rebaixam mais nosso nível”; é o “assistencialismo/ Política compensatória,/ Paliativo, emergência...”, um velho modo de vida sertanejo ou uma velha mentalidade, ou ainda uma velha institucionalidade; é o “joio” , o “antigo Semiárido”, a “farsa” a ser desfeita; é o “Semiárido dado, mas não desejado”, “um lugar sem direito, vez nem voz” feito por “estes mitos que trazem mil mazelas/ que até hoje nos deixam em maus lençóis.⁸¹

Nos cordéis da ASA, esse “outro” desponta menos como uma imagem construída e mais como uma materialidade experimentada - uma realidade presente, constatada e contestada: é o Semiárido não visto, um país invisível onde vivem milhares de pessoas e onde se sabe que a vida é difícil; é onde “o povo sofre sem água/ milhares até sem luz”; é onde há “gente que vive isolada/ que tem muié, cria filho/ e quando a seca castiga/ morre a cabra, vai-se o milho”; é o sertão em que sempre prevaleceu a falta de expectativa que motivou a migração; é a região atrasada porque nela há “muita desigualdade/ e muita concentração/ de terra, água e riqueza:/ os meios de produção”; é o lugar marcado pelo “...desperdício/ de água lá na cidade” e pela perda de água da chuva “que corre em velocidade/ em procura do oceano/ sem ter muita utilidade”; é o sertanejo que precisa melhorar a auto-estima e o Semiárido

⁸¹Ver os Cordéis do INSA.

afligido pelas queimadas, desmatamentos, usos de agrotóxicos e pela desertificação; é onde “o povo vai se lascar/ doente, se envenenando/ com tanto inseticida/ e a terra, o pão negando/ enquanto os fabricantes/ cada vez mais enricando” e onde o ambiente nem sempre é tratado de forma responsável; é o Semiárido que sofre a deficiência dos serviços de saúde, educação, saneamento básico, lazer e habitação, que não possui uma educação pública de qualidade, onde a realidade regional não é contemplada no ensino do campo; é o Semiárido em que as mulheres e crianças caminham grandes distâncias pra pegar água em açude – elas com a lata d’água na cabeça – e onde se carrega “água de longe no lombo dos animais”; é onde “a água existe/ só é mal distribuída/ o acesso a esta água/ é que não é garantida”; é o lugar ameaçado pela privatização da água, pelo “enorme desperdício/ também a poluição/ ganância capitalista/ e má distribuição”; é o imperialismo que humilha, produz só pra exportar e que “vai nos levar ao abismo”; é o mundo marcado pela “insegurança total/ seja ela alimentar,/ econômica ou social/ exploração, justiça,/ violência e cobiça/ sistema neoliberal”, “ miséria e poluição/ agressão ao ambiente/ consumo dominante/ deixa o planeta doente/ países industrializados/ dominam os explorados/ desproporcionalmente”; é o povo que não tem vez, nem nome; é a sociedade cujas “relações de poder” entre homens e mulheres são historicamente desiguais, a sociedade de mulheres discriminadas, desvalorizadas e exploradas, do homem que “não ajuda a companheira/ na dura luta diária” e vai para o bar embriagar-se – “o homem batendo a asa/ e a mulher ficando em casa/ com o trabalho pesado”; é a sociedade da “elite capitalista” em que “o menino é ensinado/ a não chorar haja vista/ que só mulher é quem chora/ engole o choro na hora/ numa atitude machista”; é um Sertão velho mundo; é o Semiárido da “velha linha da miséria”.⁸²

A enunciação do “outro” como marcação da inviabilidade do Semiárido e/ou de uma visão preconceituosa a ser desconstruída, aparece também nos textos presentes no encarte do CD Belo Sertão.

“É necessário um trabalho de educação popular no seu sentido mais profundo, articulando prática e reflexão, para que se possa desconstruir o conceito de semi-árido que está no imaginário nacional inclusive na população local – e construir um outro conceito que seja adequado ao ambiente”

“Aos olhos de grande parte do país o semi-árido é uma região inviável. Até mesmo grandes estudiosos do Nordeste um dia pensaram em remover a população dessa região”

“A ideia da preguiça, da irresponsabilidade, tantas vezes ocultas nas piadas e insinuações, deriva dessa incompreensão sobre essa cultura festiva. (Encarte do CD BELO SERTÃO).

⁸²Ver cordéis da ASA.

Tal operação enunciativa - muito semelhante aquela que aparece nos cordéis do INSA quando afirma a vantagem da semiaridez – institui o “outro” como falso conceito de Semiárido. Aí o objeto não corresponde a sua representação. Mas, o discurso da convivência busca o vínculo entre a palavra e a coisa, busca dizer um Semiárido verdadeiro cujo habitante foge a essa “ideia da preguiça, da responsabilidade” e da inviabilidade. O que está posto é o seguinte: não é que o Semiárido seja inviável, mas há uma visão que o instituiu como tal; não há como fazer emergir o Semiárido viável sem combater essa outra visão; é preciso que as pessoas compreendam uma “cultura festiva” para que se desfaça a imagem de preguiça e de irresponsabilidade do sertanejo; é preciso que haja uma “educação popular” para que cambie o conceito de Semiárido.

Observe que aí o “outro” é também o discurso que constrói uma visão pessimista acerca do sertanejo. Tal aparição pode também ser diagnosticada quando é dito que “O Sertanejo não pode/ser visto como coitado /miserável pobre e liso/ só precisando do estado”⁸³.

O “outro” é recorrentemente assinalado, no discurso da convivência, considerando o seu conteúdo e a sua repercussão. Ele é enunciado como um problema a ser resolvido, uma pedra no meio do caminho a ser retirada; ele é barreira que impede a passagem da convivência. Ele sobrevive ali, “nas mentes”, ou como conceito, “no imaginário nacional e na população local” – como se ele estivesse impregnado em todas as pessoas ou em “grande parte do país”, orientando o seu modo de pensar o Semiárido -; ou ainda, como “visão e pensamento historicamente dominantes”⁸⁴. Ao mesmo tempo, é como se ele fosse monumentalizado e posto à vista de todos como uma lembrança ou uma realidade ruim, como se fosse preciso falar dele e mostrá-lo para poder esquecê-lo – esquecer, portanto, no próprio ato de lembrar – ou para consertá-lo. Tal como a celebração da páscoa foi instituída – na história do “povo de Deus” – para que os judeus recordassem a passagem da escravidão no Egito para a liberdade, a referência recorrente ao “outro” deve fazer lembrar o Semiárido que não mais se quer; deve ser circunscrito dentro das coisas com as quais não mais nos identificamos. É como se todas essas enunciações “pessimistas” tivessem que causar em nós um estranhamento consciente incitando-nos a perguntar: que Semiárido é aquele?; é como se quisessem que concordássemos que o Semiárido é viável e que há vantagem na semiaridez e, como elas, negássemos o outro Semiárido. Isso, na verdade, funda uma distância e firma a (in)diferença entre o “outro” e o Semiárido; funda a verdade de que não há progresso fora da convivência.

⁸³Ver o cordel O Paradigma das Oportunidades, p.16.

⁸⁴Ver o prólogo do cordel “Outra visão, outro Sertão”.

Se essa visão dita pessimista, acerca do Semiárido, aparece aí não é para revigorar-lhe a força; mas para dizer que seu efeito de verdade não é mais eficiente, é para conter a sua repercussão e reduzir-lhe a virilidade, para interditá-la e dizer que ela não serve mais, para excluí-la em favor de outro(s) efeito(s) de verdade que se pretende(m) obter com o discurso da convivência. Como mostrei no segundo capítulo, a ASA se funda não apenas para formatar um discurso e instituir práticas de convivência, mas para denunciar, combater e extirpar nos planejamentos e ações direcionados ao Semiárido o assistencialismo estéril que sustenta a chamada indústria da seca; ela começa a travar uma batalha no momento mesmo do seu nascimento. Também a existência do INSA só se justifica no tempo em que se tornou necessário, quase que como se não houvesse outra saída, a instauração de uma descontinuidade histórica nas práticas governamentais direcionadas a região semiárida do país, como modo de fortalecer o lugar de poder do Estado enquanto sujeito promotor e estimulador do desenvolvimento regional.

O discurso da convivência, ao reconhecer a repercussão do “outro”, firma uma hierarquização de saberes, em que só há dois lugares ocupados, dentro da qual ele mesmo se coloca em segundo lugar, almejando o primeiro, é claro. Digo que só há dois lugares, porque no modo como esse discurso trabalha – e ele não cessa de (se) trabalhar em cada texto e em cada imagem – na construção/afirmação de uma identidade para o Semiárido, não existe mais do que duas visões e dois sertões em disputa; não há, no discurso da convivência, terceiros para lhe “tirar o sono”. Na “arena da palavra” - nesse lugar em que se mede a força, em que as habilidades são testadas, em que as partes se colocam em combate, em que as armas e as armadilhas meticulosamente preparadas por cada uma delas vêm a público - estão o paradigma das adversidades e o paradigma das potencialidades, ou, em outras palavras, o “discurso da seca” e o discurso da convivência, num enfrentamento ininterrupto, sem comisseração, e, às vezes, sem cautelas. Um enfrentamento que não deseja marcar similaridades, mas estabelecer a incoerência entre um e o outro; um enfrentamento cujo prêmio final deve ser a existência de apenas um deles – a convivência – e a morte do “outro”; um enfrentamento que se estabelece para separar o “joio” do “trigo”. Há entre um e outro um desfeto explícito e irremediável, sem chance de reconciliação!

Trata-se, portanto, de um discurso que se institui a partir de uma relação de oposição – para assinalar a diferença – frente a outro discurso que está, ao mesmo tempo, na condição de possibilidade de existência daquele, tal como ele vem se apresentando. Quero dizer que aquilo que consiste a necessidade econômica e a utilidade política do discurso da convivência só se sustenta, em parte, em face da existência do outro discurso. Em certo sentido, este oferece

condições para que aquele exista – o que parece recorrente em algumas construções identitárias⁸⁵; este dá peso e valor aos enunciados daquele quando ditos em ocasiões e lugares oportunos. Trata-se de uma operação que, longe de querer taxar o “outro” de sem lógica, busca assinalar uma lógica perversa por meio da qual ele se organiza e perverte os costumes; cria preconceitos e estereótipos.

Como o discurso da convivência não opera sem a ideia de uma identidade fixa, para afirmar a necessidade de mudar uma determinada visão de Semiárido ele atua por meio de uma separação – convivência/combate à seca – e de uma oposição do verdadeiro e do falso – o que assinala uma vontade de verdade aí presente – pondo à margem este último e exercendo sobre ele “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2009: 18). Quer dizer: o “outro” não constitui aí uma identidade essencial, mas uma falsa identidade e, portanto, a convivência deve levar a cabo a tarefa de revelar essa essência. De modo que a mudança de dizeres e imagens que vêm se operando com o deslocamento do combate à seca para a concepção de convivência, tal como se enuncia nesta última, não consiste no movimento de uma identidade metamorfoseando-se, mas no intento de estabelecer/fixar uma identidade para o Semiárido, de definir seus traços, de afirmar a sua “cultura”. Esse deslocamento ratifica a busca por uma identidade essencial, verdadeira, marcada ora pela diversidade ora pela afirmação de um modo de ser Semiárido, mas também, e em grande medida, pela vontade de tê-la.

3.2. Entre o passado recusado e o passado ovacionado: o passado que se conta

Se existem imagens pessimistas acerca do Semiárido e do sertanejo, historicamente instituídas, talvez seja conveniente perguntar como o discurso da convivência fala sobre quem foram/são os seus construtores. Eles são aí referenciados: foram os colonizadores que, quando falavam do Sertão, “diziam estar pisando a ‘terra da maldição’”; foram “os sanguessugas de fora/ montavam frios esquemas/ nos roubar era seu forte,/ saquear, era seus lemas,/ levavam nossas riquezas/ só divulgavam os problemas”; foram os “poderosos” que “se faziam de surdos; ante as queixas prometiam/ resolver esses charfudos,/nas vãs promessas criaram/ outros cruéis absurdos”; foram os “santos de fora”, “santos marreteiros” que “quando à nossa

⁸⁵Sobre essa questão ver: WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

terra vêm,/ deixam um, carregam dez,/ nos dão dez, carregam cem,/ depois o pouco que deixam/ findam levando também”; foram os “modelos globais” que não viabilizam os “sonhos locais”; foi “o sabido” que aproveitou a desvantagem da seca “agindo com malandragem”; foi uma “lente cultural” por meio da qual o Sertão foi divulgado, um “modelo cultural” que age com sutileza e “nos distancia desse nosso real potencial”; é a “educação oficial que chega descontextualizada”, “educação domesticada” que reproduz preconceitos e desvaloriza a região, “educação colonial/ verdadeira ‘lavagem cerebral’/ assassina de ideias e sistemas/ pondo, pois, em seu lugar, outros esquemas/ sepultura de nosso imaginário”; são os “modernos ‘gurus’” que “ainda insistem em pensar dessa forma equivocada”; são os próprios alienados pela visão alienadora; são os que tendo saído do Semiárido “desejando uma nova formação/...ficam, lá fora, deslumbrados/ esquecendo seu povo e seu torrão/ Se ele tinha, findou seu compromisso/ E nega ter sua origem no Sertão”.⁸⁶

Foram “os políticos interesseiros sem idéias construtivas”; é o “doutor, coronel, deputado” que sempre falou ao sertanejo de açudagem e adutora; é aquele que faz da seca um “bicho papão,/ que só fala e diz asneira/ quem não conhece o Sertão”; é quem fala da “maior besteira” que “é a tal da transposição”, “mudar o curso de um rio/ do São Francisco, então/ é o que por aí se comenta/ deve ser coisa de ladrão/ querem roubar água do chico/ só pra desviar a atenção”; são os que “acham até que é preciso/ manter a seca queimando/ pra assim ter motivo/ de continuarem mamando/ nas verbas do governo/ e poucos ficar no comando”; é aquele que só faz “promessa de campanha/ visita só na hora da eleição”; são aqueles que “constroem grandes barragens/ dizendo ser a solução/ fizeram no Ceará/ o açude Castanhão/ E das águas do São Francisco/ querem a transposição”, e “em tábua de pirulito/ querem o Sertão transformar/ todo nosso subsolo eles querem perfurar/ e as brocas poderosas/ fazem a água jorrar”; é a “construtora e empreiteira” que “ganha com estas obras” deixando o povo continuar “com fome na ribanceira”; são os que “não levam em conta/ que esta idéia inconseqüente/ não resolve o problema/ da população carente/ e tem impactos negativos/ sobre o meio ambiente”; é um “sistema moribundo” que precisa de mudança; são os que dizem que com “a grande transposição das águas do São Francisco” vão “salvar a vida do povo deste Sertão”, “dizem que a região/ é seca e só tem miséria,/ porque não existe água/ correndo nesta artéria/ só com a transposição resolveria a matéria”; é “o grande” que se apropria das riquezas naturais “a terra, o crédito e água/o pequeno só ‘espia’”; é “o ministro, o presidente” que “querem a transposição”, “acham ser a solução/ para os problemas gerais/

⁸⁶Ver os cordéis do INSA.

dizendo que causaria/ transformações sociais/ porém, pouco se discute/ impactos ambientais”.⁸⁷

O Pe. Ibiapina teria contribuído para engrossar a incompreensão da “cultura festiva” do Semiárido responsável pela composição da “ideia da preguiça e da irresponsabilidade, tantas vezes ocultas nas piadas e insinuações” que se referem ao sertanejo:

Essa incompreensão vem de longe e já marcava o olhar dos missionários que pregaram o sertão. Até mesmo Ibiapina, um cearense que missionou o sertão entre 1850 e 1870, ele mesmo um sertanejo e que está na raiz de outros sertanejos importantes como Antônio Conselheiro e Pe. Cícero, tinha uma visão negativa dos ‘sambas’. Uma de suas atitudes nas missões era reunir os instrumentos musicais da população e queimá-los em praça pública. A queima dos instrumentos era simbolicamente a queima da ‘festa’, lugar de perdição segundo seu entendimento. (CD BELO SERTÃO)

Esses construtores também aparecem em muitos momentos sem definição alguma, como nos seguintes versos: “Quem diz que o Sertão é pobre/ diz uma grande mentira!, “Esse ‘inferno’, por Eles, ‘fabricado’”, “Quando algo vai mal, no Semiárido/ botam culpa na água, e nada mais”, “O bioma, riquíssimo, da Caatinga/ Foi, historicamente, relegado/ Como, nele, não viam serventia/ Ele é, até hoje, depredado”, “quem pensou em lutar firme contra a seca/ violou um princípio natural”, “Nessa farsa criada de propósito/ por aquele que se diz ‘superior’”, “quem falou que o Sertão é inviável/Nada sabe do seu potencial”, “sobre isso escutei muita pilhéria/ Quem falou que o Sertão é só miséria?”, “Quem falou que a água é culpada?/ Ela foi, INOCENTE, declarada”, “Por aqui, me dizem, desse jeito/ Que o nosso Semiárido brasileiro/ é todo uniforme, o tempo inteiro”, “quem pensar que na seca não há vida, dessa terra, não é, chegou da Lua”.⁸⁸

Muitos desses construtores aparecem aí, como se viu, em figurações de passados evocados que se quer dar a ver ou a conhecer. Em todos os casos, passados ditos para a produção de determinados efeitos de verdade, para explicar o presente e reforçar porque a convivência é necessária, porque é importante mudar de paradigma, porque as existências da ASA e do INSA são salutares.

Sem demonstrar preocupação alguma com a linearidade cronológica ou com a possibilidade do relato cometer anacronismos, há uma narração em que diferentes temporalidades são acionadas para contar em poucas linhas uma “História Ingrata”⁸⁹: fala-se da impressão dos colonizadores, e, em seguida, vê-se uma referência ao cangaço; depois, volta-se a falar dos colonizadores; faz-se alusão à práticas do período republicano e, logo

⁸⁷Ver os cordéis da ASA.

⁸⁸Ver cordéis do INSA.

⁸⁹Ver cordel O paradigma das oportunidades.

depois, referência ao último imperador do Brasil. Em todo caso, está no passado a razão do atraso; no conjunto do que foi dito sobre o Semiárido, a expressão de um lugar cheio de hostilidades eclodiu mais forte; trataram-no durante muito tempo com uma nítida aversão. No passado colonial, chamaram a região de maldita; no passado imperial o “refrão em tom maior/ que se diz do meu Sertão/ Entre lágrimas e suor/ como a Cantiga da Perua: ‘É de pior a pior’”⁹⁰, “D. Pedro II disse: que na certa venderia,/ Todas jóias da Coroa/ e a seca resolveria;/ Nem resolveu nem vendeu/ Foi tudo demagogia.”. No passado, falaram de calamidades desenharam a região como uma paisagem desoladora enquanto roubavam dela as suas riquezas: “só se falava de seca/de espinhos, de calor,/ da fome e da pobreza/ do cangaço, o seu horror,/ da tristeza e da esmola/ da assistência pra dor”, “entre fome, peste e seca/invasões, lutas, guerrilhas, conflitos de toda sorte,/repressões e armadilhas/nunca foram divulgadas/ do Sertão, as maravilhas”.⁹¹ O passado é o Semiárido sem o INSA.

O passado é quando “a gente vivia sem rumo/ à mercê das iniciativas/ dos políticos interesseiros”; é o tempo da falta de expectativa e da consequente migração; é o tempo em que “Criança diz: - Arre égua!/ Eu não agüento mais/ carregar água de longe/ no lombo dos animais/ mulher com lata d’água/ na cabeça é ruim demais”; é o tempo do Semiárido em que as mulheres trabalham mais do que os homens; é o tempo do Semiárido sem cisternas. No passado estão as raízes de nossos males: “Desde o ‘descobrimento’ / período colonial/ o nosso país foi sempre/ injusto e desigual/ construiu-se relações/ de muitas contradições/ na formação social”. O passado é o tempo em que foram criadas as representações, diferenças e condições responsáveis pela formatação de relações desiguais entre homens e mulheres; é o tempo que instituiu o que é atividade feminina e atividade masculina, que instituiu que o homem “vai para a rua” e a mulher fica “na ‘lida sua’”.⁹² O passado é o Semiárido sem a ASA.

Muitas das visões ditas pessimistas, que foram referidas na seção anterior como atributos do “outro”, fazem parte desses passados acima assinalados. No entanto, a linha que se pretende estabelecer para separar o passado do presente é tênue o bastante para que, em determinados momentos essas temporalidades se pareçam e/ou se cruzem. O passado, ou melhor, as imagens e situações que aí se desenvolveram estão ainda tão presentes no tempo presente que este chega a ser como a sua continuidade quase que sem cortes. Penso que é possível identificar, nesses discursos, passados que continuam existindo – constituindo dimensões do presente – no sentido de que são aquilo que o presente deseja ceifar, como se no

⁹⁰Uma referência a canção “Cantiga da Perua”, de Jackson do Pandeiro.

⁹¹Cf. O Paradigma das Oportunidades, p.7-8.

⁹²Ver cordéis da ASA.

presente existisse um passado intruso a ser enfrentado. Trata-se, pois, de uma operação discursiva que seleciona o que deve sobrar do presente para o futuro numa vontade de “tornar passado”, de uma vez por todas, determinadas imagens e situações. Nesse caso, fala-se de um presente que se quer passado e para cujo apressamento se intenta contribuir; fala-se desse “hoje” para que muito brevemente ele se torne “ontem”. Isso ocorre mais especificamente na medida em que se faz a denúncia das condições regionais, a enunciação de suas misérias tal como foi destacado na seção anterior, no modo como o discurso da convivência dá a ver o “outro”. O presente é a ocasião precisa e o momento oportuno para investir esse passado de nova eficácia. A questão não é, nem de longe, fazer vê-lo em nome de sua permanência, mas para garantir que ele seja lembrado como o tempo do sofrimento que não se quer mais experimentar.

Aponto, então, uma dimensão desse presente como uma espécie de passado presente. Por um lado porque muitas das práticas discursivas ou não, que informam o presente como tempo de mudança, são instituídas pela própria necessidade que esse presente cria tomando o passado como referência; são instituídas como que para preencher lacunas, para por fim a certas ausências. Por outro lado, porque aí se toma muito do que já existe há algum tempo, em termos de imagens e práticas (mais especificamente, no que diz respeito a sua natureza e sua eficácia política) como uma manifestação recorrente do passado no presente – em outras palavras, é como se elas estivessem ali mas tivessem sua origem num outro momento. Por exemplo, quando se fala contra a “transposição das águas do Rio São Francisco”, a crítica se fundamenta na descrição da lógica que institui essa política e que caracteriza o modo como ela se organiza: um dos principais problemas apontados é a repetição de uma velha concepção de solução para os problemas do Semiárido Nordestino, através da execução de grandes obras hídricas que, no passado, se traduziam em grandes açudes e perímetros irrigados. Esse modelo, afirmam, não representa nenhuma construção de convivência, uma vez que, concentrando a água nos grandes reservatórios já existentes, ele excluirá uma significativa parcela da população, que a ela não terá acesso por razões econômicas, políticas e geográficas. A argumentação desenvolvida principalmente no cordel “A Peleja do Velho Chico Contra o Vampiro da Transposição”, mas também no CD Belo Sertão, a propósito

dessa questão, consiste na denúncia da concentração de água⁹³, na exposição dos verdadeiros interessados na transposição⁹⁴, e na agressão ambiental que a obra pode causar⁹⁵.

Essa conclusão pode ainda ser reforçada, considerando este último exemplo, uma vez que essa política está sendo apresentada como uma pretensão do passado – que o passado não foi capaz de materializar – retomada no presente com as mesmas motivações que a impulsionaram anteriormente. A “transposição” é justaposta a outras políticas, concebidas para a região Nordeste do Brasil, que não cumpriram o papel de “salvar a vida do povo deste sertão”:

Desde D. Pedro Segundo	E a idéia central	Dizem que a região	(...)Projetos de irrigação
No poder imperial	Da grande transposição	É seca e só tem miséria	Com muita água a jorrar
Já falavam em transportar	Das águas do São Francisco	Porque não existe água	Existem pelo Nordeste
A bacia fluvial	Quem quer sua execução	Correndo nesta artéria	Produção para exportar
Das águas do São Francisco	Diz que vai salvar a vida	Só com a transposição	Mas, o povo continua
Um grande manancial	Do povo deste sertão	Resolveria a matéria...	Numa miséria sem par ⁹⁶

É possível também diagnosticar a presença desse passado que incomoda o presente no rol das práticas que devem ser extirpadas. Por exemplo, quando se diz

Daqui para a frente,	Basta de pires na mão	Na história do nosso Semiárido
Nessa nossa região	E de cabeça curvada	Exclusão é a marca registrada,
Não mais aceita improviso	Chega de ouvir promessas	Porém, com o INSA, em seu mandato
Sem protestos no Sertão	E de história mal contada	Vem, aqui, promover uma guinada
Na feitura de políticas	Pela subserviência	Com política social e inclusiva
Sem o INSA no timão ⁹⁷	não conseguiremos nada ⁹⁸	Para um povo que nunca teve nada ⁹⁹ .

⁹³“E não vai adiantar/ as águas do São Francisco/ correndo pelo Sertão/ fazendo na terra um risco/ o pobre não pode usar/ desta água nem um ‘trisco’ (p.8).

⁹⁴“O agricultor pequeno/ produtor familiar/ neste sistema é vítima/ de exploração secular/ o grande se apropria/ do que o pobre plantar...//É melhor mudar o disco/ deixar de demagogia/ das riquezas naturais/ o grande se apropria/ a terra, o crédito e a água/ o pequeno só ‘espia’.// Se acontecer um dia/ essa tal transposição/ do sofrido velho Chico/ vítima de degradação/ os ricos se aproveitam/ pra fazer exploração. // Digo isso com razão/ pois todo grande projeto/ que é feito no Brasil/ o rico lucra direto/ enquanto que para o pobre/ sobra a lama e o dejetos.// O ministro, o presidente/ querem a transposição/ justificam que é importante/ pra nossa região/ das bacias hidrográficas/ fazer interligação.// Cimento, cal e concreto/ muito dinheiro presente/ nas tais obras faraônicas/ onde o povo fica ausente/ sem falar na agressão ao meio ambiente... Eu estou desconfiado/ portanto, não fico omissos/ as riquezas produzidas/ já tem seu compromisso/ as mesmas grandes empresas/ é quem lucrarão com isso.// E os empresários nisso/ fazem da sua maneira/ quem lucra com grandes obras/ é construtora e empreiteira e o povo continua com fome na ribanceira. (p. 7-14)

⁹⁵No cordel da ASA: “Açam ser a solução/ para os problemas gerais/ dizendo que causaria/ transformações sociais/ porém, pouco se discute/ impactos ambientais. // Ninguém agüenta mais/ projetos sem dimensão/ que agride o ambiente/ desmatamento, erosão/ a quem interessa mesmo/ fazer a transposição?. No CD Belo Sertão: “Hoje o São Francisco perdeu 95% de suas matas ciliares, recolhe o esgoto de todo vale, está cortado por inúmeras barragens, contaminado por metais pesados e sofre a ação contínua de um modelo de desenvolvimento que o agride sem piedade. Para completar esse quadro já trágico, ainda corre o risco de sofrer a transposição de suas águas”.

⁹⁶Cordel “A Peleja do Velho Chico Contra o Vampiro da Transposição”.

⁹⁷Cordel “O Paradigma das Oportunidades”, p.14.

⁹⁸Cordel “O Paradigma das Oportunidades”, p.15.

⁹⁹Cordel “Outra visão, outro Sertão”, p.10.

Mas nem todo passado incomoda, nem todo passado deve ser lembrado com aversão! O discurso da convivência conta um passado que guarda os elementos capazes de explicar a natureza da “alma sertaneja”, da “cultura semi-árida”; um passado revelador do que é essa “identidade verdadeira” que dá a ver o “verdadeiro Semiárido”; um passado que assinala os marcos e as influências que compreendem o tempo de formação dessa identidade. A religiosidade que caracteriza a alma sertaneja e o catolicismo popular presente no Semiárido é caudatária de “duas linhagens básicas de evangelização” que “permearam essa região em sua história”.

“A primeira foi a dos missionários tradicionais, normalmente congregações vindas de fora, como capuchinhos e franciscanos. Circulando pelo sertão, esses missionários difundiram uma cultura religiosa bastante ameaçadora. Talvez não só eles, mas também os vigários fixos, mas que também circulavam fazendo as ‘desobrigas’(...).

Outra linhagem (...) foi a de um missionário cearense chamado Ibiapina. Ele missionou o sertão de 1850 a 1870. Ele havia sido deputado, delegado e juiz de direito. Aos cinquenta anos abandonou a carreira pública e tornou-se missionário. Também não quis pertencer a congregações religiosas tradicionais e nem ser padre diocesano, vigário de paróquia. Fundou seu próprio método. Vagava pelo sertão em lombo de burro, parava num determinado lugar até estruturar ali as condições mínimas de vida da população. São famosas suas ‘Casas de Caridade’, onde acolhia órfãos da população sertaneja, principalmente de famílias dizimadas pelo cólera ou outras endemias. Cada Casa de Caridade tinha sua cisterna no pátio. Ibiapina foi um dos pioneiros na captação de água de chuva. Além disso, construiu açudes, igrejas e cemitérios. Aprenderam com ele esse tipo de cristianismo encarnado Antônio Conselheiro que foi seu discípulo durante muito tempo e também Pe. Cícero Romão Batista. Na linhagem de Pe. Cícero vieram beatos como Zé Lourenço, que teve seus desdobramentos em Severino e Quinzeiro, homens que estarão na proa do movimento Pau de Colher, em Casa Nova, sertão da Bahia. O método missionário de Ibiapina foi cassado, juntamente com sua pessoa, pela romanização da Igreja Católica do Brasil no final do século XIX” (CD BELO SERTÃO).

O passado é contado exatamente assim, sem maiores explicações sobre o que foi o movimento Pau de Colher, o processo de romanização da Igreja Católica no final do século XIX – como se esse passado estivesse dado para acionar a memória, como se o leitor mesmo sem tê-lo vivido já o conhecesse, de algum lugar, e somente precisasse dele recordar – evidenciando um rosto familiar cujos traços explicam as raízes de formação da cultura religiosa do Semiárido. A difusão de uma “cultura religiosa” pelos missionários da primeira linhagem teria sido responsável pela instituição, “no imaginário popular”, no “inconsciente religioso” da “imagem de que a chuva é dom de Deus. A Ele e aos santos é que se pede chuva. Quando não chove é também por vontade de Deus”. Práticas como “as procissões ao redor das lagoas para pedir chuva” e “o seqüestro dos santos” são enunciadas como “o modo popular de compreender a natureza”. A presença do elemento religioso no modo de ser do sertanejo, e mais especificamente, a presença dessa compreensão que atribui a chuva à

vontade divina, teria criado a necessidade de convencer muitas pessoas de que a construção das cisternas não consistia numa tentativa de “manipulação” dessa vontade; também fez com que ONGs tivessem que incluir na formação que ofereciam “reflexões bíblicas para facilitar outra percepção da natureza, da relação de Deus com a natureza e da pessoa humana com a natureza”. O cerceamento ao “método missionário” do Pe. Ibiapina, identificado pela “sua evangelização encarnada, com obras voltadas para o bem estar popular, principalmente a captação da água de chuva”, teria provocado “uma perda incalculável para o povo do semi-árido” inviabilizando que o Semiárido fosse lido de outra maneira.

Como se vê, nem tudo dessa cultura religiosa servia aos propósitos da convivência, mas tudo o que dela resiste a esses propósitos é submetido a um tratamento cuidadoso que visa o seu apagamento, mas sem a menor pretensão de causar danos a essa cultura. A ideia de que a chuva é dom de Deus é aí circunscrita no interior de uma racionalidade que só se explica historicamente se se levar em consideração a instituição de um catolicismo popular no Semiárido; uma racionalidade que se distancia da racionalidade da convivência; uma racionalidade enunciada pela fragilidade de seus fundamentos, mas assinalada porque ela exprime a natureza da alma do sertanejo. Note-se que nem o passado do qual se fala sem remorso algum escapa aos mecanismos de exclusão com os quais operam o discurso da convivência. Não se trata do apagamento da religiosidade, mas de determinados elementos que a constituem e que, pelo que enunciam, obstaculizam a efetividade da convivência.

A “contação” do passado também busca assinalar o papel salutar de um rio, conquistado pela força, na história do povoamento do interior do Brasil:

“Esse é o rio por onde começou a entrada dos portugueses pelo interior do Brasil. Foi subindo o São Francisco que chegaram até Minas Gerais. Num primeiro momento de nossa história foi caminho e currais, isto é, por ele se navegava e às suas margens foram criados os currais de gado que abasteciam então nossa primeira capital, Salvador. A conquista do São Francisco foi uma tragédia para os índios que habitavam essa região. Sua destruição foi tão completa que sequer ficou registrada sua memória histórica, a não ser alguns fragmentos e alguns remanescentes que habitam a região do sub-médio São Francisco, hoje em processo de nações que ressurgem.

Com o passar dos séculos o São Francisco foi sendo modificado pela mão humana. A partir de 1850 tornou-se um rio de navegação, unindo o Nordeste brasileiro ao sul do país. O trecho de Juazeiro a Pirapora foi o elo entre essas regiões tão distantes do país. Os vapores passaram a trafegar normalmente, levando pessoas e desenvolvendo a ‘economia do catado’, de porto em porto, tanto comprando quanto vendendo. O porto de Remanso, por exemplo, acolhia todos os migrantes que vinham do Maranhão e Piauí em direção ao sul”(CD BELO SERTÃO).

O Semiárido é também simbolizado nas lutas populares que aí foram travadas: Canudos, Caldeirão e Pau de colher, bem como a articulação das Ligas Camponesas –

expressão de uma sociedade que luta, desde tão longe, pela democratização da terra e contra o latifúndio arraigado da região, responsável por minar o sonho da população sertaneja: “Ter terra e água, viver bem no sertão, com dignidade”.

Esse passado guarda, pois, eventos marcantes, nomes e obras de filhos ilustres do Semiárido. Aos nomes já mencionados aqui, ainda se pode acrescentar: Paulo Freire, por ter nos legado “uma educação transformadora”¹⁰⁰; João Guimarães Rosa e o clássico “Grande Sertão Veredas”, o cineasta Walter Salles e o filme Central do Brasil – ambos citados na Declaração do Semiárido referida no capítulo anterior; Luiz Gonzaga com a densidade, poesia, humanidade e beleza de suas músicas para as quais contribuíram Zé Dantas, Patativa do Assaré e Humberto Teixeira¹⁰¹; Josué de Castro, “um brilhante brasileiro” que denunciou o problema da fome e da exclusão¹⁰²; e aquele que inventou a cisterna de placas:

Sem ponto, vírgula ou crase	Na época do clima quente	E ele disse: - Menina!
Nel, pedreiro experiente	Na construção de piscina	Eu posso até construir
Do Estado do Sergipe	Com placas de pré-moldados	Uma piscina redonda
Em São Paulo, um continente	Como a técnica ensina	E você há de convir
Lá na construção civil	Nel conseguiu construir	Que em Sergipe essa coisa
Viu algo bem diferente.	Uma placa que se inclina.	Guarda água pro porvir
Foi só ele insistir	Sem precisar usar luva	
Comendo um cacho de uva	Fez a cisterna perfeita	
Chegando na sua terra	Pode ter vários tamanhos	
Na casa de uma viúva	Seguindo a mesma receita	
Fez a cisterna de placas	E hoje em todo Nordeste	
Pra pegar água de chuva	Ela é muito bem aceita ¹⁰³	

A igualdade entre homem e mulher é reivindicada a partir da referência à ação divina que a teria instituído - visão que resulta do modo e pressupostos criacionistas de contar a origem do mundo. Nessa perspectiva, não há necessidade de desigualdade e competição entre eles uma vez que foram feitos por Deus “para viver em união/no amor na unidade”; a dominação de um pelo outro “Ele [Deus] não inventou”, “o ser humano inventou”. As relações de gênero tratadas se resumem a “Elas e eles” – mulheres e homens criados por Deus. Um discurso que fala de um Semiárido eminentemente heterossexual, sem gays, lésbicas, travestis, bissexuais, transexuais e todas as outras identificações a partir das quais se poderia pensar em relações de gênero.¹⁰⁴

¹⁰⁰Cf. Cordel Outra visão, outro Sertão, p.21.

¹⁰¹Cf. Encarte do CD Belo Sertão. Os nomes Zé Dantas e Luiz Gonzaga também são citados nos seguintes versos de “O Paradigma das Oportunidades”: “Foi por isso que Zé Dantas/ pôs na voz do Gonzagão:/ Oh! ‘Seu doutor uma esmola a um homem que é são,/ ou lhe mata de vergonha/ ou vicia o cidadão’” (p.16).

¹⁰²Cf. Cordel Segurança Alimentar, p.4

¹⁰³Cf. Cordel Cisterna de Placas: Importância e cuidados, p.7-9.

¹⁰⁴Ver: Cordel Elas e Eles: direitos e deveres.

A ASA e o INSA revelam maneiras semelhantes de lidar com o passado. Temos de um lado um passado para o qual se olha com nítida aversão; do outro um passado, guardião de nossa essência, trazido à tona para demonstrar que a identidade regional já estava lá; e num terceiro lado, temos um passado que não se descola do presente e que está neste, presente e atuante, como uma tempestade ameaçadora. Nesse sentido, o discurso da convivência que essas instituições engendram, articula a produção de culturas históricas diversas que recortam nomes, eventos, imagens e práticas acerca do passado, econômica e politicamente úteis ao tempo presente dessas instituições e ao futuro que elas intentam viabilizar para si e para o Semiárido; culturas históricas que ora se aproximam ora se distanciam exatamente naquilo que recortam e instituem como passado do Semiárido bem como nos seus usos por essas instituições.

3.3. A inquietude do presente e um sertão para existir

O marco que intenta cindir o passado – não qualquer passado, mas aquele que o discurso da convivência rejeita pela tragédia que ele representa – do presente é, conforme está assinalado nas fontes analisadas aqui, o surgimento da ASA e do INSA. Esse marco representa o momento de construção de um novo Semiárido instituído por meio de uma maquinaria discursiva que engendra todo um repertório de imagens, textos e práticas a seu respeito. Trata-se de um período estratégico da história do Semiárido Brasileiro.

Diz-se que “até surgir a articulação/ e mostrar alternativas/ a gente vivia sem rumo/ à mercê das iniciativas/ dos políticos interesseiros/ sem idéias construtivas”. A ASA é então boa notícia, para a “gente do agreste, da caatinga e do sertão”, criada pela “sociedade mobilizada” que “trabalha de verdade”; ela é essa própria gente em ação, ensinando que “a seca não é insensatez/ que se pode conviver com ela”, atuando “No Ceará, Piauí, Alagoas/... em Pernambuco e Paraíba/ Espírito Santo e Bahia/ Rio Grande do Norte, Sergipe/ tudo com muita sabedoria”, mobilizando “centenas de organizações/ de trabalhadores rurais/ de igrejas e associações/ são sindicatos, movimentos/ formando enormes cordões”; ajudando “a trilhar na construção/ de uma nova sociedade/ justa e sem exploração,/ solidária e humana/ com uma nova visão”, investindo para fazer nascer “um novo dia” para o Semiárido.¹⁰⁵ No CD Belo Sertão, a ASA é a evidência mais recente da sociedade organizada no Semiárido – traço de

¹⁰⁵Ver cordéis da ASA.

continuidade e marca da identidade de uma região que tem na sua história acontecimentos como Canudos, Caldeirão, Pau de Colher e as Ligas Camponesas.

Anos depois, O INSA é chamado “carinhosamente” pelo poeta Oliveira de Panelas, em “O Paradigma das Oportunidades”, de “Instituto do Sertão” – um instituto que “nasceu grande”, que “foi rompendo paradigmas” e “surgiu pra o Brasil ver,/ fazendo o que ninguém teve/ a coragem de fazer”. Ao “Santo” INSA – como também é chamado – está a incumbência de desmentir o que foi dito sobre o Semiárido e de construí-lo com novos dizeres e com outras imagens – a voz que exalta a ação de um órgão governamental no e do Semiárido parece desconsiderar o ditado popular que diz: “Santo de casa não obra milagre”. Ele é investido de um poder quase que miraculoso cuja ação é capaz de garantir o desenvolvimento mais apropriado para a região, de fazer acreditar numa mudança que aí se apresenta apenas como projeto. É quase que como um exercício de fé: acreditar no que ainda não se vê, na mudança que só se antecipa no jogo das palavras e que só mantém alguma relação com o mundo no efeito de verdade que o discurso da convivência engendra – afinal de contas, o INSA dava nesse momento os seus primeiros passos. É uma maneira de fazer irromper o futuro que se quer construir no presente que o aguarda.

O INSA veio para fomentar o desenvolvimento sustentável no Semiárido, para eliminar a identidade de região problema e fazer irromper a região viável, explorando as suas potencialidades – suas fontes de energia; veio com a proposta de construir outra realidade, de juntar “o saber científico” e “o saber do sertão” para instaurar a mudança; veio pra mudar a história – que se entenda o presente e o futuro – com a sua filosofia, estabelecer parcerias, mobilizar a imaginação e criar capacidades, corrigir erros, mapear as riquezas e ser centro de pensamento do Semiárido. Não veio para este ou aquele, veio para todos. Com ele o que era velho passou e tudo se faz novo: surge “Novo tempo, novo mundo”, “o dia será noite/ e a noite será o dia”. Os “talentos do INSA” são homenageados no anexo que constitui uma seção desse cordel: são homens valorosos que, quando elevam seus pensamentos, “seus sonhos enclausurados/ retomam seus movimentos,/ trazem formas decisivas/ à luz dos conhecimentos; são “gênios que não se limitam/ subirem degraus de escadas;/ por que são por inerência/ leves crianças aladas,/ por voos estratosféricos/ são feitas suas estradas”; são “homens dignos corajosos/ não temem, nem arrefecem,/ quase domam tempestades/ ou tufões que aparecem,/ e ante as dificuldades/ seus sonhos gigantes crescem.”¹⁰⁶

¹⁰⁶Ver Cordel O Paradigma das oportunidades.

Na narração de seus primeiros passos, em “Outra visão, outro Sertão”, o INSA é o futuro que chega em forma de semente; envolvido pelo sol que brilhou com o seu nascimento e recebido pelo Sertão que, por sua causa, enverdeceu. De forma recorrente ali e aqui, nota-se a insistência em marcar a singularidade desse instituto, a recorrência da enunciação de que ele – ou com ele – é diferente: no pouco que andou, o INSA “não trilhou os caminhos de ninguém/ seu mandato não é de seguidor”. Uma maneira de dizer que entre o INSA, o IFOCS, o DNOCS e a SUDENE, não há familiaridades; algo necessário à aquisição do apoio dos habitantes do Semiárido as realizações do Instituto.

O presente é o tempo de uma mudança que implica em deixar para trás uma série de modos de ver, de dizer e de fazer, em face dos modos que (se) instituem (n)o(s) saber(es) da convivência. É tempo de mudar a imagem do Semiárido e do sertanejo, tempo de garantir água, luz, segurança alimentar, de incentivar a agricultura familiar; tempo de construir cisternas, de contextualizar a educação no Semiárido, de fazer com que as pessoas compreendam a “cultura nordestina” e se identifiquem com ela, de mudar relações de gênero – que se diga relações entre homem e mulher –, tempo de lutar contra a “transposição do São Francisco”, de recusar os transgênicos, de evitar queimadas e desmatamentos, no caso da ASA. É tempo de mudar a imagem do Sertão e do sertanejo, tempo de aproveitar as vantagens da semiaridez, aproveitar os recursos naturais, desenvolver a agroindústria, fazer uso de fontes de energia alternativa, contextualizar a educação, desenvolver a pós-graduação no Semiárido, criar um museu vivo e um observatório no Semiárido, no caso do INSA. Nos dois casos, trata-se de um presente cheio de planos e vontades, e de execução de ações também.

Pela recorrência da enunciação da mudança, o presente revela certo inconformismo consigo mesmo; por isso ele é tempo de batalha e o futuro que ele almeja depende da sua vitória. Inconformismo não apenas com a repetição, no presente, de uma lógica e de instrumentos de ação política correspondentes a certo número de necessidades do passado, mas também pela forte incidência aí dos traços que fílguram o “outro” – definido na primeira seção deste capítulo. Esse presente não é, pois, um solo tranquilo; é tempo de mobilização política, tempo de produzir, circular e fazer funcionar o discurso verdadeiro de modo que determinadas relações de poder possam se estabelecer – mais especificamente, aquelas que o próprio discurso da convivência engendra.

O discurso da convivência dá a ver um presente que também se mobiliza contra o dilaceramento de uma identidade. Por isso o retorno de sons e imagens aí tomadas como reveladoras do verdadeiro Semiárido.

A imagem que aparece na capa do cordel “O Paradigma das Oportunidades” – versão de uma xilogravura – apresenta, dentro de uma moldura retangular de traços imperfeitos, sob a orientação retrato como diriam os nossos programas de formatação de página contemporâneos, a imagem de um indivíduo sobre um cavalo, cujas patas dianteiras aparecem levantadas, com a mão esquerda a segurar as rédeas e a outra mão a agarrar o pescoço do animal braceiro como que numa tentativa de se manter firme sobre ele face aquele movimento sinuoso. A imagem concentra-se na região centro-direita da moldura ocultando a parte traseira do animal. É como se o indivíduo sobre o cavalo adentrasse a moldura e tivesse ali a sua imagem congelada. O animal aparece com uma armadura em tons de cinza que, enquanto ornamento, confere-lhe certa ostentação, um encanto peculiar, uma beleza apreciável. O indivíduo aparece com um chapéu também em tons de cinza de onde partem do lado direito e esquerdo, tiras ou cordões que tocam-lhe o rosto e se encontram abaixo do queixo como que para fixar o objeto à cabeça; ele veste calças e uma camisa de mangas compridas evidenciando um bolso em seu lado esquerdo, e também usa sapatos. Compondo a paisagem vêem-se, na parte superior, contornos do que parece ser uma árvore e, na parte inferior, a ilustração do que o nosso arquivo de imagens nos leva a afirmar ser um cacto, seguido abaixo de linhas curvas que se encontrando com a linha inferior da moldura formam uma figura da qual se pode ter impressões diversas (seria um chão? uma rocha? um poço?). Eis a imagem:



Figura 5: Capa do cordel “O Paradigma das Oportunidades”

A imagem do homem sobre o cavalo lembra a de um santo popular, aclamado como santo guerreiro, homem forte e destemido, expressão de afirmação da fé cristã e da resistência aos perseguidores do cristianismo, mártir protetor do cristão em todas as suas batalhas – é como falam de São Jorge em nosso tempo. Não há como negar as semelhanças, por mais que sejam meras coincidências. Se estivesse querendo fazer aparecer uma conversa não manifestada no nível do próprio discurso talvez dissesse numa tentativa por analogia que o homem é o guerreiro – expressão de força -, e o cacto é a caatinga – o dragão a ser combatido.

O que se apresenta como ilustração nesta capa não é algo estranho a todo olhar; constitui-se de traços e curvas que desenham uma paisagem familiar: aquele indivíduo sobre o cavalo, aquele chapéu, aquele cacto compõem também o quadro de outras imagens usadas, em outros momentos, em outros discursos, para afirmar um perfil, uma identidade capaz de recolher em si mesma traços essenciais do homem sertanejo da caatinga e que reaparecem aí para participar da singularidade desse acontecimento que é o próprio cordel – cheio de tantos outros acontecimentos que nele são narrados, se cruzam e se excluem. No entanto, esses traços e curvas reaparecem aí para fazer lembrar não mais a resistência, mas a convivência do homem com o meio. O folheto não traz nenhuma referência à “autoria” da xilogravura que ilustra a capa. Mas não foi preciso ir muito longe para descobri-la: o desenho que aparece na terceira página do primeiro plano diretor do Instituto Nacional do Semiárido¹⁰⁷ foi feito a partir dessa xilogravura e evidencia “O vaqueiro do Sertão” de J. Borges¹⁰⁸.

A roupa do vaqueiro foi sendo historicamente instituída como uma representação típica da regionalidade nordestina, um sinal emblemático do homem sertanejo que assinalou de um lado a sua rudeza, do outro, a sua valentia e a autenticidade do ser nordestino. Albuquerque Júnior (2009, p.174) assinala que, quando Luíz Gonzaga, em 1943, resolve assumir a identidade de artista regional - que significava, nesse caso, ser um representante do Nordeste – criou para si uma indumentária típica constituída pelo chapéu usado pelos cangaceiros e a roupa do vaqueiro.

O vaqueiro do passado, ameaçado no presente, é visto também no futuro que o INSA visita. É o vaqueiro que continua a cuidar do gado e a aboiar as toadas que esse futuro não aprecia; é aquele que sobrevive mesmo sem ver desaparecer o seu “inimigo”, e chora por ter

¹⁰⁷ Ver: Instituto Nacional do Semiárido. *Plano Diretor do INSA: 2008-2011: Planejamento Estratégico do INSA*. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007, p.3

¹⁰⁸ J. Borges é um dos destacados nomes de uma das principais escolas de xilogravura do Nordeste: a “Escola de Caruaru”. As gravuras por ela produzidas são marcadas por ‘figuras dominantes e solteiras’, o branco sobrepõe à massa da impressão (Cf. BRITO, 2009: 214)

que dividir o seu mundo com ele. E nesse futuro, o INSA é a franja do presente que se regozija, se admira e se emociona ainda que pelo simples fato de encontrá-lo aí:

Dentre as coisas mais belas que eu vi
Na viagem que fiz para o futuro
Deparei-me com um rebanho de Pé-Duro
E um vaqueiro, garboso, como um Rei
E, ao vê-lo, feliz me levantei
E fiquei esperando cercado
Notei bem, seu cuidado com o gado
Emoções antiqüíssimas revivi
Caminhei, encontrei e logo ouvi
Um vaqueiro aboiando apaixonado

Convidou-me, o vaqueiro, a caminhar
E conhecer o Museu, do Instituto
Percebi que ele era muito astuto
Pelo que aprendi no seu falar
Ele para, e começa a solfejar
As toadas bonitas do passado
Quando era, o aboio apreciado
Notei lágrimas nos olhos do vaqueiro
Porque tem, na Caatinga, o motoqueiro
No lugar do vaqueiro apaixonado¹⁰⁹

A figura do vaqueiro é recorrentemente enunciada na produção do INSA e, na maioria das vezes, numa batalha contra a sua eliminação, numa batalha que ergue o escudo da continuidade para conter a descontinuidade histórica, para impedir a cisão das coisas. O presente olha com saudade para um passado que se esgarça até desaparecer no meio dos novos sons e paisagens que esse mesmo presente descortina. No “Semiárido dado, mas não desejado”, “o aboio do último dos vaqueiros” é o eco que ressoa da “heróica toada melancólica que se ouvia por campos e outeiros”, canto verdadeiro do qual se sente falta. A “toada sonora” deu lugar ao “ronco espantoso do motor”, o “sossego do sertanejo” é sequestrado pelo “barulho assustador” das motos e o “vaqueiro aboiador” é eliminado pelo “intruso motoqueiro”; “... um rastro estéril/sem história, sem cultura e sem beleza” é deixado pelos “cavalos de bronze, aço e rodas” que ferem a paisagem, amputam a alma do Sertão e “a essência de sua natureza”¹¹⁰. Tal como Albuquerque Júnior (2009, p.113) observa em Gilberto Freyre, é possível afirmar que esse discurso também alinhava o progresso como agente perturbador do equilíbrio social. Aí a modernização altera o que os olhos querem continuar vendo, arrasta para longe do olhar a familiaridade dos rostos e das paisagens; ela vai na contramão da permanência e o que ela exige do olhar é que ele se acostume com a mudança; face ao novo que ela engendra, todo o resto se torna antigo e obsoleto. É contra essa modernização que se fala.

No CD Belo Sertão também é possível reconhecer muitos traços familiares. Nesse CD que pretende traduzir em música, texto e imagem o conteúdo da convivência reaparecem músicas há muito conhecidas. “Asa Branca”, uma composição de 1950 para chamar a atenção para o problema da seca no nordeste, continua a ser enunciada também aí como um “hino nacional” cujo conteúdo registra “a saga de milhões de nordestinos ao longo dos séculos e que continua nos dias de hoje”, símbolo do sertanejo que migra, por necessidade, do sertão que

¹⁰⁹Cf. Outra visão, outro Sertão, p.30

¹¹⁰Ver Cordel Outra visão, outro Sertão, p.13.

experimenta a seca e espera a chuva cair, “empurrado pelas vicissitudes da vida” numa partida marcada pela esperança do retorno. O Sertão de “Asa Branca” é a terra que arde como fomalha, sem plantação, onde alguns animais morrem de sede e onde aqueles que conseguem, fogem dela e depois a ela retornam; é também uma presença ausente que se experimenta na solidão de estar longe – um sertão distante, mas presente na saudade que atravessa o coração de quem partiu; não é somente um espaço ou um lugar, mas pessoas, amores, vivências; é também o sertão enverdecido, tal qual os “óios” de Rosinha, que anuncia o momento do retorno. Retorno enunciado em “A volta da Asa Branca”: aí tem-se o sertão que acolhe a chuva mandada por Deus; sertão de “muié séria” e de “home trabaiadô”, de rios correndo e de cachoeira zoando, de terra molhada e mato verde; sertão em que a tarde canta, de um povo “mais alegre que natureza” por sentir a chuva; um sertão de safras e planos, de Rosinha – linda flor do sertão pernambucano.

De todas as canções possíveis, foram essas as escolhidas para aparecer na seção do encarte que enuncia que “o Semiárido também é música”. Elas estão aí porque “tiveram o dom de tornar o Semiárido conhecido”, porque souberam traduzir “a dura realidade do povo do sertão nordestino” dando a conhecê-la nacionalmente. Escutá-las é, portanto, escutar o Semiárido; elas continuam falando de nós e dizendo quem somos. No entanto o baião, que elas enunciam já não se instrumentaliza apenas com o triângulo, a sanfona e o zabumba; ouve-se também aí o som de violões, agogô, percussão e baixo.

Elas integram o conjunto da “música de Gonzaga” que outrora foi “dirigida ao migrante nordestino radicado no Sul do país e ao público das capitais nordestinas que podia consumir discos”; uma música pensada como representante da “identidade regional que já havia se firmado anteriormente por meio da produção freyriana e do ‘romance de trinta’; uma música que instituiu para o baião – instrumentalizado pela sanfona, triângulo e zabumba – um lugar de poder, aquele que o consagra como a “música do Nordeste, por ser a primeira que fala e canta em nome desta região”; uma música cantada por quem “se tornou aquele artista capaz de atender à necessidade do migrante de escutar coisas familiares, sons que lembravam sua terra, sua infância, sons que o levavam até este espaço da saudade em meio a toda a polifonia do meio urbano”.¹¹¹ Desse modo, o discurso da convivência repercute uma visão já institucionalizada - que é útil à invenção cultural que esse discurso empreende – e passa a constituir a rede de comentários responsável pela atribuição de uma identidade regional à

¹¹¹Ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 171-184.

música de Gonzaga – uma rede que vai se formando no momento mesmo de sua veiculação. Para Albuquerque Júnior, essa rede se constituiu,

desde comentários críticos das revistas especializadas em música, as revistas voltadas para fazer a cobertura do rádio, que eram, em grande número, nesse momento, comentários do próprio artista, através de suas entrevistas, bem como de todas as atitudes e hábitos que passam a compor sua identidade de artista (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009: 177)

Também é frente à iminência de morte do Rio São Francisco que dele se fala. É para denunciar a agressão ao rio; um rio que se vê “relocado por barragens, perdendo suas terras para grandes empresas, vendo o sumiço de seus peixes”. Aí, agredir o rio significa agredir o povo ribeirinho, porque há entre eles uma “relação de paixão” e o desenvolvimento de uma “cultura amorosa”. Dessa forma, se um sofre o outro também sofre.¹¹²

“Riacho do Navio” é enunciada como expressão “do amor dos ribeirinhos ao seu ‘Velho Chico’”. Na letra, voltar ao Riacho do Navio significa voltar para onde todo estranhamento com o mundo se dissipa porque tudo aí apresenta um traço familiar, tudo aí produz a boa sensação de estar na própria casa: o lugar aprazível do aconchego e da calma constante, de brejinhos e caçadas, “pega de boi” e vaquejadas, onde se ouve o chocalho que incita o sono tranquilo e o som da “passarada” – despertador de todas as manhãs. Em “Meu Rio de São Francisco”, o Rio São Francisco é o “choro santo do bom Deus que caiu sobre a terra e “gerou vida, planta, flor,/ peixe, bicho e passarinho/ e na sua ribanceira/ à sombra do Juazeiro/ muita gente se arranchou”, mas é também o “mar que vai virar sertão” porque “tão matando o Velho Chico”. A súplica em favor do rio que garante a sobrevivência de tantos ribeirinhos, de tantos Josés e Serafins, de tantos meninos que nele aprenderam a pescar surubim, aparece ainda mais contundente em “Boato do Ribeirinho”:

*Corre um boato na beira do rio
Que o velho Chico pode morrer
Virar riacho e correr pro nada
Viajando por temporada
Quando a chuva do meu Deus
Dará chegar
Já dizia Frei Luís de Xique-Xique
Quão chique é ter o rio pra pescar
Pra beber
Não deixe morrer
Não deixe o rio morrer
Senão, o que será de mim
Que só tenho esse rio pra viver!
Que será, que será de mim?
Que será de José, Serafin,
Qual será o destino do menino
Que nasceu e cresceu aprendendo
A pescar surubim*

¹¹²Ver Encarte do CD Belo Sertão

*Não deixe morrer,
Não deixe o rio morrer,
Senão morre o ribeirinho
De fome e de sede
De sei lá o quê*

Curiosamente, o discurso da convivência revela também uma operação que enxerga beleza na cena “clássica” que ele mesmo rejeita e intenta modificar no presente: “é a lata d’água naquele vai que num vai”, “é o balanço da cintura que balança mais não cai”. “Beleza iluminada” canta/conta o caminhar das mulheres pela estrada do sertão equilibrando latas d’água na cabeça; elas são beleza num sertão em que beleza pouco se encontra. Caminham com a leveza de uma bailarina, com o gingo de passista e o jeito de princesa, com a delicadeza e a força feminina. O texto que enuncia a seção “Água e Relações de Gênero no Sertão”, do CD Belo Sertão, descamba numa exposição que explica essa realidade pela atribuição dessa tarefa ao sexo feminino por uma sociedade que a compreende como “extensão do trabalho doméstico” e estabelece que todos os serviços “da porta pra dentro” exigem o trabalho feminino. Se os homens buscam água, não o fazem como as mulheres que, com o seu caminhar, dão forma a um “desfile pelas estradas calcinadas do sertão”; o fazem “em lombos de animais, carroças e carrinhos de mão”. Aí as relações de gênero não são historicizadas/problematizadas, mas tomadas como dado de uma sociedade cujo proceder se iguala a outras sociedades do planeta¹¹³. O acontecimento possui ainda outros desdobramentos, como assinala o texto: “o poço, a fonte, a água é o lugar do encontro do feminino, de suas conversas íntimas, da socialização de seus problemas, sonhos e desejos”. O texto – apesar de informar “a dureza desse trabalho duro e pesado” que aflige as mulheres com o alargamento dos ombros, o enrijecimento das “batatas da perna” e os problemas de coluna – consegue não falar daquilo que a música escancara: ali, no mesmo lugar onde há uma beleza iluminada, uma arte de fazer capaz de reter o olhar de qualquer espectador, há também a vontade de não mais repetir o “desfile”, de não mais colocar a lata d’água na cabeça porque aquelas mulheres “sonham apesar das incertezas que o sofrimento seja coisa do passado” e “que o seu corpo fique leve, lindo e solto e libertado desse peso duro e morto”. Diferentemente do que informa o trabalho de Moreira Neto (2010: 164) a propósito dessa música¹¹⁴, a meu ver, a beleza aí está somente nos olhos de quem vê a cena, não de quem a

¹¹³O texto chega a apontar um diagnóstico em que a ONU constata que em todo planeta “abastecer os lares com água é tarefa das mulheres de todas as idades, inclusive das crianças”.

¹¹⁴Primeiro ela diz: “A importância da família como foco de atenção e de atuação do discurso da convivência representa a possibilidade de que, através de um processo educativo informal... sejam elaboradas novas relações de poder-saber que digam ser o Semiárido possível e que nele pode florescer vida na água da chuva acumulada nas cisternas, nos barreiros de trincheiras, nas barragens subterrâneas, nos cultivos agroecológicos, nas músicas de Gogó, que elevam uma beleza iluminada de tantas meninas sertanejas que não mais se enfeiam com as latas

protagoniza; está no “jeito de menina” e não na menina sertaneja. Além disso, percebe-se em outras materialidades, principalmente nos cordéis produzidos pela ASA, que não é para a produção de belezas iluminadas como estas que o discurso da convivência trabalha: este deseja que essa cena não seja mais protagonizada; que ela não seja mais presente nem futuro – a ela, o passado, aquele passado não quisto.

Mas, o presente serve também à construção de cenários futuros; faz sonhar o sonho perfeito – o Semiárido ideal. Ele traz consigo certa promessa de felicidade, promessa de prazer e realização. Ele fala de um futuro para cujo apressamento se tenta contribuir; fala do “amanhã” para que muito brevemente ele seja “hoje”.

Na produção da ASA, o futuro guarda o sertão transformado, a nova sociedade, o outro mundo possível pelos quais o presente deve trabalhar. A ASA pensa em construir um Semiárido em que a sede de água seja coisa do passado, em que haja qualidade de vida, em que se pratique a agroecologia, em que a água seja preservada, a segurança alimentar assegurada, em que as relações de gênero se desenvolvam com “ética e igualdade”, em que a pobreza seja reduzida e a terra e água, democratizadas.¹¹⁵

Mas, a mais extensa e mais minuciosa descrição do futuro é feita no cordel “Outra visão, outro Sertão”. Uma descrição em que o futuro é visitado pelo INSA, que no seu presente relata o que viu.

Sou o INSA, sou livre e sonhador
Afastei-me das “adversidades”
Visitei as potencialidades
Com vontade, emoção e muito amor
Para criar um processo inovador
Sonhei, a nossa região, articular
E todos nossos talentos convidar
Pra esculpir este sonho que sonhei
Fui voando, ao futuro e retornei
O que vi, pra vocês, eu vou contar

Desmontadas, eu vi, as armadilhas
Que criaram, pra nós, como verdades
Não falavam de adversidades
Porém de incontáveis maravilhas
Para crer, fui seguindo suas trilhas
Pra saber se isso tudo era real
Encontrei um tesouro colossal
E ele tinha um valor inigualável
Quem falou que o sertão é inviável
Nada sabe do seu potencial

Minerais, têm a sua relevância
Os metais, outra fonte de riqueza
Energias renováveis, com certeza
Ocuparam um lugar de importância
Se, aqui temos nós, em abundância
Nossa diversidade sem igual
Para nós sobra vento, sol e cal

Encontrei no Sertão de todos nós
Terras boas e fecundantes
Melancias maduras, nas vazantes
Peixes gordos, pescados por anzóis
Muitos grãos, entre silos e paióis
Frutas doces, com rica substância
Leite forte, seguro pra infância

d’água na cabeça”(MOREIRA NETO, 2010: 163-164). E prossegue em uma nota de rodapé: Novas relações de poder saber que reelaborem as relações de gênero e desconstruam a imagem que, apesar da plasticidade estética captada por muitos artistas, dramatizam as cenas de mulheres carregando latas d’água na cabeça, caminhando esguias e retilíneas numa posição forçada pelo equilíbrio da lata na cabeça. Novas relações de gênero produtoras de belezas iluminadas, como a música **Beleza Iluminada** de Roberto Malvezzi... (MOREIRA NETO, 2010: 164).

¹¹⁵Ver cordéis da ASA.

Nossa lista é riquíssima, interminável
Quem falou que o Sertão é inviável
Nada sabe do seu potencial

Feijão verde, coalhada, rapadura
Pinga boa, jabá e milho assado
Guiné, pato e um bode bem guisado
Cana boa, caiana, uma doçura
A farinha de mandioca, branca e pura
Peru gordo, criado no terreiro
E foi aqui, não foi lá no estrangeiro
Toda essa fartura eu encontrei
Suco feito do fruto de umbuzeiro
Tem mais coisas que eu ainda não contei

Solos ricos, paisagens variadas
Um mosaico, uma colcha de retalhos
Onde a flor se ornamenta de orvalho
Espalhando beleza nas chapadas
Suas serras, de verde são pintadas
Vales férteis, onde grassa a irrigação
As vazantes, os açudes, todos são
Das reservas, aquelas principais
Não é um, nem são dois, tem muito mais
Semiáridos na nossa região.

Contemplando a Caatinga adormecida
Ela estava hibernando, simplesmente
No seu sono, eis que a vida está latente
É a sua dinâmica arrefecida
Quem pensar que na seca não há vida
Dessa Terra, não é, chegou da Lua
Esta é a verdade, nua e crua
Sobre vida, na seca do Sertão
A Caatinga é tal qual camaleão
Muda a cor, mas a vida continua

...

Em espaços vitais, inovadores
Vi travar-se animada discussão
Cada lado com sua explicação
Seus modelos, conceitos e valores
Quando uns eram doutor professores
Outros tinham aporte singular
Cada um tinha muito que ensinar
Assistindo ao debate, me eduquei
Um diálogo frutífero, eu escutei
Dos saberes, científico e popular

Vi um Fórum, no futuro visitado
Um processo social interessante
Formulando políticas relevantes
Onde o povo, amplamente consultado
Opinava, marcando o resultado
Nesse rico processo sem igual
O consenso obtido é ideal
Nas ideias contextualizadas
As políticas públicas são gestadas
Na dinâmica de um fórum social

Sobre isso, escutei muita pilhéria
Quem falou que o Sertão é só miséria?
Encontrei foi fartura e abundância

Por aqui, me dizem, desse jeito
Que o nosso Semiárido brasileiro
É todo uniforme, o tempo inteiro
Essa tese, até hoje, eu não aceito
Para mim, sempre foi, um preconceito
A viagem me deu convicção
Foi aí que lavei o coração
E hoje posso dizer para o Brasil
Não é um, nem são dois, tem mais de mil
Semiáridos na nossa região

No futuro, encontrei um tribunal
Nessa mesma viagem que eu fiz
Perguntei resoluto a um juiz
Se a água é o vilão regional
E se deve pagar por algum mal
O juiz respondeu: “não há pecados
Todos os veredictos foram dados
Quem falou que a água é a culpada?
Ela foi, INOCENTE, declarada
Das mazelas e dos crimes imputados”

Fiquei tonto, surpreso ao contemplar
A mudança de cor dos carrascais
Bastou pouca chuva e nada mais
Para nossa Caatinga despertar
Pássaros livres vieram anunciar
Que essa rica paisagem é minha e tua
Uma força vital, no ar flutua
Provocando uma nova excitação
A Caatinga é tal qual camaleão
Muda a cor, mas a vida continua

...

No observatório, a discussão
Gira em torno de um fim sempre comum
Há respeito recíproco em cada um
Entre os lados dessa rica ocasião
Eis, aí, a maior demonstração
Que o observatório pode dar
Aí podem, os saberes, se abraçar
Um belíssimo exemplo que achei
Um diálogo frutífero, eu escutei
Dos saberes, científico e popular

Nessa imensa e diversa região
Vasculhei nos arquivos da memória
Não achei precedentes em sua história
Onde o povo viveu tanta inclusão
Grande exemplo de participação
É, o Fórum, um invento genial
Reunindo os poderes em geral
Onde as forças estão equilibradas
As políticas públicas são gestadas
Na dinâmica de um fórum social

Toda minha atenção foi despertada
Quando fui ao futuro visitá-lo
Passeando de pé ou a cavalo
Encontrei uma cena inusitada
Nossa terra por Deus abençoada
Todos, juntos, agindo como irmãos
Eram simples e éticos cidadãos
Sem sentir, da ganância, a sua sede
O Sertão é agora uma só rede
Trabalhada e tecida a muitas mãos

Nessa breve visita, eu vi também
O que, em outros lugares, nunca vejo
Que o modo de vida sertanejo
Nada fica devendo a seu ninguém
Nem procure, melhor, porque não tem
Com projetos relevantes e viáveis
Que pra nós, são lições admiráveis
Aprendemos com suas diretrizes
Achei comunidades mais felizes
Com seus modos de vida sustentáveis

Neste modo de vida, com certeza
Seres vivos são todos soberanos
São atores, humanos e não-humanos
Tendo parte na mesma natureza
Um enfoque biocêntrico: que beleza
Com possibilidades favoráveis
E energias vitais inesgotáveis
Nesta realidade, não vi crises
Achei comunidades mais felizes
Com seus modos de vida sustentáveis

Quando a mente enferruja e atrofia
Não produz, fica estreita, nada alcança
Não projeta, não pensa, não avança
Dos valores reais se distancia
Na inércia de sua letargia
Não fazer, não criar, é sua lei
Aridez, no que li e no que sei
Não está só na territorial
A mais triste aridez é a mental
A pior que até hoje encontrei

Variadas escolas visitei
E assisti, atuar, seus professores
Distingui, entre todos seus valores
Muitos deles que sempre procurei
E fiquei mais feliz quando escutei
Perguntas altamente interessantes
Que atraíam a todos os estudantes
Revelando mistérios em cada texto
Se as perguntas são feitas em cada contexto
São, portanto, as respostas, relevantes

O Segredo, descobri e vou contar
Atenção, porque é interessante
Tem teor altamente relevante
Ninguém vai esquecer, quando eu falar

Não existe lugar pro salafrário
O acesso é negado ao egoísta
Não tem vez, o individualista
O que vi, foi um mundo solidário
Para todos, do Mestre ao Operário
Entre si, há partilha de seus grãos
Espalhando esperanças em vários chãos
Sem divisas, nem cerca nem parede
O Sertão é agora uma só rede
Trabalhada e tecida a muitas mãos

Para ser feliz, neste contexto
A meta não é ser desenvolvido
Pois o ser, sobre o ter, é preferido
E não me venham impor outro pretexto
O desenvolvimento é um cabresto
Cujos pés são de barro, vulneráveis
Cinco séculos de crises incontáveis
Sem criar identidades nem raízes
Eu achei comunidades mais felizes
Com seus modos de vida sustentáveis

Se discute, do solo, a aridez
No temor que a desertificação
Extermine esta rica região
Extinguindo a Caatinga de uma vez
Mas vi coisa que, até hoje, não se fez
Um programa plausível e atrevido
Devolvendo à natureza seu sentido
Numa grande equação que tudo soma
Foi vital, o cuidado com o bioma
O futuro da Caatinga é garantido

O maior, persistente, dos problemas
Foi a educação colonial
Verdadeira “lavagem cerebral”
Assassina de ideias e sistemas
Pondo, pois, em seu lugar, outros esquemas
Sepultura de nosso imaginário
Superar, isso aí, foi necessário
Com perguntas contextualizadas as algemas mentais
foram quebradas
E o Sertão construiu seu ideário

É, aí altamente importante
Que o verbo, vital, negociar
Seja aquele que vamos aplicar
Concebendo perguntas instigantes
Construindo respostas cativantes
Horizontes riquíssimos era a lei
Emoções, compromissos, encontrei
Trilhas amplas, abertas entre espinhos
Todos eram construtores de caminhos
Seguidores, confesso, não achei

Tudo aquilo que nos emociona
Nos desperta sublimes sentimentos
Que são fontes de novos pensamentos
Tudo isso nos inspira e apaixonou

Impossível, alguém dele duvidar
 Pois seria difícil fazer isso
 Vou romper, nessa hora, o seu feitiço
 São três coisas que ainda não contei
 O segredo do tempero que achei
 É emoção, é paixão, é compromisso

Constatai que o tempero funciona
 Percebia convivência harmoniosa
 E o Sertão, região tão preciosa
 Vejo um grande futuro para ela
 Terra vasta, feliz, fecunda, e bela
 Natureza opulenta e dadivosa¹¹⁶

Esse é o Semiárido do futuro, tal como os olhos do presente – do INSA – o imagina: esculpido pelos talentos humanos de hoje, de maravilhas que se contam, de uma diversidade ímpar, de fartura e abundância, de uma caatinga camaleônica cheia de vida, de ricas paisagens, do diálogo entre os saberes científicos e popular, de políticas relevantes e da educação contextualizada, de uma inclusão sem precedentes e de convivência harmoniosa; um Semiárido próspero e sem crises. É assim que o presente gostaria de enxergar a si mesmo, e como não consegue, inventa um horizonte para o qual deve caminhar até que a ele consiga chegar. Temos, então, um presente maravilhado com aquilo que ele pode um dia se tornar. Nesse sentido, esse futuro é uma motivação para que o presente não esmoreça, não cesse de trabalhar em função de sua construção; o Semiárido que aí se descortina será o prêmio por todo esforço investido. E como ele traz todas as ferramentas ou receitas com as quais o presente tenta lidar para efetivar a convivência, isso nos leva a pensar que o futuro é o presente/passado que deu certo. No Semiárido do futuro são os projetos do INSA, e não os de outra instituição, que aparecem materializados, funcionando, e fazendo do Semiárido uma “terra vasta, feliz, fecunda e bela” e de “natureza opulenta e dadivosa”. O futuro é o Semiárido com o INSA.

Aí o futuro não se faz sem o passado e o regozijo da convivência é feito perante os escombros do “outro”. O futuro comprova que o Semiárido é viável, que o Semiárido não é uniforme, que a água não é a culpada por todos os “crimes e mazelas” a ela imputados, que na seca há vida.

Pode-se pensar que aquele Semiárido, da abundância, retratado na ilustração de “Outra visão, outro Sertão”, é, portanto, o Semiárido do futuro porque, no presente, esse Semiárido ainda é um sonho que se quer materializar; ele será a “outra página da história nordestina” escrita “a muitas mãos” guiadas pelo INSA.

Mas é importante destacar que nesse cordel se revela um modo de experimentar o futuro diferente daquele que se apresenta em “O Paradigma das Oportunidades”. Neste último, o futuro não é uma realidade distante: com o surgimento do INSA, “o futuro já chegou/ só nos resta usufruí-lo”. E, portanto, a partir dessa percepção se poderia pensar num

¹¹⁶Cf. Outra visão, outro Sertão, p. 25-38.

presente, com o INSA, como uma realidade exitosa de continuidade ininterrupta que já contém o futuro. Isso não significaria pensar na ausência de mudanças, mas que todo progresso futuro seria extensão e continuidade do presente.

Toda essa exposição que venho fazendo corresponde a uma tentativa de delinear como, no e por meio dos discursos da convivência materializados na produção da ASA e do INSA, se conformam leituras do passado do Semiárido que potencializam negativa ou positivamente períodos, personagens, eventos e textos referenciais, e que envolvem uma narrativa do próprio passado; como se conformam culturas históricas – interpretações do passado, do presente e do futuro que se deseja consolidar sobre o Semiárido, o sertanejo e suas práticas culturais. Venho, portanto, tentando dar a ver o comportamento de culturas políticas que têm como “instituições-chave” a ASA e o INSA.

Resta agora perguntar pelas receitas de convivência com as quais se deseja instituir o “Sertão transformado” da ASA e a “terra vasta, feliz, fecunda e bela”, do INSA.

4

O BELO SERTÃO E OS FAZERES DA CONVIVÊNCIA EM CERTEZAS VENTILADAS DE CORES, SOM E POESIA

*“... o semi-árido não é apenas uma questão climática,
mas é construção histórica, social, política e, sem dúvida, cultural...”*
(CD BELO SERTÃO)

4.1. Páginas de uma invenção: o Semiárido e sua gente no discurso da convivência

Neste capítulo, não mais investigo como o discurso da convivência funda um passado, um presente e um futuro que hospedam retratos de Semiárido – como fiz no capítulo anterior; pergunto aqui pelo Semiárido que o discurso da convivência institui como materialidade visível ou como um conjunto de expressões culturais do tempo presente, definidor de uma identidade regional específica passível de apreensão. Pergunto pelas imagens e significados que o discurso da convivência quer que o pensamento elabore e evidencie quando se fala de Semiárido ou do sertanejo; pelas palavras com as quais é possível dizer as suas qualificações, os traços e cores que oferecem ao olhar as suas formas; os tons e as canções que o exprimem. Trata-se ainda de problematizar o que o INSA chama de paradigma das oportunidades ou paradigma das potencialidades, e o que a ASA chama de ideia de convivência, no modo como esses discursos enunciam o Semiárido e nos modos de fazer que eles instituem.

Conforme aparece em “O Paradigma das Oportunidades”, o Semiárido é um “Sertão bom danado”. Suas riquezas, as mais destacadas, são eminentemente naturais: repousam na própria conformação do espaço que ele nomeia ou na conformação da natureza que esse mesmo espaço alberga. Um Sertão que tem um rico ecossistema, babaçu e sal, petróleo e água, caju, castanha, vento, sol e fontes minerais; um sertão de belezas e encantos inigualáveis que são fonte de turismo; é, de todos, o lugar mais lindo, um “Semiárido de ouro”. Evidentemente, tais características não podem ser encontradas apenas quando da referência a esse espaço aí referenciado/instituído. No entanto, elas ganham força na medida em que servem para assinalar uma singularidade, distinguindo esse Semiárido das outras regiões semiáridas do mundo: “Dos Semiáridos do mundo/ O nosso é quem vale mais”, “Tem o nosso Semiárido/vantagens que outros não têm”.

Esse Sertão possui um povo de fé, forte e determinado. O sertanejo, que também é apontado como uma de suas vantagens e que se diga, a maior delas, é exaltado “pela sua persistência/coragem, luta, traquejo...”, pelo seu talento, pela sabedoria que lhe possibilita conviver com a seca, pela criatividade que o faz sobreviver em meio a qualquer adversidade. Ele é o mais capacitado e o mais forte de todos os homens; “(...) é um sábio/ Já nasceu com o diploma:/da vida, da natureza/ ecossistema, bioma.../ É ele quem mais conhece as regras desse idioma”. Os elogios ao homem do Semiárido também podem ser apreendidos na

“Homenagem aos talentos do INSA”: são homens valorosos, dignos e corajosos, gênios que não se limitam e que não se invejam, portadores de sonhos gigantes que não cessam de crescer mesmo em meio a “tempestades e tufões”, donos de uma imaginação criadora que se move à luz de conhecimentos; o que eles produzem é para todos, “não há hinos, nem bandeiras,/ seus frutos são divididos/ para gerações inteiras”.¹¹⁷

Em “Outra visão, outro Sertão”, o Semiárido é um Sertão de “potencial sempre latente”, uma “terra ungida de esperança”, um “lugar colossal”, terra fértil com uma caatinga de bioma riquíssimo. E todas as outras qualificações assinaladas aí aparecem como parte da instituição do Semiárido a ser construído ou na narração de como o presente enxerga o Semiárido do futuro – algo que já mostrei no capítulo anterior. De modo que as belezas do Sertão são contadas nesse cordel muito mais como expressão do futuro que o presente deseja, do que do presente que se vê e se enuncia.

O que se percebe é que as potencialidades do Semiárido se impõem nessas produções, de modo a reduzir em larga escala a possibilidade de impor a imagem pessimista que comumente se tem de lugares semiáridos a esse lugar que nos é apresentado. O Semiárido do INSA não é uma paisagem desoladora; ele é dinâmico, rico em recursos naturais, um atrativo aos olhares dos turistas. O homem que nele habita é forte, não porque resiste aos castigos da seca, mas porque é inteligente e capaz de conviver com ela.

Nos cordéis da ASA, o Semiárido é um “imenso Sertão”, é a “região semi-árida deste imenso Brasil/ Quase um milhão de quilômetros/ sob o céu cor de anil”, são os onze estados brasileiros em que atua essa organização, um espaço de muito sol e calor e de inverno com pouca chuva. Um Semiárido de aquíferos, abelhas, borboletas e recursos naturais; de água mal distribuída, pela própria natureza que assim se impõe, e do acesso a essa água dificultado pelos homens. Um Semiárido das mulheres pedreiras, construtoras de cisternas, das mulheres chefes de família e do agricultor familiar; das cisternas de placas construídas ao lado das casas. Um Semiárido de pessoas felizes e sorridentes sobre o chão rachado, que se dão as mãos e que trabalham a terra com alegria¹¹⁸. Um Semiárido onde é possível a convivência com a seca; onde vive um povo cheio de amor, gente boa e humilde, povo esclarecido, “milhões de pessoas com o mesmo perfil”.

O CD Belo Sertão pretende assinalar os conteúdos da convivência e garantir acesso ao Semiárido e ao povo sertanejo por meio da “cultura nordestina”, considerando a música como uma de suas maiores expressões. Se os olhos que agora passeiam por estas linhas tiverem

¹¹⁷Ver Cordel O Paradigma das Oportunidades.

¹¹⁸Isso pode ser observado em várias imagens que aparecem nesses cordéis.

passado também pelo terceiro capítulo deste trabalho, poderão recordar que uma das enunciações a propósito do Semiárido, presentes nesse CD, é a de que ele não é apenas uma questão climática, é também música; e a propósito do sertanejo, já se falou um pouco sobre a sua alma religiosa. Sobre a primeira questão, não voltarei a falar mais. Sobre a segunda, penso que é preciso dizer mais alguma coisa a seu respeito. A canção escolhida para constituir a seção “Uma cultura religiosa” é “Jesus Sertanejo”, de Janduhi Finizola.

*Jesus, meu Jesus Sertanejo
Presença maior, minha crença
Nestas terras sem ninguém
Silêncio nas serras, nos campos
Ai, desencanto que a gente tem
E o vento que sopra, ressoa
Ai, sequeidão que traz desolação*

*Refrão: Ô, ô Jesus razão...
Tão Sertanejo
Que entende até de precisão*

*De sol vou sofrer ou morrer
E as pedras resplandem a dureza
A pobreza deste chão
João, um menino, um destino
Ai, nordestino de arribação
Cenário de dor e calvário
Ai, muda a face desta provação*

*Do céu há de vir solução
Na terra a semente agoniza
Preconiza solidão
E a tarde que arde acompanha
Ai, tanta sanha de maldição
Aqui vou ficar, vou rezar
Ai, vou amar a minha geração*

A canção, de fato, não esconde a relação do homem sertanejo com uma divindade a quem ele reza, de quem ele espera solução, que é capaz de entendê-lo e de socorrê-lo em sua aflição. Aí aparece um Jesus específico, tão sertanejo quanto aquele que a ele eleva preces e faz orações – dando a entender que não há quem melhor compreenda os problemas do sertanejo senão alguém como ele mesmo, ou que com ele caminhe. No entanto, no que tange à produção de dizeres sobre o Semiárido e o sertanejo, é possível afirmar que essas palavras, sem desconsiderar a destreza poética que elas evidenciam e a beleza da melodia que lhes foi imposta, passam longe da enunciação de um belo Sertão e mais exprimem um sertanejo passivo que espera pelas bênçãos do céu. Como se observa, aí aparece um Sertão de desencantos e provações, a referência a um cenário de dor e de morte, expressões de solidão e desolação, tudo isso motivado pela presença da seca; ao sertanejo – “nordestino de arribação”

– se impõe o destino João, destino de quem é impelido à retirância ou ao abandono de sua terra pelas adversidades que esta lhe impõe.

O Semiárido é também um sertão despreparado para o excesso de chuva e para a ausência delas. Diante dessa situação, o Sertanejo, tal como canta a “Súplica Cearense”, é um “pobre coitado” que ora reza para “o sol se esconder um tiquinho”, “para acabar com o inferno”, “pra chegar o inverno” e “pra chuva cair sem parar”, ora reza “pra chover de mansinho” e para “o sol inclemente se arretirar”.¹¹⁹

Está posta também a existência de uma relação harmoniosa do ser humano com a natureza. O carinho pelos animais é apontado como característico da alma sertaneja. No Semiárido da asa branca, do carcará, da acauã e da ribançã, a caça e a depredação do meio ambiente não se justificam pela vontade humana de destruição da vida, mas pela necessidade de sobrevivência que a ele se impõe.¹²⁰ A referência ao Sofrê, “pássaro vermelho do Sertão” busca assinalar a similitude que caracteriza a luta do homem e da natureza pela sobrevivência, ambas marcadas pelo sofrimento. Pássaro lindo voando nas manhãs do sertão, parecendo o “céu iluminado” ou “o sol incendiado”, o “mundo encarnado” ou um “coração alado”, “mais vermelho do que o sangue”; com seu canto repetitivo que “toca o coração e acalma” ele faz lembrar a dureza da vida, o sofrimento que a acompanha e que dela não se desapega.¹²¹

Beiju e cuscuz de milho, garapa de cana e cachaça caseira, farinha de mandioca e feijão nordestino, arroz e macaxeira, bode assado na brasa, carne de sol e paçoca tropeira, peixe com jerimum e galinha de capoeira – “Comida sertaneja”¹²² é a canção/cardápio que busca exprimir a culinária do “sertão nordestino”. A “população do semi-árido” é apontada como portadora de hábitos alimentares que a acompanha por onde vai:

Não é nenhuma surpresa, quando se pega um ônibus em direção ao sul e no bagageiro do ônibus alguém esteja levando um ‘bode seco’ em alguma caixa ou outro ambiente. Também é do conhecimento de todos as feiras típicas, as lojas, as bodegas especializadas em vender comida nordestina nos grandes centros urbanos (CD Belo Sertão).

A enunciação da comida enquanto linguagem para falar do sertão, de seus gostos e sabores, se apresenta contra a padronização dos alimentos e a favor da “variedade cultural da alimentação”, dos hábitos alimentares ditos sadios e regionais. Aí, um esforço em nome da permanência e contra a diluição de uma estética culinária e de um modo de preparar os alimentos; contra a mudança dos gostos e o esgarçamento de uma identidade. Um modo de

¹¹⁹Cf. CD BELO SERTÃO, faixa 2.

¹²⁰Ver Encarte do CD BELO SERTÃO.

¹²¹Cf. CD BELO SERTÃO, faixa 13.

¹²²Cf. CD BELO SERTÃO, faixa 11.

sujeitar/enquadrar indivíduos à cultura alimentar que aí se institui, como se esse ou aquele prato respondesse ao gosto de todos, sem divergências e recusas. Nesse sentido, a defesa contra a padronização torna-se incompreensível diante da defesa de uma culinária dita regional/nordestina. Ora, a afirmação desta culinária específica mais desponta como expressão de um desejo de padronização alimentar no âmbito de uma cultura alimentar regional marcada pela diversidade.

O Semiárido é um belo Sertão, uma terra de sol abundante, “uma belíssima região para se viver”, chão de um povo “apaixonado por sua terra” – povo “lutador, forte, alegre, festeiro” que “sabe ver e cantar tudo que há de bom no sertão do Nordeste”. Em “Terra Prometida (Belo Sertão)”, ele é lar e aconchego, é natureza inspiradora, é o Nordeste – terra prometida aos nordestinos, terra onde corre leite e mel como na história do povo de Deus contada nos textos bíblicos do antigo testamento; um sertão de beleza ferida, pela pobreza e indigência, por ações que agredem a natureza, pela falta de moradia e comida, pela deficiência dos serviços de saúde e educação; um sertão de povo fiel, bravo e resistente, de povo humilde e abandonado, de uma elite atrasada e sem compaixão, do sertanejo nordestino que “quer viver e ter direito de poder fazer história e quebrar o preconceito”, que quer hastear a sua bandeira e mostrar-se para o mundo. Aí, como se vê, as maravilhas de uma terra são postas ao lado das mazelas sociais de seu povo.¹²³

O discurso da convivência não deixa ocultar a preocupação com o modo com que o resto do país pensa o Semiárido – como uma região inviável. Por isso, a enunciação de “um Sertão cheio de vida”, de um Semiárido viável, propício ao desenvolvimento da apicultura, da caprinocultura e da ovinocultura; do Sertão do “bodódromo” de Petrolina onde “os restaurantes servem carne de caprinos e ovinos nos mais variados preparos” e da “agricultura de sequeiro”.¹²⁴ Um sertão onde tudo se aproveita do bode - a carne, o leite e o couro, a “buchada de manhã cedinho”, o queijo e o sarapatel –; um sertão onde a galinha, o porco e o bode são a poupança do sertanejo pobre¹²⁵.

O CD Belo Sertão termina enunciando que o Semiárido é festa!

Qualquer fato é motivo de festa: batizado, casamento, aniversário, festa de padroeiro, dia de santo (principalmente São João e Santo Antônio). É motivo de festa ainda quando um familiar “parte” ou quando ele “retorna”. Até a “visita de cova”, que acontece no sétimo dia da morte, tem um clima de festa. Após a visita à cova, quando os parentes e amigos se reúnem num gesto de reverência, a família oferece o que tem de melhor para os que vierem se solidarizar. É claro que o fato se explica pelas longas distâncias percorridas pelos visitantes, inclusive vindo de

¹²³Cf. CD BELO SERTÃO, faixa 5.

¹²⁴Cf. Encarte do CD BELO SERTÃO.

¹²⁵Cf. CD BELO SERTÃO, faixa 12.

outras regiões, que necessitam de acolhimento e alimentação. Mas o clima é diferente.

Famosa também é a realidade de “beber o defunto”. As noites de velório não têm uma festa explícita, mas sempre se oferece alguma forma de bebida para as sentinelas, inclusive a cachaça. Esse é o beber o defunto.

A Festa parece exercer um fascínio definitivo sobre a população nordestina. A migração não elimina sua alma. A construção de espaços comunitários, culturais, feiras típicas da cultura nordestina nas grandes cidades é contínua. É o reencontro da identidade, da sua música, da sua dança, das suas comidas, de livre expressão entre pessoas que se conhecem e se entendem. É também a forma de enfrentar a discriminação. Certos bairros, certas favelas são simplesmente a extensão de certos povoados ou pequenos municípios do sertão.

A saudade essa expressão tipicamente brasileira o sertanejo vive de forma peculiar e intensa. Por isso, sempre que pode, retorna. Se tiver condição de permanência, fica. Essa permanência está ligada ao “prazer” de estar e ser sertanejo. A festa é um dos fatores agregadores da cultura sertaneja, imprescindível e que explica muito da permanência do povo sertanejo no meio rural. É útil lembrar que os estados nordestinos são os mais rurais do Brasil.

A cultura da festa transformou-se também na indústria da festa. Qualquer cidade do interior tem várias bandas musicais, especializadas em forró pé de serra, forró eletrônico, pagode, axé, brega, seresta, assim por diante. Vivem da música. Há quem afirme que “se vive mal, mas se vive” (CD Belo Sertão).

O belo Sertão é o Semiárido iluminado pela maravilha que o céu lhe preparou – a Via-Láctea a brilhar sobre o Sertão. O Semiárido onde se vê o povo cantar e dançar, onde é possível ver a magia da convivência da alegria com a tristeza, o sanfoneiro só tocando e a meninada só dançando. O Semiárido da festa lá na casa de Socorro, onde o povo dança à luz do candeeiro; mundo de beleza e terra da tristeza que não inibem o desejo do povo de se divertir¹²⁶. O Semiárido do “Estalo de Fogueira”, da subida de balão, das festas à noite inteira e da animação nas ruas nas noites de São João; onde tudo é tão bonito, onde “tem sanfona, zabumba/ tem forró no salão, tem quadrilha e ciranda pra brincar no São João/ tem pamonha e canjica e quanta moça bonita no meio da multidão!”¹²⁷.

Ao lado das operações discursivas assinaladas no capítulo anterior, há, portanto, esta outra que se efetua nos discursos da convivência e que também se inclina à produção de imagens e concepções sobre o Semiárido, seu povo e suas práticas culturais nos cordéis e na música; esta que torna o Semiárido identificável a partir de imagens e textos que acentuam as belezas e riquezas naturais de um espaço; a força, a inteligência e a expressão cultural de um povo. Se o discurso da seca, tal como assinala a franja hegemônica dos discursos que o tomam como objeto, oferece todo um vocabulário marcado pelo pessimismo verbal a propósito das condições sociais e econômicas de uma região e de um povo; se nele é possível enxergar cores de tristeza, quadros que cortam, perfuram e fazem escutar gritos humanos clamando ajuda; no discurso da convivência está um povo e uma região enaltecidos por

¹²⁶Cf. CD BELO SERTÃO, faixa 14.

¹²⁷Cf. CD BELO SERTÃO, faixa 15.

palavras que destacam, singularizam e sustentam as marcas de uma identidade que se quer assumir e/ou que se deseja enunciar – a identidade de um belo, rico, feliz e habitável Semiárido.

Uma operação interessada e complexa. Vê-se aí delinear os modos de invenção de uma cultura. E, como Roy Wagner (2010), também acredito ser incidental questionar se as culturas existem. A cultura do Semiárido bem como as identidades que o definem existem “em razão do fato de terem sido inventadas e em razão da efetividade dessa invenção” (WAGNER, 2010: 39). Nos cordéis e na música, analisados aqui, essa invenção se dá por meio de discursos que reivindicam um modo de ver e de dizer o semiárido ancorado na compreensão da convivência: falar do Semiárido torna-se o mesmo que falar de sua natureza, de sua gente, de sua música, de suas festas, de suas comidas, da religiosidade de seu povo, da relação do homem com a natureza, e também de seus problemas. A invenção se processa no momento em que todas essas questões são assinaladas como expressões de uma cultura específica, como o modo de ser de um povo – um processo recheado de generalizações nem sempre problematizadas, deixadas aí para serem reutilizadas/reverberadas por aqueles que veem as imagens, leem os textos ou escutam as canções que enunciam o Semiárido e/ou sua cultura. Um processo capaz de criar familiaridades, para que as pessoas se reconheçam como portadoras de um modo de ser que se estende e enquadra a todos, embora com restrições; um processo capaz de “imaginar uma cultura para pessoas que não a concebem para si mesmas” (WAGNER, 2010: 62).

O Sertão Bom danado, do INSA, ou o Belo Sertão, da ASA, não se parecem com aquele descrito tão minuciosamente e em tantas páginas por Euclides da Cunha no início do século XX, exceto quando se refere à força do sertanejo. Escrevia Euclides que o homem sertanejo é “desgracioso, desengonçado, torto, reflete a preguiça invencível em tudo, falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas”, mas é, “antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2004: 146) – esse talvez tenha sido o enunciado mais presente nos discursos que dizem/sintetizam/estereotipam o sertanejo. Euclides falava de um sertão inóspito, do traço melancólico de suas paisagens, da impressão dolorosa de atravessar trechos ignotos de sua geografia. Mas, também falava do paraíso em que este mesmo sertão se transforma quando vêm as chuvas: “ressurge ao mesmo tempo a fauna resistente da caatinga... sucedem-se manhãs sem par... [vislumbra-se] a exuberância da terra” (CUNHA, 2004: 82-83). De um modo geral, sua narrativa se ocupou muito mais de descrever um sertão trágico do que de apresentar uma visão edênica desse lugar. Em todo caso, como se percebe, a força do sertanejo, outrora assinalada pelo escritor carioca, continua a ser reverberada nos/pelos

discursos da convivência. No entanto, essa enunciação assume agora um outro sentido: não traz mais a imagem do homem que resiste e/ou combate à seca. A força do sertanejo se expressa pela sua inteligência, pelo seu talento, pela sua criatividade, pela expressão de um modo de ser sertanejo, pela sua capacidade inventiva de produzir tecnologias que minimizem os efeitos da seca – aqueles que, outrora, assombravam-no, matavam-no ou faziam-no partir para outras paragens.

A maneira de se estabelecer a identidade do Semiárido, em alguns casos, se dá pelo ocultamento daquilo que pode ser sinal de diversidade no interior de um perfil que discursivamente se institui para ele ou para seu povo. Nos cordéis da ASA, temos um Semiárido em que habita um povo com o mesmo perfil. Aí, uma operação discursiva para fazer acreditar que todos (o povo desse Semiárido) pisam o mesmo chão, possuem as mesmas qualidades, lidam com situações semelhantes e que, por isso, podem ser enquadradas em um perfil capaz de explicá-los, defini-los. Na produção do INSA, temos um Semiárido enunciado como espaço que se expressa também pela heterogeneidade de sua fisionomia (“E hoje posso dizer para o Brasil/ Não é um, nem são dois, tem mais de mil/ Semiáridos na nossa região”¹²⁸) e onde vive o sertanejo, cuja identidade inibe qualquer tentativa de diferenciação capaz de provar a existência de tipos de sertanejo. A definição do povo do Semiárido pela ASA, e do sertanejo pelo INSA, evidenciam nítidas semelhanças – mesmo as suas produções tendo sido realizadas em momentos distintos. Os adjetivos utilizados são quase que os mesmos nos dois casos e as suas significações também coincidem, e não se contradizem em nenhum momento. Essa definição exclui tudo o que pode destoar do que foi posto como a sua verdadeira imagem. Nesse sentido, se existem homens sem fé e pessimistas, maus e arrogantes, medrosos e alienados, esses não são sertanejos. Porque o sertanejo autêntico é portador da fé e da perseverança, da bondade e da humildade, da coragem e do esclarecimento.

O discurso da convivência faz operar enunciados que impõem distinções ao espaço. Na produção do INSA, o Semiárido, enquanto um espaço marcado pela semiaridez e pela existência de vários semiáridos compondo o espaço regional, agora é apresentado em relação a outros espaços da mesma natureza. E é pelo destaque daquilo que pode ser considerada uma potencialidade sua que o paradigma do INSA quer fazer irromper um Semiárido viável – contraposto à ideia de “região problema” reverberada pelo discurso da seca. Na produção da ASA e no CD Belo Sertão, a distinção se impõe na recorrência dos elementos assinalados como características naturais desse espaço: isso inclui referências ao clima (“abundância de

¹²⁸Cf. Cordel “Outra Visão, outro Sertão”, p.27.

sol, aproximadamente 3 mil horas/ano -, clima estável, com boa pluviosidade, embora irregular no tempo e no espaço”), a hidrografia (na referência ao Rio São Francisco), as plantas e frutos que podem ser aí encontrados.

Embora a oposição clássica entre Nordeste e Sul/Sudeste do Brasil já não possa ser mais observada, tal como aparecia de forma recorrente no discurso da seca, percebe-se que o discurso da convivência opera para oferecer uma compreensão de Semiárido não apenas para os que são aí considerados como seus habitantes, mas também para os que são considerados de fora: que seja “os olhos de grande parte do país” que veem o semiárido como uma “região inviável”, como se observa no CD Belo Sertão, ou “aquele que se diz superior”, tal como se vê em “Outra visão, outro Sertão”. Aí se estabelece um modo de dizer visivelmente preocupado com o olhar advindo de outras paragens, olhar que fere e incomoda; um modo de dizer que constitui como marcação e enfrentamento ao que se diz/disse sobre o Semiárido, e que foge ao que prega o discurso da convivência. Um modo de dizer que se oferece, portanto, como nova linguagem para a região, para o país e para o mundo e que, enquanto objeto de uma luta política, está posto em combate para por um fim ao que ameaça, ao que obstaculiza o modelo de desenvolvimento proposto por essas instituições; também para rebater, desmentir, assinalar equívocos, reconhecer proposições verdadeiras e falsas, para enunciar um Semiárido autêntico e verdadeiro.

Imagens e textos desenhavam um Semiárido eminentemente rural. Um Semiárido que não dá a ver a imponentia de grandes edificações humanas, que não faz ouvir o barulho dos carros, nem o trabalho do homem ou das máquinas nas indústrias, nem a sonoridade do vaivém de pessoas nas feiras, ruas e/ou avenidas que sediam o comércio – a conversar, a negociar, a pechinchar, a fofocar... Um Semiárido silencioso, cuja paz e tranquilidade – características de um lugar que dá ao cansaço um descanso sereno – se veem ameaçadas pela modernização que instaura rupturas não quistas pelo barulho das motos que se sobrepõe e oculta o canto dos vaqueiros, pelos “modelos globais” de desenvolvimento que fortemente se impõem sem que as potencialidades locais sejam consideradas.

As referências à cidade são bastante pontuais e encontradas, especificamente, nos cordéis da ASA e no CD Belo Sertão: ela é o lugar do desperdício d’água, é onde se multiplicam os templos de celebração da cultura sertaneja – espaço que alberga as bandas musicais dos mais variados ritmos, ou aquele que sedia “as feiras típicas, as lojas, as bodegas especializadas em vender comida nordestina”, bem como os espaços culturais comunitários que possibilitam “o reencontro das pessoas com a sua identidade, sua música, sua dança, suas comidas” –, e, ainda, o espaço constituído por bairros e favelas como “extensão de certos

povoados ou pequenos municípios do Sertão”. A cidade é quase sempre um lugar distante, um lugar fora do Sertão, mas que é capaz de congrega espaços, ritmos e sabores que evocam o mundo do Sertão, que é capaz de fazer os indivíduos recordarem/reviverem a sua cultura.

A enunciação de um sertão cheio de belas paisagens, de abundância de riquezas diversas, de todos o mais rico do mundo, de um povo cheio de fé e determinação, sábio e corajoso constitui um funcionamento discursivo pela busca de nós mesmos. Com imagens e textos que organizam essa visibilidade e essa dizibilidade a propósito do Semiárido, o discurso da convivência pretende instituir uma nova ordem: para ancorar olhares e interpretações, para servir de fundamento ao que se diz sobre o Semiárido, bem como ao reconhecimento de sua identidade pelos “seus” ou pelos de “fora”. Há, portanto, vontades de poder nesses modos de dizer que se exprimem no âmbito de uma disputa, enunciada no/pelo discurso da convivência e que se perfila em torno da produção/afirmação de uma identidade capaz de reconhecer o Semiárido a partir de sabores, ritmos, sonoridades, práticas religiosas, e características naturais de um espaço geográfico. Os cordéis e a música, dentro da estratégia política na qual foram pensados, constituem um lugar de acesso a esse Semiárido que se dá a conhecer; funcionam como uma espécie de documento de identificação a partir do qual os sujeitos – primeiramente aqueles a quem essas materialidades foram destinadas e depois todos os outros habitantes do Semiárido que tiverem acesso a elas, seja pela leitura dos textos e versos, seja pelo olhar que sobrevoa as imagens ou pela escuta que apreende as canções – devem reconhecer a si mesmos, reconhecer o seu lugar de origem, reconhecer a sua cultura. É também um documento de identificação para os que são de “fora”, para que estes reconheçam o “verdadeiro” sertanejo, o “verdadeiro” Semiárido, a “verdadeira” cultura sertaneja – o discurso da convivência produz um Semiárido para funcionar até mesmo fora de suas fronteiras.

4.2. De como fazer a convivência: receitas para um belo Sertão

Como se vê, conviver com o Semiárido não é sinônimo de conviver com a seca. Os conteúdos da convivência transbordam a relação do homem com a semiaridez e revelam outras questões, muito embora esta relação, como mostrarei, apareça assinalada de forma recorrente no discurso da convivência. Os modos dizer o Semiárido, o sertanejo e sua “cultura”, (im)postos pelo/no discurso da convivência para serem apreendidos e repercutidos

pelo público leitor, também se revelam como conteúdos que elucidam a convivência: conviver com o Semiárido significa também assumir uma identidade cultural - reconhecer-se sertanejo, com todos aqueles atributos que vimos na seção anterior, e parte de uma cultura constituída de talentos humanos, religiosidade, música, festa, etc.. Nesse sentido, os cordéis e o CD Belo Sertão se esforçam para dar a ver essa identidade, para constituir um saber que deve ser difundido sobre o Semiárido, sua gente, sua história. A meu ver, eles são ao mesmo tempo produto e produtores de uma cultura de convivência: produto porque respondem a estratégias políticas institucionais, tal como busquei mostrar no segundo capítulo, e produtores, porque eles mesmos hospedam os enunciados que fazem funcionar o discurso da convivência e tudo o que este institui. Aqui utilizo a palavra cultura no sentido estabelecido por Foucault (2006: 220) como “uma organização hierárquica de valores, acessível a todos, mas também ocasião de um mecanismo de seleção e de exclusão” que “solicita do indivíduo condutas regradas, dispendiosas, sacrificais, que polarizam toda a vida” e cujo acesso – a organização desses valores e aos próprios valores – se dá por meio de “técnicas regradas, refletidas e de um conjunto de elementos que constituem um saber”. Obviamente, a análise histórica do discurso da convivência nos permite pensar que essa cultura encontra seu suporte histórico em maneiras de fazer, tipos e modalidades de experiência que antecedem o próprio discurso da convivência – o que não apaga a singularidade de seu aparecimento nesse discurso, nem desmancha a sombra da descontinuidade sobre a qual ela está posta e pela qual é constantemente justificada. No entanto, não é sobre a evolução das práticas de convivência que quero tratar.

Desde o segundo capítulo parece claro que a convivência e seus conteúdos se descortinam como algo a ser ensinado. Trata-se de um saber direcionado, de uma linguagem específica elaborada para ser disseminada. Uma linguagem que não esconde: é necessário saber para conviver com o Semiárido; é necessário conhecer o Semiárido, sua gente, sua história, sua cultura – é isso que tenho tentado mostrar até agora. Mas só isso não basta! É preciso saber mais! Os sentidos da convivência também são alinhavados, se completam ou se complementam, em modos de fazer que, ao lado dos modos de dizer, buscam estabelecer relações do indivíduo consigo mesmo, do indivíduo com a sociedade, do indivíduo com o Semiárido (espaço, lugar, território, paisagem), no/do passado, presente ou futuro, tal como o presente o inventa. Tudo isso se revela como condições de formação do sujeito para o acesso à verdade – a verdade do discurso da convivência. Apreender os saberes da convivência torna-se algo necessário e salutar para uma relação feliz e harmoniosa, do homem com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo; torna-se também o caminho para a aquisição de uma

conduta correta, virtuosa. Esses saberes fixam regras, modos de dizer e de fazer, para serem observadas e por meio das quais os indivíduos devem orientar as suas ações e pensamentos; regras que inclusive estabelecem do que o olhar deve se desviar em favor da convivência.

“Conviver com o Semi-árido/ é possível e viável” de que maneira? A ASA preconiza: nem açudagem, nem adutora, nem “transposição” do rio São Francisco, o correto é “ensinar a conviver com a seca”, guardando a água da chuva nas cisternas de placas que devem ser construídas no quintal de casa. A cisterna de placas é, portanto, uma “estratégia” da ASA para promover a convivência com a seca: “é dessa água da chuva/ fazer a captação/ numa cisterna de placas/ guardar pra outra estação”. Enunciada como benção para o Sertão, cada cisterna apresenta um custo de, em média, R\$ 1,4 mil - “equivale a duas vacas” nas palavras de José Rogaciano – e a capacidade de armazenamento dessa tecnologia social é de 16 mil litros para o aproveitamento da água da chuva: uma quantidade que se acredita ser suficiente para uma família de até sete pessoas beber, cozinhar e escovar os dentes durante o período agudo da seca, normalmente oito meses (Cf. Cisternas /MDS: s/d: p. 06). Cisternas para matar a sede, com a garantia de água de qualidade – sinônimo de boa saúde para as crianças, para a família, para “o povo que vive pampo”; cisternas no quintal de casa para diminuir distâncias, evitar longas caminhadas, para fazer desaparecer a cena das mulheres a equilibrar a lata d’água na cabeça, para aproximar o homem da boa água acabando com o cansaço que não dá trégua a “quem carrega estacas/ e anda quase uma légua/ pra pegar água em açude”.¹²⁹

No embalo do CD Belo Sertão, guardar a água é “segredo para conviver bem com semi-árido”. “Água de chuva” é a canção que oferece esse novo ingrediente à relação do homem com a semiaridez:

*Colher a água
Reter a água
Guardar a água
Quando a chuva cai do céu
Guardar em casa
Também no chão
E ter a água se vier a precisão.*

*No pé da casa você faz sua cisterna
E guarda a água que o céu lhe enviou
É dom de Deus, é água limpa, é coisa linda
Todo idoso, o menino e a menina
Podem beber que é água pura e cristalina.*

*Você ainda vai lembra dos passarinhos
E dos bichinhos que precisam de beber
São dons de Deus, nossos irmãos, nossos vizinhos
Fazendo isso honrará a São Francisco,
A Ibiapina, Conselheiro e Padre Cícero.*

¹²⁹Ver cordéis: “Convivência com o Semi-árido” e “Cisterna de placas: importância e cuidados”.

*Você ainda vai lembrar que a seca volta
E vai lembrar do velho dito popular
É bem melhor se prevenir que remediar
Zeze os barreiros, os açudes e as aguadas
Não desperdice sequer uma gota d'água*

Como se vê, as cisternas não são necessariamente resposta a um problema sempre presente ou a marca inalterável de uma contínua e trágica realidade. Elas são um modo de prevenção para quando a seca vier e também “vier a precisão”. A construção de cisternas torna-se uma maneira de, no tempo presente, os homens se armarem contra a já conhecida praga do passado – a seca – que o futuro pode trazer consigo; como que um modo de preparar a casa para a visita que ainda não chegou. A água colhida, retida, guardada nas cisternas, além de materialidade visível posta ao lado das casas para sanar necessidades básicas do cotidiano das pessoas, é também monumento que faz lembrar a importância de seu uso responsável, numa atitude contra o seu desperdício; faz lembrar também do perigo iminente, do rosto aterrorizante e ameaçador da “seca que volta”.

Com as cisternas, a paisagem domiciliar se altera. Elas são um novo adereço que se oferece ao olhar. O telhado ganha uma calha por onde a água da chuva escorre até passar pelo cano de PVC e ser depositada no tanque, o que revela um processo de armazenamento de água bem simples. Depois do programa de construção de cisternas, que ainda vem sendo desenvolvido pela ASA, tornou-se cada vez mais comum encontrar essa nova configuração domiciliar nos espaços rurais do Semiárido Brasileiro. E, conseqüentemente, a imagem da casa com a cisterna do lado tornou-se emblemática do Semiárido que convive com a seca.

A construção das cisternas não deve ser feita de qualquer jeito. Como sugere o cordel, “Cisterna de placas: importância e cuidados”, ela precisa de organização e os pedreiros precisam de capacitação. A cisterna não pode ser construída em qualquer local: deve ficar longe “de lixo e fossas”, e “longe de curral de gado” também. A sua utilidade depende se “é bem feita e caprichada”; todo o material utilizado na construção deve ser de qualidade, “principalmente o cimento”; os pedreiros devem “obedecer” todas as orientações dadas ao longo da formação oferecida para a construção da cisterna, “e tem por obrigação/ dar a cisterna pintada/ com tampa, bica e sifão”; as paredes devem ser molhadas durante dois a três dias para não se correr o risco de aparecer rachaduras e pra que o cimento possa “bem secar”; deve-se sempre manter água no tanque para que o cimento possa ir se acostumando. É preciso também limpar a cisterna e na primeira chuva, o cano deve estar desconectado da calha para que essa água não escorra para o tanque – essa primeira água deve servir apenas para lavar o

telhado. A qualidade da água das cisternas não deve dispensar outros cuidados como a sua filtragem e tratamento.

O cordel “Convivência com o Semi-árido” é o que mais exprime práticas de convivência, além da construção da cisterna de placas. Também é assinalada a eficácia da barragem subterrânea, do barreiro de trincheira e das mandalas para o armazenamento de água¹³⁰: maneiras de guardar água para plantar, “produzir “feijão, mandioca e uva”, e para saciar a sede dos animais. Também é indicado: fazer microbacias para melhorar o microclima, fazer o feno e estocar alimentos em silo para os animais, guardar grãos e sementes pra comer e plantar; preservar o solo deixando-o “sempre coberto”, deixando árvores no roçado e não queimando a matéria orgânica, usando técnicas de conservação a exemplo da “curva de nível, muretas/ [e] valetas de retenção”, e por meio da plantação de árvores para reduzir a desertificação (“corte uma e plante dez/ árvores pra reflorestar”); orienta-se a plantar árvores resistentes (palma forrageira, algaroba e juazeiro, angico e aroeira, umbu e ciriguela, sabiá, caju e mangueira) e a usar calda de nim¹³¹ pra controlar os insetos (“carrapato ou mucuim,/ lagarta e mosca do chifre/ e verme de bacurim”); deve-se preservar os recursos naturais e desenvolver “uma agricultura sadia”, dita “agroecológica”; deve-se estruturar novas relações de gênero dentro das quais o trabalho feminino precisa ser valorizado; os jovens precisam de emprego e o idoso, ser respeitado; a natureza deve ser tratada com cuidado e os seus recursos tratados “de forma mais responsável” e de “maneira sustentável”. A vida com dignidade no Semiárido, depende ainda de que o povo tenha acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, acesso a saneamento básico, habitação e lazer.

Um contexto de segurança alimentar no Semiárido, tal como se apresenta no cordel “Segurança Alimentar”, só pode ser configurado na medida em que a reforma agrária seja

¹³⁰Essas tecnologias têm sido definidas dessa maneira: 1) a barragem subterrânea conserva a água de chuva infiltrada no subsolo nas áreas de baixios, fundos de vales e áreas de escoamento das águas de chuva, mediante uma barragem em profundidade cavada até a camada impermeável do solo. Ela tem um grande impacto sobre a estabilidade do sistema produtivo, aumentando a resistência em períodos de seca, quando a área da barragem parece uma ilha verde no meio da caatinga seca. Ela garante a autonomia no que se refere à alimentação, permite a criação de um número maior de animais e diminui a dependência de insumos externos. 2) O barreiros de trincheira são tanques profundos e estreitos, cavados em subsolo cristalino com um ou mais compartimentos e de mais de três metros de profundidade, com fundo e parede de pedra (piçarra), que não deixa a água se infiltrar. Pequenas valetas são construídas para direcionar a água de enxurradas para esses compartimentos. É aconselhado fazer pequenas barreiras de pedras dentro do desvio da água para reter a areia. Por ser estreito e fundo sua superfície de evaporação é menor. O Barreiro-trincheira armazena água para os animais e para irrigação de um “quintal produtivo” de verduras. 3) A mandala é uma cisterna de irrigação circular de baixo custo que facilita a produção de alimentos de subsistência. No caso da experiência empreendida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida – PB, o projeto Mandala objetiva desenvolver um modelo de agricultura familiar baseado no empreendedorismo e na cultura da cooperação que atenda às necessidades locais. A metodologia também busca promover o desenvolvimento local, integrado e sustentável.

¹³¹É um extrato, à base de folhas ou sementes de NIM, considerado um protetor natural contra pragas e doenças de plantas e animais domésticos. In: <http://www.esplar.org.br/produtos/nim3.htm>. Acesso em: 28 fev. 2012.

empreendida, a agricultura familiar seja valorizada e fortalecida e que haja também distribuição de renda. A agricultura deve ser diversificada, e no rol das atividades que precisam ser estimuladas estão: os bancos de sementes, a apicultura, a horticultura, a criação de galinhas, as casas de farinha, os engenhos de rapadura e o processamento de raízes, folhas e frutos. Na agricultura deve-se valorizar: o milho e o feijão, a fava e o gergelim, a mamona e o algodão. Também é indicado o que se deve comer: pamonha, fubá, canjica, “mucunzá”, baião-de-dois com pequi, torresmo e carne de porco, doce de buriti, mel de abelha, ovo de galinha, leite de cabra e o queijo que pode ser com ele produzido, azeite e urucum, “acarajé da Bahia”, mão-de-vaca e vatapá, jerimum e melancia, “...rapadura,/ tapioca e coalhada,/ capote, frango e peru,/ cuscuz, farofa e angu,/ carne de bode e buchada”. No discurso da convivência, esse é o preferível cardápio. Como se esses sabores aguçassem o paladar de todos os autênticos sertanejos, na mesma medida. Os sujeitos são exortados a dizer não aos “alimentos transgênicos” e a evitar “comida enlatada”/“produtos industrializados” em favor da convivência.

Nesse cordel, percebe-se que o discurso da convivência congrega ideias também defendidas no âmbito do movimento pela segurança alimentar no Brasil, encabeçado pelos conselhos de segurança alimentar desde o início da década de 1990. Os conselhos de segurança alimentar atuam no Brasil – na esfera municipal, estadual e nacional – propondo, discutindo e controlando a ação do Estado na elaboração e execução das políticas públicas voltadas à questão da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação –, questões que passaram a ser efetivamente encaradas, há alguns anos, como política social do governo e direito intrínseco a todas as pessoas. Essa atuação compreende ainda a articulação com os diversos setores sociais representados nos conselhos, através da realização de oficinas, seminários e conferências nos estados e das conferências nacionais, que se tornaram espaços propícios à discussão e construção das diretrizes orientadoras da política nacional de segurança alimentar. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) foi criado por decreto¹³², atendendo reivindicações da sociedade civil, no governo Itamar Franco. Em 1994 realizou-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar com o tema “Fome: uma questão nacional”, onde se discutiu, entre outras temáticas, o conceito de segurança alimentar, o processo de construção da cidadania e de uma nova relação Estado/sociedade com base na articulação das múltiplas ações provenientes dessas duas esferas. Nesse momento, o objetivo principal do CONSEA era diagnosticar e enfrentar os problemas causadores da fome no país,

¹³²Cf. Decreto Nº 807, de 22 de abril de 1993. In: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1/decretos1/1993#content>. Acesso em: 10 fev. 2012.

a partir da construção de uma política nacional de segurança alimentar. No ano seguinte, já no governo Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi desativado e só voltou a atuar novamente em 2003, no governo Lula, quando foi regulamentado. Em 2004, o CONSEA realizou a sua segunda conferência nacional. Nessa ocasião, discutiu-se e aprovou-se uma série de proposições com o objetivo de subsidiar a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre elas, a criação de uma Lei Orgânica que instituísse um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Em 2006, entrou em vigor a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei n.11.346/2006), visando “assegurar o direito humano à alimentação adequada” por meio da articulação entre poder público e sociedade civil organizada na proposição e implementação de políticas, programas e ações. De acordo com o artigo 3º dessa lei:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A dimensão antropológica, política e econômica impressa nesse conceito revelam que a garantia da segurança alimentar a todas as pessoas deve ser viabilizada a partir do reconhecimento das necessidades humanas e por meio de práticas políticas e econômicas que priorizem o atendimento às demandas sociais e que estejam perpassadas pela ideia de sustentabilidade. O discurso da convivência exibe esse mesmo modo de pensar.

O Relatório Final da III Conferência Nacional - *Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*, realizada em 2007, registrou alguns acontecimentos considerados como avanços nessa empreitada do CONSEA, entre eles, ações “inovadoras”, como o Programa 1 milhão de cisternas:

incorporação política da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada na agenda pública no Brasil, com a recriação e consolidação dos Conseas a partir de 2003, a própria realização das Conferências e a progressiva apropriação das diferentes dimensões de soberania e segurança alimentar e nutricional pelas redes, articulações, fóruns e movimentos sociais. Vários indicadores mostram ter havido redução na pobreza e nos índices de fome e desnutrição, com melhoria no acesso à alimentação, para o quê foram fundamentais as políticas sociais de transferência de renda e proteção social – Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada ou BPC e previdência rural – a recuperação do emprego e do valor do salário mínimo, entre outros. No campo da produção, ações importantes de apoio à agricultura familiar, agroextrativismo e pesca foram implementadas, com destaque para a expansão do PRONAF e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Igualmente importante tem sido a reorientação e ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, bem como a retomada da Política Nacional de Alimentação e Nutrição. A incorporação do enfoque da segurança alimentar e nutricional contribuiu para a integração ainda incipiente entre ações e programas na direção da intersetorialidade. É crescente também a participação da sociedade civil na

construção da política e na implementação de ações inovadoras tais como o Programa 1 Milhão de Cisternas e de Convivência com o Semiárido (CONSEA: 2007, p.13).

O grande desafio dessa terceira conferência era consolidar a construção do Sisan. Contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento assentado no pensamento econômico neoliberal que sobrepõe os interesses das grandes empresas aos da maioria da população, as propostas aprovadas nesta conferência imprimem a ideia de que o crescimento econômico deve estar subordinado a prioridades sociais e de sustentabilidade ambiental. Defendeu-se, entre outras coisas, o fortalecimento do Estado frente à distribuição de riquezas e a preservação do ambiente, a integração dos programas e ações de segurança alimentar e nutricional, a realização de uma ampla e imediata reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, o comprometimento do Estado com a promoção da saúde e a alimentação adequada, o fortalecimento dos instrumentos de controle social (conselhos, órgãos de fiscalização de alimentos e de vigilância nutricional, entre outros), acesso à água de qualidade e ampliação dos processos de captação de água das chuvas para consumo humano e para a produção no Semiárido Brasileiro.

Observe-se que muitas dessas questões são apontadas também no/pelo discurso da convivência. Vale assinalar que, nesse cordel, o “governo” também é conclamado a participar da configuração de um contexto de segurança alimentar no país e no Semiárido: “... É dever da União/ manter com alimentação/ a nação sempre nutrida”, “... o governo/ tem muito que incentivar/ investir sem medo, na/ agricultura familiar/ e a produção local/ que tem função social/ tem que privilegiar”, “Pra acabar com a fome/ Nesse Brasil desigual/ é preciso que o governo/ invista no social/ lembrar de seu compromisso/ com o povo, e não ser omissor/ ser menos neoliberal”.¹³³

Outro tema trabalhado pelo discurso da convivência, como já se viu em outros momentos deste trabalho, é a “transposição do São Francisco”. Volto a falar sobre essa questão para, a partir dela, diagnosticar mais algumas receitas de convivência. O Projeto de Transposição do Rio São Francisco é um empreendimento de infraestrutura hídrica do governo federal, considerado por este como uma obra sustentável, que vai integrar a bacia do Rio São Francisco às bacias dos rios intermitentes do Semi-Árido do Nordeste Setentrional – do qual fazem parte os estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Como se percebe, é o deslocamento de águas de uma região semiárida para outra.

¹³³Cf. Cordel “Segurança Alimentar”, p. 6;13.

O argumento maior dos que defendem a execução do projeto é a necessidade de garantir o acesso à água para 12 milhões de pessoas que moram no Semiárido Brasileiro. A sustentabilidade da região semiárida somente será exequível quando a água tornar-se um produto presente em todos os momentos, independente da ocorrência de chuvas. Essa corrente entende ainda a sustentabilidade e a convivência pelo viés eminentemente econômico, ou seja, assegurada a produção, através da monocultura irrigada, serão garantidos, também, emprego e renda para toda a população. O volume de água a ser retirado do rio São Francisco é de 24,6 metros cúbicos por segundo (m^3/s) e o destino final da água deve ser o abastecimento local e a pequena irrigação, aquela de iniciativa dos próprios agricultores. Esse projeto tem sido alvo de críticas constantes no que diz respeito à sua viabilidade e aos seus reais propósitos.

Nesse sentido, diversos grupos religiosos, movimentos sociais e entidades de apoio se mobilizaram exigindo o cancelamento da transposição do rio São Francisco e a adoção de outro modelo de desenvolvimento e outra prática participativa e democrática nas decisões que dizem respeito aos bens da natureza e ao trato do dinheiro público. Entre outras coisas, questionou-se, sobretudo: o fato de não ter sido feito nenhum estudo de impacto ambiental na calha do rio São Francisco, quem serão os mais beneficiados com essa obra pública, e a própria lógica do projeto que, segundo esses movimentos contrários, está bem distante da lógica de “convivência com o Semiárido” e que induz a pensar um Semiárido com déficit hídrico quando, na verdade, esse déficit inexistente. Argumentou-se que o problema dessa região não é necessariamente a falta de água, e sim o seu mau gerenciamento e acredita-se que os maiores beneficiados com esse volume de água deslocado serão os empresários do agronegócio com seus grandes projetos de irrigação.

Para muitos críticos, e é isto que se observa também no cordel “A Peleja do Velho Chico contra o vampiro da transposição”, o projeto de transposição representa a reedição da política conservadora de implantação de grandes obras hídricas que, tradicionalmente, alimentaram as chaminés da indústria da seca. O argumento de que as águas do São Francisco beneficiarão as populações menos favorecidas e que mais sofrem com as frequentes estiagens escamoteia interesses não explícitos de grandes grupos econômicos que defendem o projeto como alternativa para o desenvolvimento da monocultura de irrigação, sobretudo a fruticultura, voltada para a exportação, e não para o desenvolvimento de uma agricultura produtora de alimentos e capaz de amenizar os efeitos da fome que predomina no Semiárido Brasileiro. Em meio a essas e tantas outras dúvidas que o projeto suscitou, diversos segmentos sociais conceberam a Transposição como sendo um projeto inviável, apontando a convivência com o Semiárido como a solução para os problemas dos habitantes dessa região.

(...)

E a idéia central
Da grande transposição
Das águas do São Francisco
Quem quer sua execução
Diz que vai salvar a vida
Do povo deste sertão.

Porém, a coisa é mais séria
Não basta a água jorrar
E ser mal aproveitada
Sem potencializar
Seu uso, sua gestão
Pra nova vida gerar.

O agricultor pequeno
Produtor familiar
Neste sistema é vítima
De exploração secular
O grande se apropria
Do que o pobre plantar.

É melhor mudar o disco
Deixar de demagogia
Das riquezas naturais
O grande se apropria
A terra, o crédito e a água
O pequeno só “espia”.

Digo isso com razão
Pois todo grande projeto
Que é feito no Brasil
O rico lucra direto
Enquanto que para o pobre
Sobra a lama e o dejetos.

O ministro, o presidente
Querem a transposição
Justificam que é importante
Para nossa região
Das bacias hidrográficas
Fazer interligação.

Ninguém agüenta mais
Projetos sem dimensão
Que agride o ambiente
Desmatamento, erosão
A quem interessa mesmo
Fazer a transposição?

É certo questionar
Quem usará esta água
Tirada do São Francisco
Em outro canal deságua
Populações ribeirinhas
Sem ela sentirão mágoa.

Eu estou desconfiado
Portanto, não fico omissos
As riquezas produzidas

Dizem que a região
É seca e só tem miséria
Porque não existe água
Correndo nesta artéria
Só com a transposição
resolveria a matéria.

Trazer água pra irrigar
E produzir veneno
Frutas para exportação
Degradar o solo ameno
Não muda a vida do povo.
E esta prática eu condeno.

E não vai adiantar
As águas do São Francisco
Correndo pelo Sertão
Fazendo na terra um risco
O pobre não pode usar
Desta água nem um “trisco”.

Se acontecer um dia
Essa tal transposição
Do sofrido velho Chico
Vítima de degradação
Os ricos se aproveitam
Pra fazer exploração.

Cimento, cal e concreto
Muito dinheiro presente
Nas tais obras faraônicas
Onde o povo fica ausente
Sem falar na agressão
Ao nosso meio ambiente.

Acham ser a solução
Para os problemas gerais
Dizendo que causaria
Transformações sociais
Porém, pouco se discute
Impactos ambientais.

Projetos de irrigação
Com muita água a jorrar
Existem pelo Nordeste
Produção para exportar
Mas, o povo continua
Numa miséria sem par.

Hoje no Brasil a água
É produto de mercado
Qualquer recurso existente
É logo privatizado
Poder, riqueza e renda
É por alguém concentrado

E os empresários nisso
Fazem da sua maneira
Quem lucra com grandes obras

Já tem o seu compromisso:
As mesmas grandes empresas
É quem lucrarão com isso.

É construtora e empreiteira
E o povo continua
com fome na ribanceira.¹³⁴

A “transposição” é enunciada como desnecessária e as receitas de convivência se impõem: guardar a água da chuva em tanques e cisternas, usar racionalmente os recursos naturais, potencializar o uso e a gestão da água, aproveitar a “água de tantos açudes/ que enchem até sangrar/ e toda água sem uso/ perto de salinizar” para desenvolver a região, “investir na construção/ de cisternas e barreiros e barragens sucessivas” para democratizar a água, implantar ações locais “com compromisso político”; aproveitar “os açudes existentes/ grandes, médios e pequenos” para desenvolver a piscicultura (“criar peixes variados/ para a geração futura”) e “para cultivar vazantes/ com plantações diferentes”; plantar “batata doce e fruteiras,/ hortaliças melancia,/ feijão pra vender nas feiras/ e na revência capins/ para as vacas leiteiras”; “fazer fartura/ com pequena irrigação/ com cautela, com cuidado/ usando micro-aspersão/ ou manejando a água/ com o uso de um sifão”; em lugar da “transposição”, pensar na revitalização do Rio São Francisco; combater a concentração de água, de riqueza e de terra; o povo deve se organizar e lutar por seus direitos com vistas à sua autonomia.¹³⁵

No cordel “Elas e Eles: direitos e deveres”, os “leitores e leitoras” são convidados a refletir sobre a relação entre homem e mulher. Nessa reflexão, vê-se o esforço de desnaturalizar a desigualdade que atravessa essa relação expondo as suas raízes históricas, escolhendo para ela um marco de origem (“Desde o ‘descobrimento’/ período colonial/ o nosso país foi sempre/ injusto e desigual/ construiu-se relações/ de muitas contradições/ na formação social); afirmando que a própria sociedade “criou representações e inventou diferenças” oferecendo as condições para que tal relação se desenvolvesse. Instituiu-se que é tarefa da mulher e não é coisa de homem: varrer casa, cozinhar e lavar a louça. Diz-se que, na sociedade capitalista, “o menino é ensinado/ a não chorar haja vista/ que só mulher é quem chora/ engole o choro na hora/ numa atitude machista”; a proposição de que “boneca é para menina, menino brinca de bola” é a repercussão do machismo ensinado na família e na escola. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, essa reflexão se alinha ao pensamento bíblico sobre o surgimento da espécie humana e reproduz uma concepção ideal acerca dessa relação – homem e mulher, obras de Deus, teriam sido feitos “para viver em união/ no amor na unidade”. A desigualdade que agora marca essa relação pode ser entendida, portanto, como rebeldia humana que caminha na contramão da instituição divina; a imposição da convivência seria

¹³⁴Cf. Cordel “A Peleja do Velho Chico contra o vampiro da transposição”, p.5-14.

¹³⁵ Cf. Cordel “A Peleja do Velho Chico contra o vampiro da transposição”.

uma tentativa de restabelecer a união original, esgarçada pela passagem do tempo e pelo desvio de conduta da espécie humana. No âmbito dessa relação, a mulher é sempre a vítima, a explorada, a discriminada – pelo homem ou pelo sistema capitalista dito injusto por privilegiar o sexo masculino. O cordel também considera algumas “conquistas” femininas:

Hoje tem mulher prefeita
Juíza e policial
Engenheira e cientista
E médica no hospital
Empresária e professora
Deputada e senadora
No congresso nacional

Mulheres ganhando espaço
Em todo empreendimento
Mas essa grande conquista
Não tem reconhecimento
Ainda há preconceito
Discriminação tem jeito?
É esse o comportamento.¹³⁶

No entanto, “tudo o que foi conquistado/ não é o suficiente”, diz o cordel. Buscando diluir essa desigualdade, o discurso da convivência ensina que a mulher não deve ser discriminada, não deve ser explorada em seu trabalho; ensina que o homem deve ajudar “a companheira na dura luta diária”, acompanhá-la na feira, ficar com ela nos domingos e feriados ao invés de ficar “batendo a asa” ou ficar no bar “embriagado”; que o homem, quando sair, deve “ter hora pra voltar”, para não deixar a mulher sozinha em sua labuta. Os homens devem também cuidar dos filhos e realizar tarefas domésticas. A mulher, tal como o homem, também deve ter acesso a “terra, crédito e assessoria”, deve ocupar espaços na política e no mercado de trabalho. A mulher deve cuidar da saúde: “... ir à médica/ para poder evitar doenças indesejáveis/ e também deve marcar/ a prevenção o pré-natal”. Ela ainda “tem o direito/ de ir à reunião/ participar ativamente/ da sua associação/ questionar fazer crítica/ se engajar na política/ fazer organização”. A convivência com o Semiárido pressupõe a existência de “mulheres empoderadas”.¹³⁷

Trata-se de orientações para a vida prática que se impõem como garantia de felicidade e bem-estar ao mesmo tempo em que desqualificam todo um conjunto de práticas humanas aparentemente recorrentes no Semiárido Brasileiro. Quando da proposição da convivência com o Semiárido preconiza-se: “... cuidado ao brocar/ não faça tantas queimadas e evite desmatar”.¹³⁸ Num outro momento, a exortação é mais severa e contundente: “...Se a gente continuar/ desmatando e queimando/ a terra vai se acabar/ o herbicida no solo/ vai tudo envenenar // E o povo vai se lascar/ doente, se envenenando/ com tanto inseticida/ e a terra, o pão negando...”¹³⁹. O discurso da convivência fala contra a miséria e a poluição, o desmatamento e a desertificação, o desperdício de comida e a má distribuição de alimentos, o

¹³⁶Cf. Cordel “Elas e Eles: direitos e deveres”, p. 20.

¹³⁷Cf. Cordel “Elas e Eles: direitos e deveres”.

¹³⁸Cf. Cordel “Convivência com o Semi-árido”, p. 10.

¹³⁹Cf. Cordel “Convivência com o Semi-árido”, p. 11-12.

consumismo da sociedade contemporânea, dito “desenfreado”; fala contra o sistema neoliberal, responsabilizado pela “insegurança alimentar, econômica ou social”, pela “exploração, injustiça, violência e cobiça” que pairam sobre o mundo, e contra o sistema capitalista (“abaixo o capitalismo/ o nosso grande inimigo”); se impõe contra a influência da mídia, responsabilizada pela “preocupante mudança de hábito alimentar” – “Porque a televisão/Mostra um desenho bonito/ D’uma pipoca num saco,/Uma bala, um pirulito/ E a criança coitadinha/ Troca um ovo de galinha/ Por esse tal de xilito”; se impõe contra os transgênicos porque “ameaçam a segurança alimentar”, porque são “um perigo”, “podem causar alergia”, porque com elas “...as multinacionais/ só querem mesmo é lucrar/ produzem inseticida;/ a semente e a vida elas querem controlar”; se impõe contra a “transposição do São Francisco”; contra a discriminação da mulher, a exploração e desvalorização de seu trabalho.¹⁴⁰

Em “O Paradigma das Oportunidades”, as receitas compreendem o próprio paradigma institucional e mais revelam o projeto do INSA para fomentar a convivência e o desenvolvimento regional: trabalhar em parceria – deve-se unir ONGs, governo, ciência e sociedade, “todos” são convocados a fazer “um milagre no Sertão”; mobilizar talentos humanos, mapear as riquezas da região, promover o “desenvolvimento humano” e sustentável, aproveitar os recursos naturais, desenvolver a agroindústria, criar um fórum para a construção de “ideias e políticas”, desenvolver a pós-graduação em nível de doutorado, fomentar uma educação contextualizada (“A educação no contexto/ Do Sertão é diferente/ Não interessa a resposta/ Criada longe da gente/ Só interessa a pergunta/ Pensada por nós somente”, “Esta educação ensina/ Que não há superiores/ Pois todos temos talento/ Não somos inferiores/ Somos todos estudantes/ Todos somos professores”), criar um museu vivo e ter um observatório no Semiárido, juntar saber científico e saber popular. Como se vê, o cordel repercute o paradigma para o desenvolvimento do Semiárido apresentado no primeiro Plano Diretor do INSA, sobre o qual falei no segundo capítulo deste trabalho. Esse paradigma se impõe contra o assistencialismo definido como “política compensatória, paliativo, emergência”; contra o sertanejo pedinte e subserviente (“Basta de pires na mão/ E de cabeça curvada; Chega de ouvir promessas/ E de história mal contada/ Pela subserviência/ Não conseguiremos nada”); contra as pseudossoluções, (“açudagem capenga”, “irrigação sofrível”); contra a esmola “que mata de vergonha ou vicia o cidadão”, tal como escreveu Zé

¹⁴⁰Ver cordéis da ASA.

Dantas. É um discurso construído pelo INSA, com práticas – algumas delas – que se impõem à própria instituição.

Em “Outra Visão, outro Sertão”, as receitas de convivência já aparecem nos “Primeiros passos” dados pelo INSA: criação de uma rede para combater a desertificação e outra para desenvolver a agroindústria, apoio a uma “nova educação para a qual o contexto é referência”, a proposição de uma “nova institucionalidade” para o Semiárido, desenvolvimento de pesquisas para o conhecimento da flora e fauna regional e do bioma Caatinga, incentivo à formação de especialistas e doutores na região e criação de espaços para a difusão de conhecimentos. Os feitos são citados sem maiores explicações. Feitos para combater “os modelos globais”, aqueles que desconsideram as especificidades do Semiárido e suas reais potencialidades; para combater o êxodo de inteligências para outras regiões do país, os programas e políticas “inspirados nas adversidades”, a indústria da seca, as frentes de emergência; para combater a desarticulação entre articulações que atuam na região; para fazer da semiaridez uma vantagem para o Semiárido.

As receitas continuam a ser apontadas na seção “Semiárido sonhado, a ser construído”¹⁴¹, desse mesmo cordel, quando da referência explícita ao “novo” contrato social que o segundo Plano Diretor do INSA propõe. Eis os ingredientes: 1) assumir “uma nova consciência” para promover dignidade, escrever nova página na história do Semiárido, instituir “um modo de vida solidário” e “uma vida de decência”, e com o sonho coletivo “construir uma nova trajetória”; 2) unir forças (“... Não teremos desculpas pro omissão/ Doravante o que vale para todos/ É somente atitude de serviço”, mas “Excluídos, jamais existirão”) para instituir o “novo modo de vida sertanejo” e “o real Semiárido que queremos”; 3) explorar o “poderoso” imaginário para conceber o futuro, “senhor das melhores esperanças” e onde repousa a concretização de todos os sonhos do tempo presente; 4) transformar a educação para formar “... construtores de caminhos/ inspirados no contexto do Sertão” e fomentar uma educação transformadora – à moda Paulo Freire; 5) fomentar o desenvolvimento de redes temáticas e a formação de espaços para a produção de saber e a formulação de políticas sociais; 6) produzir verdades relevantes para recriar o Sertão e instituir “nova lente cultural” e novo modo de ver essa região, para que as “falsas verdades” percam o poder de explicar o Semiárido, para que pessoas e não “coisas” sejam transformadas; 7) mobilizar os verdadeiros talentos humanos para mudar o Semiárido “com

¹⁴¹Cf. Cordel “Outra Visão, outro Sertão”, p. 18-24.

imaginação e compromisso”. Sete ingredientes para desenhar o rosto do novo Semiárido: “sem as manchas da máscara do passado” e “digno de aplausos verdadeiros”.

As lições nos chegam também do futuro que o INSA conta, do Semiárido ideal inscrito como modelo para que o presente o deseje, o busque, o materialize: aquele em que se dá importância aos minerais e as energias renováveis, em que o bioma Caatinga é bem cuidado e onde a irrigação “grassa em vales férteis”; o Semiárido de “diálogos frutíferos” entre os saberes científico e popular, das discussões gestadas no âmbito do Observatório, das políticas sociais formuladas no seio de um fórum social (“Onde o povo, amplamente consultado/ opinava marcando o resultado”); de gente unida e sem ganância – “Todos juntos, agindo como irmãos/ Eram simples e éticos cidadãos” – soberana e protagonista “com seus modos de vida sustentáveis”; o Semiárido de convivência harmoniosa em que “a meta não é ser desenvolvido/pois o ser, sobre o ter é preferido”, construído à custa de “emoção, paixão e compromisso”.¹⁴² Esse é o Semiárido que o presente tem o dever de antecipar.

Os discursos da convivência, na produção da ASA e do INSA, anunciam um Semiárido que tem urgência de ser construído, frente a uma série de questões sociais, culturais políticas, econômicas e ambientais que incomodam e inquietam indivíduos e instituições no tempo presente. Nesse sentido, esses discursos reproduzem a ideia de um grupo de pessoas dialogando, associando-se, reunindo esforços para aprender e praticar a convivência. Um grupo nem sempre harmonioso: temos uma convivência que toma forma em práticas, instituições e grupos, que ora se aproximam, conversam e se entendem ora se estranham e se excluem. Isso não significa que é somente no interior de um grupo, quero dizer quando se está vinculado a ASA ou ao INSA, que a convivência pode ser praticada. Os sujeitos são exortados a escutar o que essas instituições têm a dizer, a crer no que elas enunciam, a viver o que elas pregam, e a se juntar a elas na construção do novo Semiárido, mas as práticas e os saberes da convivência são endereçados/impostos de modo que passem a integrar a vivência das pessoas (em casa, na roça, na escola, num conversa, num debate etc.) e que sejam recrutados quando necessária for a sua utilização. Isso significa que a convivência deve acontecer mesmo longe dos olhares institucionais – aqueles que recorrentemente corrigem erros, endireitam o “caminho torto”, ceifam e jogam fora o que não dá frutos agradáveis. Nessa distância, os indivíduos sabedores que são dos ensinamentos da convivência, podem controlar uns aos outros e a si mesmos recordando o que pode e o que não pode; o que está certo, o que está errado.

¹⁴²Cf. Cordel “Outra Visão, Outro Sertão”, p. 25-38.

A convivência, com todas as exigências que esta impõe aos sujeitos, abre a possibilidade dessa construção. São saberes que precisam ser difundidos nos processos de formação desenvolvidos no âmbito do programa 1 milhão de cisternas, para os quais foram destinados os cordéis da ASA; nas escolas, como preconizam as duas instituições; nos cursos da RESAB e em programas de rádio, como sugere o CD Belo Sertão. Saberes que não apenas oferecem um vocabulário para falar do Semiárido, do sertanejo ou da cultura nordestina, mas também dispõem de todo um conjunto de orientações e de procedimentos por meio dos quais os sujeitos podem materializar a convivência: o que se pode plantar, o que se deve comer, como o homem deve se comportar com seu cônjuge e em que a mulher deve se ocupar, as tecnologias que podem ajudar nos períodos de seca, os empreendimentos que podem desenvolver o Semiárido, como o “sertanejo” deve ver a si mesmo e o Semiárido, como cuidar da natureza, qual a postura que se deve assumir frente a questões como a transposição das águas do São Francisco, etc..

A convivência, a difusão de seus saberes, torna-se um momento necessário e salutar na formação do indivíduo, como momento em que os olhos se abrem e percebem diante de si a escolha de um modo de vida. E como algo que deve ser apreendido e depois experimentado pelos sujeitos, demanda tempo, exige do sujeito a capacidade de assimilação e o cuidado para que os ensinamentos sejam observados à risca e não sejam distorcidos. Nesse sentido, a convivência assume a forma de uma atividade vigilante, contínua e regrada capaz de identificar determinados sujeitos: aqueles que convivem com Semiárido. A convivência torna-se algo como que uma nova moda: os sujeitos são informados de como reproduzi-la por meio de toda uma “coleção” de práticas e saberes que são difundidos, como nos cordéis e no CD Belo Sertão; esses mesmos sujeitos são levados a reconhecer quando estão “fora de moda”, quando não estão agindo, portando-se como o proposto/imposto. A convivência, pelas práticas e saberes que impõe, tende a conduzir o indivíduo a uma condição específica de sujeito, condição que ele talvez jamais conheceu em momento algum de sua existência: o sujeito que cuida da natureza, que se relaciona bem com o seu semelhante, que possui uma identidade própria, que leva uma vida sustentável, etc.. Ela institui uma ruptura no interior do sujeito, muda a sua condição, submete-o a um ritual de passagem, a uma esfera que seria a da verdade sobre o Semiárido e a convivência. O novo sujeito deve, se preciso for, lutar contra os vícios e prazeres do antigo sujeito.

Enquanto saberes formadores, os saberes da convivência desempenham um papel corretivo para impedir que os sujeitos reproduzam “falsas verdades” sobre o Semiárido, para impedir que eles reproduzam práticas que não sejam de convivência. Isso evidencia um

quadro de referência considerado pelo discurso da convivência, que pressupõe a existência de sujeitos que desconhecem ou desprezam esses saberes e pouco ou em nada desenvolvem práticas de convivência. De modo que os saberes da convivência se impõem sobre o fundo de erros humanos, de verdades que se quer contestar, de maus costumes que se quer solapar. Mesmo diagnosticando enunciações de um povo inteligente, que consegue sobreviver às adversidades, não se pode esquecer que a intervenção institucional é constantemente aplaudida e incentivada.

Embora existam indicações bem específicas direcionadas a sujeitos específicos – àqueles que vão construir as cisternas, aos que são agricultores, aos homens e mulheres, ao governo, ao INSA e a ASA, etc. – a convivência é um imperativo que se impõe a todos, durante todo o tempo e sem condição de *status* quando trata dos modos de dizer o Semiárido, da verdadeira identidade regional. Há um Semiárido que deve ser visto e considerado e cujas qualidades devem ser destacadas frente a uma visão que precisa ser combatida e invalidada. Trata-se de enunciar um Semiárido belo, rico e habitável e desconstruir os argumentos que falam de um Semiárido fadado ao subdesenvolvimento, de gente intelectualmente desprezível, pedinte, subserviente e incapacitada para o progresso. Para isso, não há desqualificação de indivíduo por qualquer motivo que seja. É uma tarefa que se estende a todos, sem condição prévia – todos os que falam ou que estão na iminência de falar do Semiárido, sejam habitantes da região ou não. Quer dizer: os que não habitam o Semiárido obviamente não precisam praticar a convivência, mas precisam conhecer os seus saberes, sobretudo, aqueles que se referem a uma definição de Semiárido e de sua gente para que possam falar “corretamente” a seu respeito.

Compromissos e atividades se impõem aos sujeitos, mas também muitas recompensas. Os saberes e práticas que se instituem no discurso da convivência, assumem a forma de uma ação pedagógica para fazer emergir um novo Semiárido: “para transformar o Sertão num novo mundo”, para fazer nascer “...um novo dia/ uma nova agricultura natural e mais sadia/ uma vida diferente”, uma nova sociedade com qualidade de vida melhorada pela segurança alimentar assegurada, uma nova conjuntura com “mulheres empoderadas/ novas relações de gênero/ sendo também praticadas/ com ética e igualdade/ no campo e na cidade/ as pessoas respeitadas” e com terra e água democratizadas; um outro mundo “...possível/ e mais humano, mais plausível/ respeitando a natureza” em que “sede vai ser do passado”. Uma ação pedagógica para fazer emergir o “Semiárido saudável e riquíssimo”, a “região viável”, sem excluídos e com novo rosto, o Semiárido desenvolvido. Uma ação pedagógica para fazer emergir o belo Sertão que não esquece Luís Gonzaga, que canta a “Beleza iluminada”, que

aprende a guardar a água da chuva, que experimenta os sabores da “Terra Prometida”, que escuta e se comove com o “Boato Ribeirinho”, que diz “Chega de esmola”!; que se anima ao som do “Estalo de Fogueira”, da sanfona, do zabumba, e no embalo da quadrilha, ciranda e subida de balão.

4.3. Um Semiárido chamado Sertão

O enunciado sertão, seus usos e sentidos, possui uma existência histórica muito anterior ao enunciado Semiárido que aparece no discurso da convivência. A palavra sertão foi assumindo significações, as mais diversas, ao longo do tempo e nos momentos de sua constituição enquanto enunciado capaz de dizer/representar/instituir algo.

“Um Sertão chamado Brasil”, da socióloga Nísia Trindade Lima (1999), é um dos estudos que nos permitem passear um pouco por essas significações¹⁴³. Posto em oposição ao litoral, o sertão surge no pensamento social brasileiro como imagem espacial e simbólica, expressão de um tipo de ordem social e de uma forma de organização cultural específica: a existência do litoral e do sertão servia para argumentar o antagonismo entre dois mundos separados pela modernização de um e o atraso do outro; também, pelo parasitismo e superficialidade de um e a autenticidade do outro. Na análise das viagens – a de Euclides da Cunha a Canudos, a da Missão Rondon¹⁴⁴, e as do Instituto Oswaldo Cruz¹⁴⁵ - a socióloga

¹⁴³Há também um estudo de Maria Elisa S. Mader sobre a ideia de sertão no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII, intitulado “O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII”, que é referenciado por essa socióloga. Esse estudo diagnostica um sertão enquanto “território do vazio, o domínio do desconhecido, o espaço ainda não preenchido pela colonização” e por isso “mundo da desordem, domínio da barbárie, da selvageria, do diabo”; em oposição à região colonial – “mundo da ordem, estabelecidas por duas instâncias de poder: a Igreja e o Estado” (Cf. MADER apud LIMA, 1999: 57).

¹⁴⁴ Trata-se da atuação da Comissão Construtora de Linhas telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas liderada por Cândido Mariano da Silva Rondon. Constituída no governo de Afonso Penna, o objetivo da comissão era “ligar à capital, pelo fio telegráfico, os territórios do Amazonas, do Acre, do Alto Purus e do Alto Juruá, por intermédio da capital de Mato Grosso, já em comunicação com o Rio de Janeiro”(LIMA, 1999:73). Os relatórios dessa comissão apresentavam preocupações que eram também as dos naturalistas: descrições de espécimes da flora e fauna, detalhadas descrições geográficas e geológicas, glossário de termos indígenas. Também apresentavam os trabalhos e conquistas realizados pela comissão a exemplo da descoberta do Rio Juruena, a correção de erros cartográficos e a pacificação de tribos indígenas. Rondon enfatizava em seu discurso o conhecimento do território brasileiro. (Cf. LIMA, 1999: 73-74)

¹⁴⁵O Instituto Oswaldo Cruz consolidou-se no início do século XX como centro de pesquisa experimental brasileiro. Na primeira década do século XX, realizou ações sanitárias em vários portos do país. Suas viagens visavam o “desenvolvimento de trabalhos profiláticos que acompanhavam ações relacionadas às atividades exportadoras, base da economia do país: construção de ferrovias, saneamento de portos e estudos voltados ao desenvolvimento da extração de borracha na Amazônia”. Chegou a realizar viagens a pedido da Inspetoria de Obras Contra as secas, na década de 1910, com o objetivo de “realizar levantamento das condições

observa que as ideias de abandono e exclusão identificam o sertão superpondo-se a critérios geográficos e demográficos. Nos relatórios de viagem e outros textos dos intelectuais higienistas, a evidência de um sertão “quase do tamanho do Brasil” que menos evidencia um lugar geográfico e mais se assemelha a algo como “uma idéia referida à noção de experiência autêntica”; identificado como “patologia, abandono e essência da vida nacional”; ou como “região de fronteira, espaço a ser ocupado e povoado a partir de um projeto nacional cientificamente orientado”. Essas são apenas algumas das significações de sertão que são aí problematizadas.

Na invenção do Nordeste, como conta ALBUQUERQUE JÚNIOR, o sertão enquanto espaço mítico é agenciado pelo regionalismo nordestino que se institui no romance de trinta¹⁴⁶, para representar uma região.

O sertão deixa de ser aquele espaço abstrato que se definia a partir da “fronteira da civilização”, como todo o espaço interior do país, para ser apropriado pelo Nordeste. Só o Nordeste passa a ter sertão e este passa a ser o coração do Nordeste, terra da seca, do cangaço, do coronel e do profeta. “A negação do Brasil verde, do Brasil aquático, do Brasil de jardins amáveis. Terra angustiada pelo sol, gretada pela decomposição violenta, esboroada, desfazendo-se nos pés de redemoinhos”(ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009: 134).

Enquanto existência anterior ao próprio discurso da convivência e enunciado constituinte de outros discursos, poderíamos perguntar o quanto há de Sertão no Semiárido? O agenciamento do enunciado sertão no/pelo discurso da convivência revela articulações que possuem uma individualidade espaço-temporal - agenciamento que se dá em instituições materiais específicas, como os cordéis e a música analisados neste trabalho. Nesse sentido, e inspirado em Foucault (2008), pode-se afirmar que o enunciado Sertão possui no discurso da convivência uma existência singular que o distingue do seu aparecimento enquanto elemento constituinte de outros discursos, de existência que lhe são anteriores ou não. Não se trata, por exemplo, da mesma enunciação: o sertão instituído pelo discurso da convivência e o sertão agenciado pelo romance de trinta.

O título do primeiro cordel da convivência enuncia a mudança no Sertão pela ASA¹⁴⁷. Os primeiros versos são uma interpelação à “gente do agreste/ da caatinga e do sertão” a ouvir bem e ler com atenção o que está posto nesse cordel. Agreste, caatinga e sertão nos fazem

epidemiológicas e socioeconômicas das regiões percorridas pelo Rio São Francisco e outras áreas [do que hoje chamamos] de Nordeste e Centro-oeste brasileiros. (Cf. LIMA, 1999: 79-80)

¹⁴⁶Albuquerque Júnior se refere ao romance de trinta como uma maquinaria literária que toma o Nordeste como uma espacialidade natural que tem como referente fixo a realidade regional, e como tema central “a decadência da sociedade patriarcal e sua substituição pela sociedade urbano-industrial”. Participam desse grupo autores como, por exemplo, José Lins do Rego, José Américo de Almeida e Raquel de Queiroz (Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009: 123-165).

¹⁴⁷Trata-se do cordel “A Articulação no Semi-árido vai mudar o Sertão”.

recordar significações bastante recorrentes em nosso tempo: o primeiro e o último designam áreas ou sub-regiões do Nordeste Brasileiro identificadas com base em traços de sua configuração física e climática; o segundo, o ecossistema que abrange essas duas áreas. De modo que pode-se pensar a partir dessa interpelação que o Semiárido possui um Sertão, ou que ele compreende uma delimitação em que o Sertão não constitui a sua totalidade, mas apenas um de seus fragmentos. O que implicaria pensar também que a mudança proposta pela ASA seria para apenas uma franja de Semiárido, o Sertão. Mas, como seria mudar apenas essa franja, se a gente do agreste também é conclamada a escutar e ler com atenção o que dizem aqueles versos? Nesse cordel, “agreste, caatinga, sertão” parecem significar “Semiárido”. Referências posteriores confirmam como os termos Semiárido e Sertão se confundem no âmbito dos propósitos da ASA e parecem estar falando do mesmo objeto:

A ASA tem criatividade
Quer progresso sustentável
E vai provar ao mundo
Que o Semi-árido é viável
Com força, fé e coragem
Vai mudar a sua imagem

Se junte a essa corrente
De força, suor e firmeza
Pra transformar o Sertão
Num novo mundo, beleza
Entre logo na articulação
Viva a ASA, com certeza!¹⁴⁸

Em “Cisterna de Placas: importância e cuidados” o Sertão é posto ao lado da cidade, como se esta não estivesse presente naquele e aquele não estivesse presente nesta (Um ser humano sadio/ quer água de qualidade/ pra beber e cozinhar/ no Sertão e na cidade); é também apresentado como “Semi-árido Carente” onde a ASA deseja implementar a construção de um milhão de cisternas; ou como espaço marcado pela semiaridez – um “Sertão Semi-árido”. No cordel “Convivência com o Semi-árido”, menções a “um imenso sertão”, a uma estratégia “pra conviver no sertão”. Em “A Peleja do Velho Chico contra o vampiro da Transposição” está afirmação de que “sem gastar muito dinheiro/ é possível transformar/ a vida no Semi-árido” ou de que “não há necessidade/ de fazer transposição/ das águas do São Francisco/ pra melhorar o sertão”.

“O sertão nordestino, o semi-árido é uma belíssima região”: no CD de Nilton Freitas, Targino Gondin e Roberto Malvezzi, a ideia presente não é de que o Semiárido possui um sertão – o Semiárido é o Sertão Nordestino, com a religiosidade, as festas, as comidas e os problemas de seu povo – o povo sertanejo.

O Instituto Nacional do SEMIÁRIDO é carinhosamente chamado pelo poeta Oliveira de Panelas de “Instituto do Sertão”. E a palavra Sertão é utilizada de forma recorrente nos cordéis do INSA como sinônimo de Semiárido.

¹⁴⁸Cf. Cordel “A Articulação no Semi-árido vai mudar o Sertão”, p.4; 14.

É desnecessário estender-me aqui na exposição/problematização dos versos ou das canções que enunciam o Semiárido como Sertão, uma vez que esta pode ser encontrada em outros momentos deste trabalho. Importa apresentar agora, ao contrário do que afirmou MOREIRA NETO (2010) a propósito de uma desinstitucionalização do enunciado Sertão pelo discurso da convivência e em favor do enunciado Semiárido, o seguinte diagnóstico: o discurso da convivência retoma/institui o enunciado sertão para falar do Semiárido ou utiliza aquele como sinônimo deste – aí temos duas palavras distintas, embora correspondentes em termos de significação, utilizadas para designar o mesmo objeto dessa construção discursiva. Nesse discurso, há operações para fazer esquecer o Sertão e, nesse caso, tona-se necessário que se diga a qual sertão se está referindo – algo que MOREIRA NETO faz com muita destreza. No entanto, a ideia da desinstitucionalização do enunciado Sertão que ela desenvolve em sua tese não se sustenta em face do “sertão” que o discurso da convivência institui/institucionaliza e que os cordéis e o CD Belo Sertão não cessam de mostrar. A meu ver, e com base nos documentos aqui analisados, além da instituição de um Semiárido para esquecer um Sertão, trata-se antes, e com maior ênfase, da instituição de um Semiárido chamado Sertão.

A enunciação de sertão não é a mesma antes e depois do discurso da convivência. Isso significa que, enunciadas no discurso da convivência, as afirmações sobre o sertão têm modificada a sua relação com outras proposições; modifica-se também “suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo da experiência, de verificações possíveis, de problemas a ser resolvidos, ao qual podemos remetê-las” (FOUCAULT, 2008: 116).

“A enunciação é um acontecimento que não se repete”, diz Foucault (2008:114), e por essa existência singular que caracteriza uma enunciação, pode-se inferir que há várias enunciações de Sertão/Semiárido no discurso da convivência, em materialidades distintas como nos cordéis da ASA e do INSA e no CD Belo Sertão. Nessas materialidades, os enunciados – não as enunciações – se repetem, sem que haja mudança de identidade em alguns casos: alguns deles podem ser agrupados e nos fornecer uma definição de Sertão/Semiárido enquanto espaço geográfico marcado pela semiaridez, com uma vegetação e um clima específicos; ou como região delimitada com base em critérios de análise técnica - do índice de precipitação de chuvas e da área de ocorrência de secas, por exemplo; ou como lugar em que se desenvolvem relações humanas, manifestações culturais, e que exprime uma determinada configuração socioeconômica; ou como paisagem, como uma estética que se oferece ao olhar e possibilita ao sujeito a experiência de identificação do belo e do feio Sertão; ou como território, constituído pelos espaços da ação institucional da ASA e do INSA

– e, nesse caso, não se trata apenas de espaços delimitados em sua geografia, me refiro também a configurações culturais, sociais e econômicas sobre as quais a atuação institucional estende seus tentáculos; ou como experiência que atinge a sua plenitude no instante em que o sujeito assume para si a condição e o *status* de sertanejo, e se reconhece como expressão e, ao mesmo tempo, como foco irradiador do “ser Semiárido”. Por outro lado, no interior de cada definição dessas é possível encontrar diferentes enunciados que priorizam determinados elementos em detrimento de outros ou que excluem/omitem determinados elementos: por exemplo, quando se tenta desenhar a paisagem Semiárido, ou falar da cultura semiárida, ou do sertanejo – essa operação se dá no interior de uma construção discursiva que pressupõe uma série de escolhas e recortes de textos e imagens capazes de informar esses objetos.

Estariam delineados nesse conjunto de definições distintas de Semiárido (espaço, região, lugar, paisagem, território) os deslizamentos de sentido que os enunciados da convivência engendram? Parece-me que sim. Com esses deslizamentos, não quero dizer que o discurso da convivência estabelece algo ao qual se opõe depois. Com eles quero evidenciar que esse discurso apresenta o Semiárido em significações diversas. Significações que transcendem o sentido de uma delimitação espacial precisa; que sobrepõem a ideia de um Semiárido (a ser) construído a critérios geográficos e demográficos que o possam determinar. O Semiárido é produto de criatividades institucionais; é expressão de uma vontade do tempo presente que se pensa e se elabora, com os olhos sempre voltados para o passado e para o futuro. O Semiárido é o que dizemos sobre ele: o que ele foi, é e será. Se me perguntassem sobre suas fronteiras, diria que ele possui muitas; e que os mais de novecentos mil quilômetros quadrados que geograficamente o delimitam é apenas uma delas.

4.4. Um tanto do Sertão de Guimarães Rosa para entender o Sertão do discurso da convivência

Visando tecer mais algumas reflexões acerca do Sertão/Semiárido enquanto experiência do sujeito por uma busca e uma definição de si ou pelo reconhecimento de uma dada identidade, pensei na possibilidade de uma aproximação entre o Sertão enunciado por Guimarães Rosa e o Sertão/Semiárido que os discursos da convivência enunciam - acabei criando uma demanda para minha pesquisa e tecendo o motivo que justificou a minha ida a Belo Horizonte, pelo Programa de Cooperação Acadêmica, da CAPES, que já há alguns anos

tem estabelecido vínculos de cooperação entre o PPGHis-UFMG e o PPGH-UFPB. Não custa lembrar que Guimarães Rosa e seu clássico *“Grande Sertão: Veredas”*, são enunciados no documento que institui o Programa 1 milhão de Cisternas como expressão da cultura riquíssima do Semiárido Brasileiro – mostrei isso no segundo capítulo.

Para esse fim, realizei pesquisas junto ao acervo do “Museu Casa Guimarães Rosa” que se encontrava sob os cuidados da Superintendência de Museus de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no período em que estive por lá. A pesquisa foi feita em arquivo digitalizado. Não quis voltar a atenção para os objetos de que o museu dispõe para não ter que apresentar, ou quem sabe omitir, as condições de possibilidade daquela configuração museológica. Busquei pelos escritos de Guimarães Rosa, que não fossem os textos literários já consagrados pelo seu amplo público leitor, constituído de várias gerações. Mesmo assim, foi consultada a seção Atividades Literárias, a Seção Exéquias, e a seção Documentos Particulares (Série Correspondências Pessoais e Série Fotografias). A Série Correspondências Pessoais foi a que mais tomou o meu tempo e atenção. Foi realmente prazeroso ler grande parte daquelas correspondências e ver como Guimarães Rosa contava as suas experiências, conquistas e sentimentos numa escrita de estética encantadora. Ao mesmo tempo, a sensação de estar invadindo a privacidade de alguém e a certeza de que é isto que nos resta desse grande escritor: um mundo de palavras para ser vasculhado, onde se desvelam tantos outros mundos.

Não encontrei um Guimarães Rosa “sertanejo”, mas um homem fortemente interessado pelas coisas do sertão - como se delas não tivesse conhecimento e delas precisasse saber. Cito trechos de algumas cartas – geralmente escritas a mão ou datilografadas –, alguns deles um pouco longos mais que confirmam essa minha proposição.

Trechos da carta enviada a Pedro Barbosa, em 1934, em que Guimarães manifesta o seu interesse pela carreira de Diplomata e emite alguns conselhos a seu amigo:

“...As poucas qualidades que porventura eu possuía, taes como: gosto pelas cousas internacionais, affições cosmopolitas, alguma leitura, tudo isso me leva para esse rumo...”

*“...E, ainda, um conselho, nada de casar com conterraneas, nem muita inclinação pelas Propebas – a vida está nas Metrópoles...”*¹⁴⁹

Trechos de cartas endereçadas a seu pai:

- Em 20 de novembro de 1934, quando Guimarães vivia no Rio de Janeiro;

*“...Quanto a mim, estou me sentindo optimamente aqui no Rio, e nem compreendo mais como se pode viver noutro lugar do Brasil...”*¹⁵⁰

¹⁴⁹Cf. Acervo textual Museu Casa Guimarães Rosa. Seção Documentos Particulares – Série Correspondências Pessoais: MCGR 009/0005B e MCGR 009/0005C.

¹⁵⁰Cf. Acervo textual Museu Casa Guimarães Rosa. Seção Documentos Particulares – Série Correspondências Pessoais: MCGR 009/0009C.

- Em 26 de março de 1947, cobrando do pai histórias, cantigas e expressões sertanejas;

“...rí-me à vontade, com a história do homem que levou os cachorros para a fazenda e ao fim de um ano voltou...latindo! Por falar nisso, pediria que o senhor me mandasse por escrito, quando tiver tempo, as palavras pronunciadas pelos homens que carregavam defunto, aqueles que acabaram se sumindo com ele, na estrada, e que eram (Deus me livre!) dois demônios. Lembra-se da história que o senhor contou? Também as palavras daquela outra história: do homem que apostou que iria buscar um osso no cemitério (êsse não, que é do meu irmão! – etc.). Não me recordo das palavras que o homem disse, ao entregar o osso aos companheiros. Creio que ele disse: - “Está aqui, e corram, que o dono dele vem aí atrás!” Está Certo?

Mas, o que mais me interessa é a história do Juca Ferreira, aquele que vinha fazendo festas, com a viola, pelo Rio das Velhas, até Pirapama. Lembro-me de que era fazendeiro e tinha tenda de ferreiro, mas mais não sei. Imaginei uma história, tendo-o como personagem, e para isso precisava saber de mais detalhes. Se o senhor se lembrar de alguma coisa a respeito dele e das suas excursões festivas, mande-me, por favor. Também sempre que se lembrar de cantigas ou expressões sertanejas legítimas, ouvidas de caipiras nossos, de Cordisburgo ou Gustavo da Silveira. E tudo o que se refira a vacas e bezerras. Lembro-me de muitas coisas interessantes, tenho muitas notas tomadas, e muitas outras coisas eu crio ou invento, por imaginação. Mas uma expressão, cantiga ou frase, legítima, original, com a força e autenticidade, que vem da origem, é como uma pedrinha de ouro com valor enorme...”¹⁵¹

- Em 27 de outubro de 1953, solicitando ao pai a descrição de pessoas e acontecimentos do Sertão;

“...Há uma semana escrevi ao Sr. uma carta, e hoje tive a alegria de receber a sua acompanhada das ‘notas’, que muito agradeço. Todas são ótimas, principalmente sobre os “CIGANOS” e a do “ENTRUDO” em Caeté. Vão ser muito bem aproveitadas! Sempre que o Sr. tiver disposição, pode mandar. Na carta, falei no interesse que tenho pelo assunto das caçadas na Serra do Cabral – principalmente quanto aos detalhes pitorescos. O detalhe é muitas vezes de grande proveito, pois metido num texto dá impressão de realidade.

Há outros assuntos que gostaria de esmiuçar. Por exemplo:

- 1)A briga de Túlio com o Nição – com os possíveis detalhes sobre a questão do terreno;
- 2)Descrição de pessoas da roça, as mais interessantes, que vinham à venda, em Cordisburgo;
- 3)Descrição de pescarias, a rêde;
- 4)Jogos de baralho: o truque: a ‘pavuna’, no restaurante em Cordisburgo: a intervenção do Vigário: a briga daquele Sr. Gastão, com o Padre;
- 5)Chico Sanfona, sua família, coisas interessantes que lhe digam respeito;
- 6)o Renério, idem;
- 7)as donas daquele sobradinho, na Várzea, em Cordisburgo, idem;
- 8)aquelas grandes quantidades de peixes, de Pirapora (?): como o Senhor os comprava, como vinham, etc.
- 9)caixeiros-viajantes interessantes ou curiosos, alguns bons traços.
- 10)coisas interessantes, biográficas ou outras, sobre pessoas como: Tio Adonias: o Siô Tico e Nhá Chia: o pai do Juca Saturnino: Siô Lé: Luiz Canabrava: aquele Sr. Nalesherbes, meio exquisto, que passou por Cordisburgo: etc.
- 11)Esta é com ajuda de Mamãe: - A história daquele corpo de homem, mumificado, que se desenterrou, em Jequitibá, e foi levado para a Igreja.

¹⁵¹Cf. Acervo textual Museu Casa Guimarães Rosa. Seção Documentos Particulares – Série Correspondências Pessoais: MCGR 009/0029A e MCGR 009/0029B

12)Histórias de crimes, grandes brigas, raptos de moças, etc.¹⁵²

- Em 12 de julho de 1954;

*“...o Senhor não deve se preocupar com os assuntos, nem se está ruim ou bom, pode ir mandando tudo. Não precisa que sejam casos ou fatos curiosos, pois as informações comuns, sobre a vida trivial, costumes, etc., do interior têm muita importância. Coisas que os moradores no campo contavam de sua labuta, vida, etc., quando vinham fazer compras em Cordisburgo, por exemplo. E detalhes de caçadas – principalmente da vida e costumes dos bichos, seus rastros, e tudo mais...”*¹⁵³

- Em 9 de dezembro de 1955;

*“...Apreciei, muitíssimo, as notas que o senhor me mandou sobre os enterros na roça...Agora, depois dos ‘Entêrros’, por que é que o senhor não manda, por exemplo, os ‘casamentos’, os ‘batizados’ ou ‘casos de crimes’ ou de ‘Demandas, questões, etc.’, do tempo em que o senhor foi Juiz-de-Paz? Seria ótimo. Também, descrições de caçadas – incluindo as paisagens, etc. Outra coisa, que muito gostaria de ter, são as lembranças da venda, em Cordisburgo: qual a época do ano em que se vendia mais? quando era que os lavradores dispunham de mais dinheiro, etc.? E a respeito dos caixeiros-viajantes, ou COMETAS... Fico esperando que o senhor me mande mais...”*¹⁵⁴

Cordisburgo é o sertão encantado de histórias e tipos humanos que fascinam Guimarães Rosa; um sertão, um mundo, um interior capaz de desabrochar nas memórias de seu pai. Um sertão para inspirar as histórias do escritor mineiro, que em seu discurso de posse na Academia Brasileira de letras escolheu apresentar-se como “CORDISBURGO”, a terra do coração. Um sertão mais passado que presente e que só pode irromper pelo esforço de lembrar. Sertão, espaço místico, de histórias bizarras: de demônios que somem com defuntos e de defuntos que correm atrás de quem perturba-lhes o sono e rouba-lhes os ossos. Sertão de expressões e cantigas sertanejas, de histórias com detalhes pitorescos, e de trivialidades que marcam o cotidiano da vida.

O Sertão que Guimarães deseja conhecer e reinventar ou dar voz em seus escritos está no mundo de experiências de seu pai, delimitado pelos cortes e seleções com os quais operam a sua memória. Não é, portanto, o sertanejo que pergunta sobre si mesmo. Guimarães, de um mundo que não é o sertão e numa condição que não é a de sertanejo, pergunta a quem ele tem a certeza de que é capaz de responder devidamente às suas questões: o próprio sertanejo, seu pai. Cada pergunta feita sobre os homens e os acontecimentos cobra respostas, é movida por uma vontade de saber e constituem um esforço do presente para evocar esse sertão. Cada

¹⁵²Cf. Acervo textual Museu Casa Guimarães Rosa. Seção Documentos Particulares – Série Correspondências Pessoais: MCGR 009/0088.

¹⁵³Cf. Acervo textual Museu Casa Guimarães Rosa. Seção Documentos Particulares – Série Correspondências Pessoais: MCGR 009/0095.

¹⁵⁴Cf. Acervo textual Museu Casa Guimarães Rosa. Seção Documentos Particulares – Série Correspondências Pessoais: MCGR 009/0099A e MCGR 009/0099B.

pergunta diz respeito a elementos constitutivos desse mundo/sertão, desse sertão/interior. Em diferentes cartas, algumas perguntas se repetem como um novo pedido frente à ausência de respostas ou à necessidade de saber mais sobre o mesmo assunto.

Aí, o Sertão não é a repetição ou a extensão de outros mundos. Ele é em si um mundo que produz suas próprias histórias, que inventa/recria palavras, que se move e se constrói com seu próprio esforço. Ele possui singularidades que se acentuam e se mostram em suas paisagens, ou no jeito de ser e no modo de falar de sua gente, por exemplo. E é justamente nesse ponto que o sertão enunciado nessas correspondências e aquele instituído no discurso da convivência se assemelha. Obviamente, não se trata da mesma enunciação, mas os dois casos provenientes de temporalidades distintas revelam um tipo de construção discursiva que assinala o sertão como um lugar autônomo, que inventa a si mesmo; de singularidades que não se encontram em outro lugar, de expressões que só aí se escutam ou que tiveram aí a sua origem.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Muna-se de grandes cadernos, páginas convidativas, e de uma dúzia de lápis, de pontas bem apontadas, e vá escrevendo, despreocupadamente, a cada momento aproveitável. Começar é a melhor maneira de convocar a inspiração. E, de repente, você estará com a safra pronta...”

Guimarães Rosa

Este estudo pretendeu apresentar um funcionamento discursivo por meio do qual se busca instituir imagens e concepções sobre o Semiárido, seu povo e suas práticas culturais. Os discursos da convivência, apresentados no CD Belo Sertão e nos cordéis produzidos pela ASA e pelo INSA, constituem lugares em que esse funcionamento se engendra. Mas não são as únicas modalidades em que se enuncia a convivência: em discursos políticos, vídeos e campanhas institucionais, *folders*, políticas públicas, livros didáticos, entre outros, ela vem sendo cada vez mais difundida visando a consolidação de práticas e saberes para a efetivação de um Semiárido feliz, rico, habitável; visto aos olhos do mundo e por seus próprios olhos a partir de uma concepção que assinala as suas possibilidades de desenvolvimento, as suas potencialidades naturais, a força e inteligência de seu povo, o vigor e riqueza de sua cultura. Por isso, penso que para a elaboração de um diagnóstico mais amplo a propósito desse funcionamento seria necessário problematizar também os discursos da convivência enunciados nessas outras instituições materiais.

Ampliando o que disse SILVA (2008), este trabalho mostra que a disputa em torno de modelos de desenvolvimento e políticas públicas, em espaços socioculturais e políticos, ganha novos atores. Os cordéis do INSA são evidências de que essa disputa está ocorrendo também na esfera do Estado e na relação desta com as esferas da sociedade civil - por meio de imposições/negociações; são evidências de que forças governamentais estão se mobilizando no sentido de fortalecer a credibilidade na atuação do poder público a partir da concepção de um modelo de desenvolvimento apresentado como possível e necessário à região.

Ao invés de afirmar a “desinstitucionalização do enunciado Sertão” como propõe MOREIRA NETO (2010), este trabalho sugere pensar os significados que o enunciado “Sertão” tem assumido no discurso da convivência. Mais do que um sertão para esquecer o Semiárido, o cordel e a música, aqui analisados, evidenciam um Semiárido chamado Sertão.

As fontes escolhidas para a problematização do objeto são apontadas como acontecimentos singulares que participam da invenção do Semiárido e não como momento originário dessa invenção; são materialidades pensadas para responder/repercutir as estratégias institucionais da ASA e do INSA, para instituir modos de dizer o Semiárido e modos de fazer a convivência. Quando digo que a ASA e o INSA utilizam essas materialidades para instituir determinados modos de dizer e de fazer, quero dizer que essas duas organizações se servem da linguagem; usam as palavras para produzir significados, para mobilizar temporalidades e contar o passado, o presente e o futuro; usam as palavras para estabelecer, em termos de verdadeiro e falso as coisas ditas sobre o Semiárido e

consequentemente apresentar aquilo de que o olhar deve se desviar em favor da convivência; usam as palavras para estabelecer um vocabulário e todo um conjunto de significações para tornar o Semiárido identificável.

Como se percebe, nessas mídias se cruzam uma multiplicidade de linguagens (oral, imagética, textual)¹⁵⁵ e todo esse material impresso e de áudio não se oferece para ser lido, visto e/ou escutado eminentemente como objeto de apreciação e deleite de leitores e ouvintes afeitos ao cordel e à música dita “nordestina”. Ele é instrumento que serve a discursos institucionais específicos assentados sob estratégias de comunicação meticulosamente elaboradas, embora a elas não se reduza, com vistas à promoção da convivência com o Semiárido e, consequentemente, a autopromoção dessas instituições enquanto viabilizadoras dessa convivência. Há nele verdades que querem ser comunicadas, e cujo conteúdo se insinua não como objeto descartável, mas para ser apreendido, aceito e incorporado às vivências de determinados sujeitos. Portanto, trata-se de produções que reclamam a participação do outro (do ouvinte/leitor); que exigem dele um modo de ver, de ler e/ou de escutar.

O discurso da convivência engendra operações complexas de construção/afirmação de uma identidade que é social, econômica, política e culturalmente útil. Uma delas é a construção de uma visibilidade e de uma dizibilidade a propósito do Semiárido, de sua gente e de suas práticas culturais que se institui a partir da contestação de outra visibilidade e de outra dizibilidade de existências que são, ao mesmo tempo, anteriores e contemporâneas ao discurso da convivência. Também há aquela que mobiliza as temporalidades: temos um passado contestado por ser repositório de uma história ingrata e um passado ovacionado por guardar eventos marcantes, nomes e obras de filhos ilustres do Semiárido; temos um passado presente e um presente que não esconde a vontade de “tornar passado”, de uma vez por todas, determinadas imagens e situações; temos um presente inconformado consigo mesmo e que por isso se institui como tempo de mudança; temos ainda um futuro para cujo apressamento o presente tenta contribuir. Há ainda aquela que estabelece modos de dizer e de fazer, para serem observadas e por meio das quais os indivíduos devem orientar suas ações e maneiras de pensar. E todas essas operações se servem de procedimentos de exclusão que apresentam como produto final a exaltação de alguns saberes e práticas e a contestação, invalidação e

¹⁵⁵ No caso dos cordéis, vários estudos apontam-nos como espaço de cruzamento dessas linguagens: Rosilene Alves de Melo, investigando a trajetória da literatura de folhetos a partir da Tipografia São Francisco; Marta Abreu, ao confrontar a literatura de cordel portuguesa e a literatura de folhetos no Brasil em busca da originalidade da produção brasileira; Gilmário Moreira Brito ao estudar a literatura de folhetos religiosos do Nordeste.

marginalização de outros; e evidenciam de que modo os discursos da convivência servem à construção de culturas políticas.

Há uma matriz de sentidos comum para a qual os enunciados da convivência, nas fontes analisadas aqui, convergem em determinados momentos – por exemplo, quando esses discursos se mostram empenhados na valorização do “povo sertanejo”, na enunciação das belezas do Semiárido, ou mesmo na contestação de uma identidade historicamente fabricada para a região. Essa matriz de sentidos vai se formando e/ou se mostrando, nesses discursos, no processo de repetibilidade dos enunciados, e a cada nova enunciação. Processo em que se enuncia, em concomitância, o que pode ser dito e o que deve ser silenciado e/ou esquecido. Desse modo, busca-se criar um espaço de cristalização de sentidos, certa memória social, sobre a convivência e seus objetos via repetição dos enunciados que circulam nesses suportes materiais.

No discurso da convivência, o Semiárido é um rosto difuso apresentado em definições que acentuam ora características geográficas ora elementos de ordem sociocultural – no passado, presente e futuro que aí se conta. Ele é região, lugar, paisagem... e experiência do sujeito que busca a si mesmo. A multiplicidade de significações assumidas pelo enunciado Semiárido e a confusão de nomes que são utilizados para dizê-lo ou denominar a sua cultura e seu povo (“Sertão”, “Nordeste”, “Terra prometida aos nordestinos”, “Sertão Nordestino”, “povo sertanejo”, “cultura semiárida”, etc.) só evidenciam como a delimitação geográfica é a que menos se impõe como definição de Semiárido nessas materialidades e como o discurso da convivência abre um leque de outras questões a partir das quais se pode pensar o Semiárido (música, comida, festa, educação, etc.). De modo que temos aí um Semiárido discursivamente delimitado pela cultura da convivência.

Essas são apenas algumas considerações – “finais” – que reforçam questões já apontadas ao longo desta experiência de escrita. Já que são “algumas”, necessariamente deixam de fora tantas outras questões aí problematizadas – o que não significa que essas questões não mencionadas ou excluídas desta seção sejam menos importantes.

Este é um estudo historiográfico! Considero que o trabalho do historiador é um trabalho de diagnóstico, de perscrutar com o olhar – no espaço que ele se deu por tarefa percorrer – os sintomas, os sinais denunciadores de forças que se amotinam, de sutilezas e sinuosidades nos discursos e práticas que produzem/revelam e/ou movimentam a experiência humana; é, como uma ação meticulosa e numa experiência de escrita, identificar e selecionar os “fios” para com eles produzir uma trama inteligível. Esse olhar é semelhante àquele

descrito por Foucault: mudo como um dedo apontado que denuncia (Cf. FOUCAULT apud ARTIÈRES, 2004: 27).

Falando do fazer história, Foucault (1979) afirma que o saber histórico não teme ser perspectivo. O sentido histórico não está isento do olhar do historiador, da sutileza e da (in)justiça de seu julgamento, porque não aniquila o lugar de onde ele fala. Ele propõe um exercício que dê conta da constituição do sujeito na trama histórica e que, na contramão daquele praticado pela história tradicional, descarte a pretensão de uma história total e qualquer instrumento que se apoie em algum absoluto; e recuse o que faz a história se apresentar como “um paciente movimento contínuo” (FOUCAULT, 1979: 27), o que busca o reconhecimento de uma identidade perdida e o feliz reencontro do presente com o passado. Porque o papel da história é fazer irromper a singularidade do acontecimento mostrando as descontinuidades que o constituem, e que o atravessam, para que o sentido histórico, apresentando as identidades em sua dispersão e tornando as continuidades uma dissociação sistemática, possa revelar também o tempo das experiências humanas sem ‘referências ou sem coordenadas originárias’.

Quero dizer que o que moveu esta pesquisa, sem presunção alguma, é um sentimento semelhante ao que Foucault descreve como sendo o papel do intelectual.

O trabalho de um intelectual não é modelar a vontade política dos outros; é, pelas análises que faz nos campos que lhe dizem respeito, reinterrogar as evidências e os postulados, abalar os costumes, os modos de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades admitidas, retomar a medida das regras e das instituições e, a partir dessa reproblemática (na qual ele desempenha seu mister específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (em que ele tem seu papel de cidadão a desempenhar) (FOUCAULT apud ADORNO, 2004: 45).

Por isso penso que toda obra historiográfica é sempre uma arma em favor de alguns e contra muitos, ou vice-versa. Isso porque está sempre recheada de julgamentos e pretensões de verdade cuja eficácia é amplamente percebida quando são apropriados e utilizados nas relações sociais/relações de poder.

Impondo a mim mesmo a necessidade de terminar esta experiência de escrita, gostaria de dizer que penso este estudo como apenas um diagnóstico possível a propósito dos fios constitutivos da trama ímpar e complexa que (se) tece (n)o discurso da convivência com o Semiárido. Desloque-se a perspectiva do olhar e possivelmente teremos diferentes leituras desse mesmo passado.

Por hora, não há mais o que dizer. A “safra” está pronta!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Água de chuva: o segredo da convivência com o Semiárido Brasileiro. Cáritas Brasileira/ Comissão Pastoral da Terra/Fian-Brasil. São Paulo: Paulinas, 2001.

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999. (Coleção Histórias de Leitura)

_____. **Cultura Letrada – literatura e leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Objeto em Fuga:** algumas reflexões em torno do conceito de região. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm. Acesso em: 28 ago. 2011.

ASA. **Declaração do Semiárido**. Disponível em: www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=104. Acesso em: 16 mai. 2011. Recife (1999).

_____. **Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Uma Terra e Duas Águas (P1+2)**. Disponível em: www.asabrasil.org.br. Acesso em: 20 jan. 2009.

_____. **Carta de Princípios**. Disponível em: www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=103. Acesso em: 20 ago. 2011.

A vida por um rio. Publicação da Frente Cearense Por Uma Nova Cultura da Água e Contra a Transposição das Águas do Rio São Francisco. Fortaleza, 2008.

AVRITZER, Leonardo. “Sociedade civil e participação no Brasil democrático”. In: Avritzer, Leonardo (org.). **Experiências Nacionais de Participação Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2009, pp. 27-54.

Brasil: **Decreto N° 807, de 22 de abril de 1993**. In: www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos1/decretos1/1993#content. Acesso em: 10 fev. 2012.

Brasil: **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília/CONSEA: 2006.

BRITO, Gilmário Moreira. **Culturas e linguagens em folhetos religiosos do Nordeste:** inter-relações escritura, oralidade, gestualidade, visualidade. São Paulo: Annablume, 2009.

CARVALHO, Luzineide Dourado. A emergência da lógica da “convivência com o Semiárido” e a construção de uma nova territorialidade. In: **Educação para a convivência com o Semiárido:** reflexões teórico-práticas. Juazeiro: Secretaria da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro, 2004. p. 13-27.

CONSEA. **Relatório Final da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Fortaleza-CE: 2007.

DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008. Editora UFPR

FARIAS, Ana Elizabete Moreira de. **Educação Contextualizada e a Convivência com o Semiárido no Assentamento Acauã – PB**. João Pessoa: UFPB/ Programa de Pós-Graduação em História, 2009 (Dissertação de Mestrado).

FEBRABAN/AP1MC: **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o SemiÁrido**: um milhão de cisternas rurais (P1MC). (ANEXO II do Acordo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre FEBRABAN e AP1MC em 31/05/2003). Recife: 1999.

FÓRUM NORDESTE. **Ações Permanentes para o desenvolvimento do Nordeste Semiárido brasileiro**: propostas da sociedade civil. Recife, 1993.

FÓRUM CEARENSE PELA VIDA NO SEMIÁRIDO. **Caldeirão**: Informativo do FCVSA sobre o sexto EnconASA. 2006 – Ano I – N.7. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/UserFiles/File/EDI%C3%87%C3%83O%207.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M. **Convivência com o Semiárido na Paraíba**: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. Projeto de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2008.

FOUCAULT apud ADORNO, Francisco Paolo. **A tarefa do intelectual: o modelo socrático**. In: GROS, Frédéric (Org.). Foucault: a coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p.44-45.

FOUCAULT apud ARTIÈRES, Philippe. **Dizer a Atualidade: O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault**. In: GROS, Frédéric (Org.). Foucault: a coragem da verdade. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p.16-37.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.15-26.

_____. O olho do poder. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.209-227.

_____. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p.11.

_____. O que é um autor. In: **Estética: literatura, e pintura, música e cinema/ Michel Foucault**; organização e seleção de textos, Manuel Barros da Motta; tradução, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos; III)

_____. **A hermenêutica do sujeito**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. – (Tópicos).

_____. **A Arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. 19.ed. São Paulo:Edições Loyola, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: **Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-41.

_____. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOHIET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.45-63.

INSA. **Plano Diretor do INSA, 2008-2011**: Planejamento Estratégico do INSA. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2007.

_____. **Plano Diretor 2011-2015**. Disponível em: www.insa.gov.br/~webdir/PDU_2011_2015.pdf. Acesso em: 20 fev. 2012.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2009.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

MACEDO, Odomaria Rosa Bandeira. **A convivência com o semi-árido**: desenvolvimento regional e configuração do local no projeto do IRPAA. Recife: UFPE/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2004 (Dissertação de Mestrado).

MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do verso**: trajetórias da literatura de cordel. Rio de Janeiro: 7 letras, 2010.

Ministério da Integração Nacional. **Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro**. Disponível em: www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/delimitacao.asp. Acesso em: 15 jun. 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Cisternas**. Publicação Temática. s/d.

MOREIRA NETO, Mariana. **Da seca a convivência, do sertão ao semiárido**: enunciados e territorialidades. João Pessoa: UFPB/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2010 (Tese de Doutorado).

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. Nordeste: A invenção pela música. In: CAVALCANTE, Berenice et al. (Orgs). **Decantando a república, v.3: inventário histórico e político da canção popular moderna brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.123-137)

OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. **Cidadania e cultura política no poder local**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

SÁ, A. M.; FORTUNATO, M. L.; MOREIRA NETO, M. Convivência com o Semiárido na Paraíba: políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. In. **Revista Pesquisa(UFCG)**, 2008, v. 2.

_____. **Convivência com o Semiárido na Paraíba:** políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. Relatório Final de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2007-2008.

_____. **Convivência com o Semiárido na Paraíba:** políticas públicas, autonomia e desenvolvimento sustentável. Relatório Final de Pesquisa PIBIC/CNPq/UFCG, 2008-2009.

_____. **Educação e Convivência: Perspectivas para o Semiárido.** In: **Anais eletrônicos do II Colóquio Brasileiro Educação na Sociedade Contemporânea:** Processos Pedagógicos e Produção do Conhecimento. Campina Grande - PB: Editora da UFCG, 2010. v. 1. p. 1-9.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido:** Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 1.ed. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2008, p.219.

SOUZA, Ivânia Freitas de. **A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido Brasileiro.** São Paulo: Peirópolis, 2005.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura.** (Tradução: Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales). São Paulo: Cosac Naif, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença:** a Perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SÍTIOS ELETRÔNICOS:

ABCMAC. Disponível em: www.abcmac.org.br/index.php?modulo=apresentacao. Acesso em: 16 mai. 2011.

ASA. Disponível em: www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=115. Acesso em: 18 mai. 2011.

_____. Disponível em: www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=2269. Acesso em: 16 mai. 2011.

_____. Disponível em: www.asabrasil.org.br/portal/Default.asp. Acesso em: 16 mai. 2011.

_____. Disponível em: www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97. Acesso em: 29 ago. 2011.

_____. Disponível em: www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105. Acesso em: 04 set. 2011.

DED. Disponível em: mosambik.ded.de/pt/pagina-inicial.html. Acesso em: 20 ago. 2011.

EMBRAPA. Disponível em: www.cnpa.embrapa.br/aunidade/historico.html. Acesso em: 20 ago. 2011.

ESPLAR. Disponível em: www.esplar.org.br/quem/oque.htm. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. Disponível em: www.esplar.org.br/publicacoes/public.htm. Acesso em: 20 ago. 2011.

_____. Disponível em: www.esplar.org.br/produtos/nim3.htm. Acesso em: 28 fev. 2012.

FEBRABAN. Disponível em: www.febraban.org.br/Febraban.asp. Acesso em: 16 mai. 2011.

INSA. Disponível em: www.insa.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=60. Acesso em: 15 fev. 2011.

_____. Disponível em: www.insa.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=64. Acesso em: 28 ago. 2011.

INWENT. www.inwent.org.br/organizacao.html. Acesso: 20 ago. 2011.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Disponível em: www.mct.gov.br e www.mct.gov.br/index.php/content/view/307779.html. Acesso em: 12 mar. 2012.

IRPAA. Disponível em: www.irpaa.org/modulo/convivencia-com-o-semiarido. Acesso em: 21 mai. 2011.

PORTO DE GALINHAS. Disponível em: [www.portodegalinhas.com.br/arnaudmattoso/apresentacao .htm](http://www.portodegalinhas.com.br/arnaudmattoso/apresentacao.htm). Acesso em: 20 ago. 2011.

CORDÉIS

Convivência com o Semi-árido (José Rogaciano S. de Oliveira)

Água no Semi-árido (José Rogaciano S. de Oliveira)

A articulação do Semi-árido vai mudar o Sertão – (Arnaldo e Arno)

Segurança Alimentar (José Rogaciano S. de Oliveira)

Cisterna de Placas: Importância e cuidados - (José Rogaciano S. de Oliveira)

Elas e eles: direitos e deveres (José Rogaciano S. de Oliveira)

O Paradigma das Oportunidades – (Poeta Oliveira de Panelas)

Outra visão, outro Sertão – (Oliveira de Panelas e José de Souza Silva)

CD

FREITAS, Nilton; Gondim, Targino; MALVEZZI, Roberto. **Belo Sertão**: A Convivência com o Semiárido através da música. s/d. Cd stereo (15 faixas).

ACERVO TEXTUAL – MUSEU CASA GUIMARÃES ROSA

- ✓ Sessão Documentos Particulares – Série Correspondências Pessoais

MCGR 009/0005B, C

MCGR 009/0009C

MCGR 009/0025A

MCGR 009/0029A, B

MCGR 009/0088

MCGR 009/0095.

MCGR 009/0099A, B

OUTROS DOCUMENTOS

INSA. Memorando nº 71/2008 – INSA/GAB. Campina grande: 18 de julho de 2008.

_____. Solicitação de contratação de serviços/ Setor de compras e licitações. 22 de julho de 2008.

_____. Nota Técnica Nº 051/2008 – Setor de Pagamento – SP. Campina Grande: 31 de julho de 2008.

_____. SIAFI2008 – Documento-Consulta-CONNE (nota de empenho). 08 de agosto de 2008.

MELO, Oliveira Francisco de. Fax ao INSA: proposta para elaboração de cordel. 22 de julho de 2008.